



ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK

Relatório & Contas 2010

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Edifício Quartzó - Rua Alexandre Herculano nº 38 - 1269-161 Lisboa - Portugal

Capital Social: 180.000.000 euros

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e

Pessoa Colectiva nº 501 385 932





ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	1
Órgãos Sociais e Comissão Executiva.....	4
<i>Senior Managing Directors</i>	6
Direcções, Departamentos e Unidades	6
Sucursais, Sociedades Subsidiárias e Escritório de Representação	10
Princípios e Valores.....	14
Principais Indicadores Financeiros Consolidados	15
Organigrama	16
<i>Rating</i>	17
Proposta de Aplicação de Resultados	18
Declaração de Conformidade	19

01 AMBIENTE MACROECONÓMICO	21
Enquadramento Económico Internacional	21
Enquadramento Económico na Zona Euro	24
Enquadramento Económico em Portugal	26
Enquadramento Económico em Espanha	27
Enquadramento Económico no Reino Unido	29
Enquadramento Económico na Polónia	29
Enquadramento Económico nos Estados Unidos da América	31
Enquadramento Económico no Brasil	32
Enquadramento Económico em Angola	34
02 ACTIVIDADE E RESULTADOS	37
Estrutura do Negócio de Banca de Investimento	37
O Execution Noble	39
Clientes - Originação	41
Clientes Particulares	47
Mercado de Capitais - Renda Variável	49
Mercado de Capitais - Renda Fixa	57
Serviços Financeiros	67
Assessoria Financeira a Médias Empresas	75
<i>Project Finance</i> e Securitização	77
<i>Acquisition Finance</i> e Outros Financiamentos	87
<i>Private Equity</i>	91
<i>Wealth Management</i>	93
03 RECURSOS HUMANOS	95
04 GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS	97

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

Demonstrações Financeira Consolidadas.....	122
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	127
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	217
• Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	220
• Relatório Anual Sobre a Fiscalização Efectuada.....	222
• Relatório dos Auditores.....	224

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ÀS CONTAS

Demonstrações Financeira Individuais	228
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais	233
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	305
• Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	308
• Relatório Anual Sobre a Fiscalização Efectuada.....	310
• Relatório dos Auditores.....	312

ANEXOS

I - Participações Accionistas e Obrigacionistas dos Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização.....	316
II - Participações de Accionistas.....	318
III - Adopção das Recomendações do <i>Financial Stability Forum (FSF)</i> e do <i>Committee of European Banking Supervisors (CEBS)</i> relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos.....	319
IV - Estrutura e Práticas do Governo Societário.....	322
V - Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização	324
VI - Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.....	326
VII -Política de Remuneração dos Dirigentes.....	341



RELATÓRIO DE GESTÃO



**MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA**

O desenvolvimento da actividade do Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) em 2010 foi condicionado pelo clima de grande instabilidade vivido nas economias periféricas da Zona Euro, principalmente na Grécia e Irlanda, tendo, mais tarde, atingido Portugal e a Espanha. O risco de incumprimento da dívida soberana destes países agravou-se substancialmente e traduziu-se numa crescente incerteza e volatilidade dos mercados.

Como resposta a este contexto desfavorável, o BESI focou o desenvolvimento das suas actividades (i) no reforço da sua internacionalização; (ii) no aumento do peso das áreas de assessoria e intermediação, com menor consumo de capital e liquidez; e (iii) na rotação dos portfólios de crédito. Esta abordagem permitiu que o ano de 2010 fosse mais um ano de crescimento sustentado, tendo o Banco alcançado um Produto Bancário de 259 milhões de euros, um aumento de 13,2% face a 2009, e um Resultado Líquido de 60 milhões de euros, 19,1% acima do obtido em 2009.

Graças à crescente presença internacional, o BESI beneficiou da exposição a mercados em desenvolvimento ou em recuperação (Brasil, Angola, Polónia e Estados Unidos da América), que de alguma forma mitigaram as dificuldades sentidas em Portugal e Espanha. Em 2010, cerca de dois terços da actividade, em termos de Produto Bancário (65%) e Resultado Líquido (66%) foram gerados fora de Portugal. No final do ano via a aquisição de 50,1% do Execution Noble, passou a contar com cerca de 900 Colaboradores, dos quais 70% exercem a sua actividade no exterior.

A ambição de ser um Banco de Investimento com uma crescente actividade e visibilidade internacionais teve em 2010 importantes desenvolvimentos:

- No Reino Unido, concluímos em Novembro a aquisição de uma participação de 50,1% no Execution Noble, operação anunciada no início de 2010. Esta aquisição reforça a presença do Banco em Londres, expandindo as suas actividades a Hong Kong e à Índia e alargando a sua capacidade de distribuição internacional e a sua exposição a novos mercados de crescimento;
- No México, procedemos à abertura, em conjunto com o nosso accionista Banco Espírito Santo, de um escritório de representação, que nos permitirá aceder ao segundo maior mercado da América Latina;
- No Brasil, iniciámos a actividade de *Wealth Management* através da Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM, e reforçámos a actividade de *private equity* através da 2bCapital S.A., uma parceria com o Banco Bradesco;
- Na Polónia, alargámos a oferta de produtos com o início das actividades de Renda Fixa e com a execução dos primeiros mandatos na área de Mercado de Capitais;
- Nos Estados Unidos da América, consolidámos a nossa presença através do reforço das actividades já existentes, estendendo a nossa actuação aos países da América Latina de língua espanhola.



Mantivemos igualmente a liderança em diversas áreas de negócio e fomos distinguidos com a atribuição de diversos prémios, traduzindo o reconhecimento da nossa actuação:

- **“Best Investment Bank in Portugal”** em 2010, pela revista World Finance (pela terceira vez consecutiva) e **“Best Investment Bank in Portugal”** em 2010, pela revista Euromoney;
- Nas Fusões e Aquisições, mantivemos a liderança dos mercados nacional (em número de operações e valor) e ibérico (em número de operações), de acordo com os *rankings* da Bloomberg e alcançámos o 5º lugar no *ranking* de operações concluídas no Brasil (em valor, de acordo com a ANBIMA). Fomos ainda distinguidos pela revista Euromoney como **“Best Bank for M&A Advisory in Portugal”** (Euromoney Real Estate Awards 2010);
- Na Corretagem, mantivemos a liderança em Portugal, com uma quota de mercado de 12,4% e reforçámos a 3ª posição no *ranking* das principais corretoras espanholas, com uma quota de mercado de 7,9%. No Brasil consolidámos a 30ª posição no *ranking* Bovespa e na Polónia ocupamos já a 13ª posição no *ranking* das corretoras, tendo a equipa de vendas polaca sido considerada a 6ª melhor entre todos os membros da Bolsa de Varsóvia;
- No *Project Finance* e Securitização, fomos distinguidos pela revista Project Finance Magazine com a atribuição de diversos prémios a operações por nós lideradas em 2010 na Europa, em África e na América Latina. Ao longo do ano alcançámos ainda lugares de destaque em alguns *rankings*, sendo de realçar (i) a liderança mundial em assessoria financeira de projectos PFI/ PPP (Dealogic, 1º semestre de 2010); (ii) a liderança mundial, como *Mandated Lead Arranger*, no sector dos Transportes (Infrastructure Journal, 1º semestre de 2010); e (iii) a liderança na América Latina, como *Bookrunner* (Dealogic, 3º trimestre de 2010);
- Na área de Mercado de Capitais, continuámos a ter uma actuação destacada, liderando e participando em operações de referência, tanto de renda fixa como de renda variável, nos mercados em que estamos presentes, com destaque para o mercado brasileiro;
- Na área de *Private Equity*, o ano foi marcado essencialmente pelo trabalho de lançamento do fundo 2bCapital Brasil Mid-Market Growth Fund e pelo alargamento dos fundos sob gestão, por via do aumento de capital do fundo FCR PME BES em 10 milhões de euros.

Apesar do sentimento negativo que ainda marca a actual conjuntura nos países periféricos, as expectativas para a economia mundial em 2011 afiguram-se moderadamente favoráveis. É certo que se esperam divergências claras nos ritmos de expansão das diferentes áreas económicas mas, no seu conjunto, o crescimento global tenderá a ser suportado pelo dinamismo das principais economias emergentes e pelo efeito desfasado dos fortes estímulos da política monetária implementados nas economias desenvolvidas ao longo do último ano. A crise das finanças públicas da Zona Euro poderá manter-se como um dos principais riscos para 2011, a que acrescem as preocupações com o aumento das pressões inflacionistas a nível global, sobretudo devido ao aumento dos preços das matérias-primas, e a condução de políticas monetárias de cariz mais restritivo, principalmente em algumas economias emergentes.

Apesar dos difíceis e importantes desafios que certamente teremos que enfrentar ao longo de 2011, estamos convictos que a nossa estratégia de expansão internacional, na qual se destaca a recente aquisição de 50,1% do capital do Execution Noble, irá permitir manter a tendência de crescimento global da actividade até agora evidenciada.

Agradecemos mais uma vez o grande esforço e empenho de todos os nossos Colaboradores que, com entusiasmo e determinação, foram decisivos para o desempenho alcançado em 2010, e a preferência com que os nossos Clientes nos continuam a distinguir.

Queremos também expressar uma manifestação de apreço ao Conselho Fiscal e aos nossos Auditores, pelo seu contributo para o desenvolvimento e melhoria dos níveis de excelência no reporte da informação contabilística e de gestão do Banco, e igualmente ao Banco de Portugal, à Comissão de Mercado e Valores Mobiliários e às Entidades de supervisão dos países onde estamos presentes, pela sua constante cooperação e pela confiança depositada no Banco Espírito Santo de Investimento.

Para terminar, não queremos deixar de manifestar o nosso profundo pesar pelo falecimento do Dr. Filinto Elísio Monteiro Gomes, que exerceu as funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral deste Banco a partir de Março de 2007 e de quem guardamos o exemplo de rigor e seriedade que nos transmitiu ao longo destes anos.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

(Presidente do Conselho de Administração)

ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÃO EXECUTIVA

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente¹

Secretário

José Miguel Alecrim Duarte

Conselho de Administração

Presidente

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Vice-Presidentes

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Vogais

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

António Espírito Santo Silva Salgado

Bernard Marcel Fernand Basecqz

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz

Moses Dodo

Nigel Keith Purse

Paulo José Lameiras Martins

Phillipe Gilles Fernand Guiral

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

¹ Vacante em virtude do falecimento do anterior titular, Dr. Filinto Elísio Monteiro Gomes. A nomeação do novo titular deverá ter lugar na próxima Assembleia Geral.

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz

Moses Dodo

Nigel Keith Purse

Paulo José Lameiras Martins

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

Directores Centrais com Assento na Comissão Executiva

José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto

Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico

Secretária da Comissão Executiva

Patrícia Salgado Goldschmidt Catanho Meneses

Conselho Fiscal

Membros Efectivos

José Manuel Macedo Pereira (Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Membro Suplente

Nuno Espírito Santo Leite de Faria

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha



SENIOR MANAGING DIRECTORS

Alan Amaral Fernandes
Carlos Manuel Fatal Pires Nogueira
Carlos Alberto Ferreira Pinto
Carolina Ibañez López Doriga
Garreth Spencer Hodgson
João Carlos Mendes Reis Arantes e Oliveira
João Eduardo Moraes Simão Baptista Pereira
José Eduardo Folgado Gabriel
José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
José Miguel Marques Rego
Maria Leonor Betencourt Silva Dantas Jorge
Lucas Martínez Vuillier
Luis Filipe Pablo Pereira da Cruz Vasconcelos
Luís Nunes Sousa Santos
Maria Luísa Hueb Baroni
Nuno David Fernandes Cardoso
Paulo Augusto Luz Ferreira Saba
Paulo José Falcão Araújo
Pedro Miguel Nunes Ventaneira
Ricardo Domenech Zamora
Sílvia Maria Rosado Costa Honrado

DIRECÇÕES, DEPARTAMENTOS E UNIDADES

DIRECÇÕES

Cientes

Pedro Toscano Rico (Portugal)
Carolina Ibañez (Espanha)
César Ciavolih (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Miguel Borges (Reino Unido)²
Bartłomiej Dmitruk (Polónia)
Nuno Cardoso (Estados Unidos da América)
Manuel Reis (Angola)
Paulo Araújo (Execution Noble Limited)

Cientes Particulares

Lourenço Vieira de Campos

² Desde 1 de Fevereiro de 2011

Serviços Financeiros

Leonor Dantas/ Luís Vasconcelos (Portugal)
José Miguel Rego (Espanha)
Maria Luísa Baroni (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Lukasz Pawłowski (Polónia)³
Daniel Pyne (Estados Unidos da América)
Angus Macpherson (Execution Noble Limited)
Tiago Félix (Cross-Border)

Médias Empresas

Leonor Dantas

Acquisition Finance e Outros Financiamentos

Rui Baptista/ Pedro Ruas (Portugal)
Rui Baptista/ Lucas Martinez Vuillier (Espanha)
Rui Baptista/ Adrian Gorálski (Polónia)
Rui Baptista (Brasil, Reino Unido e Estados Unidos)

Project Finance e Securitização

Luís Sousa Santos/ Nuno Gil (Portugal)
Lucas Martinez Vuillier (Espanha)
Alan Fernandes (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Robin Earle (Reino Unido e Polónia)
Carl Adams (Estados Unidos da América)
Manuel Reis (Angola)

Mercado de Capitais - Originação

Sílvia Costa (Portugal e Espanha)
Márcio Pepino (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Miguel Guiomar (Internacional)
Angus Macpherson/ Peter Tracey (Execution Noble Limited)

Renda Fixa

Carlos Ferreira Pinto (Portugal e Espanha)
Paulo Saba (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Krzysztof Rosa (Polónia)
Gregory Faranello (Estados Unidos da América)
Marcus Ashworth (Execution Noble Limited)

³ Desde 1 de Fevereiro de 2011

Tesouraria

Carlos Nogueira (Portugal)

Paulo Saba (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Gregory Faranello (Estados Unidos da América)

Assessoria em Estrutura de Capitais

Cristina Frazão (Portugal e Espanha)

Sindicação de Créditos⁴

Thomas Friebe (Estados Unidos da América)

Giorgio Scatigna Gianfagna (Reino Unido)

Global Markets

Rui Borges de Sousa (Portugal)

Martim Amaral Neto (Espanha)

Paulo Saba (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Gregory Faranello (Estados Unidos da América)

Mercado Secundário - Acções

João Baptista Pereira (Portugal e Espanha)

Rui Marques (BES Securities do Brasil, S.A.)

Rodrigo Carvalho (Polónia)

Garreth Hodgson (Estados Unidos da América)⁵

Dipesh Patel (Execution Noble Limited)

José Martins Soares (Equity Research)

Gestão de Activos

Fernando Castro Solla (Portugal e Espanha)

Afonso Barbosa (BESAF - BES Activos Financeiros, Lda.)

Private Equity

João Arantes e Oliveira (Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.)

Wealth Management

José Carlos Mendes (Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM)

⁴ Desde 31 de Janeiro de 2011

⁵ Desde 1 de Fevereiro de 2011

DEPARTAMENTOS

Compliance

Patrícia Salgado Goldschmidt

Comunicação e Imagem

Pedro Pereira Santos

Contabilidade

Pedro Ventaneira

Delfina Mendes

Informação

Paula Ramalhete

Informação e Controlo de Gestão

Pedro Ventaneira

António Pacheco

Informática

Luis Orozco

Jurídico

Patrícia Salgado Goldschmidt

Operações

Pedro Ventaneira

João Pereira da Silva

Organização e Meios

José Gabriel

Planeamento e Desenvolvimento Estratégico

José Pinto Basto

Recursos Humanos

José Gabriel

Anibal Paçó

Risco - Análise de Risco de Crédito

Filipa Schubeius

Rui Brigantim Pereira



Risco - Controlo de Risco

Pedro Ventaneira

Luís Pereira

UNIDADES

Project Management Office & Change Management

Rui Trindade de Sousa⁶

SUCURSAIS, SOCIEDADES SUBSIDIÁRIAS E ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO

SUCURSAIS

Londres

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Nigel Keith Purse

Espanha

Félix Aguirre Cabanyes

Ricardo Domenech Zamora

Polónia

Christian Georges Jacques Minzolini

Rodrigo Ferreira Cunha Metelo Carvalho

Nova Iorque

Moses Dodo

Nuno David Fernandes Cardoso

SOCIEDADES SUBSIDIÁRIAS

BES Investimento do Brasil, S.A. - Banco de Investimento (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

BES Securities do Brasil, S.A. - Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

BESAF - BES Activos Financeiros, Ltda. (Brasil)

Diogo Luís Ramos de Abreu

⁶ Desde 10 de Janeiro de 2011

Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Portugal)

Francisco Ravara Cary

João Arantes e Oliveira

Espírito Santo Investment p.l.c. (Irlanda)

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

John Madigan

Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o. (Polónia)

Christian Georges Jacques Minzolini

Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Execution Noble Limited

Luís Luna Vaz

Nick Finegold

Execution Noble (Hong Kong) Limited

Luís Luna Vaz

Nick Finegold

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO

Cidade do México

Moses Dodo

Hugo Villalobos



COMISSÃO EXECUTIVA



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Presidente da Comissão Executiva, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Presidente do Comité de Gestão Global, (*Compliance*, Jurídico, Recursos Humanos, Organização e Meios e Informação e Controlo de Gestão).



Francisco Ravara Cary

Deputy Chief Executive Officer, Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Chief Financial Officer*, Comité de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Políticas de Risco, Conselho de Crédito e Riscos Global, Conselho de Crédito e Riscos Europa, Comité Operacional, (Tesouraria, Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.).



Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Senior Country Officer* de Portugal, *Senior Country Officer* do Reino Unido, Presidente do Comité de Geografia Portugal, (Clientes Portugal, *Acquisition Finance* e Outros Financiamentos, Clientes Particulares, Sucursal de Londres, Clientes Londres e Informação).



Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vice-Presidente do Conselho de Administração, (Comunicação e Imagem, Relações Institucionais e Clientes *Premium*).



Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto

Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Senior Country Officer* de Angola, Presidente do Comité de Geografia Angola, (*Project Finance* e Securitização).



Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Senior Country Officer* do Brasil, Presidente do Comité de Geografia Brasil, Presidente Conjunto do Conselho de Crédito e Riscos Américas, (*Wealth Management*, BES Investimento do Brasil, S.A. - Banco de Investimento e suas filiais, Clientes Brasil).



Christian Georges Jacques Minzolini

Administrador, *Senior Country Officer* da Polónia, Presidente do Comité de Geografia Polónia, (Sucursal da Polónia, Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o., Secretário-Geral, Planeamento e Desenvolvimento Estratégico).



Diogo Luís Ramos de Abreu

Administrador, (Assessoria em Estrutura de Capitais, BESAF - BES Activos Financeiros, Lda).



Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

Administrador, (*Global Markets*).



Félix Aguirre Cabanyes

Administrador, *Senior Country Officer* de Espanha, Presidente do Comité de Geografia Espanha, (Sucursal de Espanha e Clientes Espanha).



Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz

Administrador, (Mercado de Capitais - Originação, Mercado Secundário - Acções, Renda Fixa, Gestão de Activos, Execution Noble Limited e suas filiais).



Moses Dodo

Administrador, *Senior Country Officer* dos Estados Unidos da América, Presidente do Comité de Geografia Estados Unidos da América, Presidente Conjunto do Conselho de Crédito e Riscos Américas (Sucursal de Nova Iorque, Escritório de Representação na Cidade do México e Sindicação de Créditos⁷).



Nigel Keith Purse

Administrador, (*Project Finance* e *Securitização*).



Paulo José Lameiras Martins

Administrador, (Serviços Financeiros e Médias Empresas).



Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

Administrador, *Senior Country Officer* da Irlanda, *Chief Risk Officer*, *Chief Operations Officer*, (Risco - Controlo de Risco e Risco de Crédito, Contabilidade, Operações, Informática, *Project Management Office & Change Management*, Risco Operacional (incluído no Departamento de *Compliance*), Informação e Controlo de Gestão e Espírito Santo Investment, Plc.).

DIRECTORES CENTRAIS COM ASSENTO NA COMISSÃO EXECUTIVA



José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto

Planeamento e Desenvolvimento Estratégico e Sindicação de Créditos⁸



Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico

Clientes - Portugal

⁷ Desde 31 de Janeiro de 2011

⁸ Desde 31 de Janeiro de 2011

PRINCÍPIOS E VALORES

A actividade do Banco Espírito Santo de Investimento é norteada pelos seguintes Princípios e Valores:

Ownership

Forte identificação com a missão e valores corporativos e sentido de integração no grupo, revelando uma vontade explícita e afirmativa de ser e permanecer um membro activo e integrante do Banco. Viver com intensidade a dinâmica, os sucessos e dificuldades da instituição, como se de seus se tratassem. Evidenciar pelos comportamentos e atitudes um forte sentido de responsabilidade, na preocupação com o desempenho e riscos do Banco e dos seus Clientes.

Orientação para o Cliente

Conquistar, manter e desenvolver a confiança do Cliente, através de uma atitude profissional e dedicada, focando nas suas necessidades e tentando superar as suas expectativas, com o objectivo último de maximizar a contribuição para a criação de valor e o estabelecimento de uma relação de parceria.

Excelência

Demonstrar qualidade e potencial através de soluções inovadoras e criativas. Procurar constantemente a perfeição, com atenção aos detalhes, obtendo resultados que superem as expectativas.

Orientação para as Pessoas

Valorizar a dignidade de todos os Colaboradores, oferecendo-lhes espaço para a sua realização e crescimento, pessoal e profissional, num quadro de respeito pelos conhecimentos, competências e individualidade de cada um.

Cultura de Aprendizagem

Atitude de aprendizagem contínua e inovação, promovendo a diversidade de ideias e a partilha de informação. Constante busca de mais conhecimento, para tornar o Banco numa fonte de diferenciação no mercado.

Paixão de Vencer

Revelar forte envolvimento e elevado nível de energia e motivação, que cultivem a vontade de fazer e conseguir cada vez mais e melhor.

Comunicação

Demonstrar a capacidade de expressar opiniões e pontos de vista, de uma forma objectiva e clara, dando ao mesmo tempo, espaço de afirmação e expressão ao interlocutor. Valorizar a informação, sendo assertivo na opinião e atento e activo no entendimento dos demais. Valorizar uma política consistente de *open-door* e comunicação não-hierárquica com as pessoas a todos os níveis da organização, promovendo adequadamente a transparência.

Pensar e Agir Internacionalmente

Estar ciente das tendências globais que afectam os negócios e manter-se informado dos desenvolvimentos relevantes que ocorrem no contexto global. Ter capacidade de avaliar e estimar de que forma eventos globais podem impactar o negócio local e vice-versa, desenvolvendo as tarefas num contexto global. Respeitar as diferenças entre as várias geografias onde o Banco está presente mas garantindo a integridade dos negócios.

Ética e Transparência

Alinhar o pensamento e a conduta corporativa de forma a responder adequadamente a requisitos de solidariedade e de respeito pela dignidade humana. Respeitar a regulamentação vigente e implementar as regras corporativas no desenvolvimento do negócio, comportando-se de uma forma que seja do interesse geral do Banco. Manter um elevado nível de transparência nos relatórios anuais, contas e outros documentos corporativos, assegurando que os colaboradores, accionistas, reguladores, Clientes e mercado em geral, dispõem de informação adequada para entender as actividades do Banco e os seus resultados.

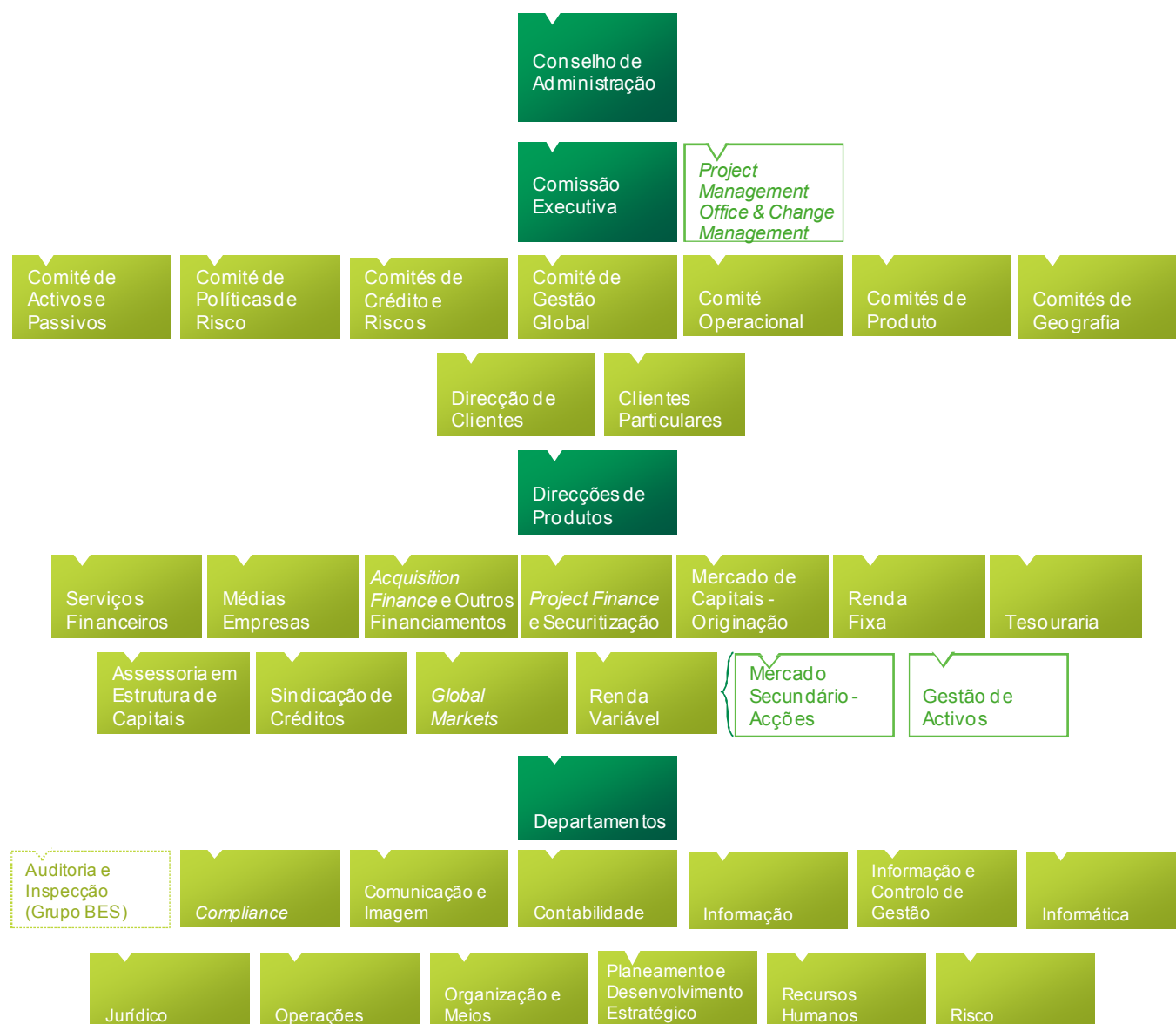
PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados Consolidados	2010	2009	Variação
Produto Bancário Consolidado	258 912	228 634	13,2%
Comissões	139 743	113 921	22,7%
Margem Financeira e Mercados	119 169	114 713	3,9%
Total de Custos Operacionais	(138 181)	(105 840)	30,6%
Custos com Pessoal	(87 997)	(68 307)	28,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	(46 741)	(34 939)	33,8%
Amortizações	(3 443)	(2 594)	32,7%
Resultado Operacional	120 731	122 794	(1,7%)
Provisões	(38 602)	(52 924)	(27,1%)
Interesses Minoritários e Outros	(4 400)	(7 315)	(39,8%)
Resultados antes de Impostos	77 729	62 555	24,3%
Impostos	(17 699)	(12 171)	45,4%
Resultado Líquido Consolidado	60 030	50 384	19,1%

Balanço Consolidado	2010	2009	Variação
Activo			
Activos financeiros detidos para negociação	2 012 802	1 365 581	47,4%
- Títulos	1 276 023	755 753	68,8%
Activos financeiros disponíveis para venda	695 005	528 678	31,5%
Aplicações em instituições de crédito	372 610	747 085	(50,1%)
Crédito a clientes	2 244 842	2 072 859	8,3%
Outros activos	1 692 341	1 163 272	45,5%
Total do Activo	7 017 600	5 877 475	19,4%
Capitais Próprios e Passivo			
Capital Social	180 000	180 000	0,0%
Interesses Minoritários	80 727	59 983	34,6%
Capital Próprio	633 647	526 756	20,3%
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultado	626 472	456 511	37,2%
Recursos de outras instituições de crédito	2 313 561	1 657 092	39,6%
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 338 765	833 456	60,6%
Responsabilidades representadas por títulos	1 172 281	1 941 066	(39,6%)
Outros passivos	932 874	462 594	101,7%
Total Capitais Próprios e Passivo	7 017 600	5 877 475	19,4%

ORGANIGRAMA



RATING

Em Abril de 2010, e no seguimento da revisão em baixa dos *ratings* de longo prazo e curto prazo da República Portuguesa para, respectivamente, A-/ A-2, com *outlook* negativo (de A+/ A-1), a agência de *rating* Standard & Poor's (S&P) procedeu à revisão dos *ratings* de Bancos Portugueses.

Neste contexto, a S&P reviu em baixa os *ratings* do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. de longo prazo de A para A- e de curto prazo de A-1 para A-2, com *outlook* negativo.

No que diz respeito às subsidiárias do Banco, em Janeiro de 2010, a S&P atribuiu ao BES Investimento do Brasil S.A as notações de *rating* BBB-/ A-3 na sua escala global. Ao nível da escala local foram atribuídas as notações de brAAA/br A-1, com *outlook* estável, reflectindo o apoio que o BES Investimento do Brasil, S.A. tem dos accionistas e a sua importância estratégica como subsidiária do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Em Março de 2010, a S&P atribuiu um *rating* de BBB- ao programa global de dívida de médio prazo de 1.000 milhões de dólares e à emissão de dívida sénior de 500 milhões de dólares do BES Investimento do Brasil, S.A.. Esta última emissão recebeu ainda um *rating* de Baa2 por parte da Moody's, em Dezembro de 2010.

Em finais de 2010, a Moody's manteve o *rating* do BES Investimento do Brasil, S.A em escala global em Baa2/ P-3 para os depósitos em moeda local e Baa3/ P-3 para os depósitos em moeda estrangeira e o *rating* na escala nacional Aaa.br/ BR-1. Na mesma ocasião, os *ratings* foram colocados em revisão para possível *downgrade*.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a conta de resultados do exercício apresentou em 31 de Dezembro de 2010 um saldo positivo de 27.352.082,14 de euros (vinte e sete milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitenta e dois euros e catorze cêntimos), o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício:

	(euros)
Para o fundo de reserva legal	2 735 208,21
Para reservas livres	11 788 420,95
Para distribuição de dividendos (os quais já foram integralmente pagos ao Accionista Único, a título de adiantamento sobre lucros no decurso do exercício)	12 828 452,98
TOTAL	27 352 082,14

Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada no passado dia 26 de Dezembro de 2010, foi aprovada a distribuição de parte das Reservas Livres no montante de 11.171.547,02 de euros (onze milhões, cento e setenta e um mil, quinhentos e quarenta e sete euros e dois cêntimos).

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a. As demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis;
- b. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis;
- c. As demonstrações financeiras referidas nas alíneas a) e b) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- d. O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no exercício de 2010, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 25 de Março de 2011

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
(Presidente do Conselho de Administração)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva)

Francisco Ravara Cary
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Miguel António Igrejas Horta e Costa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
(Vogal)



António Espírito Santo Silva Salgado
(Vogal)

Bernard Marcel Fernand Basecqz
(Vogal)

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia
(Vogal)

Christian Georges Jacques Minzolini
(Membro da Comissão Executiva)

Diogo Luís Ramos de Abreu
(Membro da Comissão Executiva)

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva
(Vogal)

Félix Aguirre Cabanyes
(Membro da Comissão Executiva)

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria
(Membro da Comissão Executiva)

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha
(Vogal)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
(Vogal)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz
(Membro da Comissão Executiva)

Moses Dodo
(Membro da Comissão Executiva)

Nigel Keith Purse
(Membro da Comissão Executiva)

Paulo José Lameiras Martins
(Membro da Comissão Executiva)

Philippe Gilles Fernand Guiral
(Vogal)

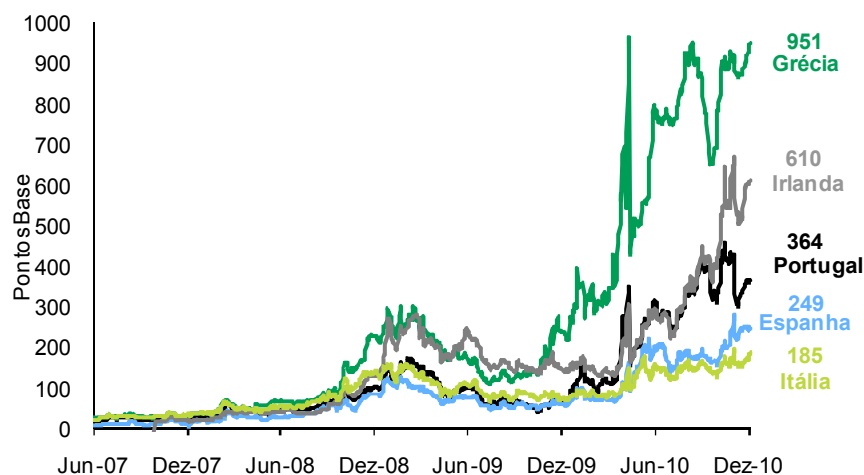
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro
(Membro da Comissão Executiva)

01 AMBIENTE MACROECONÓMICO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

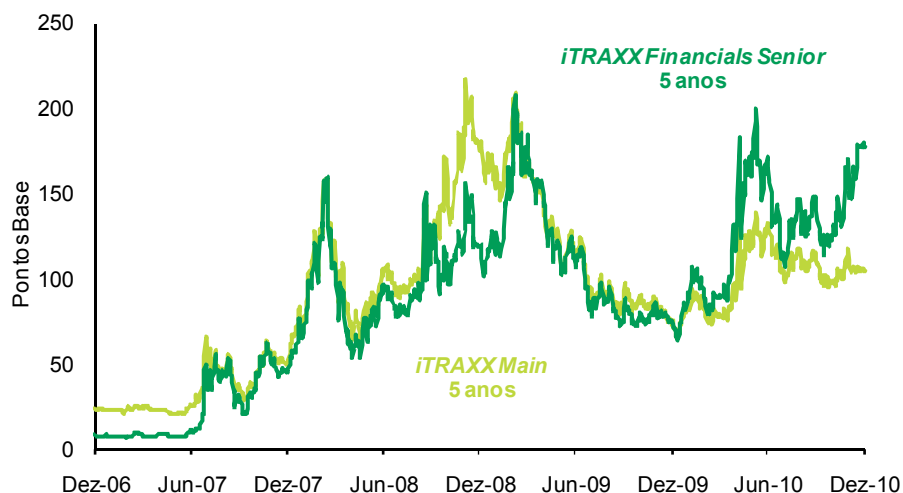
O ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro, sobretudo em resultado do forte desequilíbrio das contas públicas da Grécia e das dificuldades do sector financeiro da Irlanda, neste caso com impacto nas respectivas contas públicas. A necessidade de apoio financeiro da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional a estas economias alimentou um receio de contágio a outras economias da periferia da Zona Euro, em particular a Portugal e a Espanha, penalizando as respectivas condições de financiamento. A revisão em baixa dos *ratings* soberanos da periferia da Zona Euro e os receios sobre a deterioração da qualidade do crédito (tanto ao nível da dívida soberana como do crédito hipotecário) penalizaram igualmente as condições de *funding* dos bancos europeus. O *spread* dos *credit default swaps* do índice iTraxx Financials subiu cerca de 102 pontos base em 2010, para 177 pontos base.

Spreads das Yields dos Títulos de Dívida Pública a 10 Anos vs. Alemanha Economias Seleccionadas



Fonte: Bloomberg.

Índice iTraxx



Fonte: Bloomberg.

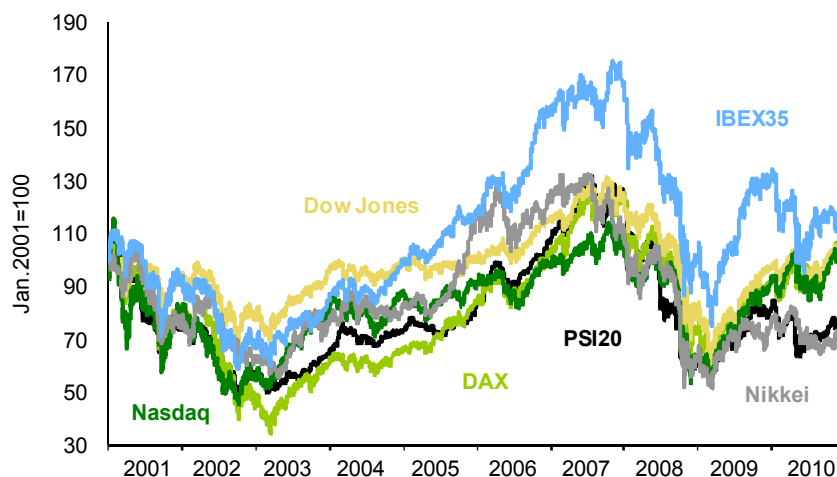
Reflectindo a quebra de confiança dos investidores, o euro registou uma depreciação de 6,7% face ao dólar no conjunto de 2010, cotando-se em EUR/ USD 1,336 no final do ano, e os índices accionistas CAC40, IBEX35 e PSI20 desvalorizaram-se, respectivamente, 3,34%, 17,43% e 10,34%. Em contraste, e reflectindo o desempenho excepcionalmente favorável da economia alemã, o índice DAX valorizou-se 16,06%.

EUR/ USD



Fonte: Bloomberg.

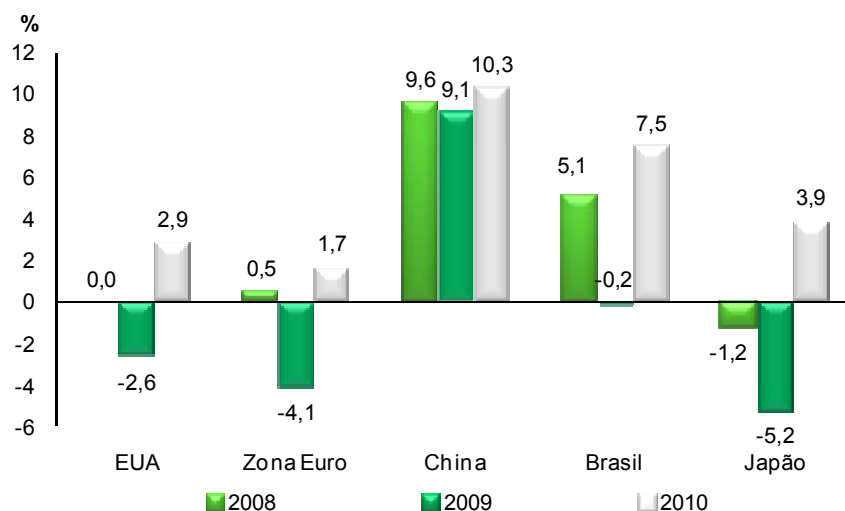
Principais Índices Accionistas



Fonte: Bloomberg.

Não obstante os receios de instabilidade financeira atrás descritos, o ano de 2010 foi também marcado por uma evolução favorável da actividade nas principais áreas económicas, com os impactos desfasados dos estímulos das políticas monetária e orçamental a fazerem sentir-se na procura interna e, sobretudo, nos fluxos de comércio internacional. Após os registos negativos observados em 2009, o PIB cresceu 3,6% na Alemanha, 1,7% na Zona Euro e 2,9% nos Estados Unidos da América. Neste contexto, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 ganharam 11,02%, 16,91% e 12,78% no conjunto de 2010, beneficiando também da postura expansionista da política monetária da Reserva Federal. As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando-se crescimentos de 10,3% na China e 7,5% no Brasil.

Crescimento do PIB, Economias Seleccionadas

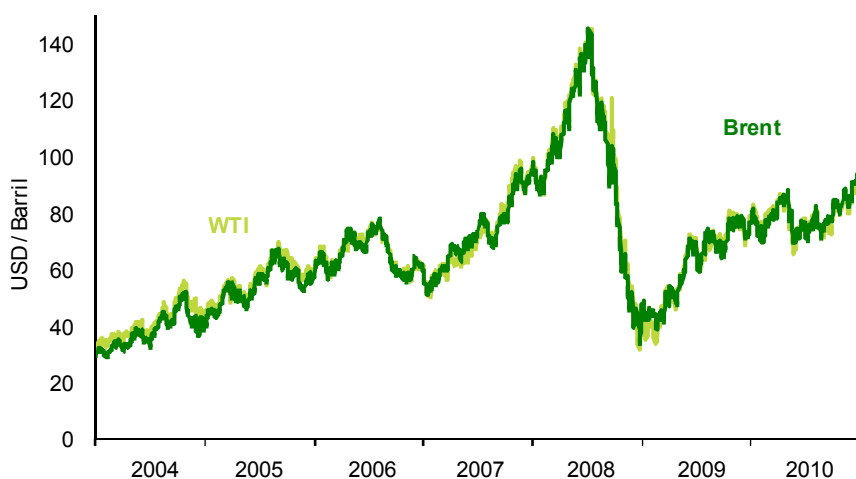


Fonte: FMI, Institutos de Estatística Nacionais.

Na China, o crescimento assentou na dinâmica cada vez mais intensa da procura interna, decorrente das condições monetárias expansionistas ainda existentes, pese embora as medidas restritivas levadas a cabo pelo Banco Central (subida dos juros de referência e das taxas de reservas obrigatórias dos bancos, restrições quantitativas ao crédito pela via administrativa e valorização de 3,5% do renminbi face ao dólar). A evolução da inflação constituiu uma das principais preocupações das autoridades chinesas e, a um nível mais geral, dos mercados financeiros, sobretudo na parte final do ano.

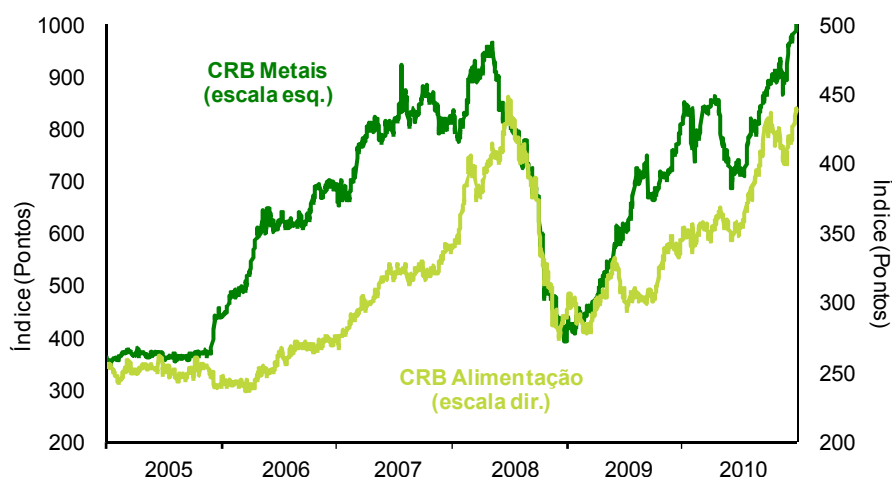
Estas preocupações resultaram, em grande medida, da evolução dos preços das matérias-primas. O preço do petróleo (Brent) subiu de 77,2 para 94,3 dólares por barril, entre o final de 2009 e o final de 2010. A expectativa de fortalecimento da procura global e diversas restrições à oferta (em parte, relacionadas com condições climáticas adversas) traduziram-se, também, na aceleração dos preços das *commodities* alimentares e dos metais industriais, tendo os índices de preços *Commodity Research Bureau* relativos à Alimentação e aos Metais crescido 27,7% e 24,4%, respectivamente, no conjunto do ano.

Preço do Petróleo



Fonte: Bloomberg.

Índices CRB Alimentação e Metais

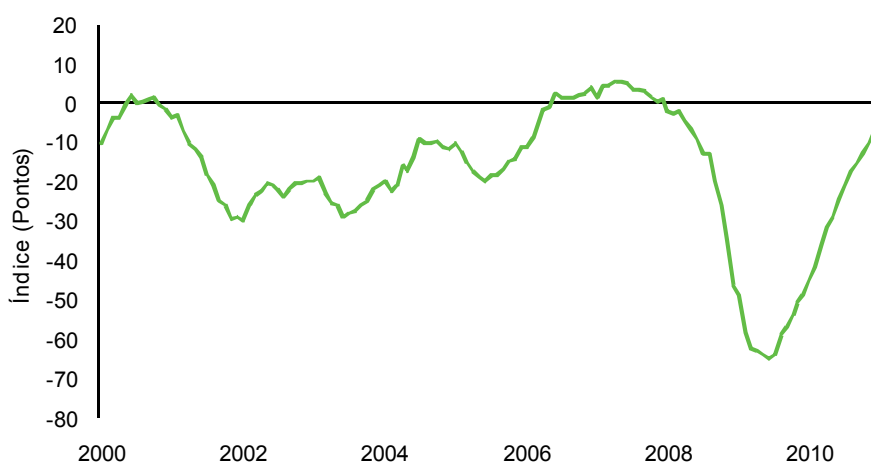


Fonte: Bloomberg

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NA ZONA EURO

A economia da Zona Euro foi consolidando, ao longo do ano de 2010, a trajectória de progressiva recuperação da actividade iniciada na segunda metade de 2009, que pôs termo ao período de recessão iniciado no 2º trimestre de 2008. O PIB registou, assim, um crescimento de 1,7%, após a contracção de 4,1% verificada em 2009. Na base desta recuperação encontra-se o forte desempenho das exportações, beneficiando da dinamização dos fluxos de comércio internacional e, em especial, da procura oriunda das economias emergentes, que exerceu um forte efeito favorável sobre a produção industrial. Particularmente forte foi o desempenho da actividade no 2º trimestre, ao crescer 1% em termos trimestrais, beneficiando do estímulo fornecido pelo conjunto das políticas públicas implementadas, de cariz expansionista.

Indicador de procura externa da Comissão Europeia (saldo de respostas extremas)



Fonte: Bloomberg.

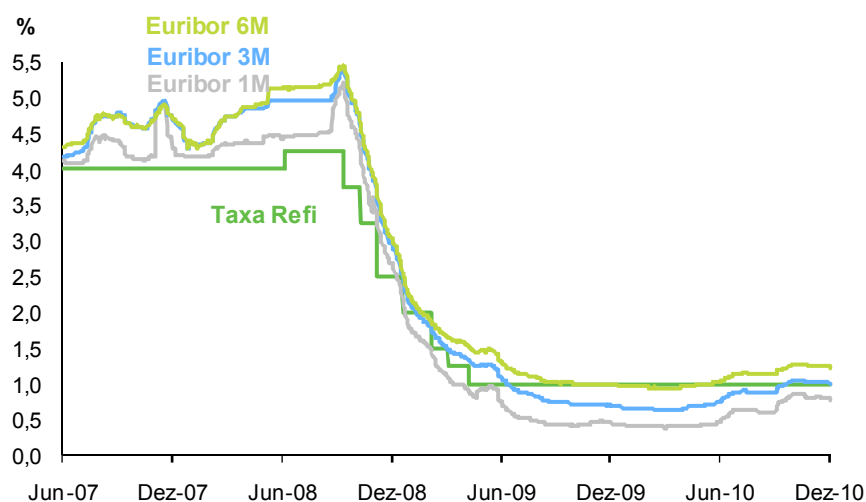
No entanto, a base da recuperação foi-se tornando gradualmente mais ampla, sendo também de notar a melhoria do consumo privado e a moderação da quebra sofrida pelo investimento (tendo o investimento em equipamento exibido já um crescimento face ao ano anterior), acompanhando uma melhoria dos níveis de confiança e a progressiva normalização das condições de financiamento nas economias *core*.

A recuperação da actividade no conjunto da Zona Euro não foi, no entanto, uniforme, sendo de sublinhar a evidente heterogeneidade de desempenho entre Estados-membros. Digno de registo é o desempenho da economia alemã, que cresceu 3,6% no conjunto do ano, o maior ritmo de expansão desde a reunificação, com um forte contributo das exportações e do investimento em equipamento. Este desempenho contrasta com a desaceleração e mesmo contracção registados pelas economias periféricas da União Económica e Monetária. Neste plano, é de destacar a contracção das economias grega, irlandesa e espanhola, a primeira das quais superior a 4%, sobretudo em consequência do acentuado esforço de consolidação orçamental em curso naqueles Estados-membros.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 1,4%, após o registo de 0,3% em 2009, uma subida que em grande medida se ficou a dever às componentes de energia e transportes e alimentação. No entanto, a taxa de inflação subjacente, que exclui aquelas componentes, registou um decréscimo face ao ano anterior, traduzindo a ausência de pressões inflacionistas impostas pela procura, algo patente também na elevada capacidade instalada não utilizada e no aumento da taxa de desemprego, para 10% da população activa.

Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) manteve inalterada, durante todo o ano, a taxa de juro de referência em 1%, nível a que se encontra desde Maio de 2009. Paralelamente, a autoridade monetária forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses e também, a partir de Maio, adquirindo pontualmente, em mercado secundário, títulos de dívida pública, visando reduzir as tensões observadas em alguns mercados, e que foram particularmente visíveis nos mercados de dívida soberana de alguns Estados periféricos. Ao abrigo deste programa, o BCE adquiriu um total de 73,5 mil milhões de euros em títulos de dívida até ao final do ano. Este montante foi objecto de esterilização, através da constituição de depósitos de curto prazo dos bancos comerciais junto do BCE, de modo a não incrementar a oferta monetária.

Zona Euro – Taxas Refi e Euribor



Fonte: Bloomberg.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL

O ano de 2010 foi caracterizado por uma deterioração das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e, sobretudo, na sequência do *downgrading* da República (em dois graus, para A-) levado a cabo, em Abril, por uma das principais agências de *rating*. No conjunto do ano, o *spread* dos títulos de dívida pública a 10 anos face ao *benchmark* alemão subiu 296 pontos base, para 364 pontos base (tendo atingido um máximo de 460 pontos base em meados de Novembro). Apesar de uma situação sólida ao nível da solvabilidade, os Bancos portugueses passaram a enfrentar um ambiente externo adverso no acesso à liquidez, forçando um maior recurso às operações de cedência de liquidez do BCE e obrigando a um ajustamento das condições de financiamento da actividade económica interna, no sentido de um aumento da sua restritividade.

Em todo o caso, e não obstante uma evolução desfavorável do consumo e do investimento na segunda metade do ano, a economia portuguesa registou em 2010 um crescimento anual de 1,4%, acima das expectativas, beneficiando, em particular, do dinamismo das exportações. Este desempenho relativamente favorável contrasta com os registos negativos de crescimento observados nas outras economias da periferia sob o foco dos mercados (Espanha, Irlanda e Grécia) e resulta também, em parte, do facto de a procura interna não ter sido afectada, como em outras economias, por efeitos-riqueza negativos associados a fortes correcções do mercado imobiliário.

No contexto da crise do risco soberano da Zona Euro, a política orçamental foi caracterizada, em 2010 (sobretudo no último trimestre), pela adopção de medidas fortemente restritivas, com o objectivo de reduzir o défice de 9,3% do PIB, em 2009, para 4,6% do PIB em 2011. Estas medidas incluíram o aumento da carga fiscal nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, destacando-se, neste caso, a subida do IVA, de 20% para 21% em Julho, e de 21% para 23% já em Janeiro de 2011. Do lado da despesa, destaca-se o anúncio da redução dos salários e o congelamento de admissões na função pública, para além de cortes nas despesas sociais e de investimento. Em 2010, o défice das Administrações Públicas reduziu-se para um valor em torno de 6,9% do PIB (abaixo da estimativa inicial de 7,3%, embora beneficiando de uma receita extraordinária de cerca de 1,1% do PIB, decorrente da transferência dos fundos de pensões da Portugal Telecom para o sistema público de pensões). A dívida pública subiu de 76,1% para 82,1% do PIB, mantendo-se abaixo da média da Zona Euro, de 84,1% do PIB.

A subida da taxa média anual de desemprego, de 9,5% para 10,8% da população activa, e a perspectiva de redução do rendimento disponível penalizaram a confiança dos consumidores e determinaram uma desaceleração da procura interna na parte final do ano. No entanto, no conjunto de 2010, o consumo privado cresceu ainda 2%, sobretudo em resultado da antecipação de decisões de consumo, face aos aumentos do IVA atrás referidos. Este efeito foi particularmente visível na aquisição de bens duradouros (sobretudo veículos de transporte). Em termos médios anuais, a inflação no consumo subiu de -0,8% para 1,4%, observando-se uma aceleração mais visível dos preços nos últimos meses do ano, sobretudo em função da subida dos preços da energia. A inflação homóloga atingiu 2,5% em Dezembro de 2010.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e as condições mais restritivas de financiamento levaram a uma nova queda do investimento (de 5,6%, após um registo de -14% em 2009). A retracção das despesas de capital foi comum a todos os sectores - famílias, empresas e Administrações Públicas.

As exportações registaram um crescimento de 8,7%, após um recuo de 11,6% no ano anterior. Para este desempenho contribuíram, sobretudo, as exportações associadas à indústria transformadora, beneficiando da recuperação da procura e da actividade industrial a nível global e nos principais parceiros comerciais de Portugal na Zona Euro (com destaque para a Alemanha, com um crescimento anual do PIB de 3,6%). As encomendas externas à indústria mantinham um forte crescimento na parte final do ano (perto de 50%, em termos nominais e homólogos).

Portugal - Principais Indicadores Económicos

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 E
PIB	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,5	1,4
Consumo Privado	-0,2	2,7	1,7	1,8	2,5	1,8	-1,0	2,0
Consumo Público	0,4	2,4	3,3	-0,7	0,5	1,1	3,4	3,2
Investimento	-7,9	3,7	-0,9	-0,6	2,0	-0,5	-14,0	-5,6
Exportações	3,6	4,1	0,2	11,6	7,6	-0,3	-11,6	8,7
Importações	-0,5	7,6	2,3	7,2	5,5	2,8	-10,6	5,3
Inflação (IPC)	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	-0,8	1,4
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,0	-3,4	-5,9	-4,1	-2,8	-2,9	-9,3	-6,9
Dívida Pública (% do PIB)	55,1	56,5	61,7	63,9	62,7	65,3	76,1	82,1
Desemprego (% da população activa)	6,4	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,5	10,8
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-4,1	-6,0	-8,2	-9,1	-8,9	-11,1	-9,4	-8,7

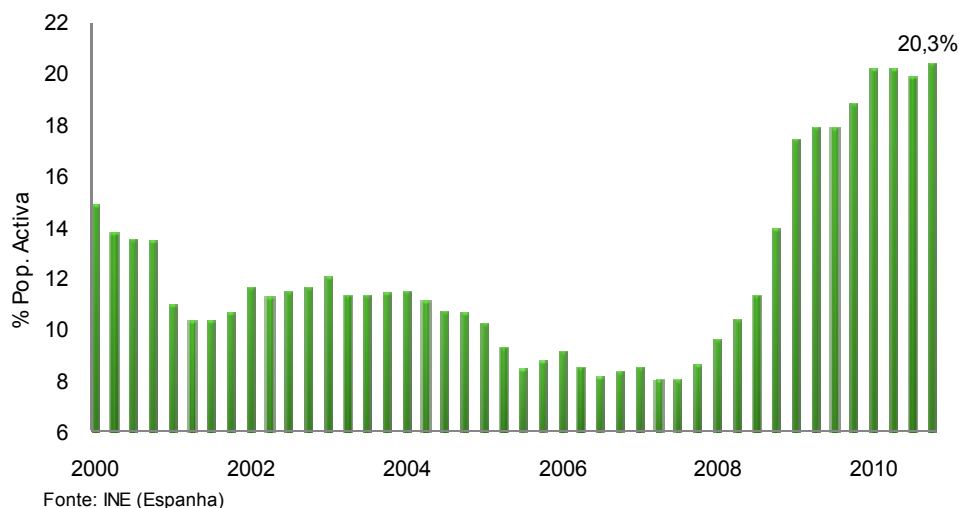
Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, Espírito Santo Research.

O comportamento favorável das exportações e o progressivo ajustamento da procura interna (pressionando em baixa as importações) contribuíram para uma redução do défice externo. Em 2010, o saldo conjunto das balanças corrente e de capital, que reflecte as necessidades líquidas de financiamento externo da economia, reduziu-se de 9,4% para 8,7% do PIB. O processo de *deleverage* em curso na economia portuguesa foi também visível no recuo do *stock* de responsabilidades externas líquidas, de 111% para cerca de 108,5% do PIB.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO EM ESPANHA

A economia espanhola registou um recuo marginal em 2010 (redução do PIB em 0,1% face a 2009), reagindo assim à forte contracção registada em 2009 (-3,7%). O melhor desempenho deveu-se fundamentalmente à recuperação do consumo das famílias, ao avançar 1,3% em termos anuais, apesar da evolução desfavorável do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a agravar-se de 18,8% para 20,3% da população activa, o valor mais elevado em mais de uma década.

Espanha - Taxa de Desemprego



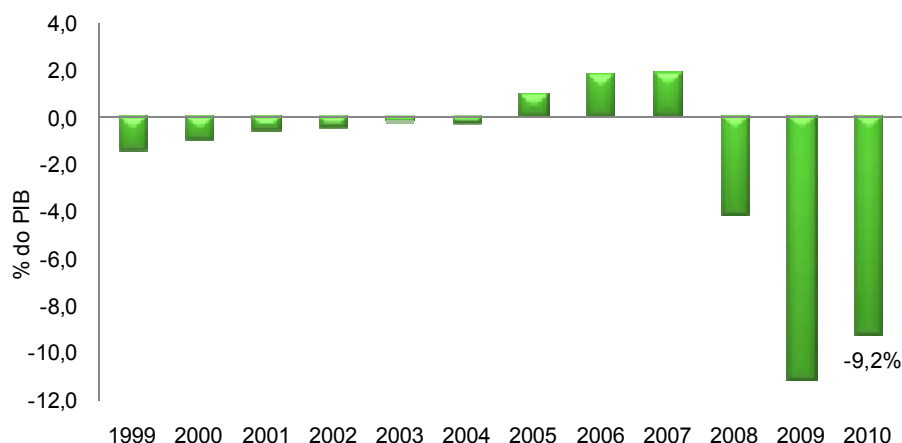


Já o investimento caiu 7,4%, novamente condicionado pela evolução negativa do sector da construção (recoo de mais de 10%), mas compensado, em parte, pela despesa em bens de equipamento (2,2%). Por seu turno, o consumo público sofreu uma quebra, em consequência das medidas de austeridade implementadas pelo Governo. Este desempenho permitiu uma recuperação do contributo da procura interna para o crescimento da economia. Por outro lado, a procura externa líquida contribuiu positivamente para o crescimento, com as exportações a recuperarem, graças à aceleração da economia global e a ganhos de competitividade, e com as importações a evoluírem a um ritmo inferior.

Após uma queda ligeira registada em 2009, a taxa de inflação média anual elevou-se a 1,7%, em consequência da subida dos preços dos combustíveis e da elevação, a 1 de Julho, da taxa do IVA, de 16% para 18%.

O défice orçamental diminuiu para 9,2% do PIB em 2010, após ter atingido 11,1% do PIB em 2009, em consequência da forte contracção da actividade económica. Para além da subida do IVA, os salários dos funcionários públicos sofreram uma redução de 5% e o Governo procedeu a cortes significativos na saúde, no investimento e nas prestações sociais. Estas medidas de cariz restritivo foram reforçadas num contexto das preocupações dos investidores com a sustentabilidade da dívida pública dos países da periferia da Zona Euro. Neste plano, a agência de *rating* Standard & Poor's (S&P) reviu em baixa o *rating* da dívida pública espanhola de AA+ para AA, tal como as agências Fitch e Moody's, que baixaram os respectivos *ratings* de AAA para AA+ e Aaa para Aa1. De um modo geral, as três agências evidenciaram a debilidade da economia (que enfraquece a posição orçamental), o forte endividamento do sector privado, um mercado de trabalho pouco flexível e o impacto que a reestruturação necessária do sector financeiro terá no processo de recuperação da economia.

Espanha - Saldo orçamental (% do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças (Espanha)

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NO REINO UNIDO

A economia britânica registou, no ano de 2010, um crescimento de 1,4% face ao ano anterior, que tinha ficado marcado por uma acentuada contracção da actividade (-5%). O desempenho não foi, contudo, uniforme ao longo do ano, tendo-se observado uma expansão de 1,1% no 2º trimestre, em contraste com a quebra de 0,5% no último trimestre, neste caso em função de condições climatéricas adversas, que penalizaram sobretudo o sector da construção.

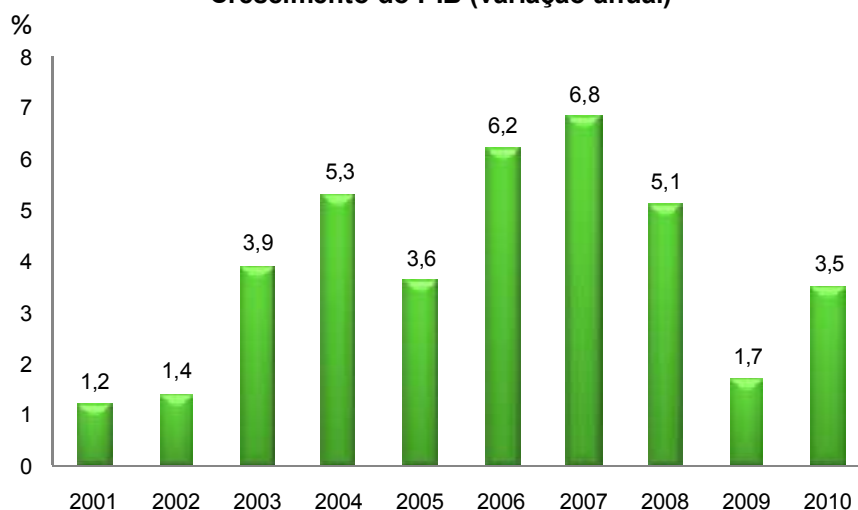
No conjunto do ano, assistiu-se contudo a uma melhoria clara da procura interna em todas as suas componentes. A procura externa, pelo contrário, contribuiu negativamente para o crescimento, em virtude da expansão das importações, cujo ritmo excedeu o das exportações, apesar do melhor desempenho da actividade dos principais parceiros comerciais.

No plano dos preços, a taxa de inflação homóloga manteve-se, durante todo o ano acima de 3%. Esta evolução resulta, por um lado, da subida de preços da energia e do efeito desfasado da acentuada depreciação da libra esterlina entre meados de 2007 e o final de 2008, com impacto desfavorável sobre os preços dos bens e serviços importados. Mas resulta também, por outro lado, da elevação da taxa principal de IVA de 15% para 17,5% em Janeiro de 2010. Apesar deste comportamento desfavorável dos preços, o Banco de Inglaterra conduziu, durante todo o ano, uma política monetária marcadamente acomodatória, mantendo a taxa de juro de referência inalterada em 0,5%, nível a que se encontra desde Março de 2009. Para além disso, o Banco de Inglaterra mantém em vigor, desde Novembro de 2009, um programa de *quantitative easing* no montante total de 200 mil milhões de libras, através do qual a autoridade monetária adquire títulos de dívida pública e privada, visando estimular a liquidez e as despesas de consumo e investimento. A condução de tal política monetária contribuiu para a manutenção de taxas de juro de longo prazo baixas, tendo a *yield* dos Gilts (títulos de dívida pública) a 10 anos atingido um mínimo histórico de 2,79% no mês de Agosto.

A libra esterlina registou uma apreciação anual de 3,5% relativamente ao euro, essencialmente em consequência das preocupações em torno da dívida soberana da Zona Euro, que penalizaram a moeda única europeia. Em relação ao dólar, a libra sofreu uma perda anual de 3,4%, penalizada pelos receios de que o importante esforço de consolidação orçamental plurianual implementado pelo Governo britânico (*Spending Review*) venha a conduzir a uma moderação do crescimento económico nos próximos anos. Este plano, que se centra essencialmente na redução da despesa, visa reduzir o défice orçamental de 10,3% do PIB em 2009, nível a que se manteve no ano de 2010, para 1,1% do PIB em 2015, ano em que se prevê atingir um saldo estrutural nulo.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NA POLÓNIA

Em 2010, a economia polaca registou um crescimento de 3,5%, em aceleração face ao ano anterior, em que tinha registado um crescimento de 1,7%. De referir, no entanto, que o reduzido grau de abertura da economia face ao exterior, característica que também permitiu evitar uma recessão técnica da economia polaca em 2009, mitigou o efeito positivo desencadeado pela retoma do comércio internacional a nível global, impedindo um registo de crescimento mais forte. Por outro lado, as medidas orçamentais implementadas em 2009 como forma de estimular a actividade começaram a ser substituídas por medidas de consolidação orçamental face à deterioração das contas públicas.

Crescimento do PIB (variação anual)


Fonte: Reuters Ecowin.

O consumo privado, com um crescimento de 3,5% suportado pela melhoria das condições no mercado de trabalho e pelo facto de não estar condicionado pela necessidade de desalavancagem como noutras economias, continuou a ser o principal motor do crescimento. À forte procura interna juntou-se, no ano de 2010, uma fase positiva do ciclo de gestão dos *stocks*, que contribuiu em 1,2 pontos percentuais para o crescimento do PIB. O investimento, depois de uma forte contracção no 1º semestre de 2010, recuperou suportado pela entrada de fundos estruturais da União Europeia. Por seu turno, as exportações registaram uma forte aceleração (10%), o que em conjunto com o crescimento acentuado das importações (10,2%) devido à apreciação do zloty e à forte procura interna, resultou num contributo ligeiramente negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB.

O crescimento moderado dos salários e a apreciação do zloty (a divisa polaca evoluiu entre EUR/ PLN 3,86 e 4,15, tendo apreciado cerca de 8% face ao euro) mantiveram as pressões inflacionistas contidas. Ao longo do ano, a evolução dos preços registou um desempenho diferenciado: os primeiros três trimestres do ano foram marcados pela descida acentuada da taxa de inflação; a partir de Setembro, esta iniciou uma trajectória de subida devido ao aumento do preço da energia e dos bens alimentares. Neste contexto, a taxa de inflação média anual registou uma queda de 3,5% em 2009 para 2,6% em 2010, enquanto a inflação *core* homóloga terminou o ano de 2010 em 1,6%. Com a inflação ligeiramente acima do *target* definido pelo Banco Central da Polónia (2,5%), a autoridade monetária decidiu manter a principal taxa de juro de referência em 3,5%, ao mesmo tempo que retirou gradualmente as medidas de política monetária não convencionais.

EUR/ PLN


Fonte: Reuters Ecowin.

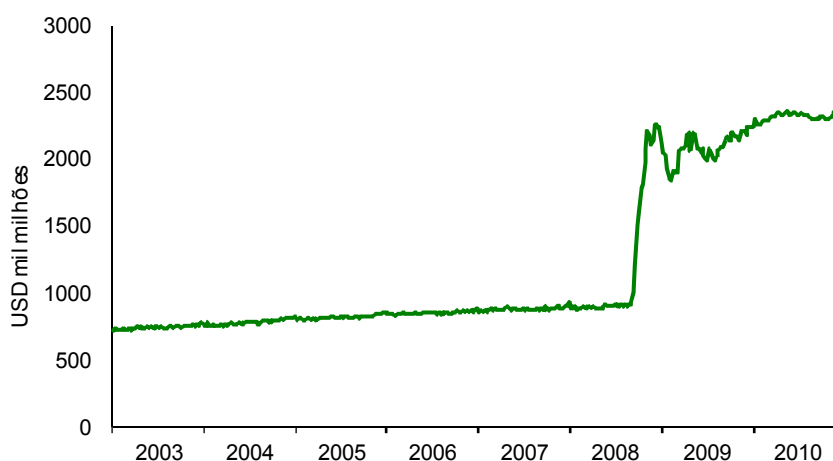
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Após a contracção do PIB observada em 2009 (-2,6%), e não obstante uma conjuntura marcada ainda por diversas incertezas e riscos, a economia norte-americana cresceu 2,9% no conjunto de 2010. Este registo resulta de dois períodos distintos vividos ao longo do ano.

A natureza marcadamente expansionista da política económica levada a cabo pelo Governo e pela Reserva Federal na sequência da recessão de 2009 produziu o seu efeito máximo no final desse ano e foi-se esbatendo ao longo do 1º semestre de 2010, não sendo exactamente visível uma tracção dos estímulos (ou um “efeito multiplicador”) sobre a procura interna. O crescimento do PIB desacelerou de 5%, em termos anualizados, no 4º trimestre de 2009, para apenas 1,7%, no 2º trimestre de 2010, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego, embora em queda, permaneceu elevada (9,5% da população activa no final do 1º semestre). A persistência de uma elevada capacidade produtiva excedente contribuiu para que a inflação registasse uma trajectória de queda ao longo do período em causa, quer no índice global, quer ao nível *core*. No início do Verão, os receios de ocorrência de uma nova recessão e os riscos acrescidos de uma conjuntura deflacionista tornaram-se mais visíveis.

Terminado em Março o primeiro programa de aquisição de títulos (ex. *mortgage-backed securities*) por parte da Reserva Federal, e com o balanço da autoridade monetária a exibir uma tendência não desejada de queda, iniciou-se, em Agosto, uma nova fase da política monetária, com o reinvestimento do valor dos instrumentos de dívida vencidos em obrigações de longo prazo do Tesouro norte-americano. O Fed procurou, assim, manter inalterado o nível do seu balanço, ao mesmo tempo que sinalizava aos mercados financeiros a possibilidade de novas medidas expansionistas. Em Novembro, a autoridade monetária anunciou um novo programa de aquisição de *Treasuries* de maturidades longas, num montante adicional de 600 mil milhões de dólares, a fim de manter um ambiente de baixas taxas de juro de longo prazo.

Balanço da Reserva Federal dos EUA



Fonte: Reuters EcoWin.

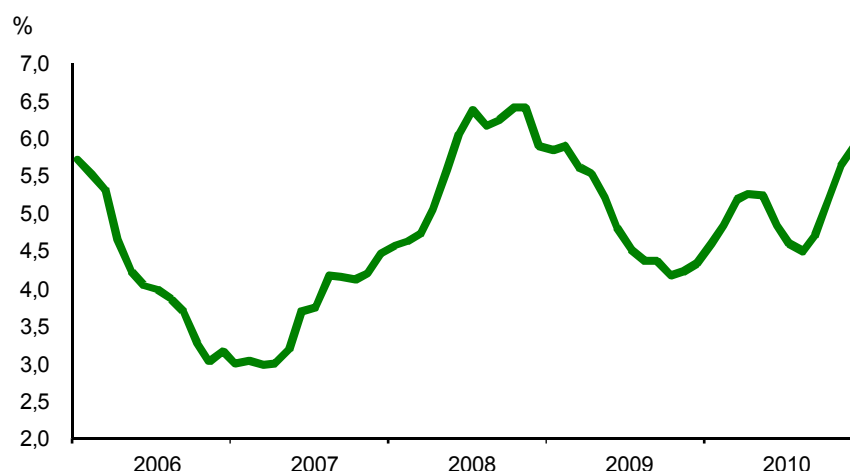
Na vertente orçamental, a Administração Obama anunciou novos estímulos à procura interna, incluindo o prolongamento de uma parte substancial dos estímulos fiscais da era Bush, envolvendo uma verba global superior a 800 mil milhões de dólares.

A acção desenvolvida pelas autoridades permitiu inverter o sentimento negativo dos mercados, facto que se foi consolidando à medida que os indicadores económicos mais relevantes sugeriam a redução da probabilidade de um *double dip* e de uma conjuntura de deflação. Neste contexto, o PIB norte-americano registou crescimentos anualizados de 2,6% e 3,2% nos 3º e 4º trimestres, com desempenhos mais favoráveis do consumo privado (crescimento anualizado de 4,4% no 4º trimestre). No final do ano, assistiu-se também a uma importante recuperação do crédito às empresas, suportada por uma maior disponibilidade dos Bancos para o financiamento deste sector. A este facto não terá sido alheia a evolução favorável dos resultados das empresas, quer no sector financeiro, quer no sector não financeiro.

O último trimestre do ano interrompeu a tendência de descida das taxas de juro de mercado, com as perspectivas mais favoráveis para a actividade económica a gerarem alguns receios de pressões inflacionistas futuras, dada a manutenção de uma política monetária fortemente expansionista. Para além das injeções extraordinárias de liquidez, o Fed não sinalizou qualquer intenção de iniciar um ciclo de subidas dos juros de referência, mantendo-se a *target rate* dos *fed funds* num intervalo entre 0% e 0,25% ao longo de 2010.

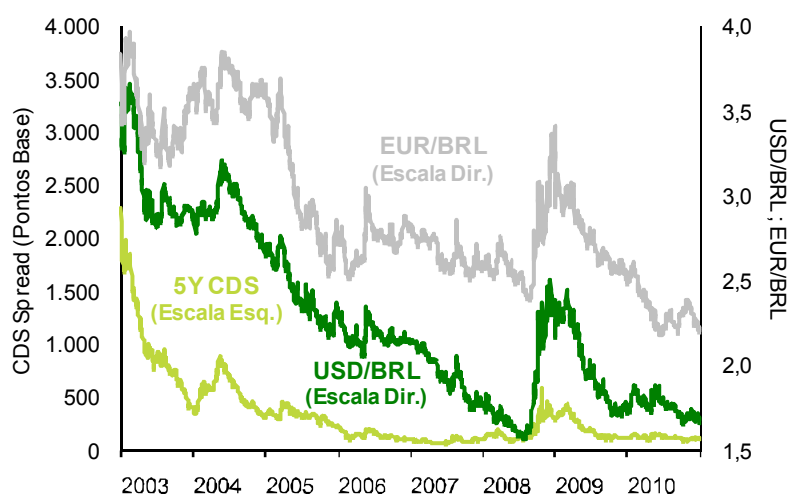
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NO BRASIL

A economia do Brasil cresceu 7,5% em 2010, sobretudo a partir do elevado dinamismo da procura interna, reafirmando-se assim como uma região económica de importância crescente no panorama global. Os últimos dois anos mostraram que o Brasil dispõe de fundamentais económicos que permitem superar situações críticas com menos danos do que no passado. Mas o ano de 2010 demonstrou também que se mantém o desafio de aumentar o crescimento potencial, de forma a evitar situações em que, perante um ritmo de crescimento intenso, surgem receios de aparecimento de desequilíbrios macroeconómicos importantes. De facto, com a produção do sector industrial a regressar, em 2010, ao patamar pré-crise, observaram-se sinais crescentes de exaustão de capacidade excedente no sector, sugerindo o risco de pressão em alta sobre a inflação. Este quadro é ainda mais evidente quando se observa o desempenho do comércio a retalho, que cresceu de maneira praticamente ininterrupta ao longo de 2010, na sequência da expansão do crédito e do aumento do poder de compra da população brasileira resultantes da condição de pleno emprego atingida. Com a procura em ritmo de forte expansão e com a capacidade excedente da economia praticamente esgotada, a inflação observou uma trajectória ascendente ao longo de todo o 2º semestre, atingindo 5,9% no final do ano. Embora seja verdade que parte da deterioração do quadro inflacionista tenha sido provocada pela elevação dos preços das *commodities* - principalmente das agrícolas - o sector de serviços reajustou de maneira significativa os seus preços em resposta ao maior vigor do mercado doméstico. Neste contexto, o Banco Central optou por ajustar a taxa de juro de referência a partir de Abril, revertendo parte do estímulo monetário introduzido após a crise financeira de 2008. A taxa SELIC aumentou, assim, de 8,75% para 10,75% no conjunto do ano.

Brasil - Inflação (taxa de variação homóloga)


Fonte: Bloomberg.

Se a condição sólida dos fundamentais económicos brasileiros já era um forte atractivo para os investidores estrangeiros, a elevação da taxa básica de juros, combinada com perspectivas ainda favoráveis de crescimento, aumentaram ainda mais esta atractividade, o que se traduziu num fluxo elevado de investimento externo na economia. A forte capacidade de captação de recursos do exterior permitiu não apenas que o défice da balança corrente tenha praticamente duplicado em 2010 face ao montante registado em 2009, mas também que se observasse uma nova elevação no volume de reservas internacionais, que encerraram o ano de 2010 muito próximas de 300 mil milhões de dólares, montante bem superior à dívida externa total (pública e privada) do país, consolidando-se assim a posição de credora líquida da economia brasileira. O real apreciou-se face ao dólar no conjunto de 2010, situando-se em USD/ BRL 1,66 no final do ano, a partir de um valor de USD/ BRL 1,74 no final de 2009.

BRL/ USD, BRL/ EUR e Spread dos CDS (5 anos)


Fonte: Bloomberg.

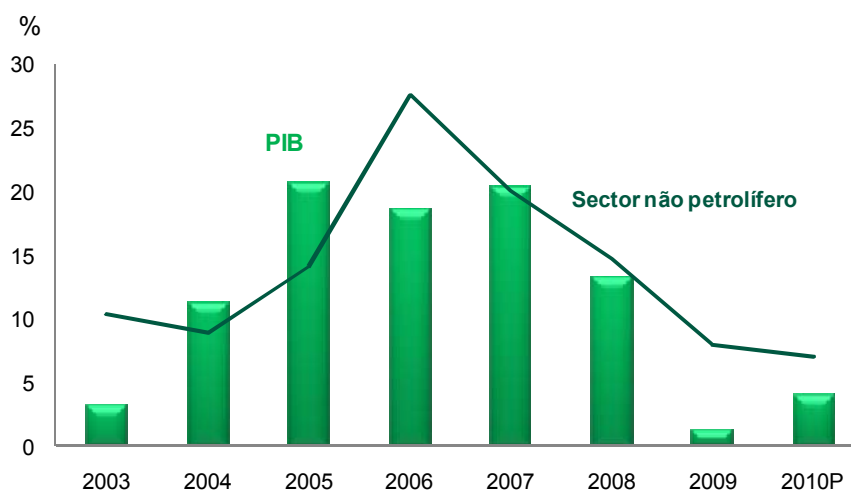
Apesar da situação relativamente sólida dos fundamentais económicos e das perspectivas favoráveis de crescimento para os próximos anos, o índice Bovespa valorizou-se apenas em cerca de 1% em relação ao fecho de 2009, resultado de uma aparente correcção de preços e fuga para activos menos arriscados ao longo do 1º semestre. Esta tendência foi revertida ao longo da segunda metade de 2010, mas de uma forma insuficiente para levar o índice a novos máximos.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO EM ANGOLA

Depois da forte desaceleração observada em 2009 (com o crescimento do PIB a cair de 5,6% para 2,5%), o conjunto das economias de África registou uma significativa recuperação em 2010, sobretudo assente na melhoria da conjuntura nos mercados das *commodities*, em particular ao nível da energia. Os países exportadores de petróleo da África Sub-Sahariana (incluindo Angola, Camarões, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria) registaram um crescimento acima de 6%, aproveitando a tendência de subida dos respectivos preços e da procura (neste caso, sustentada, em parte, pela Ásia Emergente).

No caso específico de Angola, a aceleração da actividade económica em 2010 foi alicerçada num aumento das receitas petrolíferas, apesar de alguns problemas temporários que afectaram a produção, e num maior dinamismo dos sectores não-energéticos (construção, serviços, agricultura, etc.), apesar de uma política orçamental mais restritiva. Refira-se a evolução do investimento privado que, no final do 1º semestre, ascendia a 1,25 mil milhões de dólares, mais 177% em relação ao período homólogo de 2009. Assim, em 2010, a economia angolana cresceu ligeiramente acima de 2%, em aceleração face ao verificado em 2009 (0,7%).

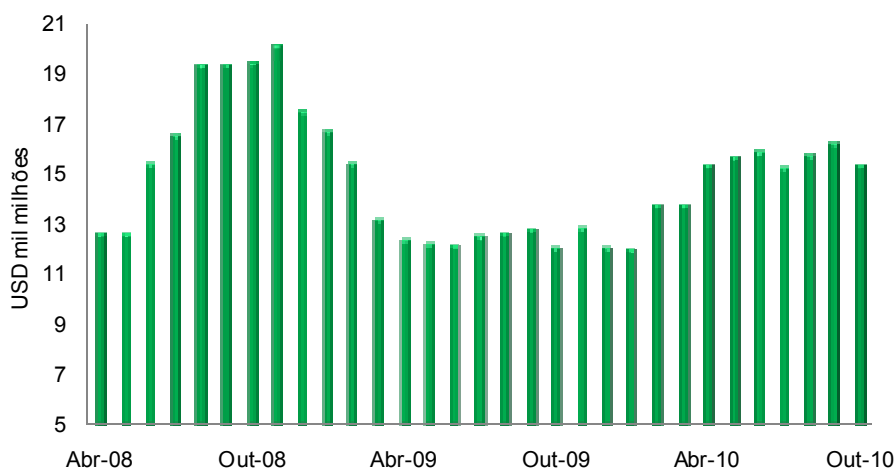
Angola - Crescimento real do PIB e dos sectores não petrolíferos



Fontes: FMI, Bloomberg.

No âmbito do acordo celebrado em 2009 com o FMI, pelo qual ficou estabelecida a concessão de um empréstimo num montante de até 1,4 mil milhões de dólares, com o objectivo de favorecer a estabilização financeira da economia e de fazer face às necessidades de investimento em diversos projectos estruturantes, observou-se, já em 2010, a recuperação das reservas internacionais líquidas, o recomeço de leilões no mercado cambial, o aumento da transparência da gestão da dívida pública, a criação de um novo enquadramento legal para a aprovação de projectos de obras públicas e a proposta para a criação de um fundo soberano que possibilite a adequada gestão a longo prazo das receitas provenientes da produção petrolífera.

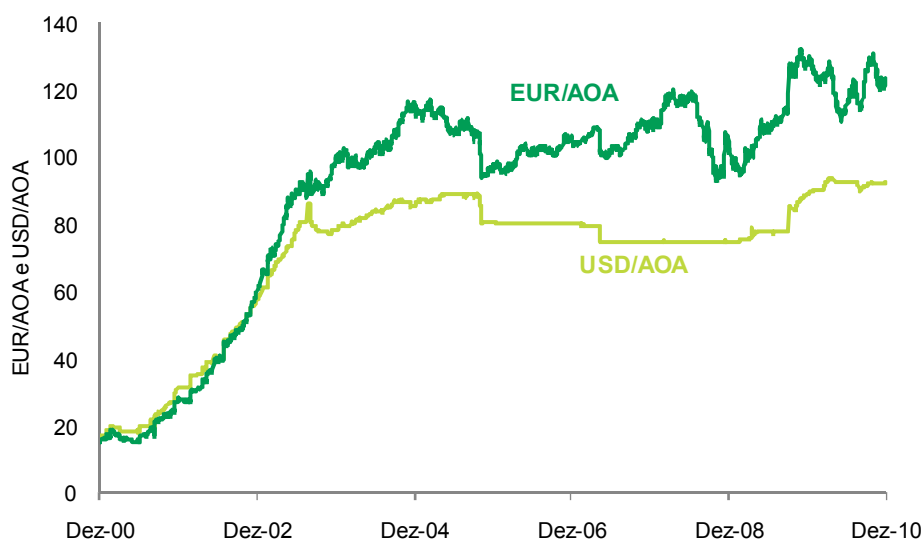
Angola - Reservas Externas



Fonte: Banco Nacional de Angola.

No plano cambial, desde que as autoridades monetárias decidiram abandonar o *peg* face ao dólar, o kwanza oscilou num intervalo USD/ AOA 90-94. No entanto, a estabilidade face à divisa norte-americana proporcionou uma depreciação face ao euro, tendo em conta os ganhos que a moeda única europeia veio a registar. Assim, sendo a maioria das importações angolanas proveniente da União Europeia, este movimento cambial ajudou a sustentar a inflação num patamar acima do desejado pelas autoridades.

Angola - USD/ AOA e EUR/ AOA



Fonte: Bloomberg.

A evolução em alta do ritmo de crescimento dos preços continuou, assim, a verificar-se ao longo de 2010, condicionada sobretudo pelo desempenho dos preços dos produtos alimentares e bebidas. Para além dos factores cambiais atrás referidos, a subida internacional dos preços das *commodities* exerceu também uma forte influência sobre a taxa de inflação. Este efeito sobre os preços dos bens alimentares continuou ainda a ser suportado pelas dificuldades ao nível da capacidade logística e de distribuição, o que ajudou a reforçar a natureza prioritária dos investimentos em infra-estruturas logísticas (armazenamento, transporte e distribuição), bem como no aumento da capacidade produtiva interna. Neste contexto, a inflação média anual subiu para um valor ligeiramente superior a 15% em 2010.

Ao nível da política monetária, e pela primeira vez em dois anos, o Banco Nacional de Angola reduziu a taxa de juro que cobra aos bancos comerciais por empréstimos de curto prazo, procurando suportar a dinamização da actividade económica. Assim, a taxa de redesconto desceu 5 pontos percentuais, de 30% para 25%.

02 ACTIVIDADE E RESULTADOS

ESTRUTURA DO NEGÓCIO DE BANCA DE INVESTIMENTO

Enquanto unidade especializada na área da Banca de Investimento do Grupo Banco Espírito Santo - a segunda maior instituição financeira privada em Portugal - o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. é um Banco de Investimento com uma marcada orientação internacional, centrada no eixo geográfico composto pela Península Ibérica e pelo Brasil. Em complemento à sua presença nestes mercados, o Banco Espírito Santo de Investimento⁹ tem vindo a apoiar os seus Clientes nos respectivos processos de internacionalização e a explorar activamente as oportunidades de internacionalização das suas competências técnicas e comerciais distintivas para novos mercados, nomeadamente Reino Unido, Angola, Polónia e Estados Unidos da América.

No âmbito da sua estratégia de internacionalização, o Banco adquiriu em Novembro uma participação de 50,1% no Execution Noble, um grupo de Banca de Investimento e corretagem com sede em Londres e presença na Índia, Hong Kong e Estados Unidos da América. A unidade americana do Execution Noble foi alienada no decurso de 2011, no seguimento das condições estabelecidas pela FED para aprovação desta aquisição.

O Banco Espírito Santo de Investimento tem como principal objectivo servir o segmento de Clientes empresariais de média e grande dimensão, o segmento de Clientes institucionais e, em algumas vertentes mais específicas, o segmento de particulares. A base de proveitos do Banco provém das comissões auferidas nas actividades de consultoria, corretagem e intermediação financeira e dos resultados financeiros associados às actividades de tomada de crédito estruturado e gestão de activos e riscos.

Para a prossecução destas actividades, o Banco adoptou um modelo que assenta em equipas comerciais com forte especialização sectorial, que desenvolvem a sua actividade de originação de negócio em estreita articulação com as equipas de Produto, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das soluções e serviços que compõem a oferta de Banca de Investimento, nas diversas Geografias onde o Banco actua.

Equipas Comerciais

Gestão global da relação com o Cliente

Prospecção e originação proactiva de operações

Cross Selling Wholesale com o Grupo BES



Equipas de Produto

Mercado de Capitais
Renda Variável

Mercado de Capitais
Renda Fixa

Serviços Financeiros

Médias Empresas

Assessoria em Estrutura de Capitais

Project Finance e Securitização

Acquisition Finance e Outros
Financiamentos

Private Equity

Wealth Management

⁹ Por "Banco Espírito Santo de Investimento" deverá entender-se o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e/ou qualquer uma das suas Sucursais ou Filiais, conjunta ou isoladamente considerados.

O desenvolvimento da estratégia de expansão internacional e a exploração de oportunidades de negócio com outras entidades em 2010 traduziram-se na tomada de diversas iniciativas, das quais se destacam as seguintes:

- Em 21 de Janeiro de 2010, a Espírito Santo Capital Brasil, S.A. - cujo capital social era detido nessa data, em partes iguais pelo BES Investimento do Brasil, S.A. e pela Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. - alterou a sua denominação para 2bCapital S.A.;
- A 30 de Abril de 2010, foi realizado o aumento do capital social do BES Investimento do Brasil, S.A. em 19.999.999,16 de reais (dezanove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e dezasseis centavos), dos quais cerca de 11.138.031,63 de reais (onze milhões, cento e trinta e oito mil, trinta e um reais e sessenta e três centavos) por incorporação de reservas e cerca de 8.861.967,53 de reais (oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos) por utilização de créditos sobre dividendos, passando este a ser de 320.000.000,00 de reais (trezentos e vinte milhões de reais);
- A 30 de Abril de 2010, foi realizado o aumento do capital social da BES Securities do Brasil, S.A. em 22.500.000,00 de reais (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), dos quais cerca de 14.623.992,51 de reais (catorze milhões, seiscentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos) por incorporação de reservas e cerca de 7.876.007,49 de reais (sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil e sete reais e quarenta e nove centavos) por utilização de créditos sobre dividendos, passando este a ser de 75.000.000,00 de reais (setenta e cinco milhões de reais);
- A 30 de Abril de 2010, foi realizado o aumento do capital social da Espírito Santo Investimentos, S.A. em 20.000.000,00 de reais (vinte milhões de reais), dos quais cerca de 9.824.880,27 de reais (nove milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e vinte e sete centavos) por incorporação de reservas e cerca de 10.175.119,73 de reais (dez milhões, cento e setenta e cinco mil, cento e dezanove reais e setenta e três centavos) por incorporação de dividendos, passando este a ser de 120.000.000,00 de reais (cento e vinte milhões de reais);
- Em 31 de Maio de 2010, a 2bCapital S.A. procedeu à redução do seu capital social no montante de 1.849.040,00 de reais (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil e quarenta reais), absorvendo prejuízos acumulados, passando o capital de 3.000.000,00 de reais (três milhões de reais) para 1.150.960,00 de reais (um milhão, cento e cinquenta mil e novecentos e sessenta reais). Esta operação foi seguida de um aumento de capital para 6.167.102,00 de reais (seis milhões, cento e sessenta e sete mil e cento e dois reais), do qual resultou a entrada de um novo accionista, BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com uma participação de 50% do novo capital da 2bCapital, ficando os restantes 50% detidos em partes iguais pelos accionistas BES Investimento do Brasil S.A. e Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.;
- Em 16 de Novembro de 2010 foi inaugurado o Escritório de Representação conjunto do Banco Espírito Santo e do Banco Espírito Santo de Investimento na Cidade do México, após comunicação ao Banco de Portugal em 12 de Maio de 2010;
- Em 24 de Novembro de 2010, o Banco (através da sua subsidiária Espírito Santo Investment Holding Limited) foi autorizado a adquirir uma participação indirecta de 50,1% no Execution Holdings Limited, a holding que controla o Grupo Execution Noble, um grupo de Banca de Investimento internacional com sede em Londres. Esta transacção ficou concluída no dia 29 de Novembro.

O EXECUTION NOBLE

O Execution Noble é um grupo financeiro de corretagem focado na cobertura de grandes e médias empresas pan-europeias. O Execution foi criado em 1991 para responder a necessidades de execução em Londres de *trades* (vendas e compras de acções) de grandes Clientes institucionais. A empresa obteve assinalável êxito e, na década seguinte, desenvolveu, para além das actividade de corretagem, as actividades de *research* e de *corporate access*, alargando a sua área de actuação para os Estados Unidos da América (2003) e Hong Kong (2005). Em 2010, concretizou a compra da Noble, incorporando desta forma as actividades de *corporate broking* e de Fusões e Aquisições (F&A) no Reino Unido, com uma especialização em médias empresas (*mid caps*). Adicionalmente, a Noble aportou um *research* especializado em médias empresas inglesas.

Actualmente, o Grupo Execution Noble conta com 211 Colaboradores, que trabalham na sede em Londres e nos escritórios sitos na Escócia, Hong Kong e Índia. O Grupo Execution Noble tem vindo a prestar serviços a instituições de investimento de nível mundial, incluindo fundos de investimento, fundos de pensões, companhias de seguros e *hedge funds*, bem como a mais de 500 empresas, cotadas e não cotadas, em regra de média dimensão e com elevado potencial de crescimento. Potenciado pela sua tecnologia e diferenciado pelos seus colaboradores, o Execution Noble também confere acesso aos principais fornecedores de liquidez através de operações de captação de capital.

O Execution Noble aporta ao Banco Espírito Santo de Investimento uma plataforma de distribuição e uma equipa de elevada qualidade, assim como a possibilidade de operar nas praças financeiras de Londres e de Hong Kong. Também permite ao Banco potenciar o negócio de distribuição de produtos financeiros a nível internacional, a sua actividade nos mercados primário e secundário de valores mobiliários na Península Ibérica, bem como a originação na Europa e nos chamados mercados emergentes (principalmente no Brasil e no continente africano).



CLIENTES - ORIGINAÇÃO

A Direcção de Clientes insere-se na estrutura do Banco Espírito Santo de Investimento de forma transversal às distintas áreas de Produto. A sua actuação assenta num forte relacionamento com os Clientes e na identificação das respectivas necessidades e projectos, bem como no conhecimento profundo do mercado e das respectivas oportunidades.

A experiência tem validado a actuação da Direcção de Clientes dentro de uma lógica de especialização sectorial, onde a proactividade e a inovação são elementos essenciais ao desenvolvimento de relações sustentáveis e duradouras. A liderança do mercado português de Banca de Investimento tem, por outro lado, estimulado o Banco a um crescente aprofundamento da sua presença internacional, uma vez que o desenvolvimento dos mercados e a crescente globalização dos seus Clientes assim o impõem.

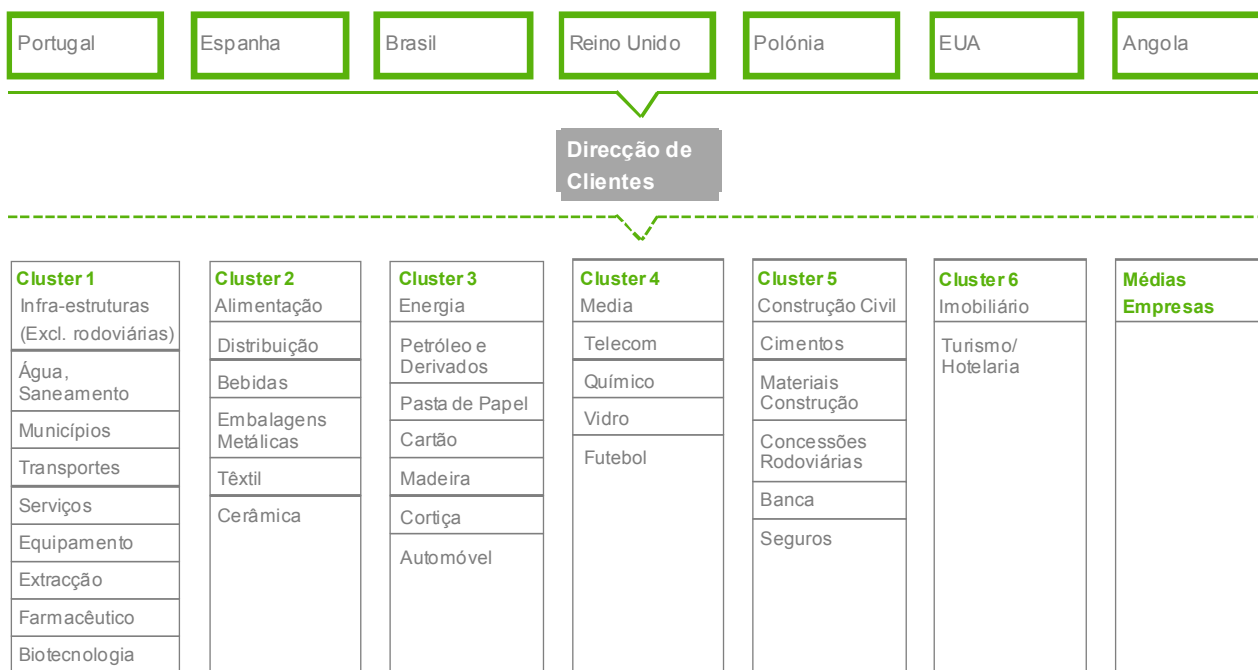
Consequentemente, durante 2010 o Banco continuou a reforçar a sua presença internacional directa - que hoje já abrange os mercados de Espanha, Brasil, Angola, Reino Unido, Polónia e Estados Unidos da América - facto que, cada vez mais, é valorizado pelos nossos Clientes.

Ao longo de 2010 foram evidentes os sinais de estabilização e retoma moderada na economia mundial, embora de forma não extensiva a todos os sectores de actividade e geografias. Os mercados de dívida reabriram e, aproveitando as baixas taxas de juro e o *repricing* de activos, as empresas voltaram a encarar projectos de investimento e de crescimento nacional e internacional, além de terem procurado consolidar os seus balanços, refinanciando os seus passivos e alongando as respectivas maturidades. Em Portugal, contudo, o cenário agravou-se ao longo do ano, com fortes implicações em termos de captação de liquidez e financiamento da economia portuguesa. Concretizaram-se mesmo assim importantes operações de investimento privado, com particular realce para aquelas que visaram a internacionalização de alguns grupos portugueses.

Durante 2010, a Direcção de Clientes continuou a apoiar os Clientes do Banco na realização dos seus objectivos a partir das seguintes directrizes:

- Reforço do relacionamento com a base de Clientes do Banco nas suas distintas geografias, promovendo uma oferta integrada e *cross-border* dos produtos e serviços de Banca de Investimento;
- Atitude proactiva no acompanhamento dos Clientes através de permanente diálogo e apoio na antecipação e reacção às ocorrências dos mercados;
- Intensificação da actividade *cross-border* nas suas diversas vertentes - investimento directo, alianças e parcerias, fluxos comerciais, etc. - cada vez mais potenciada pela presença directa do Banco em distintas geografias;
- Reforço da capacidade de origem e coordenação das propostas de valor das várias equipas nas diferentes localizações.

O empenho dos seus Colaboradores permitiu ao Banco manter a eficiência e a eficácia da actuação das suas distintas equipas, bem expressas na qualidade dos resultados produzidos pelo Banco no enquadramento recessivo que marcou o ano de 2010.



Direcção de Clientes - Portugal

Em Portugal, os resultados obtidos traduziram uma vez mais a posição de liderança de mercado que o Banco ocupa. Apesar da conjuntura económica e financeira muito adversa, em especial no 2º semestre de 2010, o Banco originou e concretizou um conjunto de transacções relevantes, quer no mercado nacional quer noutras geografias. Estas transacções envolveram diversos Clientes portugueses de vários sectores de actividade económica e terão certamente um significativo impacto positivo no futuro desenvolvimento do tecido empresarial português.

Estes sucessos vieram reafirmar a validade dos princípios de actuação desta Direcção, e traduzem:

- O mérito da proactividade comercial, conseguida através do acompanhamento continuado dos Clientes e de uma cobertura do mercado tão exaustiva quanto possível, a qual não só reforça as competências sectoriais como também permite uma melhor aferição das oportunidades de negócio para os diversos serviços e produtos que o Banco disponibiliza;
- A confiança dos Clientes na capacidade de concretização do Banco, que se expressa na proposta de *one stop shop*, com o envolvimento nas operações, sempre que necessário, das equipas das diversas áreas de Produto do Banco - Serviços Financeiros, *Project Finance*, Renda Fixa, Renda Variável, *Acquisition Finance*, etc.;
- O forte potencial da plataforma internacional do Banco na originação e execução de operações *cross-border*, apoiando a crescente dinâmica de internacionalização das empresas portuguesas na conquista de novos mercados;
- A importância da coordenação entre as várias áreas de negócio do Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES) para a detecção de oportunidades e para a montagem conjunta de operações;
- O valor da *franchise* do Banco como líder destacado no mercado nacional de Banca de Investimento.

Direcção de Clientes - Espanha

Em Espanha e apesar das perspectivas negativas do início do ano, a performance do Banco foi bastante positiva, em especial nas áreas de Serviços Financeiros e Mercado de Capitais - Renda Variável. O empenho e os esforços desenvolvidos nos últimos anos no conhecimento sectorial do tecido empresarial espanhol e no desenvolvimento de relações estreitas e próximas com os Clientes começaram a dar frutos. A actividade *cross-border* foi particularmente bem sucedida em 2010, com transacções concluídas nos eixos Portugal - Espanha, França - Espanha e Brasil - Espanha.

O contexto económico no início de 2011 não é muito diferente daquele verificado há 12 meses atrás. No entanto, este contexto desfavorável poderá traduzir-se num conjunto de oportunidades de negócio que poderão transformar-se em operações concluídas com sucesso.

Em 2011 e para além da qualidade de serviço e atenção às necessidades particulares de cada Cliente, esta Direcção deverá focar a sua actividade comercial em dois aspectos essenciais:

- Originação de oportunidades de negócio *cross-border*;
- Coordenação com as diferentes equipas do Grupo BES.

Direcção de Clientes - Brasil

O ano de 2010 caracterizou-se por importantes desafios e conquistas para o Banco no mercado brasileiro. O ambiente fortemente concorrencial existente traduziu-se numa disputa intensa pela conquista de Clientes e de operações e teve como consequência uma elevada pressão sobre margens e comissões. Os objectivos ambiciosos definidos foram igualmente importantes desafios a superar durante o ano de 2010.

Apesar deste cenário, foi possível atingir as metas definidas através de uma forte actividade comercial, que contribuiu para o alargamento da base de Clientes em segmentos sectoriais já cobertos, para a consolidação das relações com vários Clientes já existentes e para a intensificação do *cross-selling* de produtos e serviços. Esta Direcção continuou a actuar em estreita coordenação com as áreas de produto do Banco e com as demais geografias do Grupo BES na originação de operações importantes e de elevada visibilidade para o Banco.

No âmbito da colaboração estabelecida com outras unidades do Grupo BES, destacou-se o forte crescimento da actividade da Unidade Internacional Premium (UIP) no Brasil, que se traduziu na formalização de 26 operações de Banca de Investimento, nas áreas de Tesouraria e Gestão de Risco, Mercado de Capitais, *Project Finance*, *Acquisition Finance* e Serviços Financeiros. Esta actividade beneficia da estratégia de internacionalização do Grupo BES, aumentando a fidelização das empresas ibéricas e multinacionais em novos mercados.

Das principais realizações de 2010 destacam-se as seguintes:

- Forte actuação comercial através de 982 visitas a 383 empresas;
- Aumento da base de Clientes geradores de receita em 188 Clientes;
- Maior sinergia e aumento de operações com outras geografias do Grupo BES.

Direcção de Clientes - Reino Unido

No final de 2010, o Banco concretizou a aquisição de 50,1% do Execution Noble, anunciada no mês de Fevereiro. Este reconhecido grupo de banca de investimento e corretagem com sede em Londres, está focado na cobertura de grandes e médias empresas pan-europeias e está presente nos principais mercados mundiais.

A integração do Execution Noble no Banco Espírito Santo de Investimento implicou a reorganização e o reposicionamento desta Direcção que passou a trabalhar em estreita ligação com as equipas de *Corporate Finance* do Execution Noble, promovendo o trabalho conjunto das equipas e o *cross-selling* da base de Clientes conjunta.

Esta abordagem integrada pretende reforçar a presença conjunta do Banco e do Execution Noble no Reino Unido, através de uma oferta mais alargada de produtos e mercados geográficos.

Direcção de Clientes - Angola

A actividade de Banca de Investimento em Angola, desenvolvida através do Gabinete de Banca de Investimento criado no Banco Espírito Santo Angola (BESA), tem sido fundamentalmente orientada, ao longo dos últimos anos, para o apoio ao BESA na estruturação de financiamentos para entidades públicas, com vista a fazer face ao programa de reconstrução nacional, e para a estruturação de financiamentos para projectos de investimento privados, com destaque para o sector imobiliário.

Em 2010 foi submetido o pedido de licenciamento às autoridades angolanas para a abertura de um Banco de Investimento de direito angolano, de forma a (i) permitir uma cobertura mais ampla do mercado, através de uma presença local, com especial enfoque no sector de infraestruturas (nomeadamente ao nível de transportes, energia, etc); e (ii) explorar oportunidades de prestação de serviços de assessoria financeira tendo como propósito dinamizar a actividade *cross-border* com outras geografias onde o Banco tem presença (nomeadamente Portugal e Brasil), explorando este factor de diferenciação no mercado local.

Através da futura Corretora, o Banco desenvolverá a actividade de Mercado de Capitais no mercado angolano, que será dinamizada na sequência da futura abertura da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA). Esta importante iniciativa das autoridades angolanas irá fomentar o rápido desenvolvimento do mercado interno de capitais (mercado primário e mercado secundário) e propiciar um acrescido dinamismo ao sector bancário, possibilitando uma maior diferenciação entre as estratégias dos diversos operadores com a entrada em novas áreas de negócio.

Direcção de Clientes - Polónia

O ano de 2010 foi o primeiro ano de actividade da equipa de *Senior Bankers* na Sucursal da Polónia, que direccionou os seus esforços no estabelecimento e reforço de relações comerciais estreitas com os Clientes e na originação de operações para as diversas áreas de negócio do Banco.

A equipa de relacionamento trabalhou ao longo do ano com as equipas de Produto no desenvolvimento de um modelo de negócio mais eficiente, que permita a criação de novas oportunidades de negócio e a identificação de potencial de *cross-selling* nas transacções concretizadas.

Esta equipa desenvolveu igualmente o negócio de crédito para Clientes *corporate*, com especial enfoque na concessão de garantias. Este esforço deveu-se às restrições de liquidez e ao aumento da concorrência no mercado polaco e permitiu criar uma relação comercial mais estreita com alguns Clientes, nomeadamente com empresas do sector da construção.

Direcção de Clientes - Estados Unidos da América

No ano de 2010, a Direcção de Clientes orientou a sua actividade para:

- Assegurar o acompanhamento dos Clientes do Banco, provenientes das outras geografias onde o Banco se encontra presente, com actividade ou interesse nas Américas, em particular na América do Norte;
- Alargar a base de Clientes norte-americanos utilizando as competências específicas do Banco como factores diferenciadores e geradores de oportunidades de negócio;
- Aumentar o relacionamento do Banco com as empresas portuguesas radicadas nos Estados Unidos da América procurando sinergias entre produtos e posicionando o Banco como o *go to bank* para quaisquer necessidades de Banca de Investimento;
- Posicionar o Banco como a entidade de referência para o triângulo estratégico - Ibéria, Africa, América Latina – na actividade de Banca de Investimento;
- Desenvolver relações comerciais com empresas mexicanas capitalizando na abertura do escritório de representação na Cidade do México.



CLIENTES PARTICULARES

A actividade da Direcção de Clientes Particulares decorreu num cenário recessivo agravado pelo despoletar da crise de risco soberano que afectou a Europa em geral e Portugal em particular.

Esta envolvente condicionou profundamente as condições de financiamento da economia portuguesa, afectando os Clientes desta Direcção, não só pelo acesso mais restrito a recursos financeiros, como também pela redução no número de oportunidades originadas no Banco.

Em consequência deste cenário de elevada incerteza, a procura dos Clientes deslocou-se também para activos mais conservadores, facto que obrigou ao reajustamento da oferta de produtos desta Direcção.

Não obstante o exposto, os resultados desta Direcção nomeadamente no que se refere ao crescimento dos Activos sob Gestão, evidenciaram que, cada vez mais, os Clientes valorizam a oferta integrada de produtos como factor distintivo na escolha do seu gestor.

Em 2011, esta Direcção continuará, por isso, a desenvolver este modelo de negócio, nomeadamente através de uma maior cobertura da zona Norte de Portugal, onde se acredita que o *cross-selling* entre a Direcção de Clientes Particulares e as outras áreas do Banco apresenta um potencial de crescimento significativo.

O alargamento da base de Clientes, o forte *pipeline* actual e o sistemático cruzamento de oportunidades de negócio com as diversas áreas de produto do Banco e com a Direcção de Clientes, permite perspectivar um ano de 2011 em linha com o ambicioso objectivo orçamental definido.



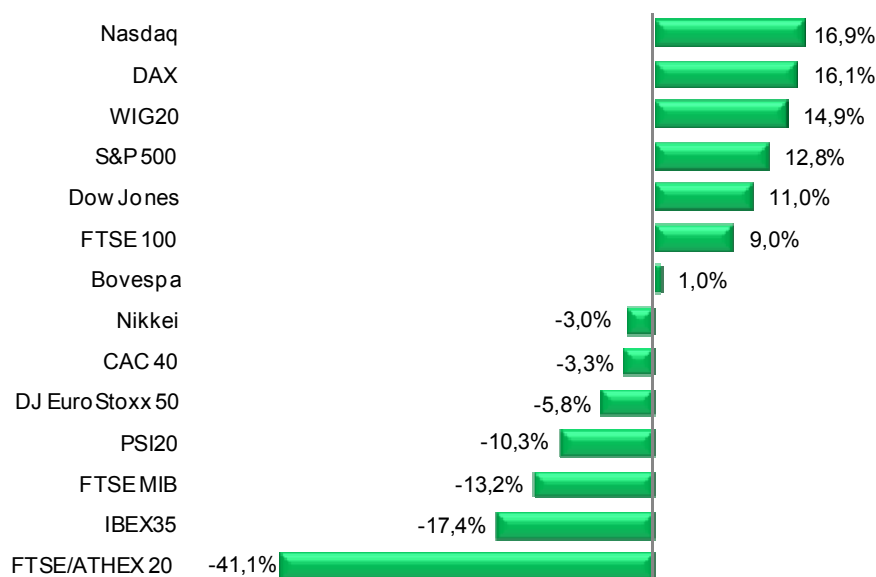
MERCADO DE CAPITAIS - RENDA VARIÁVEL

Enquadramento de Mercado

O ano de 2010 ficou marcado pela incerteza associada à crise da dívida soberana na Zona Euro. Após um 1º trimestre positivo para grande parte dos índices, no 2º trimestre assistiu-se a um aumento da volatilidade e da aversão ao risco por parte dos investidores, reflectindo o receio de contágio da crise grega a outros países da Zona Euro, o qual foi particularmente penalizador para os países do Sul da Europa e Irlanda. Assim, o ano de 2010 ficou marcado pela disparidade de performances registadas pelos diversos índices, com o IBEX35 a cair 17,4% enquanto que o DAX na Alemanha subiu 16,1%.

O índice PSI20 registou uma queda de 10,3% em 2010 (após uma valorização de 33,5% no ano anterior), um melhor desempenho face às performances registadas pelos principais índices das bolsas da Grécia (FTSE/ATHEX 20), Espanha (IBEX35) e Itália (FTSE MIB).

Performance dos principais Índices Bolsistas em 2010



Fonte: Bloomberg

Em termos de mercado primário, o montante de ofertas de acções e *equity linked* a nível global ascendeu em 2010 a, aproximadamente, 854 mil milhões de dólares, o que representou uma variação negativa de 2% face ao ano anterior. Apesar deste ligeiro decréscimo da actividade a nível global, resultante da diminuição de ofertas secundárias (incluindo aumentos de capital), o último trimestre do ano foi o melhor de que há memória no que respeita à actividade de *Initial Public Offers (IPOs)*. O montante total no ano deste tipo de operações ascendeu a 269,4 mil milhões de dólares, mais do dobro do verificado no ano anterior, com os países emergentes a serem responsáveis por 50% deste montante. O ano de 2010 caracterizou-se ainda por ofertas de grande dimensão, tendo-se realizado três dos cinco maiores *IPOs* de sempre.

Na região EMEA (*Europe, Middle East and Africa*) verificou-se um decréscimo de 33% no montante de ofertas de acções e *equity linked* em 2010 face ao ano anterior. Este desempenho deveu-se à redução de 49% do montante de ofertas secundárias, a qual foi parcialmente compensada pela recuperação do montante de *IPOs*, que registou um aumento de 9,2 mil milhões de dólares em 2009 para 42,1 mil milhões de dólares em 2010.

No Brasil e em 2010, o mercado de capitais destacou-se pela colocação da maior oferta de acções jamais realizada a nível mundial, o aumento de capital da Petrobrás, no montante de cerca de 120,2 mil milhões de reais, pelo que foi alcançado um volume total de transacções recorde, na ordem dos 152 mil milhões de reais.

O 1º semestre de 2010 foi marcado pela recuperação económica mundial, registando-se um número de ofertas de acções, iniciais e subsequentes, relativamente baixo, quando comparado com o período anterior a 2008, com apenas 7 *IPOs* e 5 operações de *Follow-on* no 1º semestre de 2010. Já no 2º semestre, o fluxo de ofertas foi influenciado pela expectativa da operação da Petrobrás, que já era esperada pelo mercado, mas que desviou a atenção e os recursos dos investidores de renda variável focados no mercado brasileiro. Após esta oferta, o fluxo normalizou-se e verificou-se um número expressivo de registo de ofertas de acções particularmente em Dezembro.

Mercado Primário - Renda Variável

Península Ibérica

Em Portugal não se registou nenhuma operação de *IPO* durante o ano e em Espanha, para além de pequenas operações no Mercado Alternativo Bursátil (MAB), há a assinalar apenas a realização do *IPO* da Amadeus durante o mês de Abril, que marcou a reabertura do mercado espanhol, onde não se verificava uma operação deste tipo desde 2007. Contudo, a deterioração das condições de mercado após esta data não permitiu a concretização das operações que se encontravam planeadas, tendo estas ficado adiadas à espera de um momento mais favorável.

Apesar do contexto adverso, o Banco Espírito Santo de Investimento levou a cabo em 2010 importantes operações, das quais destacamos em Portugal, a actuação como *Joint Bookrunner* das duas emissões de *exchangeable bonds* do BES Finance, Ltd indexadas ao valor das acções ordinárias do Banco Bradesco (950 milhões de dólares) e da EDP (500 milhões de euros), que se encontraram entre as maiores emissões *equity-linked* a nível global efectuadas durante o ano. É igualmente de referir a actuação do Banco como Coordenador Global do aumento de capital da Reditus (10,4 milhões de euros) e a organização da oferta de acções da FARMINVEST, dirigida aos sócios e associados da ANF - Associação Nacional das Farmácias.

Em Espanha, o Banco actuou como *sub-underwriter* do aumento de capital do BBVA (cerca de 5 mil milhões de euros).

 BANCO ESPIRITO SANTO Exchangeable Bonds  Bradesco US\$ 950.000.000 Joint Bookrunner 2010  ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK	 BANCO ESPIRITO SANTO Exchangeable Bonds  edp € 500.000.000 Joint Bookrunner 2010  ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK	 reditus Aumento de Capital € 10.390.523 Coordenador Global 2010  ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK	 BBVA Aumento de Capital € 5.014.839.357 Sub-Underwriter 2010  ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK
--	--	---	--

Brasil

Além da participação como *Co-Manager* na referida operação da Petrobrás, o Banco Espírito Santo de Investimento actuou, também como *Co-Manager*, na segunda maior oferta realizada no Brasil em 2010, o aumento de capital do Banco do Brasil, que ascendeu a cerca de 9,8 mil milhões de reais e no *IPO* da Júlio Simões Logística, no montante de 495 milhões de reais. Em termos globais, o Banco participou em 2010 em operações que no seu total representaram um volume 5,4 vezes superior ao do ano anterior.



Polónia

Em 2010, o Banco Espírito Santo de Investimento fez a sua estreia no mercado de capitais polaco, com duas operações:

- *IPO* da Warsaw Stock Exchange, a segunda maior operação realizada neste mercado em 2010, no montante de cerca de 1.200 milhões de zlotys, no qual o Banco participou como *Co-Manager*;
- Oferta secundária da Kredyt Inkaso (37,5 milhões de zlotys), operação liderada pelo Banco como *Sole Bookrunner*.



Mercado Secundário - Renda Variável

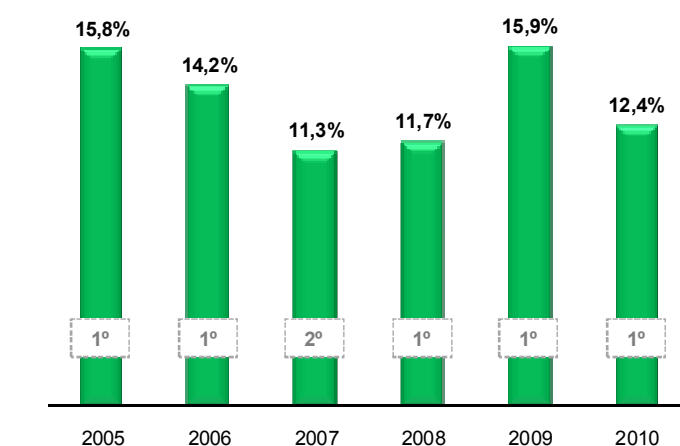
Península Ibérica

Apesar dos mercados accionistas da Península Ibérica terem sido dos mais penalizados durante o ano de 2010, os volumes transaccionados apresentaram uma recuperação face a 2009, de cerca de 28% na NYSE Euronext Lisbon e 17% na BME (Bolsas y Mercados Españoles).

O Banco Espírito Santo de Investimento manteve a sua posição de liderança na negociação de acções em Portugal, alcançando uma quota de mercado anual de 12,4% (face a 15,9% em 2009). Em Espanha, o Banco consolidou o 3º lugar no *ranking* das corretoras, aumentando a sua quota para 7,9% em 2010 (face a 7,6% no ano anterior). É de realçar que nos 10 principais operadores da Bolsa de Madrid estão incluídos os principais bancos espanhóis e alguns dos grandes bancos globais, e que em Portugal o Banco tem consistentemente mantido uma posição de destaque na NYSE Euronext Lisbon, uma Bolsa que conta com mais de 60 operadores, muitos dos quais estrangeiros de grande projecção internacional.

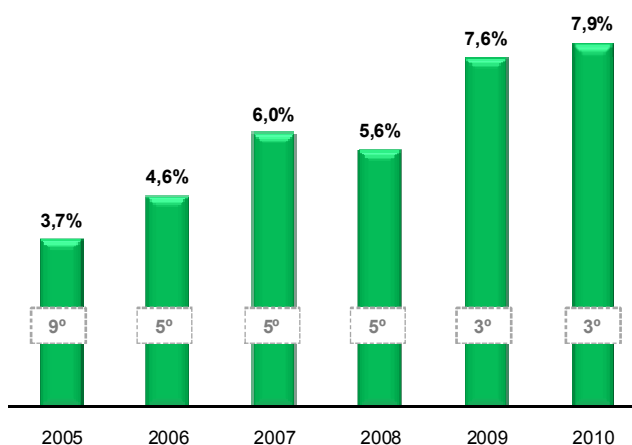
A contínua aposta num serviço de qualidade e o reforço da plataforma de distribuição do Banco, especialmente a partir da integração total da equipa do Execution Noble, a qual tem implantação nos principais mercados mundiais são factores-chave para a prossecução de uma estratégia de sucesso durante o próximo ano.

Ranking e Quotas de Mercado na NYSE Euronext Lisbon



Fonte: Euronext Lisbon

Ranking e Quotas de Mercado na Bolsa de Madrid



Fonte: Sociedad de Bolsa, S.A.

Brasil

O ano de 2010 foi um período de consolidação do mercado brasileiro de acções, com uma performance estável (+1%), após a extraordinária valorização de 82,6% do índice Bovespa em 2009. Apesar da melhoria dos resultados das empresas, os investidores não superaram os receios relacionados com determinados eventos como sejam as eleições presidenciais, a capitalização da Petrobrás e as restrições monetárias. No entanto, é importante destacar que os receios referidos não implicaram uma drástica redução da exposição dos investidores ao mercado accionista, já que o volume médio diário transaccionado atingiu em 2010 um novo recorde de 6,5 mil milhões de reais (22,7% acima de 2009 e 17,4% superior a 2008). Através da sua subsidiária BES Securities, o Banco consolidou em 2010 a sua posição no *ranking* Bovespa, alcançando a 30ª posição no final do ano, devido em grande parte ao amadurecimento das novas áreas de negócio implementadas ao longo dos últimos 2 anos.

O maior nervosismo dos mercados internacionais gerou uma menor actividade por parte dos investidores estrangeiros no mercado doméstico de acções. Apesar da entrada líquida de 5,9 mil milhões de reais no mercado accionista brasileiro (versus 20,5 mil milhões de reais em 2009), os investidores estrangeiros perderam o seu lugar de destaque (ao fim de 5 anos) em termos de peso no volume negociado, passando a representar 29,6% do total face a 33,3% dos institucionais locais e a 26,4% dos particulares. A implementação do IOF sobre a entrada de recursos para investimentos em portfólio continua a afastar alguns investidores globais não dedicados.

Apesar da ainda elevada aversão ao risco nos mercados internacionais resultante da instabilidade europeia e da lenta recuperação americana, o mercado brasileiro deverá voltar a receber mais recursos em 2011, reflectindo a estabilidade económica e a melhoria dos resultados das empresas.

Polónia

O ano de 2010 foi de afirmação do Banco Espírito Santo de Investimento como um importante *player* no mercado accionista polaco. Fruto de uma excelente dinâmica na conquista de Clientes polacos e internacionais, o Banco quase triplicou os volumes intermediados na Bolsa de Varsóvia face ao ano anterior, tendo terminado o ano de 2010 com uma visibilidade já apreciável no mercado local: 13ª posição no ranking das corretoras, com uma quota acumulada de 2%. A equipa de vendas foi votada como a 6ª melhor entre todos os membros da Bolsa de Varsóvia em 2010.

Paralelamente ao aumento de volumes intermediados, o ano de 2010 ficou também marcado por significativos desenvolvimentos na equipa de *Equity Research*. No final de 2010 esta equipa efectuava já a cobertura de 25 empresas, com particular destaque para os sectores Financeiro, Energia, Construção e TMT (Telecomunicações, Media e Tecnologia).

Gestão de Activos

Portugal

Em 2010, a actividade de Gestão de Activos decorreu num contexto globalmente adverso aos instrumentos financeiros de risco, com dois tipos de consequências negativas daí decorrentes: por um lado, com mercados mais negativos e voláteis tornou-se mais difícil criar valor que atraísse e fidelizasse os Clientes; por outro lado, a dimensão particularmente gravosa da crise *sovereign* nas economias ibéricas acelerou de forma visível o processo de *deleveraging* fazendo com que, de uma forma geral, houvesse menor disponibilidade de capital, que em muitos casos foi desviado da actividade de *asset management* para investimentos na actividade económica real, nomeadamente por escassez de crédito. Verificou-se igualmente um aumento da atractividade das alternativas de investimento, tidas como de menor risco, como sejam depósitos e obrigações, resultante da própria crise da dívida soberana.

Apesar de sentir estes desafios bem presentes na sua actividade, os Activos sob Gestão do Banco no final de 2010 ascendiam a 260 milhões de euros, em linha com o valor do final do ano de 2009. Para este desempenho, contribuiu positivamente a concretização da estratégia de internacionalização da distribuição dos serviços, nomeadamente em Espanha.

Ao longo de 2010 mantiveram-se os esforços de alargamento dos canais de distribuição, não só em termos domésticos mas especialmente em termos internacionais, sempre em parceria com as redes comerciais do Grupo Banco Espírito Santo. Procurou-se igualmente aumentar a especialização regional da equipa de gestão, visando aprofundar o *know-how* nos novos mercados onde a própria expansão e crescimento internacional do Banco mostram oportunidades.

Uma parte ainda muito relevante das receitas desta área depende da performance das carteiras em cada ano. Em 2010, as receitas desta área beneficiaram da valorização de cerca de 4% registada pelas carteiras no final do ano, uma performance bastante positiva.

Num ano de grande dispersão nas rendibilidades (regionais e relativas a cada classe de activos), o desempenho obtido na gestão dos patrimónios dos Clientes foi obviamente motivo de satisfação, especialmente porque o ano fechou no valor mais alto de sempre em termos de performance acumulada e porque os seus Clientes já recuperaram a totalidade dos impactos da crise e encontram-se a acumular lucros de novo.

Espanha

O sucesso da actividade de distribuição dos serviços de Gestão de Activos em Espanha justificou a deslocação permanente de um recurso da equipa que desde Agosto de 2010 está nos quadros do Banco Espírito Santo de Investimento em Madrid. Este investimento visa apostar no crescimento da actividade local, através de uma grande proximidade com as redes comerciais e também com os Clientes, garantindo dessa forma níveis de serviço em tudo semelhantes aos praticados em Portugal desde 2002 e também um acompanhamento das oportunidades de investimento no mercado espanhol ainda com maior qualidade.

No final de 2010, o Banco tinha já angariado cerca de 100 Clientes em colaboração com a Sucursal de Espanha do Banco Espírito Santo num montante global, ainda reduzido, de cerca de 12 milhões de euros, mas que promete continuar a ser nos próximos tempos o motor de crescimento da actividade.

Brasil

A actividade de Gestão de Activos do Banco, desenvolvida no Brasil através da sua subsidiária BESAF – BES Activos Financeiros caracterizou-se, em 2010, pelos seguintes aspectos relevantes:

- Evolução sem tendência clara nos vários segmentos do mercado financeiro onde a BESAF investe os recursos dos Clientes, tornando muito mais difícil a concretização das rentabilidades objectivo por fundo, tanto nos fundos abertos como nos exclusivos, prejudicando assim o desenvolvimento da actividade comercial;
- Necessidade de reestruturar a equipa nas áreas de investimentos e comercial, com impacto no nível da produção comercial registada no 1º semestre 2010;
- Desenvolvimento de uma segunda fase de sofisticação dos processos operacionais, através da implementação do projecto FRONT para suporte à actividade de gestão de investimentos e interligação com as áreas comercial e de *middle-office*. Este projecto esteve em desenvolvimento durante todo o ano de 2010 e continuará até meados de 2011.

No final de 2010, os Activos sob Gestão ascendiam a, aproximadamente, 1.034 milhões de reais, o que compara com 821 milhões de reais no final de 2009 (crescimento de 25,9%) repartidos por 34 fundos, dos quais 10 fundos abertos e 24 fundos exclusivos. Os fundos exclusivos e abertos representavam, respectivamente, 67,3% e 32,7% dos Activos sob Gestão.

Os objectivos para 2011 são os seguintes:

- Manter o crescimento do valor dos Activos sob Gestão;
- Aprofundar a relação com a base de distribuidores no mercado local, permitindo desta forma aumentar o número de comercializadores activos (actualmente onze);
- Aumentar a quota de produtos BESAF na força de distribuição do Grupo Banco Espírito Santo no Brasil, nomeadamente pelo reforço do envolvimento com a unidade de *Wealth Management* (Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM);
- Reforçar a capacidade de captação directa de Clientes no mercado local;
- Aprofundar os objectivos de comercialização do “produto *asset* Brasil” junto das redes comerciais do Grupo Banco Espírito Santo com dimensão crítica, nomeadamente em Portugal, Espanha e Suíça. Para o efeito, será determinante a constituição de uma plataforma de produtos no Luxemburgo, em fase final de preparação;
- Desenvolver a nova linha de negócio de gestão de Fundos de Investimento em Participações (FIP);
- Concluir o projecto FRONT.



MERCADO DE CAPITAIS - RENDA FIXA

Enquadramento de Mercado

O agravamento da crise de confiança sobre os fundamentais da dívida pública nos países da Zona Euro e a exposição das instituições financeiras a um longo período de *deleveraging* marcaram o ano de 2010. Diversas medidas foram adoptadas para conter o avanço da aversão ao risco, entre as quais se destacam: a manutenção de uma política de ampla liquidez pelo Banco Central Europeu, a criação de um mecanismo de ajuda aos países em necessidade financeira com recursos da União Europeia e do FMI no montante de 750 mil milhões de euros, e os teste de stress sobre a exposição das principais instituições financeiras da União Europeia face aos cenários de baixo crescimento económico e de evolução da dívida pública. Os planos de resgate das finanças públicas da Grécia e Irlanda não foram eficazes na redução do alargamento dos prémios de risco da dívida nos países periféricos da Zona Euro, tendo-se observado o risco soberano de Portugal e Espanha em máximos históricos ao longo do 2º semestre de 2010.

Os mercados de dívida corporativa no mercado de *Eurobonds* apresentaram um comportamento diversificado ao longo do ano. A retoma da actividade económica e a menor oferta de emissões primárias de dívida por parte das empresas que optaram por recorrer a recursos próprios permitiu que fosse observado um *decoupling* dos sectores não-financeiros face ao risco soberano no 4º trimestre de 2010.

Marcado pelo ambiente de contágio do risco soberano, o montante de emissões de dívida corporativa portuguesa no mercado de *Eurobonds* em 2010 registou o menor volume desde o início da crise em 2007.

Mercado Primário - Renda Fixa

Península Ibérica

Da actividade desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento em 2010 salienta-se a sua actuação como *Joint Lead Manager* na emissão do Banco Espírito Santo (750 milhões de euros) e como *Co-Manager* na emissão da EDP Finance B.V. (1.000 milhões de euros). No mercado doméstico, o Banco liderou a organização e montagem de um empréstimo obrigacionista para a Sonaecom (30 milhões de euros) e foi líder conjunto da Oferta Pública de Subscrição das Obrigações BENFICA SAD 2013 (40 milhões de euros).

O Banco destacou-se igualmente pela organização e liderança de 16 novos programas de Papel Comercial, num montante global de cerca de 545 milhões de euros.

 BANCO ESPIRITO SANTO 3,875% Notes Vencimento 2015 € 750.000.000 <i>Joint Lead Manager</i> 2010 	 SONAECON Empréstimo Obrigacionista Vencimento 2013 € 30.000.000 Líder 2010 	 edp EDP Finance B.V. 3,25% Notes Vencimento 2015 € 1.000.000.000 <i>Co-Manager</i> 2010 	 REN Redes Energéticas Nacionais Papel Comercial € 50.000.000 Líder e Agente 2010 
--	--	--	--



Brasil

A recuperação da economia brasileira favoreceu a colocação de títulos de empresas brasileiras no exterior e o Banco Espírito Santo de Investimento teve um papel relevante na emissão de *Eurobonds* por parte de emitentes brasileiros, especialmente no segmento de instituições financeiras. O Banco destacou-se pela sua actuação como *Joint Lead Manager* de seis emissões num valor total de 2.200 milhões de dólares, mais que sextuplicando o valor das duas emissões lideradas no ano anterior e atingindo a 13ª posição do *ranking* de 2010 da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), relativo a emissões privadas brasileiras, o que representou uma melhoria de duas posições face a 2009.

Entre as operações em que o Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Joint Lead Manager* são de salientar:

- A primeira emissão realizada em euros pela Telemar (750 milhões de euros);
- As emissões do Banco Bradesco (250 milhões de dólares), do Banco Pine (125 milhões de dólares), do Banco Fibra (200 milhões de dólares), do Banco Bonsucesso (125 milhões de dólares) e do BES Investimento do Brasil (500 milhões de dólares).





Adicionalmente, o Banco participou também em 2010 como *Co-Manager* em nove outras emissões internacionais de dívida (face a duas em 2009), num valor total de 4.950 milhões de dólares, o que representa 20 vezes o volume de operações participadas no ano anterior.

São de destacar as seguintes emissões:

- Banco do Nordeste (300 milhões de dólares);
- Banco do Brasil (500 milhões de dólares com vencimento em 2020 e 500 milhões de dólares com vencimento em 2015 e uma reabertura de 450 milhões de dólares da transacção com vencimento em 2015);
- Banco Panamericano (300 milhões de dólares e 500 milhões de dólares);
- Banco ABC do Brasil (300 milhões de dólares), Banco Mercantil do Brasil (200 milhões de dólares);
- Bradesco (1.100 milhões de dólares).





No mercado doméstico, o ano de 2010 foi marcado por uma maior oferta de crédito, tendo o volume de emissões de renda fixa corporativa alcançado 49,3 mil milhões de reais, o que representa um crescimento de 79% face ao ano anterior. Deste total, cerca de 67% correspondeu a ofertas distribuídas com esforços restritos. O peso deste tipo de oferta em relação ao mercado continua a reflectir a forte concentração de investidores institucionais no mercado brasileiro além da grande presença das instituições financeiras neste mercado.

No mercado doméstico brasileiro, o Banco participou como *Joint Lead Manager* em oito emissões de dívida (valor total de 3.853 milhões de reais), e actuou como *Co-Manager* em duas outras emissões (valor total de 2.087 milhões de reais), o que representa um volume total das operações em que participou de 5.940 milhões de reais, 75 vezes o volume do ano anterior durante o qual o Banco actuou com *Co-Manager* numa emissão.

Destaca-se o papel do Banco Espírito Santo de Investimento como *Joint Lead Manager* nas seguintes operações:

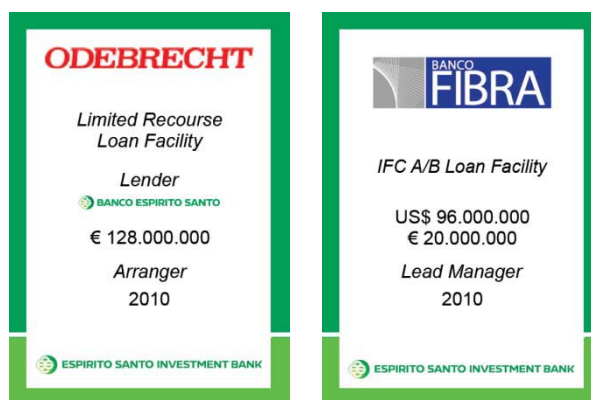
- *Debêntures* da Cemig (2.700 milhões de reais), da Via Bahia (100 milhões de reais), do Grupo Pestana (100 milhões de reais) e da Julio Simões (250 milhões de reais);
- Papel Comercial da CPM-Braxis (80 milhões de reais), da CRT Tietê (450 milhões de reais), da Unidas (108 milhões de reais) e da Ejesa (132 milhões de reais).





É de realçar igualmente a actuação do Banco noutras operações como:

- *Arranger* de um *limited recourse loan* para o Grupo Odebrecht no valor de 128 milhões de euros;
- *Lead Manager* na concessão, em conjunto com o IFC, de um *A/B Loan* ao Banco Fibra (96 milhões de dólares e 20 milhões de euros).



Na área de *Trade Finance* e devido à redução do número de instituições financeiras estrangeiras participantes neste mercado, o ano de 2010 registou um número reduzido de transacções sindicadas. O Banco actuou como *Lead Arranger* na operação sindicada de Pré Pagamento à Exportação para a Bahia Specialty Celulose – BSC, no montante de 470 milhões de dólares, e como emissor de uma *Stand By Letter of Credit* para a Petrobrás (62,9 milhões de dólares) e outra para a Ambev (22,5 milhões de dólares). O Banco participou ainda na operação sindicada de Pré Pagamento à Exportação e Financiamento de capital circulante para a Embraer, no valor de mil milhões de dólares e na emissão de garantias e cartas de crédito para vários Clientes no valor de 165 milhões de dólares.



Gestão de Risco e Trading & Sales

Península Ibérica

Gestão de Risco para Empresas

Na actividade de Gestão de Risco para Empresas o Banco Espírito Santo de Investimento continuou a apresentar aos seus Clientes soluções mais adequadas às suas necessidades e tirando partido da conjuntura de mercado. As estruturas de cobertura de custos de matérias-primas (especialmente *commodities* energéticas) estiveram em destaque, compensando o decréscimo na procura de estruturas de cobertura de taxa, característica de períodos de taxas muito baixas. Nesta classe de activos, a reestruturação de algumas operações teve particular importância.

O impacto da crise financeira continuou a traduzir-se numa menor apetência dos Clientes por produtos alternativos. No entanto, o alargamento dos *spreads* de crédito permitiu manter os resultados desta actividade.

Estruturação para Clientes Institucionais

A actividade de Estruturação para Clientes Institucionais foi afectada pelo ambiente geral de aversão ao risco, agravado no 2º semestre com a crise financeira dos países periféricos. A diminuição do *rating* de Portugal e do Grupo BES originou uma redução nos volumes de emissões estruturadas, afectando ao mesmo tempo o plano de crescimento agressivo para outros mercados (Brasil e Estados Unidos da América). Para fazer face a este ambiente adverso, o Banco centrou a sua estratégia no crescimento da actividade de mercado secundário e na melhoria da qualidade do serviço de estruturação, apresentação de novas ideias e execução. Os produtos indexados ao mercado accionista e de crédito foram os que tiveram mais receptividade por parte dos Clientes.

Aproveitando o incremento das margens disponíveis para cada negócio e o aumento significativo do volume de mercado secundário, esta área manteve um nível de receitas semelhante ao verificado em anos anteriores.

Trading & Sales

No ano de 2010, esta actividade orientou a sua estratégia de acordo com os seguintes objectivos específicos: (i) foco na actividade recorrente com Clientes; (ii) apresentação de ideias de investimento; (iii) captação de *funding* para o Banco; e (iv) cotação de novas emissões em mercado primário.

Esta actividade destacou-se igualmente pela distribuição de novas emissões originadas e lideradas pelo Banco, quer no universo *investment grade* europeu, quer no mercado brasileiro. Durante o ano de 2010, a consolidação da actual base de Clientes institucionais do Banco, bem como o alargamento da cobertura a novos Clientes, foram factores determinantes no crescimento da actividade.

Brasil**Gestão de Risco/ Estruturação**

O ano de 2010 ficou marcado por uma forte concorrência entre os bancos, na procura de aumentos de quota de mercado, que teve como principal consequência o esmagamento dos *spreads* (muitas vezes até retorno negativo). Por outro lado, a procura por parte dos Clientes *corporate* não passou das estruturas *plain vanilla* e, por parte dos Clientes institucionais, limitou-se a estruturas de capital protegido ligadas a *equity* e *commodities*.

Neste contexto, o Banco Espírito Santo de Investimento procurou (i) focar os seus esforços junto dos seus Clientes tradicionais, evitando confrontar directamente a agressiva concorrência; e (ii) ampliar o número de contrapartes e, consequentemente, o número de transacções, o que acabou por gerar mais fluxo de negócio.

O ano de 2011 deverá ser um ano de continuidade, pelo que a estratégia do Banco deverá manter-se focada no aumento do fluxo de negócios e no reforço da actuação junto dos Clientes tradicionais.

Trading & Sales

O ano de 2010 foi de desenvolvimento e crescimento desta actividade. O mercado local brasileiro esteve bastante dinâmico, com grandes operações de emissores de qualidade vindo a mercado e com elevada procura por parte de investidores institucionais com excesso de liquidez. O mercado manteve as suas principais características: a garantia firme e a forte concorrência por mandatos por parte dos bancos com balanço de grande dimensão.

Neste contexto, o Banco Espírito Santo de Investimento procurou posicionar-se tirando partido do bom relacionamento com os seus Clientes institucionais que tornaram a leitura para distribuição dos títulos bastante apurada e deram conforto para a colocação de propostas em regime de garantia firme.

Merece destaque o trabalho desenvolvido pelo Banco no mercado secundário brasileiro que, apesar de pequeno, começa a dar alguns sinais de desenvolvimento com a entrada de grandes *players*, inclusive do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. Esta actuação do Banco gera dois importantes impactos positivos para o negócio: (i) aumenta a visibilidade do Banco junto dos investidores institucionais, posicionando-o como um importante *player*; e (ii) suporta as leituras de mercado disponibilizadas aos potenciais emissores de dívida que privilegiam transacções de mercado.

Esta actividade deverá manter-se bastante dinâmica em 2011, antecipando-se um aumento do número de emissores e um crescente desenvolvimento do mercado secundário. O negócio de renda fixa no Brasil deverá continuar a ser fomentado, já que se trata de um mercado com grande potencial de desenvolvimento, suportando a actividade de originação com informações cada vez mais precisas sobre as reais condições de mercado, o que se deverá traduzir num maior número de mandatos.

Outros Créditos

A carteira de Outros Créditos (i.e. operações de crédito que não estão vinculadas a áreas específicas como *Project Finance* e *Acquisition Finance*) atingiu o montante de 964 milhões de reais, mais do dobro do montante verificado em 2009.

Esta carteira é de grande relevância para o negócio do Banco, pois contribui de forma significativa para a geração de receitas e reforça o relacionamento com os Clientes, potenciando assim o *cross selling* com outras áreas do Grupo BES. As operações contam, em sua grande maioria, com uma estrutura de garantias suficiente para mitigar o risco envolvido.

Esta carteira deverá continuar a crescer durante o ano de 2011.



Tesouraria

Península Ibérica

O ano de 2010 ficou marcado pela crise dos soberanos, pontificada pela intervenção na Grécia no 2º trimestre, a que se seguiu uma nova intervenção na Irlanda no último trimestre. Os restantes países periféricos, em particular Espanha e Portugal, mantiveram-se sob grande pressão durante todo o ano, bem como os respectivos activos financeiros. Em consequência, o sector bancário viu o acesso ao mercado de dívida fortemente restringido.

O mercado de crédito corporate *investment grade* dos países não periféricos bem como os *emerging markets* tiveram uma performance bastante positiva.

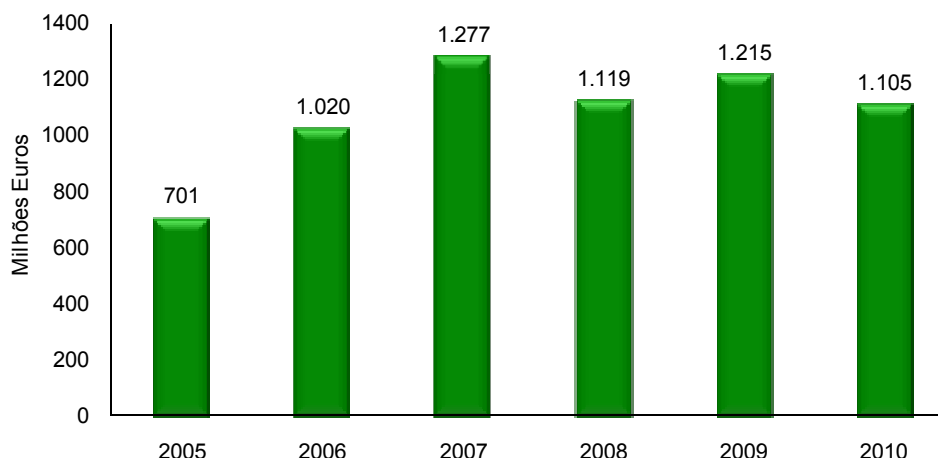
O Banco Central Europeu estendeu os programas de intervenção nos mercados, mantendo a política de activos elegíveis e de oferta de liquidez, e ainda a compra selectiva de dívida governamental, assegurando assim o regular funcionamento dos mercados, pese embora a severidade da crise soberana. De realçar ainda a criação da EFSF (European Financial Stability Facility) no montante de 440 mil milhões de euros com o objectivo de prover assistência financeira a membros da Zona Euro em dificuldades (esta facilidade viria já a ser utilizada na intervenção da Irlanda).

A capacidade de acesso ao mercado de dívida do Banco Espírito Santo de Investimento foi naturalmente afectada pela conjuntura, não se perspectivando neste aspecto melhorias substanciais nos próximos trimestres para toda a banca portuguesa.

A dívida sob a forma de *Medium Term Notes* (MTNs) totalizava em Dezembro de 2010 1.105 milhões de euros, um decréscimo de 110 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2009, continuando o programa de EMTN a ser fundamental na estratégia de *funding* do Banco.

Os objectivos de utilização do programa EMTN (e de emissão de dívida em geral) para 2011 apontam para um decréscimo do montante a emitir. Um eventual desenvolvimento mais positivo do crédito da República poderá inverter esta situação permitindo a manutenção ou mesmo pequeno aumento do ritmo de emissão. Manter-se-á a mesma lógica de serviço ao Cliente investidor e de foco na melhoria do perfil de *funding* do Banco.

Programa de EMTN/ Total Outstanding (Valor de Emissão)



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

A 31 de Dezembro de 2010, a carteira de Tesouraria ascendia a 422 milhões de euros (*market value*), sendo composta por produtos *cash* (402 milhões de euros) e por produtos sintéticos (20 milhões de euros). A estratégia de investimento manteve-se inalterada privilegiando activos de boa qualidade, atendendo a critérios de diversificação e baixa volatilidade.

Para 2011, espera-se um decréscimo de 10% na carteira de produtos *cash*. Quanto à carteira de produtos sintéticos é previsível o seu aumento, tirando partido de oportunidades que surjam ao longo do ano e de acordo com a estratégia definida.

Brasil

O mercado brasileiro permaneceu com excesso de liquidez durante o ano de 2010, tendo-se verificado uma forte procura de títulos brasileiros, que contribuiu igualmente para aumentar a liquidez do sistema financeiro local. Neste contexto, o BES Investimento do Brasil manteve, dentro de parâmetros razoáveis, a elevada liquidez do seu balanço, aproveitando o momento de mercado para reduzir o seu custo de *funding* e alargar as fontes de financiamento.

O perfil de *funding* do BES Investimento do Brasil sofreu algumas alterações importantes:

- Maior peso de captações externas, com a emissão de 500 milhões de dólares no mercado internacional;
- Início da utilização das Letras Financeiras, equivalentes a *Bonds* locais de bancos;
- Redução na utilização de linhas interbancárias, através da emissão de CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro, devido à alteração na legislação vigente para depósitos compulsórios; e
- Utilização cada vez maior das Letras de Crédito do Agronegócio - LCA - dado o aumento da carteira de crédito destinada a este sector, possibilitando a captação de recursos com *spread* negativo.

Adicionalmente, e devido sobretudo ao desenvolvimento da actividade de *Project Finance*, os recursos provenientes do BNDES para repasse através de operações de crédito também apresentaram um importante incremento durante o ano de 2010.

Os *ratings* locais e internacionais atribuídos ao BES Investimento do Brasil pelas agências internacionais S&P e Moodys permaneceram estáveis, reforçando a confiança dos investidores e mantendo os *spreads* pagos localmente em patamares bastante confortáveis.



SERVIÇOS FINANCEIROS

Enquadramento de Mercado

A actividade de Fusões e Aquisições (F&A) a nível mundial apresentou, em 2010, uma evolução positiva, alcançando o valor de 2.235 mil milhões de dólares em operações anunciadas. A recuperação iniciada no último trimestre de 2009 manteve-se e consolidou-se durante o ano, com a actividade de F&A a apresentar crescimento positivo em todos os trimestres, face ao período homólogo de 2009.

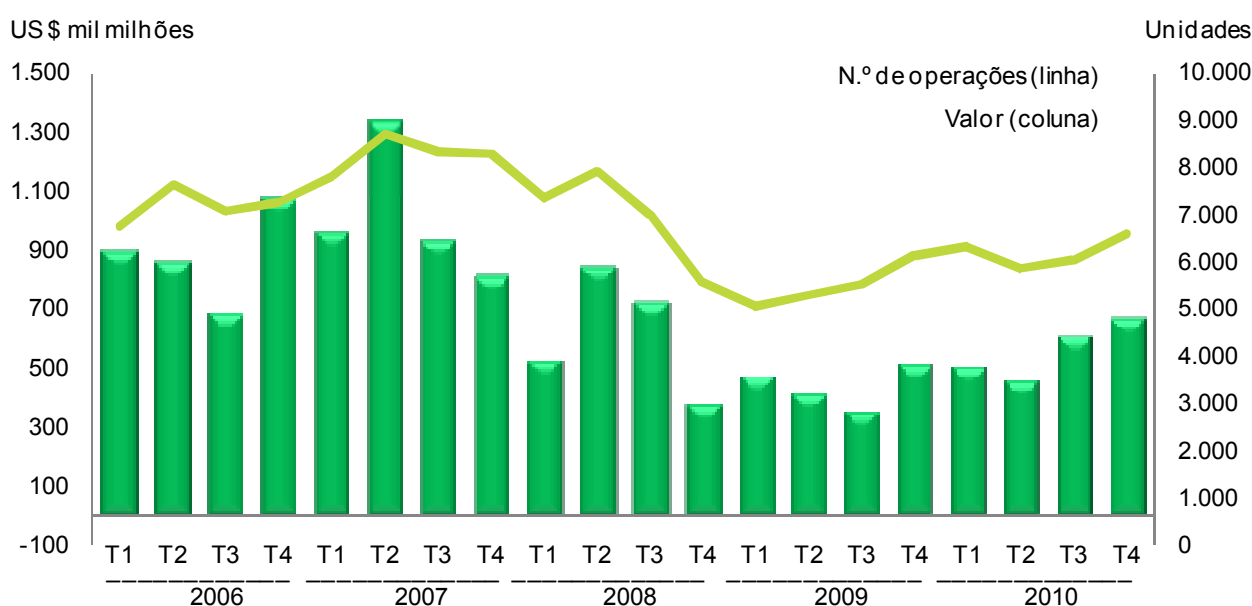
De acordo com os dados publicados pela Bloomberg, a actividade mundial de F&A em 2010 registou um crescimento de 13% em número e de 28% em valor, nas operações anunciadas. Em 2009 o decréscimo havia sido de 29% e 21%, respectivamente.

Na Europa e invertendo a tendência decrescente dos últimos dois anos, verificou-se um crescimento do mercado de F&A praticamente idêntico ao crescimento global em número de operações (12%) e superior em valor (37%) de acordo com os dados publicados pela Bloomberg.

As operações *cross-border* aumentaram consideravelmente o seu peso em valor no total das operações anunciadas, tendo passado a representar a nível mundial cerca de 49%, face a 39% em 2009. Na Europa, este aumento foi ainda mais relevante, com as operações *cross-border* a representar 81% do valor total das operações anunciadas, face a 66% em 2009.

Os mercados emergentes foram responsáveis por cerca de um terço da actividade global de F&A e dentro destes, os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) foram responsáveis por mais de 50% do volume total da actividade de F&A.

Operações a Nível Mundial - Anunciadas



Fonte: Bloomberg

Península Ibérica

O agravamento da crise de confiança em 2010 afectou negativamente as economias da Península Ibérica, limitando a recuperação económica e restringindo a concessão de crédito, o que teve naturalmente impactos sobre a actividade de F&A.

De acordo com os dados divulgados pela Bloomberg, o mercado de F&A na Península Ibérica em 2010 registou um comportamento negativo, com uma queda de 5% no número de operações anunciadas. Pelo contrário, em valor das operações anunciadas, o mercado registou um crescimento de 59%, suportado principalmente pela actividade de F&A *cross-border* (que aumentou o seu peso de 77% em 2009 para 93% em 2010 no total da actividade de F&A na Península Ibérica) e pelo dinamismo apresentado em termos de F&A pelos sectores financeiro, de telecomunicações e de energia.

O mercado português apresentou um comportamento acima da média em 2010 com um aumento de 23% em número de operações anunciadas e um aumento de 234% em termos de valor, face ao ano anterior. Este forte crescimento em valor é explicado principalmente por três grandes operações anunciadas em 2010: a alteração na estrutura accionista da Cimpor no início do ano, a alienação pela Portugal Telecom da sua participação na Vivo e o subsequente anúncio do estabelecimento de uma parceria estratégica e entrada no capital do Grupo Oi por parte da Portugal Telecom.

O mercado espanhol, de maior dimensão, acabou por reflectir a tendência da Península Ibérica, apresentando uma quebra na actividade de F&A de 9% em número de operações anunciadas e um crescimento de 51% em valor das operações anunciadas.

Brasil

O Brasil destacou-se, entre os BRICs, como o segundo principal mercado de destino para a actividade de F&A, a seguir à China, tendo apresentado uma performance recorde em 2010, com um crescimento de 54% em número e de 128% em valor de operações anunciadas, segundo dados da Dealogic e da Bloomberg. Este crescimento da actividade reflecte o interesse das empresas globais em assegurar uma presença no mercado brasileiro como forma de tirar partido do crescimento económico que se estima para os próximos anos e que será suportado, entre outros factores, por diversos projectos de investimento e pela realização do Mundial de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

De acordo com a ANBIMA, o percentual de empresas brasileiras adquiridas por investidores estrangeiros aumentou, em volume, de 18% em 2009 para cerca de 27% em 2010.

Das operações mais relevantes em 2010 destacam-se, a aquisição pela Telefónica da participação da Portugal Telecom na Brasilcel - Vivo (18,2 mil milhões de reais), a formação da LATAM com os activos da TAM e LAN (14,4 mil milhões de reais), a joint-venture entre a Shell e a Cosan (11,6 mil milhões de reais), a transacção entre o Grupo Oi e a Portugal Telecom (9 mil milhões de reais) e a venda de activos de alumínio da Vale à Norsk Hydro (8,5 mil milhões de reais).

Polónia e Estados Unidos da América

Fruto do clima económico positivo e das condições mais favoráveis no acesso a financiamento que caracterizaram a economia polaca em 2010, o mercado de F&A na Polónia aumentou 223% em número e 287% em valor de operações anunciadas, segundo dados da Bloomberg.

Este crescimento foi suportado por um acrescido interesse por parte dos investidores estrangeiros pelo mercado polaco, para além das tradicionais operações de consolidação realizadas entre empresas domésticas. Destaca-se também em 2010 a aquisição anunciada pelo Banco Santander do BZ WBK, num valor superior a 5,3 mil milhões de dólares, que representou quase 30% do volume total de F&A na Polónia.

Ao contrário de outras economias, o interesse por parte de empresas polacas em investir em mercados externos é reduzido, o que limitou a realização de operações *cross-border*. Os investidores polacos continuam a eleger o mercado doméstico como mercado preferencial de investimento, ultrapassando os investidores espanhóis e alemães.

Nos Estados Unidos da América, a actividade de F&A seguiu a tendência mundial tendo apresentado um crescimento positivo de 25%, face a 2009, em número de operações anunciadas e de 22% em valor (dados publicados pela Bloomberg).

A actividade do Banco Espírito Santo de Investimento

A performance global do Banco Espírito Santo de Investimento materializou-se na assessoria de cerca de 42 operações de F&A, com um valor aproximado de 12,5 mil milhões de euros.

Península Ibérica

Em 2010, o Banco manteve a liderança em Portugal do mercado de F&A (por número de operações e valor) e alcançou uma vez mais o 1º lugar na Península Ibérica por número de operações, ultrapassando os bancos globais e confirmando ser um Banco de referência na Península Ibérica na prestação de serviços financeiros de Banca de Investimento.

BLOOMBERG			
Ordenado por número de transacções anunciadas 1.1.2010 – 31.12.2010			
BLOOMBERG® League Tables 2010	Portuguese Target Portuguese Acquirer	BLOOMBERG® League Tables 2010	Iberian Target Iberian Acquirer
1º Lugar M&A Assessoria Financeira em Portugal  	1 BES Investimento 33	1º Lugar M&A Assessoria Financeira na Ibéria  	1 BES Investimento 41
	2 Caixa Banco Investimento 15		2 Banco Santander 24
	3 Morgan Stanley 7		3 KPMG 22
	3 Banco BTG Pactual SA 7		4 Morgan Stanley 20
	4 Bank of America Merrill Lynch 5		5 BBVA 17
	4 Millennium BCP 5		6 Caixa Banco de Investimento 15
	4 BNP Paribas 5		7 Citibank 13
	5 HSBC Bank 4		8 Deutsche Bank 11
	5 Banif 4		8 JP Morgan 11
	6 Credit Suisse 3		8 Lazard 11

Fonte: Bloomberg. Nota: Informação à data de 22 de Fevereiro de 2011

Apesar do contexto adverso, o Banco Espírito Santo de Investimento registou um dos seus melhores anos ao nível da actividade de F&A. Os resultados reflectem o enfoque estratégico nos *players* internacionais, interessados em aproveitar a incerteza económica e o processo de ajustamento das valorizações, bem como o conhecimento profundo que o Banco tem de alguns sectores, como é o caso do sector da energia. Neste sector, o Banco tem vindo a trabalhar com Clientes internacionais interessados em participar activamente na reestruturação do mercado energético espanhol, actualmente em curso.

O Banco continuou assim em 2010 a assumir-se como líder indiscutível do segmento *cross-border* Portugal - Espanha, reforçou a liderança ibérica nas operações de *mid-market* e consolidou o seu papel como Banco de referência para o eixo Portugal - Espanha - Brasil.

Na Península Ibérica, entre as operações em que o Banco Espírito Santo de Investimento esteve envolvido, destacaram-se as seguintes:

 Assessoria Financeira à EDP na aquisição de 29,43% do capital accionista da  € 617.000.000 (100% EV) 2010 	 Assessoria Financeira na alienação de 49% da Mota-Engil Angola US\$ 159.250.000 2010 	 Assessoria Financeira à EDP Renováveis, S.A. na aquisição de 85% da Italian Wind srl com um total de 520 MW de projectos em <i>pipeline</i> 2010 	 Assessoria Financeira à Elaia, S.A. na aquisição de 100% do Projecto Terra ao  2010 
 Assessoria Financeira na aquisição de 80% da Endesa Gas, S.A.U. à  € 800.000.000 2010 	 Assessoria Financeira na aquisição dos activos da Gas Natural, SDG, S.A. € 751.000.000 <i>Equity Value</i> 2010 	 Assessoria Financeira na alienação de 100% da Sopas e Companhia 2010 	 Assessoria Financeira na aquisição de uma CCGT de 400 MW, mais opção de aquisição de uma segunda unidade de 400 MW à Gas Natural € 200.000.000 EV Conclusão Pendente 2010 

Brasil

O Banco Espírito Santo de Investimento consolidou a sua posição no mercado de F&A no Brasil, tendo durante o ano concluído a assessoria financeira de cinco transacções. É de salientar a participação do Banco como assessor financeiro em duas das operações mais relevantes do mercado brasileiro anunciadas em 2010: a venda pela Portugal Telecom, da participação de 50% na *holding* Brasilcel, empresa controladora da Vivo Participações, por 7,5 mil milhões de euros, e o estabelecimento de uma parceria estratégica e entrada no capital do Grupo Oi pela Portugal (9 mil milhões de reais), operação em fase de conclusão no final de 2010.

Segundo a ANBIMA, em 2010 foram anunciadas no mercado brasileiro 143 operações de F&A com um valor de 184,8 mil milhões de reais, o maior valor observado desde 2006, tendo o Banco Espírito Santo de Investimento assegurado o 5º lugar no *ranking* de operações concluídas, em valor.

ANBIMA																					
Ordenado por valor de transacções concluídas (R\$M)																					
1.1.2010 – 31.12.2010																					
 League Tables 2010 5º Lugar M&A Financial Advisory Brasil  	Brazilian Target Brazilian Acquirer <table> <tr><td>1 Morgan Stanley</td><td>34.695</td></tr> <tr><td>2 BofA Merrill Lynch</td><td>25.541</td></tr> <tr><td>3 JP Morgan</td><td>19.852</td></tr> <tr><td>4 Banco Itau BBA</td><td>19.406</td></tr> <tr><td>5 BES Investimento</td><td>18.558</td></tr> <tr><td>6 Caixa Geral</td><td>18.288</td></tr> <tr><td>7 Banco Santander</td><td>15.322</td></tr> <tr><td>8 BTG Pactual</td><td>13.986</td></tr> <tr><td>9 Deutsche Bank</td><td>12.740</td></tr> <tr><td>10 Estáter</td><td>11.362</td></tr> </table>	1 Morgan Stanley	34.695	2 BofA Merrill Lynch	25.541	3 JP Morgan	19.852	4 Banco Itau BBA	19.406	5 BES Investimento	18.558	6 Caixa Geral	18.288	7 Banco Santander	15.322	8 BTG Pactual	13.986	9 Deutsche Bank	12.740	10 Estáter	11.362
1 Morgan Stanley	34.695																				
2 BofA Merrill Lynch	25.541																				
3 JP Morgan	19.852																				
4 Banco Itau BBA	19.406																				
5 BES Investimento	18.558																				
6 Caixa Geral	18.288																				
7 Banco Santander	15.322																				
8 BTG Pactual	13.986																				
9 Deutsche Bank	12.740																				
10 Estáter	11.362																				

Fonte: Boletim ANBIMA.

As transacções mais significativas concluídas em 2010 e nas quais o Banco Espírito Santo de Investimento esteve envolvido foram as seguintes:

 Assessoria Financeira à Portugal Telecom na venda da sua participação na Brasilcel holding controladora  à Telefónica € 7.500.000.000 2010  ESPÍRITO SANTO INVESTMENT BANK	 Assessoria Financeira ao Grupo Suma na aquisição de 50% do capital accionista da  € 21.000.000 2010  ESPÍRITO SANTO INVESTMENT BANK	 Assessoria Financeira no processo de emissão privada de acções do qual participaram  RIOFORTE  R\$ 120.000.000 2010  ESPÍRITO SANTO INVESTMENT BANK
 Assessoria ao Grupo Auto Sueco, na aquisição de 100% do capital accionista da Vocal Comércio de Veículos, Lda. € 41.000.000 2010  ESPÍRITO SANTO INVESTMENT BANK	 Assessoria Financeira à Rioforte Investment na aquisição de 33% do capital accionista da  R\$ 100.000.000 2010  ESPÍRITO SANTO INVESTMENT BANK	

Polónia

A decisão do Banco Espírito Santo de Investimento de introduzir em 2010 novas áreas de produto no mercado polaco permitiu potenciar o desenvolvimento da actividade de F&A, reforçando a posição do Banco como parceiro financeiro preferencial na expansão das empresas ibéricas e brasileiras para o mercado polaco.

O Banco optou igualmente por reforçar a sua estratégia de actuação junto do tecido empresarial polaco, tendo em consideração que o interesse actual por parte das empresas polacas em investir em mercados externos é ainda reduzido.

Esta estratégia permitiu concluir com sucesso uma operação de F&A e a entrada em novos projectos que deverão ser concluídos em 2011.



Estados Unidos da América

O ano de 2010 marcou o primeiro ano completo da actividade de F&A nos Estados Unidos da América. O enfoque da equipa manteve-se direccionado para as operações *cross-border* com a Península Ibérica e com a América Latina, particularmente com o Brasil. Manteve-se igualmente a aposta no sector das energias, nomeadamente nas energias renováveis e redes de transmissão, que provou ser uma aposta vencedora.

A recente aprovação por parte do Congresso norte-americano da extensão por mais um ano dos apoios financeiros para as energias renováveis irá continuar a dinamizar o interesse dos investidores internacionais neste sector.

Em 2010, Banco concluiu com sucesso a operação de assessoria ao grupo português EIP na aquisição da empresa americana J.F. Edwards Construction Company.



Perspectivas

O Banco definiu objectivos ambiciosos para a sua actividade de F&A em 2011, apesar das perspectivas pouco favoráveis para as economias da Zona Euro onde se situam algum dos principais mercados do Banco Espírito Santo de Investimento. O Banco continuará a apostar nos sectores mais resilientes à conjuntura económica e onde, com provas dadas, tem vindo a desenvolver fortes competências, nomeadamente, nos sectores das energias e das infra-estruturas e nas geografias com boas perspectivas de crescimento onde já está presente.

Finalmente, e com a concretização da aquisição de uma participação de 50,1% no Execution Noble, no Reino Unido, o ano de 2011 trará um novo desafio: a integração de uma nova geografia na actividade de F&A e a exploração conjunta de novas oportunidades *cross-border*.



ASSESSORIA FINANCEIRA A MÉDIAS EMPRESAS

O Espírito Santo Assessoria Financeira foi criado em 2004 em parceria com a Direcção de Médias Empresas do Banco Espírito Santo, com o objectivo de prestar serviços de Banca de Investimento ao segmento de médias empresas.

Os principais serviços prestados pelo Espírito Santo Assessoria Financeira a este segmento de mercado incluem, assessoria em fusões e aquisições, serviços de consultoria financeira pura, nomeadamente, avaliações, estudos de viabilidade económico-financeira, e assessoria em processos de reestruturação financeira e societária.

Os Centros de Empresas do Banco Espírito Santo continuam a ser um catalisador importante de negócio para o Espírito Santo Assessoria Financeira. As oportunidades de negócio são identificadas por estes e os serviços de Banca de Investimento são disponibilizados aos potenciais Clientes mediante a realização de um plano de visitas, onde se procede à apresentação do serviço e posteriormente à angariação de mandatos de assessoria financeira.

O Espírito Santo Assessoria Financeira estabeleceu em 2006 um protocolo de colaboração com o *Private Banking* do Banco Espírito Santo para aumentar os canais de angariação de negócio. Com esta iniciativa pretendeu-se dar apoio aos Clientes *Private* no desenvolvimento dos seus projectos de investimento, regra geral de natureza individual, bem como na aquisição e alienação de participações societárias e, em geral, apoiar a optimização da gestão do seu património empresarial.

O ano de 2010 correspondeu ao esperado, tanto em termos de actividade como de receitas, tendo sido angariados e executados 17 mandatos, sendo de realçar as seguintes operações:



Apesar das dificuldades esperadas, resultantes da conjuntura económica nacional que se antevê para 2011, os objectivos do Espírito Santo Assessoria Financeira apontam para a manutenção do mesmo nível de actividade e de receitas atingido em 2010. Assim, deverá manter-se o trabalho conjunto com os responsáveis dos Centros de Empresas com vista à identificação de novas oportunidades de negócio, de forma a otimizar-se a utilização dos recursos humanos e técnicos afectos a esta área. Continuará igualmente a ser dado particular ênfase à articulação interna com as Direcções de Clientes e de Serviços Financeiros do Banco Espírito Santo de Investimento, para melhor se aproveitar o potencial de complementaridade da oferta de serviços, captação de negócio e execução de mandatos.



PROJECT FINANCE E SECURITIZAÇÃO

Num contexto marcado por uma acentuada crise de liquidez em que Portugal e as instituições financeiras nacionais têm sido particularmente atingidas, a actividade de *Project Finance* e Securitização desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento durante o ano de 2010 caracterizou-se por um elevado dinamismo a nível nacional e internacional, traduzido numa performance muito positiva ao nível dos principais indicadores de negócio.

Durante o exercício em apreço o Banco Espírito Santo de Investimento concluiu mais de 35 operações repartidas por 13 países diferentes (Portugal, Espanha, Brasil, Rússia, Estados Unidos da América, Canadá, Polónia, México, Egito, Colômbia, Moçambique, Angola e Chile) e por diversos sectores, dos quais se destacam o sector das infraestruturas de transporte (rodoviário, aeroportuário e ferroviário de alta velocidade), os sectores da saúde e educação (projectos de parcerias público-privado - PPPs) e os sectores das energias renováveis e petróleo e gás.

À semelhança de anos anteriores, várias transacções lideradas pelo Banco em 2010 receberam a denominação de “*Deal of the Year*” e o Banco assumiu mais uma vez um lugar de destaque nas *league tables* internacionais, nomeadamente como:

- Líder mundial em assessoria financeira de projectos PFI/PPP, de acordo com as *league tables* da Dealogic relativas ao 1º semestre de 2010;
- Líder mundial, como *Mandated Lead Arranger*, no sector dos Transportes, de acordo com as *league tables* do Infrastructure Journal relativas ao 1º semestre de 2010;
- Líder na América Latina, como *Bookrunner*, no 3º trimestre de 2010 de acordo com as *league tables* da Dealogic.

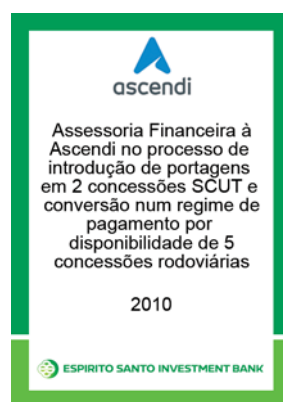
Portugal

Em Portugal, o Banco Espírito Santo de Investimento dispõe de uma posição de liderança no mercado, fruto das capacidades desenvolvidas ao nível da estruturação e montagem de operações e assessoria financeira. Esta situação tem permitido manter um relacionamento privilegiado com os principais *players* nos sectores que recorrem normalmente a estruturas de *Project Finance*, conseguindo assim o acesso a mandatos de elevado valor acrescentado.

Durante o ano de 2010 foram concretizadas 8 operações:

- **ENEOP 2 - Exploração de Parques Eólicos, S.A.** - Liderança na estruturação e montagem do financiamento, no montante de 511 milhões de euros, para a primeira fase do portfólio eólico detido pela ENEOP 2 (sociedade detida maioritariamente pela Enernova (Grupo EDP), Finerge (Grupo Endesa) e Generg), envolvendo 480MW distribuídos por 23 parques eólicos;
- **Ascendi - Estradas do Pinhal Interior** - Assessoria e liderança na estruturação e montagem do financiamento para a concessão rodoviária do Pinhal Interior, no montante de 1.200 milhões de euros;
- **ELOS - Ligações de Alta Velocidade** - Liderança na estruturação e montagem do financiamento, no montante de 179,6 milhões de euros, para a concessão do projecto ferroviário de alta velocidade entre Poceirão e Caia. Esta transacção foi distinguida com o prémio “**European High Speed Rail Deal of the Year**” pela publicação Project Finance Magazine;

- **Ventos Propícios - Energia Eólica, S.A.** - Liderança na estruturação e montagem de um financiamento, no montante de 30,25 milhões de euros, para a construção, operação e manutenção de um parque eólico no concelho de Cinfães, com uma capacidade total de cerca de 23 MW;
- **Energias, S.A.** - Liderança na estruturação e montagem do financiamento, no montante de 19,65 milhões de euros, para a construção, operação e manutenção de uma central fotovoltaica localizada na freguesia do Caniçal, concelho de Machico, na Ilha da Madeira, com uma capacidade total próxima de 6,6 MW;
- **Parque Eólico Vale Grande** - Liderança na estruturação e montagem de um financiamento, no montante de 13,2 milhões de euros, para a construção, operação e manutenção de um parque eólico de 10,25 MW desenvolvido pela Ventinveste, S.A.;
- **Estradas do Zambeze, S.A.** - Assessoria financeira à empresa Estradas do Zambeze na concessão rodoviária que envolve a construção de uma nova ponte sobre o rio Zambeze, na zona de Tete, e a manutenção de 700 km de estrada em Moçambique;
- **Concessões Ascendi** - Assessoria financeira ao grupo Ascendi no processo de introdução de portagens reais nas concessões Costa de Prata e Grande Porto e conversão das concessões da Grande Lisboa, Norte, Beiras Litoral e Alta, Costa de Prata e Grande Porto em regime de pagamento em função da disponibilidade da infraestrutura.





Espanha

Apesar do contexto macroeconómico particularmente adverso em Espanha, o Banco reforçou a sua relação com os principais *players* nos sectores de infra-estruturas e energia, sectores nos quais está especialmente bem posicionado como financiador e assessor.

Das transacções concluídas em 2010 destacaram-se as seguintes:

- **Escal** - Liderança na estruturação e montagem de um financiamento para a construção e operação de uma instalação de armazenamento subterrâneo *off-shore* de gás, a Norte de Vinaroz, com uma capacidade total de 1,9 mil milhões de metros cúbicos, representando um investimento total de 1.624 milhões de euros. Esta transacção foi distinguida com o prémio “**European Downstream Oil & Gas Deal of the Year**” pela publicação Project Finance Magazine;
- **Eje Diagonal** - Assessoria e liderança na estruturação e montagem de um financiamento para uma subconcessão rodoviária de portagens virtuais, de 65 Kms (dos quais 22 Kms são construção nova), no âmbito do acordo de parceria público-privada (Catalunha), representando um investimento total de 248,8 milhões de euros;
- **Aeroporto Internacional de Murcia** - Assessoria e liderança na estruturação e montagem do financiamento, no montante de 200 milhões de euros, para a construção e operação do Aeroporto Internacional de Murcia, ao abrigo de uma concessão de 40 anos;
- **Carport Sagunto** - Liderança na estruturação e montagem do financiamento, no montante de 37 milhões de euros, para o projecto Carport Sagunto, uma concessão de 30 anos para o desenvolvimento e operação de um terminal portuário em Sagunto.



Reino Unido

A partir da Sucursal de Londres, o Banco manteve a sua estratégia de consolidação internacional, focando a sua actividade nos sectores de infra-estruturas e energia e participando em diversas transacções de grande visibilidade no mercado.

Durante o ano de 2010, o Banco executou com sucesso os seguintes mandatos, actuando como:

- **Nord Stream - Arranger** no financiamento de 3.900 milhões de euros ao consórcio composto pela Gazprom, E.ON, Wintershall, Gasunie e GDF Suez, para a construção, operação e manutenção da Fase I do gasoduto Nord Stream, gasoduto de 1.220 kms interligando a Rússia e a Alemanha através do mar Báltico, com capacidade anual de transporte de 55 mil milhões de metros cúbicos de gás. O projecto Nord Stream foi um dos projectos em maior destaque no sector energético em 2010, devido à sua importância e dimensão no panorama energético europeu, tendo sido distinguido com o prémio “**European Midstream Oil & Gas Deal of the Year**” pela publicação Project Finance Magazine;
- **Pulkovo Airport - Mandated Lead Arranger** no financiamento de 716 milhões de euros para a expansão, desenvolvimento, operação e manutenção do Aeroporto Pulkovo em São Petersburgo, na Rússia. Esta transacção foi distinguida com o prémio “**European Airport Deal of the Year**” pela publicação Project Finance Magazine;
- **Egyptian Refining Company - Mandated Lead Arranger** no financiamento de 2.600 milhões de dólares para o design, construção, operação e manutenção de uma refinaria no Cairo, no Egipto. Esta transacção foi distinguida com o prémio “**African Downstream Oil & Gas Deal of the Year**” pela publicação Project Finance Magazine.



Polónia

Durante o ano de 2010, o Banco desenvolveu esforços para consolidar uma relação estreita com os seus Clientes nos sectores estratégicos das energias renováveis e infraestruturas no mercado polaco, o que permitiu a concretização das seguintes transacções, em que o Banco actuou como:

- **Relax Wind Park 1** - *Mandated Lead Arranger* no financiamento de 660 milhões de zlotys à Relax Wind Park 1, uma empresa veículo detido pela EDP Renováveis SA (96,4%) e Buttero Holdings Limited (3,6%) para a operação de um parque eólico de 120 MW em Margonin, Polónia. Esta transacção foi o maior financiamento em regime de *project finance* realizado na Europa Central e de Leste, no sector das energias renováveis;
- **Budimex** - Assessor Financeiro no projecto de um parque de estacionamento em Wroclaw (Polónia) em regime de PPP, no montante de 100 milhões de zlotys;
- **WINDWAY SGPS** - Assessor Financeiro no financiamento, no montante de 150 milhões de euros, de um portfólio de parques eólicos com uma capacidade de 90 MW.





Estados Unidos da América

O ano de 2010 confirmou as dificuldades sentidas no desenvolvimento e expansão desta actividade na América do Norte, resultantes do momento particularmente difícil que se viveu na Europa e do forte aumento da concorrência, em especial nos sectores das Infraestruturas no Canadá e das Energias Renováveis nos Estados Unidos da América.

Em resultado, o Banco reformulou a sua estratégia de crescimento, tomando a decisão de focar e expandir a sua actividade para a América Latina, ao mesmo tempo que procedia à alienação de alguns activos, reduzindo assim as necessidades de *funding* e criando condições para a participação em novas transacções, algumas de elevada dimensão, em países da América Latina de língua espanhola. O sucesso desta estratégia foi já visível em 2010: no final do 3º trimestre, o Banco ascendeu à liderança das *league tables* da Dealogic, na América Latina, como *Bookrunner* e duas das transacções lideradas pelo Banco Espírito Santo de Investimento na América Latina foram distinguidas com prémios atribuídos pela publicação Project Finance Magazine.

Enumeram-se de seguida as transacções concluídas em 2010, em que o Banco actuou como:

- **Nuevo Pemex (Abengoa Cogeneración Tabasco, S de RL de CV)** - *Joint Bookrunner* no financiamento de 460 milhões de dólares para a construção de uma central de cogeração de 300 MW no Estado de Tabasco, no Mexico. Esta transacção foi distinguida com o prémio “**Latin America Power Deal of the Year**” pela publicação Project Finance Magazine;
- **PetroRig III (Rubicon Drilling Services)** - *Joint Bookrunner* e *Mandated Lead Arranger* no financiamento de 225 milhões de dólares para a construção de uma plataforma petrolífera no Golfo do México, no âmbito de um contrato de prestação de serviços com uma participada da PEMEX. Esta transacção foi distinguida com prémio “**Latin America Upstream Deal of the Year**” pela publicação Project Finance Magazine;
- **Eurus (Eurus, S.A.P.I de C.V.)** - *B Loan Lender* no financiamento de 375 milhões de dólares, para o desenvolvimento, construção e operação pela Acciona de um parque eólico de 250 MW localizado em Oaxaca (México);
- **TC Buen (Sociedad Portuaria Terminal de Contenedores de Buenaventura SA)** - *Joint Bookrunner*, *Mandated Lead Arranger* e *Syndication Agent* no financiamento de 160 milhões de dólares para a construção de um porto de contentores localizado em Buenaventura, Colômbia;
- **HydroChile (Hidroelectrica San Andres and Hidroelectrica El Paso)** - *Joint Bookrunner* e *Joint Lead Arranger* no financiamento de 120 milhões de dólares para a construção e operação de duas centrais hidroelétricas de 40 MW localizadas em Tinguiririca Valley, no Chile;
- **Demex (Desarrollos Eolicos Mexicanos Oaxaca 1, SA de CV)** - *Mandated Lead Arranger* no financiamento de dívida sénior de 1.695 milhões de pesos mexicanos para a construção e operação de um parque eólico de 90 MW no Estado de Oaxaca, Mexico;
- **Route 1 (Dexter Developer General Partnership)** - *Co-Lead Arranger* no financiamento de 446 milhões de dólares canadianos para o desenvolvimento de uma concessão rodoviária de 55 km em New Brunswick (Canadá);
- **Women’s College Hospital** - *Joint Lead Arranger* e *Modeling Agent* no financiamento, no montante de 227 milhões de dólares canadianos, para a construção e manutenção de um Hospital em Toronto, Canadá;

- **Milford II (Milford Wind Corridor II, LLC)** - *Joint Bookrunner, Joint Lead Arranger e Co-Syndication Agent* no financiamento de 247 milhões de dólares para a construção e operação de um parque eólico de 102 MW em Utah, nos Estados Unidos da América.
- **Perryville (Perryville Gas Storage LLC)** - *Lender* no financiamento de 125 milhões de dólares para a construção e operação de uma infra-estrutura de armazenamento de gás natural no nordeste do Louisiana (Estado Unidos da América).



ABENGOA
Nuevo Pemex

Financiamento de uma estação de cogeração promovida pela Pemex

US\$ 460.100.000

Joint Bookrunner
2010




acciona
Eurus, S.A.P.I. de CV

Financiamento de um Parque Eólico localizado em Oaxaca

US\$ 375.000.000

B-Loan-Lender
2010




GRUPO R

PetroRig III
Financiamento de uma Plataforma Petrolífera

US\$ 225.000.000

Joint Bookrunner
2010




TCBUEN
Colômbia
TERMINAL DE CONTENEDORES DE BUENAVENTURA
Terminal de Contenedores de Buenaventura

Financiamento de um terminal de contentores de 268.360 TEU em Buenaventura, Colômbia

US\$ 160.000.000

Joint Bookrunner and Mandated Lead Arranger
2010




HydroChile
Chile
El Paso & San Andrés

Financiamento da construção e manutenção de duas centrais hídricas de 40 MW no Chile

US\$ 120.000.000

Joint Bookrunner and Joint Lead Arranger
2010




renovalia
México
energy
Demex Oaxaca

Financiamento da construção e manutenção de um parque eólico de 90 MW, em Oaxaca no México

MXP 1.605.000.000

Mandated Lead Arranger
2010




DEXTER
Canadá
New Brunswick
Gateway Route 1

Financiamento para o design e construção da autoestrada Route 1 em New Brunswick

C\$ 445.500.000

Co-Lead Arranger
2010




Women's College Hospital

Financiamento de um projecto de design, construção e manutenção do Women's College Hospital em Toronto

C\$ 226.500.000

Joint Lead Arranger e Modelling Agent
2010




Perryville
Gas Storage
A Central Gas Storage Affiliate

Financiamento da construção e operação de uma facilidade de armazenamento de gás numa caverna de sal localizada no Louisiana

US\$ 125.000.000

Mandated Lead Arranger
2010



Brasil

A actividade de financiamento de projectos no Brasil teve mais um ano de resultados consistentes, em linha com a estratégia de actuação definida, focada em operações que geram não só receitas decorrentes da margem dos financiamentos concedidos aos projectos, mas também receitas de serviços, como comissões de assessoria e comissões de estruturação.

O Banco concluiu 16 operações ao longo do ano de 2010, incluindo operações de assessoria pura, de estruturação financeira e operações com *funding* de terceiros e com emissão de fianças bancárias pelo Banco a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

De entre as operações concluídas merecem destaque as seguintes:

Assessoria Financeira:

- **Consórcio Teles Pires S.A.** – O consórcio formado por NeoEnergia, Odebrecht, Furnas Centrais Elétricas e Eletrosul sagrou-se vencedor do leilão para comercialização de energia gerada pela hidroeléctrica Teles Pires (capacidade instalada de 1.850 MW e investimentos estimados da ordem dos 3,4 mil milhões de reais). O Banco Espírito Santo de Investimento actuou nesta operação como Assessor Financeiro exclusivo;
- **Furnas Centrais Elétricas S.A.** - A empresa foi considerada vencedora do leilão 008/ 2010 de linhas de transmissão, para a construção, operação e manutenção dos serviços de transmissão de energia, com investimentos totais de 34 milhões de reais;
- **CME S.A.** - A empresa participou no leilão de linhas de transmissão 001/ 2010, e foi considerada vencedora num dos lotes em leilão, com investimentos totais da ordem dos 120 milhões de reais.

Financiamentos de Curto Prazo (*funded e unfunded*):

- **Concessionária Rodovias do Tietê S.A.** - Liderança na estruturação de um financiamento, no montante de 450 milhões de reais, para investimentos e pagamento de direitos de outorga de concessão de rodovias no estado de São Paulo;
- **Inveravante S.A.** - Liderança na estruturação de um *bridge loan*, no montante de 133 milhões de reais, para o projecto de construção e operação de 3 parques eólicos, denominado Dunas do Paracuru, no estado do Ceará;
- **Gestamp S.A.** - Liderança na estruturação de um financiamento, com *funding* do BNB no montante de 56 milhões de reais, para projectos de construção e operação de parques eólicos no estado de Pernambuco;
- **ViaBahia S.A.** - Liderança na estruturação de um financiamento, no montante de 120 milhões de reais, para investimentos na concessão de rodovias federais BR 116/ 324, no estado da Bahia. Esta empresa é controlada pela Isolux, Encalso e Engevix;
- **IE Madeira S.A.** - Fiança a favor do BNDES, no montante de 56 milhões de reais, para garantir a primeira *tranche* do financiamento de longo prazo, no montante de 450 milhões de reais, concedido para a construção de 2.500 km de linhas de transmissão. A IE Madeira S.A. é uma empresa controlada pelas ISA CTEEP, Furnas e Chesf.

 INVERAVANTE Empréstimo Ponte para o projecto do Parque Eólico de Dunas de Paracuru R\$ 133.000.000 <i>Mandated Lead Arranger</i> 2010 	 Fiança prestada para garantir as obrigações da IE Madeira com BNDES R\$ 56.000.000 2010 	 Assessoria Financeira ao consórcio Ites Pires tomado por Furnas, Eletrosul, Neoenergia, Odebrecht em novos empreendimentos de geração no Leilão Aneel Nº 004/2010 R\$ 3.400.000.000 2010 
 Assessoria Financeira na Oferta Pública para novos empreendimentos de geração no Leilão Aneel Nº 008/2010 Lote C R\$ 34.000.000 2010 	 Assessoria Financeira ao Leilão de Linhas de Transmissão da ANEEL nº 001/2010 Lotes D e G R\$ 120.000.000 2010 	 Fiança prestada para garantir as obrigações das Centrais Eólicas de Pirauá e Gravatá com BNB R\$ 56.000.000 2010 

Financiamentos de Longo Prazo:

- **COMGÁS** - Estruturação de um financiamento de longo prazo, através do Banco Europeu de Investimento, destinado à empresa detentora da concessão de exploração dos direitos de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana de São Paulo, controlada pela British Gas. A operação totalizou 100 milhões de euros.

 Fiança prestada para garantir as obrigações da Comgás junto do Banco Europeu de Investimento € 50.000.000 2010 	 Fiança prestada para garantir as obrigações da Araraquara Transmissora de Energia junto ao BNDES R\$ 23.000.000 2010 	 Fiança prestada para garantir as obrigações da Julio Simões Logística junto ao BNDES R\$ 45.000.000 2010 
--	--	---

As perspectivas para 2011 apontam para um mercado local ainda mais competitivo. No entanto e de acordo com as mais recentes medidas impostas pelo Governo Federal - em resultado das quais o BNDES (maior agente de financiamento de projectos no Brasil) terá a sua capacidade de financiar projectos limitada - espera-se uma maior participação dos bancos locais na estruturação de operações de prazos mais longos, com recursos próprios ou através de estruturas voltadas para o mercado de capitais.

Angola

A actividade do Banco Espírito Santo de Investimento, presente em Angola através do Gabinete de Banca de Investimento, uma parceria com o Banco Espírito Santo de Angola, tem continuado a focar-se na estruturação de financiamentos quer para o sector público quer para o sector privado.

Em 2010, esta actividade foi negativamente influenciada pela fraca liquidez sentida nesta região. Foram concluídas diversas extensões a financiamentos em curso, nomeadamente à Executive Hotéis, no âmbito de um projecto de desenvolvimento de uma cadeia de hotéis em Angola, e à Prominveste, no âmbito do projecto imobiliário do Lumej. Merece igualmente destaque a liderança na estruturação de um sindicato bancário para o financiamento, no montante total de 19,5 milhões de dólares, da construção e apetrechamento do novo centro de informática seguro da Rede Multicaixa.

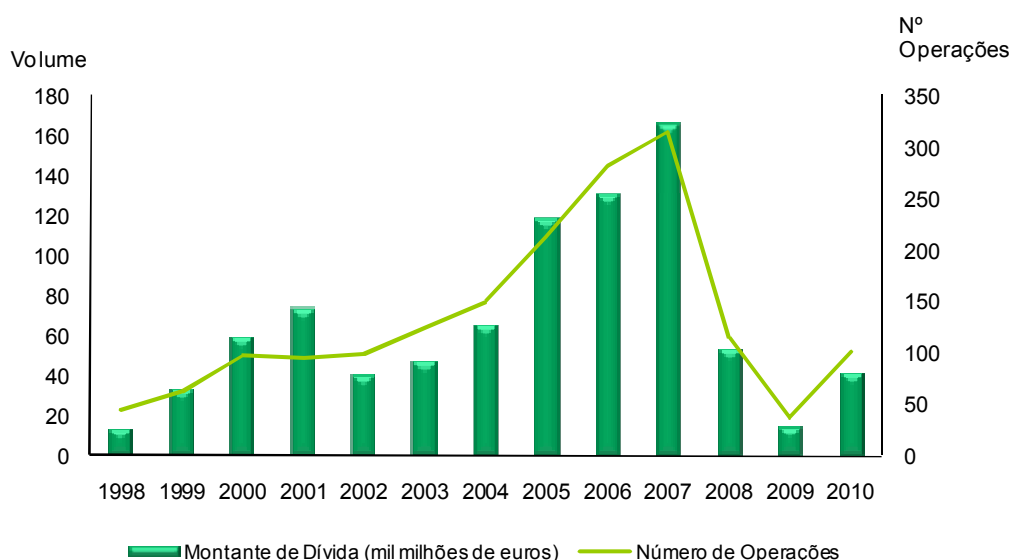
A criação de um Banco de Investimento de direito local em Angola, cuja licença de abertura se aguarda, deverá permitir aumentar a capacidade de originação e estruturação de operações em 2011, particularmente no sector de infra-estruturas.

ACQUISITION FINANCE E OUTROS FINANCIAMENTOS

Enquadramento de Mercado

O volume europeu total de dívida *leveraged* registou um forte crescimento em 2010 cifrando-se, de acordo com os dados publicados pela S&P em 42,36 mil milhões de euros, resultantes da realização de 102 operações, representando um crescimento de 175% face a 2009 (15,41 mil milhões de euros e 36 operações). Este incremento deverá, no entanto, ser contextualizado na medida em que o volume observado em 2010 representou apenas cerca de 25% do valor deste mercado em 2007.

Dívida Financeira Sénior - Mercado Europeu



Actividade do Banco Espírito Santo de Investimento

Em 2010, a evolução da actividade associada a operações de *Acquisition Finance* registou comportamentos distintos nas várias geografias em que o Banco opera. Enquanto na Europa Ocidental a recuperação da actividade foi lenta (no caso do mercado ibérico ocorreu até uma redução) e o aumento dos montantes de dívida só foi mais notório no 2º semestre, na Polónia assistiu-se a um acentuado crescimento do mercado, notando-se o início de um processo semelhante no Brasil.

Num enquadramento adverso em termos de qualidade de riscos e de falta de liquidez nos seus mercados mais relevantes, o Banco posicionou o produto *Acquisition Finance* privilegiando a concretização de operações de *leverage* moderado e com uma rentabilidade superior, estratégia essa que se revelou bem sucedida. Ao nível de outro tipo de créditos, esta área apoiou igualmente Clientes do Grupo BES em operações que trouxeram *cross-selling* para o Banco, ultrapassando largamente as expectativas. Assim, apesar do enquadramento adverso atrás descrito, a geografia Portugal apresentou uma excelente performance em 2010.

Em Espanha, o ano de 2010 ficou marcado pela continuação do agravamento da situação económico-financeira, com uma redução muito significativa do número de operações concretizadas, que dificultou o desenvolvimento desta actividade.

Na Polónia, o Banco Espírito Santo de Investimento incrementou o número de operações onde teve oportunidade de participar, consolidando a presença desta actividade que se iniciou em 2008.



Finalmente, dando continuidade aos planos de expansão e internacionalização, o Banco concretizou em 2010 as suas primeiras operações de *Acquisition Finance* no Brasil e nos Estados Unidos da América.

Entre as operações realizadas pelo Banco Espírito Santo de Investimento em 2010, destacaram-se as seguintes:

- **Morgan Stanley Infrastructure** (Espanha) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento, no montante de 480 milhões de euros, à Morgan Stanley Infrastructure para a aquisição dos activos de distribuição de gás (região de Madrid) vendidos pela Gás Natural. Após o parecer favorável da autoridade da concorrência, a operação foi concluída a 30 de Abril de 2010;
- **Argaman** (Suíça) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento, no montante de 102 milhões de francos suíços, à Argaman para a aquisição de uma participação no capital da Sicpa Holding;
- **SPORT TV** (Portugal) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento sindicado, no montante de 168,5 milhões de euros;
- **Empresa de Electricidade da Madeira** (Portugal) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como líder e agente do sindicato bancário na emissão de uma garantia bancária, no montante de 75 milhões de euros;
- **Auto-Sueco** (Brasil) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento, no montante de 18,2 milhões de euros, para a aquisição do Grupo Vocal no Brasil;
- **Renovalia Wind 2, S.L.** (Espanha) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento intercalar, no montante global de 20 milhões de euros;
- **Abengoa** (Espanha) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* numa operação de *Forward Start Facility*, no montante de 1,833 milhões de euros;
- **Ibersuiza e outros investidores** (Espanha) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento, no montante de 42 milhões de euros, para a aquisição do Grupo Multiasistencia;
- **Braskem** (Brasil) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no *Senior Unsecured Term Loan Facility*, no montante de 210 milhões de dólares, para a aquisição da Sunoco Chemicals;
- **Empresa Jornalística Económico S.A./ Grupo Ongoing** (Brasil) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no *bridge loan*, no montante de 141 milhões de reais, para a aquisição da Editora O Dia;
- **Pahoa Investments Sp.z.o.o.** (Polónia) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento, no montante de 210 milhões de zlotys, para a aquisição da editora polaca Wydawnictwa Szkolne i Pedagogiczne S.A.;

- **PBG** (Polónia) – O Banco Espírito Santo de Investimento montou e disponibilizou uma linha de garantias bancárias ao Grupo PBG, no montante de 150 milhões de zlotys;
- **Grupo EIP** (Estados Unidos da América) - O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento, no montante de 15 milhões de dólares para a aquisição da John Edwards Construction Company nos Estados Unidos da América.



Perspectivas

As perspectivas desta actividade para 2011 continuam estreitamente relacionadas com o ritmo de recuperação das economias mais afectadas pela crise e, de uma forma ainda mais directa, com a evolução do risco soberano português e das condições de liquidez e custo de *funding* associadas. Antecipa-se que estas variáveis deverão continuar a afectar adversamente esta actividade em 2011.

A tendência observada em 2010 deverá acentuar-se, com a estagnação do mercado ibérico a ser compensada por um crescente dinamismo nas novas geografias onde o Banco iniciou recentemente esta actividade (Polónia, Brasil e Estados Unidos da América).

A Polónia tem uma economia a crescer a taxas superiores às dos países da Europa Ocidental e um sistema financeiro com bastante liquidez, para além de um alargado plano de privatizações, o que certamente fomentará o aparecimento de numerosas oportunidades de F&A.

No Brasil, o crescimento da procura interna e do investimento (interno e externo) estão a dinamizar o mercado de F&A. O Banco espera assim continuar a beneficiar deste movimento, sobretudo através do aproveitamento de oportunidades de *cross-selling* com Clientes ibéricos.



PRIVATE EQUITY

Caracterização da actividade

A actividade da Espírito Santo Capital em 2010 caracterizou-se pelo início da fase de colocação do fundo 2bCapital, destinado ao mercado brasileiro, e pelo aumento da maturidade do portfolio, evidenciado no facto do montante de alienação de participações financeiras ter ultrapassado o montante do investimento.

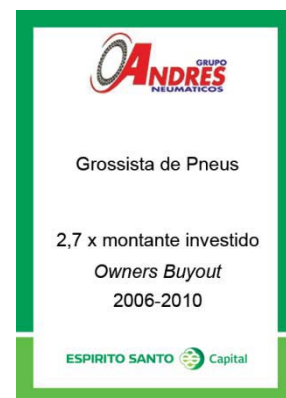
O montante de investimento em 2010 ascende a 13 milhões de euros, dirigido sobretudo ao segmento de *later stage* (77%), tendo a área de infraestruturas e energia registado o valor remanescente. No que respeita ao desinvestimento, que atingiu quase 17 milhões de euros e originou mais-valias de 8,7 milhões de euros (repartidas pelos diversos fundos e carteira própria da Espírito Santo Capital, conforme aplicável), verificou-se igualmente uma forte concentração na área de *later stage*, que foi responsável por 84% do valor alienado, bem como pela quase totalidade das mais-valias obtidas.

O valor dos fundos sob gestão no final de 2010 atingiu cerca de 220 milhões de euros. Foi dado início à colocação do fundo 2bCapital Brasil Mid-Market Growth Fund (fundo 2bCapital), estando previsto que a primeira subscrição decorra no 1º quadrimestre de 2011. Merece ainda destaque a ampliação do capital do fundo FCR PME BES, no valor de 10 milhões de euros, através de uma tranche de capital subscrita no âmbito do programa Compete.

Investimentos 2010



Desinvestimentos 2010



Carteira de Participações, Resultados e Situação Financeira (em base individual)

Em paralelo com as actividades de Investimento e Desinvestimento, foi dedicada uma atenção permanente à carteira de investimentos. Tal como em anos anteriores, procedeu-se à reavaliação das empresas participadas em Junho e Dezembro, mantendo-se a metodologia previamente definida. O valor global de mercado da totalidade das carteiras, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 112 milhões de euros, registando uma evolução favorável de cerca de 5% face ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício atingiu 4,7 milhões de euros, beneficiando das mais-valias registadas na venda de participadas e da evolução positiva da carteira de investimento.

No final do exercício, os fundos próprios da Espírito Santo Capital atingiram cerca de 42 milhões de euros, para um activo líquido de 56 milhões de euros, evidenciando a manutenção do financiamento da actividade através de fundos próprios.



Perspectivas

Em 2011 terminará o período de investimento do fundo Espírito Santo Iberia I, devendo ser preparado o lançamento do primeiro fundo de segunda geração dedicado ao segmento de *later stage* na Península Ibérica. Por outro lado, prosseguirá a colocação do fundo 2bCapital, o qual deverá ter uma primeira subscrição no decurso do 1º quadrimestre de 2011.

A nível internacional deverá manter-se a tendência, já verificada ao longo dos últimos anos, de reforço de exposição dos investidores a países emergentes, confirmando o interesse que se tem verificado com a colocação do fundo 2bCapital, o que tornará bastante desafiante o exercício de *fund raising* mais focado na Península Ibérica.

WEALTH MANAGEMENT

Enquadramento da actividade

O ano de 2010 ficou marcado pelo início de actividade da Espírito Santo Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BES DTVM). Esta empresa foi constituída com o intuito de centralizar as operações de *Wealth Management* no Brasil e integrou em 29 de Dezembro de 2010 as actividades da BES Refran Invest e da BES Refran Consultoria. A empresa é detida em 93,2% pelo BES Investimento do Brasil, sendo o restante capital detido pelo sócio fundador das duas empresas adquiridas, que continua a colaborar no desenvolvimento desta actividade.

A BES DTVM centraliza todos os serviços de gestão de património financeiro do Grupo BES no Brasil. A empresa baseia a sua actividade no conceito de “arquitectura aberta” no aconselhamento de investimentos, actuando de forma proactiva na procura dos melhores produtos financeiros para os seus Clientes, promovendo desta forma a sua fidelização.

As tendências de mercado e actividade desenvolvida

O mercado brasileiro de *Wealth Management* continuou a crescer de forma consistente, beneficiando do bom momento económico brasileiro. A concentração geográfica deste mercado ainda é muito elevada, representando os grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e a Região Sul, 87% do mercado.

De acordo com os dados divulgados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o montante de Activos sob Gestão em Dezembro de 2010 no mercado brasileiro ascendeu a 371 mil milhões de reais, um crescimento de 23% face aos 302 mil milhões de reais de Dezembro de 2009.

A BES DTVM encerrou o ano de 2010 com activos sob co-gestão no valor de 805 milhões de reais, um crescimento de 58% face a Dezembro de 2009 e *Net New Money* de 222 milhões de reais no período.

O *cross-selling* entre a actividade de *Wealth Management* e as diversas empresas do Banco no Brasil tem sido crescente.

Perspectivas

A economia brasileira encontra-se numa fase de crescimento sustentado, gerando uma série de oportunidades desafiadoras para o desenvolvimento da actividade de *Wealth Management* (novas alternativas de investimentos, novas formas de oferecer o serviço aos Clientes, etc).

O bom momento do país aliado ao crescimento do mercado deixa antever um ano positivo para esta actividade em 2011. Esta tendência deverá manter-se no médio e longo prazo, com um crescente número de pessoas e famílias a atingir um nível mais elevado de maturidade económico-financeira que promova a procura de serviços especializados de *Wealth Management*.

Com os investimentos e as contratações realizadas no decorrer do ano de 2010, a BES DTVM estará preparada para acompanhar o crescimento do mercado.



03 RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores

Seguindo a tendência de forte desenvolvimento da actividade internacional, o quadro de colaboradores do Banco Espírito Santo de Investimento apresentou em 2010 um aumento de 45%, correspondente a um acréscimo de 280 Colaboradores. No final de 2010, o Banco contava já com cerca de 70% dos seus Colaboradores fora de Portugal.

	Dez-09	Dez-10	Var.
CONSOLIDADO	624	904	280
PORTUGAL	245	270	25
Espírito Santo Investment Bank	231	257	26
Espírito Santo Capital	14	13	-1
ESPANHA	120	124	4
Sucursal	120	124	4
BRASIL	176	193	17
BES Investimento do Brasil	115	124	9
BES Securities do Brasil	36	36	0
BESAF	15	14	-1
2bCapital S.A.	3	4	1
BES Refran Invest	4	1	-3
BES Refran Consultoria Financeira	3	1	-2
ES Serviços Financeiros DTVM	0	13	13
REINO UNIDO	12	230	218
Sucursal	12	19	7
Execution Noble	0	211	211
IRLANDA	3	3	0
Espírito Santo Investment, plc	3	3	0
POLÓNIA	33	43	10
Sucursal	22	43	21
Espírito Santo Investment Sp, z.o.o.	11	0	-11
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	35	41	6
Sucursal	35	41	6

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Esta evolução resultou da expansão da actividade nas geografias em desenvolvimento, nomeadamente Brasil, Polónia e Estados Unidos mas principalmente de uma maior presença no Reino Unido, resultante da aquisição do Execution Noble. Não considerando o Execution Noble, verificou-se um acréscimo de 69 Colaboradores em 2010 (crescimento de 11% face a 2009).

É de notar que em 2010 se alterou a natureza contratual dos estágios profissionais, passando estes a fazer parte do Quadro de Colaboradores, embora sem vínculo definitivo. À data de 31 de Dezembro de 2009 existiam 5 Colaboradores em situação de estágio profissional (não incluídos no Quadro de Colaboradores), aumentando para 11 em 31 de Dezembro de 2010.

Formação

A Formação Profissional continuou a ser um dos principais vectores da política de Recursos Humanos do Banco Espírito Santo de Investimento.

O Banco promoveu a formação continua dos seus Colaboradores, através de planos enquadrados numa política transversal de atracção, gestão, motivação e retenção.

Programas de Estágio

O Banco continuou a desenvolver programas de estágios curriculares e/ ou profissionais. Em 2010 foram realizados em Portugal estágios de Verão, enquadrados no Programa BESUP, em parceria com o Banco Espírito Santo, S.A. e cerca de 20 estágios de Verão curriculares entre as diversas geografias do Banco. Estes programas permitem aos finalistas uma primeira experiência internacional na Banca de Investimento.

Área de Gestão de Talento

A área de Gestão de Talento - composta pelos Responsáveis locais de Recursos Humanos - desenvolveu em 2010 diversos programas de Mobilidade de Colaboradores, em distintas geografias e direcções/ departamentos do Banco, tendo como principal objectivo promover a contratação interna e a troca de conhecimentos técnicos e de cultura empresarial de uma forma transversal.

A área de Gestão de Talento encontra-se a desenvolver alguns projectos, dos quais realçamos, a título de exemplo:

- Criação de uma Unidade de Formação dedicada aos quadros do Banco, com programas de *coaching* e realização de *workshops* internos;
- Desenvolvimento de planos de carreira e programas de *mentoring*;
- Implementação de uma *web tool* para gestão de informação de todos os colaboradores do Banco, que permitirá a implementação mais acelerada de programas de mobilidade e recrutamento interno;
- Realização de um questionário sobre políticas de compensação e gestão de benefícios.

Acções de Responsabilidade Social

O Banco Espírito Santo de Investimento e os seus Colaboradores desenvolveram diversas acções de Responsabilidade Social, sendo de destacar as seguintes:

- Recolha de fundos a favor das vítimas do devastador sismo ocorrido no Haiti e da tempestade na Madeira;
- Patrocínio e atribuição de Donativo para a “Feira da Solidariedade Rastrillo 2010”, promovida pela Instituição Particular de Solidariedade Social - Associação Novo Futuro;
- Participação na Campanha “Dê Colo à Ajuda de Berço” (donativos individuais e recolha e oferta de bens de primeira necessidade: alimentos, produtos de higiene, etc.);
- Doação de mobiliário a diversas instituições de carácter social.

04 GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS

A FUNÇÃO DE GESTÃO DE RISCO NO GRUPO BES

A função de Gestão de Risco identifica, avalia, acompanha e controla todos os riscos materialmente relevantes a que cada instituição do Grupo BES se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham a níveis adequados e, dessa forma, não afectem a situação patrimonial do Grupo BES.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a optimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, do provisionamento e da liquidez.

As competências da Função de Gestão de Risco são desempenhadas de forma independente face às restantes áreas funcionais do Grupo BES.

Organização da Função de Gestão de Risco no Grupo BES

A definição do perfil de risco é efectuada ao nível do Grupo BES sendo responsabilidade da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento assegurar o seu cumprimento e controlo, garantindo que para tal o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos traçados.

A nível operacional as equipas de análise e controlo de risco do Banco Espírito Santo de Investimento trabalham de uma forma integrada e em consonância com o Departamento de Risco Global (DRG) do BES que centraliza a função de Risco do Grupo BES, quer ao nível da actividade doméstica, quer ao nível da actividade internacional, abrangendo os diversos tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, taxa de juro, de balanço e operacional.

Dentro desse relacionamento a função de Gestão de Risco ao nível da Banca de Investimento assenta nos seguintes princípios básicos:

- Avaliação contínua e permanente do risco;
- Estabelecimento de limites de tolerância tendo em conta a solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes das áreas de negócio;
- Utilização de diversas metodologias, nomeadamente *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, VaR (*Value at Risk*) e análises de sensibilidade e de posições;
- Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus portfólios (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).



O controlo e supervisão de risco é efectuado pela Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, que delega no Comité de Políticas de Risco e no Conselho de Crédito e Riscos (CCR) a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento das políticas de gestão de Balanço e de liquidez.

BASILEIA II

No ano de 2009 o Grupo BES foi autorizado pelo Banco de Portugal a utilizar o método das Notações Internas (método *IRB Foundation*), no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método *Standard (TSA)*, no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

Uma vez mais o Grupo BES assumiu-se como líder de mercado ao ser o primeiro Banco português a obter tal autorização, sendo de salientar que a mesma foi concedida num contexto económico depressivo, facto que confirma a razoabilidade e o conservadorismo dos parâmetros usados nos modelos internos.

Também assumiu papel fundamental na obtenção da referida autorização o facto do Grupo BES dispor de ferramentas de gestão de risco que lhe permitem aplicar as melhores práticas internacionais nesta área e, deste modo, ter uma cultura de negócio muito sensível ao risco, disseminada por toda a organização.

Esta etapa de sucesso foi, por um lado o culminar de um plano de investimento significativo levado a cabo pelo Grupo BES na melhoria dos seus modelos, processos e sistemas de gestão do risco desde 2000, mas por outro o início do Programa de extensão destes modelos e processos a todas as unidades do Grupo, assente num plano de *Roll-Out* definido a 3 anos.

Plano de Roll-Out

A referida autorização para a utilização do método IRB Foundation abrangeu o BES Sede, a Sucursal do BES em Londres e o Grupo Banco Espírito Santo de Investimento. A utilização deste método será alargado a diversas entidades e portfólios do Grupo BES ao longo dos próximos anos através de um plano de *Roll-Out* em curso desde Junho de 2009 de modo a garantir que: (i) serão atingidos níveis de cobertura de rating elevados (>95%) nos portfólios IRB, quer nas entidades já certificadas, quer nas entidades candidatas a certificação (incluídas no plano de *Roll-Out*), (ii) serão realizados *Use-Tests*, comprovando a utilização das ferramentas de risco na originação, acompanhamento, *pricing*, provisionamento, reporte e gestão estratégica e (iii) existirá uma validação e actualização contínua dos modelos de risco.

Durante o ano de 2010 foi concretizada a 2ª vaga, estando esse processo (tal como o da 1ª vaga) pendente de autorização por parte do Banco de Portugal.

	1ª vaga	2ª vaga	3ª vaga	4ª vaga	5ª vaga
Entidades a candidatar:	• ES Plc • SFE • BES NY • BES Cayman	• Leasing (Corp) • BAC	• BES Espanha • ES Bank	• BES Vénétie • BES Oriente	• Factoring

ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process

Para além da perspectiva regulamentar, o Grupo BES e neste caso particular o Banco Espírito Santo de Investimento recorre a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis (*Risk Taking Capacity* - RTC) para o exercício de auto-avaliação da adequação de capital interno previsto no Pilar II de Basileia II e no Aviso 15/ 2007 do Banco de Portugal.

A visão económica dos riscos e da RTC é estimada, quer numa perspectiva de continuidade de negócio, em que o Grupo BES pretende ter capacidade financeira para absorver perdas sem necessidade de alteração da sua estratégia de negócio, quer numa perspectiva de liquidação, através da qual pretende salvaguardar a capacidade de reembolso da dívida sénior e dos depósitos. As duas ópticas de avaliação da adequação de capital utilizam diferentes níveis de confiança na estimação dos riscos e diferentes conceitos dos recursos financeiros disponíveis para fazer face a esses riscos, em linha com o apetite de risco definido ao nível do Banco Espírito Santo de Investimento.

Para a quantificação dos riscos, o Grupo BES desenvolveu vários modelos de capital económico que estimam a perda máxima potencial para o período de um ano com base num nível de confiança predefinido. Estes modelos abrangem os vários tipos de risco a que o Grupo BES está exposto, dos quais se salientam o risco de crédito, risco de mercado (carteira de trading e carteira bancária), risco imobiliário, risco do fundo de pensões, risco operacional, risco reputacional, risco de liquidez e risco de estratégia e de negócio.

O cálculo dos requisitos de capital económico para os últimos três riscos é efectuado através de testes de esforço (*stress tests*).

O valor dos requisitos de capital económico de cada risco é agregado tendo em conta os efeitos de diversificação inter-riscos. Paralelamente ao cálculo dos requisitos de capital económico, são efectuados *stress tests* aos principais factores de risco para identificar eventuais fragilidades ou riscos não capturados pelos modelos internos.

A análise da adequação de capital no final de cada ano é complementada com a evolução prevista para os requisitos de capital (riscos) e os recursos financeiros disponíveis para o prazo de três anos, quer no cenário base do planeamento, quer num cenário de agravamento adicional da conjuntura macroeconómica.

Os resultados obtidos, no exercício ICAAP entregue ao Banco de Portugal, em Junho de 2010, e relativo a 31 de Dezembro de 2009, permitem concluir que o Banco Espírito Santo de Investimento detém fundos próprios suficientes para fazer face aos riscos incorridos, quer na óptica regulamentar, quer na económica, em linha com o resultado obtido pelo BES, seu accionista único.

Solvabilidade

Em 31 de Dezembro de 2010, o rácio *Core Tier I* ascendia a 7,8% e o rácio *Tier I* atingiu 8,7% (acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal).

ACTIVOS DE RISCO E CAPITAIS ELEGÍVEIS (Banco de Portugal)

(milhares de euros)

Variáveis		2009	2010
		Basileia II	Basileia II
		(IRB)	(IRB)
Activo Líquido	A	5 877 475	7 017 600
Índice de risco	B/A	82,40%	82,60%
Activos de risco equivalente	B	4 845 527	5 793 310
Banking Book		3 569 756	4 165 942
Trading Book		914 790	1 200 780
Risco de liquidação		204	1
Risco operacional		360 777	426 587
Fundos Próprios Totais	C	527 543	577 949
De base (TIER I)	D	435 716	503 261
Core TIER I	E	437 239	454 477
Outros Elementos		-1 523	48 784
Complementares e deduções		91 827	74 688
Rácio Core Tier I	E/B	9,00%	7,80%
Rácio Tier I	D/B	9,00%	8,70%
Rácio de Solvabilidade	C/B	10,90%	10,00%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Fundos Próprios

Os fundos próprios correspondentes ao *Core Tier I* aumentaram cerca de 17,2 milhões de euros, atingindo 454,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010. Neste aumento, assume relevância a política de autofinanciamento pela via da retenção de parte dos resultados (25 milhões de euros) e ainda o acréscimo de Interesses Minoritários (11 milhões de euros). Por outro lado e com efeito contrário foi apurado um *goodwill* devido a uma aquisição efectuada no final do ano.

Os Fundos Próprios de Base ou *Tier I* apresentaram um acréscimo de 67,5 milhões de euros, que para além da variação do *Core Tier I* mencionada no parágrafo anterior, conta com o contributo da emissão de instrumentos de Capital elegíveis para *Tier I* (+50 milhões de euros) efectuada durante a última metade do ano. Os Fundos Próprios Complementares sofreram uma redução de 17,1 milhões de euros, nos termos do Aviso 6/ 2010 do Banco de Portugal.

Activos Ponderados pelo Risco

Em 31 de Dezembro de 2010, os Activos Ponderados pelo Risco atingiram 5.793 milhões de euros, sendo 4.166 milhões de euros (72% do total) provenientes do Risco de Crédito e Contraparte, 1.201 milhões de euros provenientes do Risco de Mercado e 427 milhões de euros provenientes do Risco Operacional.

Risco de Crédito e Contraparte

Como referido anteriormente, o Grupo BES utiliza a abordagem baseada no Método das Notações Internas (*Internal Ratings Based* - IRB) para tratamento das exposições sujeitas a risco de crédito, em conformidade com as regras dispostas no Anexo IV do Aviso 5/ 2007 do Banco de Portugal.

Activos ponderados pelo risco - Por classe de risco

(milhares de euros)

	Activos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco
Administrações Centrais e Bancos Centrais	60	0%
Instituições	454 763	21%
Empresas	3 355 504	82%
Carteira de retalho	4 397	66%
Ações	141 133	235%
Outros	210 085	30%
Total	4 165 942	55%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

No que se refere à decomposição dos Activos Ponderados pelo Risco por classes de risco destaca-se o segmento de Empresas que contribui em cerca de 82% para o total dos activos ponderados pelo risco, em linha com a preponderância que este segmento representa na actividade desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento bem como pelo Grupo BES.

Risco de Mercado

Os requisitos de capital de Risco de Mercado são calculados com base no Método Padrão. A 31 de Dezembro de 2010, os requisitos em termos de Activos Ponderados pelo Risco ascenderam a 1.201 milhões de euros, sendo o Risco de Taxa de Juro/ Instrumentos de Dívida (75% do total) e o Risco Cambial (20% do total) os principais contribuintes.

Variação Anual dos Activos Ponderados pelo Risco

(milhares de euros)

	2009	2010	Variação
Instrumentos de Dívida			
Risco Específico	200 386	332 916	132 530
Risco Geral	484 807	567 565	82 758
Títulos de Capital			
Risco Específico	33 813	29 232	-4 581
Risco Geral	25 800	26 886	1 086
Risco Cambial	169 984	244 181	74 197
Risco Liquidação	204	1	-203
Total	914 994	1 200 781	285 788

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

O aumento anual dos requisitos deveu-se essencialmente às variações verificadas no Risco Específico (*Credit Default Swaps* e Títulos) e Geral de Instrumentos de Dívida, Risco Geral de Títulos de Capital e no Risco Cambial, tendo sido atenuado por reduções ao nível do Risco Específico de Títulos de Capital e Risco de Liquidação.

Risco Operacional

Os requisitos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional são calculados de acordo com o Método Standard, que consiste na média, dos últimos três anos, da soma dos indicadores relevantes ponderados pelos riscos calculados, em cada ano, relativamente aos segmentos de actividade regulamentares.

No ano de 2010, os Activos Ponderados pelo Risco (APR) evidenciaram um acréscimo de cerca de 66 milhões de euros face ao exercício anterior, como consequência da evolução positiva dos proveitos líquidos considerados para efeitos do cálculo do indicador relevante, nomeadamente, no que concerne ao contributo do segmento de Negociação e Vendas, cuja evolução foi positiva face ao ano transacto.

Variáveis	(milhares de euros)			
	2009		2010	
	RFP	APR	RFP	APR
GBESI	28 862	360 777	34 127	426 582
2.1 Financiamento de Empresas	4 942	61 769	5 346	66 831
2.2 Negociação e Vendas	4 392	54 903	8 574	107 169
2.3 Intermediação relativa à carteira de retalho	750	9 378	680	8 497
2.4 Banca Comercial	18 233	227 910	18 927	236 583
2.5 Banca de retalho	0	0	0	0
2.6 Pagamento e liquidação	0	0	0	0
2.7 Serviços de agência	0	0	0	0
2.8 Gestão de activos	545	6 817	600	7 502

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento. Nota: RFP: Requisitos de Fundos Próprios.

RISCOS DE CRÉDITO, MERCADO, LIQUIDEZ E OPERACIONAL

Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Para tal, tem vindo a verificar-se uma melhoria contínua ao nível:

- Da modelização do risco de crédito, com consequente diminuição do peso da subjectividade na sua apreciação;
- Dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a independência da função de risco, delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias aos *ratings* dos Clientes;
- Dos sistemas de informação relacionados com a disponibilização das diferentes variáveis inerentes à avaliação do risco de crédito de modo a permitir a sua consulta a todos os intervenientes do processo de crédito;
- Da independência do processo de formalização/ execução das operações de crédito face à estrutura de origemação.

A implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, relacionadas, nomeadamente, com o projecto global de revisão do processo de decisão de crédito, aliado à cobertura de uma grande maioria das posições creditícias por *ratings* internos, permitiram que o processo de concessão de crédito no Grupo BES assente na utilização abrangente de métricas de rentabilidade ajustada pelo risco.

No Banco Espírito Santo de Investimento, e de forma transversal à totalidade das geografias onde está presente, sempre que são delegados poderes de crédito os *ratings* internos são incorporados directamente, sendo utilizados como suporte à diferenciação de *pricing*.

Para além do referido, foi igualmente alargada a utilização dos *ratings* para efeitos de definição de limites de portfólio que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringindo a produção de crédito nas notações de risco mais elevado. O cumprimento dos limites estabelecidos é objecto de monitorização permanente, sendo a informação distribuída às áreas comerciais bem como apresentada em Conselho de Crédito e Riscos.

O Grupo BES, e consequentemente o Banco Espírito Santo de Investimento, tem adoptado uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que tem vindo a permitir mitigar significativamente o risco assumido perante os seus Clientes. Em 2010, atendendo ao contexto económico recessivo e à crise que se verificou nos mercados financeiros, a política de gestão de risco de crédito do Grupo BES teve subjacente um maior conservadorismo, tendo sido reforçadas acções ao nível da originação/distribuição, monitorização e recuperação.

Originação	Monitorização	Recuperação
• Limites mais restritos na concessão de crédito; • Aumento da exigência de garantias associadas aos créditos; • Melhoria da diferenciação do preço consoante o risco; • Aumento da cobertura da exposição com <i>ratings</i>; • Maior automatização na disponibilização da informação de suporte à decisão de concessão de crédito.	• Intensificação do processo de monitorização com forte envolvimento da Gestão de Topo; • Maior automatização na disponibilização da informação de risco de crédito às áreas comerciais; • Reforço das acções de acompanhamento de crédito (antes do <i>default</i>); • Melhoria dos processos e controlos de gestão das garantias.	• Antecipação das acções de recuperação; • Monitorização dos devedores e dos activos recebidos em garantia; • Adequação do processo de recuperação de crédito de acordo com o negócio, recuperação e áreas de desinvestimento; • Aumento do peso do risco de crédito nos esquemas de incentivos das áreas comerciais (SOI).

Os Sistemas Internos de Notação de Risco

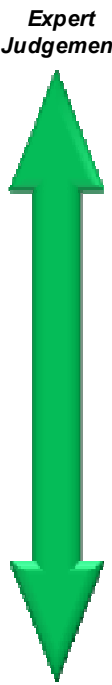
Face às particularidades inerentes aos diferentes segmentos de Clientes do Grupo BES, foram desenvolvidos diversos sistemas internos de notações e parâmetros de risco, quer para empresas, quer para particulares.

Conforme previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II), e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação dos sistemas internos de notações de risco utilizados no Banco Espírito Santo de Investimento, é efectuada de uma forma periódica a nível central pela Unidade de Validação Independente. O exercício de validação interna dos diversos modelos de *rating* efectuado em 2009 para os principais portfólios de crédito confirmou a robustez e aderência destes modelos no exercício de aferição do risco de crédito.

Modelos Internos de *Rating* para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de *rating* para carteiras de empresas que são essencialmente os modelos utilizados pelo Banco Espírito Santo de Investimento, são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão

e do sector de actividade dos Clientes, sendo ainda utilizados modelos específicos adaptados a operações de crédito nomeadamente de *Project Finance* e *Acquisition Finance*.

	Critério de Segmentação	Tipo de Modelo	Descrição
 Expert Judgement Estatístico	Sector, Dimensão, Produto • Instituições Financeiras • Municípios • Institucionais • Adm. Locais e Regionais • Grandes Empresas [Vol. Negócios > 50 M€] • Imobiliário (Investimento/ Promoção) • Acquisition Finance • Project Finance	Template	<i>Ratings</i> atribuídos por equipas de analistas, utilizam do modelos específicos por sector (templates) e informação financeira e qualitativa.
	Médias Empresas: • Vol. Negócios [1,25 M€ - 50 M€]	Semi-automático	Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação financeira e qualitativa validado por analistas.
	Pequenas Empresas: • Vol. Negócios até 1,25 M€ Start-Up's e Empresários em Nome Individual	Automático	Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental. Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação qualitativa e comportamental.

Relativamente aos principais segmentos onde opera o Banco Espírito Santo de Investimento - **Grandes Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e Empréstimos especializados** - nomeadamente *Project Finance* e *Acquisition Finance* - as notações de risco são atribuídas pela Mesa de *Rating*. Esta estrutura é constituída por analistas técnicos especializados, organizados em equipas multi-sectoriais, e que centraliza também a validação dos *ratings* propostos pelos analistas de risco de crédito, que se encontram geograficamente dispersos pelas várias entidades do Grupo BES.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como portfólios de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*), assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo *expert-based (templates)* que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do sector ou sectores de actividade em que operam os Clientes em análise. Com excepção da atribuição de *rating* a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de *Rating* rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada empresa participada dentro do respectivo grupo económico.

O Grupo BES procede ainda ao cálculo de “estimativas internas das taxas de recuperação” para os portfólios de Médias e Grandes Empresas, que utiliza para os respectivos processos de negócio.

Quantificação do Risco de Mercado

As principais medidas de risco utilizadas para os Riscos de Mercado são o VaR (*Value at Risk*), o BPV (*Basis Point Value*) e o *Stress Test*.

Uma vez que nenhuma medida de risco, por si só, reflecte todos as vertentes associadas a este tipo de riscos, são utilizados complementarmente outros indicadores de risco, tais como níveis de avisos de perda (*stop losses*) e de ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de *turnover* e “Gregos”.

Quando o Banco transacciona instrumentos financeiros que não tem preços de mercado disponíveis em mercados organizados, são aplicados para estes casos modelos teóricos de avaliação, que são posteriormente utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites aprovados.

São realizados periodicamente testes de aderência (*back testing* e *price testing*), no sentido de (i) aperfeiçoar a calibração dos modelos existentes e da sua adequabilidade aos instrumentos utilizados (ii) analisar a razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos (iii) verificar a consistência dos algoritmos utilizados e (iv) comparar os resultados obtidos com os recebidos de outros intervenientes no mercado.

Aprovação de Exposições e Limites

A aprovação de todas as operações que envolvem risco de Crédito e de Mercado, bem como os limites para todas as medidas de risco de cada unidade de negócio do Espírito Santo Investment (Portugal, Espanha, Polónia, Estados Unidos da América, Brasil e Irlanda) é efectuada pelo Conselho de Crédito e Riscos, que tem como atribuições específicas:

- (i) Analisar e decidir sobre a aprovação ou recusa das operações que envolvam globalmente risco de crédito, de mercado e reputacional, propostas por cada uma das geografias garantindo a sua adequação ao perfil de risco definido pela Comissão Executiva e aprovado pelo Comité de Políticas de Risco, tendo em conta os necessários requisitos legais e regulamentares vigentes, bem como as *best practices* de mercado;
- (ii) Aprovar alterações a limites individuais e agregados, de acordo com as linhas de negócio e produto definidas;
- (iii) Aprovar compras e vendas de créditos de e para a carteira de crédito do Banco.

Para além deste órgão existe ainda o Comité de Políticas de Risco que tem como principais atribuições:

- (i) Aprovar e rever a Política Global de Risco alargada a todas as geografias onde o Banco se encontra presente;
- (ii) Definir limites globais e regionais de exposição e tolerância ao risco, tendo em conta a solvência e a maximização do binómio retorno/ risco;
- (iii) Monitorizar todos os parâmetros de risco relevantes para a actividade do Banco.

Assim, a aprovação dos limites de níveis mínimos de *Rating*, de *VaR*, *BPV* (*Basis Point Value*), níveis de avisos de perda (*stop losses*) e ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de *turnover* e “Gregos”, são sempre atribuídos tendo em conta as especificidade dos mercados, produtos, moedas e maturidades.

Previamente à atribuição de limites, é efectuada uma análise profunda dos mercados, nomeadamente a sua liquidez, no sentido de se assegurar os objectivos propostos estrategicamente para o Banco, quer em termos individuais quer em termos consolidados.

Monitorização e Controlo dos Riscos

As actividades de acompanhamento e de controlo têm como objectivo quantificar e controlar os riscos de Crédito e de Mercado, por forma a que sejam definidas e implementadas, antecipadamente, medidas concretas para situações específicas, que possam indiciar agravamento do risco bem como estratégias globais de gestão das diversas carteiras do Banco.

O Banco Espírito Santo de Investimento dispõe de equipas em cada unidade de negócio que, em conjugação com a equipa da sede em Portugal e o Departamento de Risco Global do BES, asseguram a função de controlo e monitorização desses riscos assente nos seguintes processos:

- Recolha, preparação, controle e difusão diária pelas diferentes áreas de negócio das posições dos empréstimos, das carteiras de obrigações, derivados, utilização dos limites aprovados;
- Elaboração semanal de um relatório de Risco (Semanário de Risco) onde são abordados os diferentes tipos de risco, nomeadamente:
 - Crédito - Perfil de Risco de crédito da carteira do Banco nos seus diferentes instrumentos, Exposição Global por instrumento, por País, por *Rating*, por Sector Económico, por Maturidade, P/L, Requisitos de capital, aprovações em Comité de Crédito e Riscos, Limites excedidos, indícios de imparidade, etc;
 - Mercado (taxa de juro e Acções) - P/L por instrumento, posição cambial, Vo1 para as diferentes carteiras, Veja, DeaR, etc;
- Preparação da informação de apoio à elaboração dos diversos *reportings* externos e internos sobre crédito, risco de contraparte, risco de liquidez e risco de mercado.

Como reforço à monitorização e controlo da carteira de crédito, foi criado um Comité de Imparidade com o propósito específico de avaliar a carteira de Crédito do Banco, nomeadamente os créditos que registam imparidade numa base individual e em base de portfólio e onde é utilizada a informação de base dos modelos de risco de crédito complementada com a análise, entre outros:

- Da exposição global do Cliente e da existência de créditos em situação de incumprimento;
- Da viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e da sua capacidade de gerar meios capazes de responder ao serviço da dívida no futuro;
- Da existência de credores privilegiados;
- Da existência, da natureza e do valor estimado dos colaterais;
- Do endividamento do Cliente no sector financeiro;
- Do montante e dos prazos de recuperação estimados.

Cabe-nos ainda referenciar a este propósito que um crédito concedido a Clientes ou uma carteira de crédito concedido encontra-se em imparidade quando:

- (i) existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial;
- (ii) esse(s) evento(s) tenha(m) um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Análise do Risco de Crédito

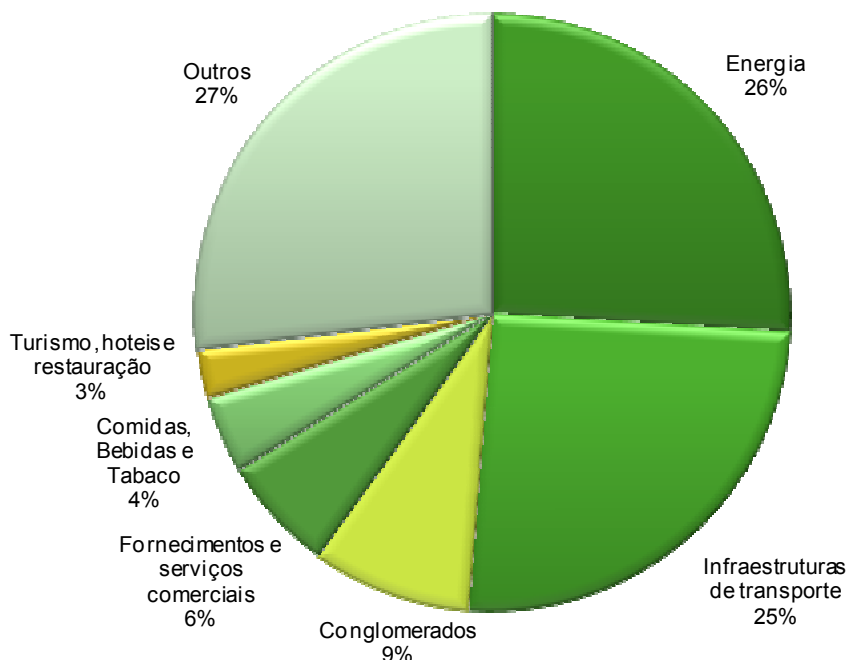
Carteira de Crédito a Clientes

Estrutura da Carteira de Crédito

Tendo presente o contexto económico recessivo e a crise que se verificou nos mercados financeiros, a carteira de crédito bruto a Clientes (excluídas Linhas de crédito e Garantias prestadas) registou em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 2.317 milhões de euros. O crescimento registado de 9% compara com um crescimento de 21% no período entre 2008 e 2009.

A análise da distribuição sectorial da carteira de crédito reflecte as actividades que o Banco tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, salientando-se o particular enfoque nas operações em regime de *Project Finance* nos sectores de Infraestruturas de Transporte e Energia, nas diversas geografias onde o Banco e o Grupo BES estão presentes.

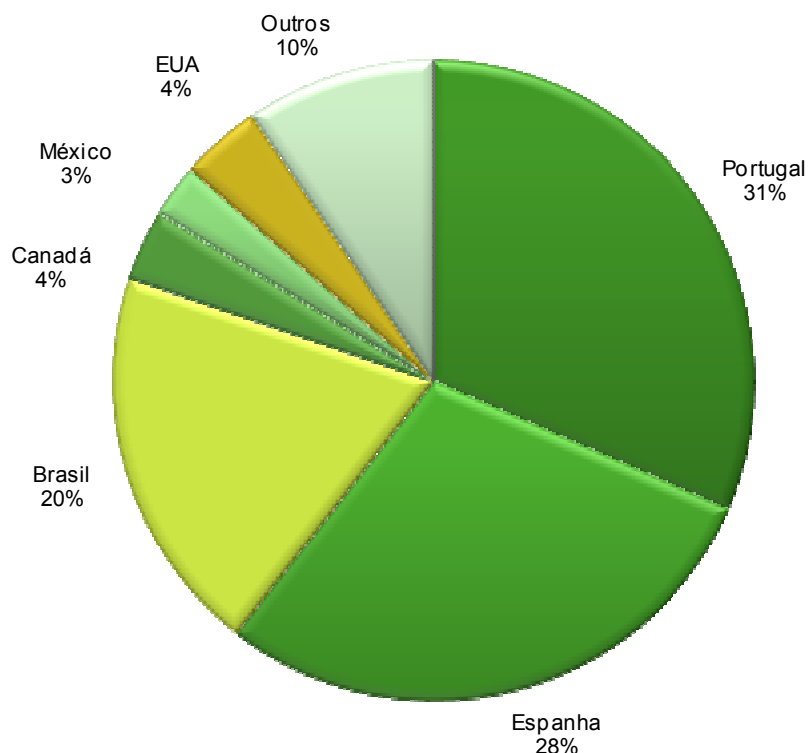
Exposição Sectorial do Total da Carteira de Crédito



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Relativamente à repartição geográfica da carteira de crédito, a actividade internacional, já representa 69% do total, salientando-se o Brasil, Estados Unidos da América, Canadá e México, o que demonstra a aposta e a determinação do Banco e do Grupo BES na sua estratégia de internacionalização.

Concentração Geográfica do Total da Carteira de Crédito



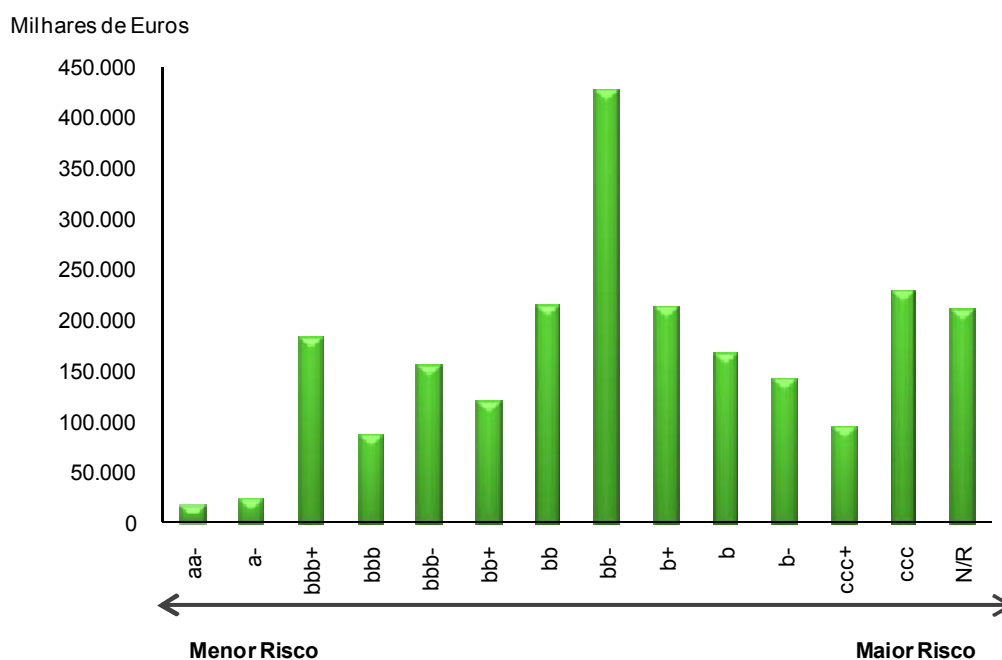
Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Distribuição da Carteira de Crédito por notação de *rating*

Tal como seria expectável, a desaceleração da actividade económica na sequência da recente crise financeira global gerou uma ligeira deterioração do perfil de risco da carteira de crédito em 2010, situação que determinou o reforço das acções ao nível da originação, monitorização e recuperação do crédito bem como das Provisões.

Do total da carteira de crédito coberta com *ratings* internos, cerca de 22% da exposição era *investment grade*. Na área do *non investment grade*, cerca de 37% está concentrada nos *ratings* [bb+ e bb-], tratando-se na sua maioria de operações de crédito com um elevado grau de complexidade, estando, normalmente, garantidas por activos reais, os quais não se encontram reflectidos ao nível dos *ratings* internos atribuídos, sendo no entanto importantes mitigadores de risco, nomeadamente ao nível do cálculo das perdas esperadas (*Expected Losses*).

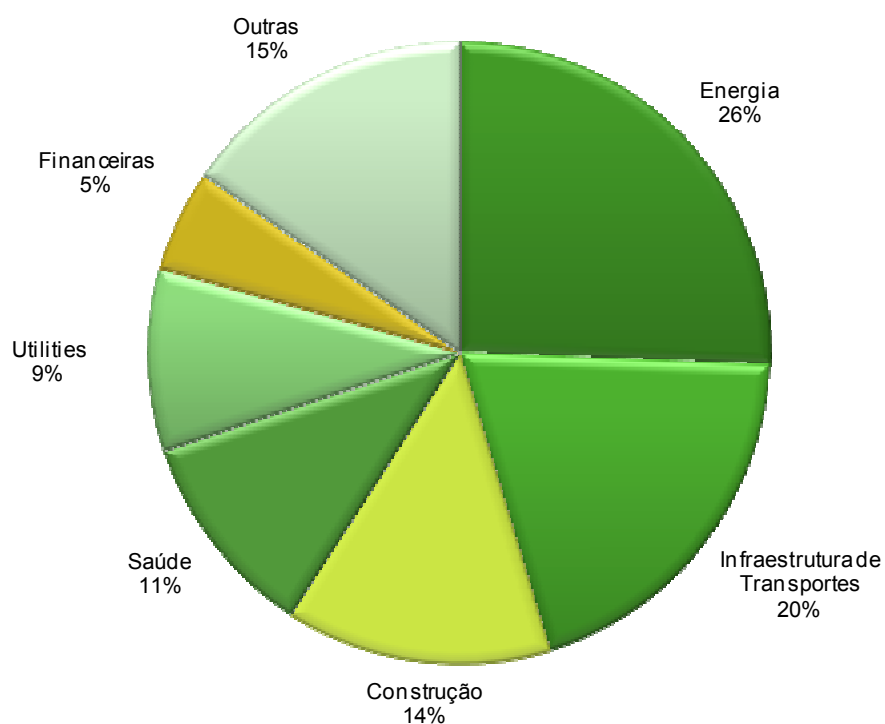
Perfil de *Ratings* Internos da Carteira de Crédito



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

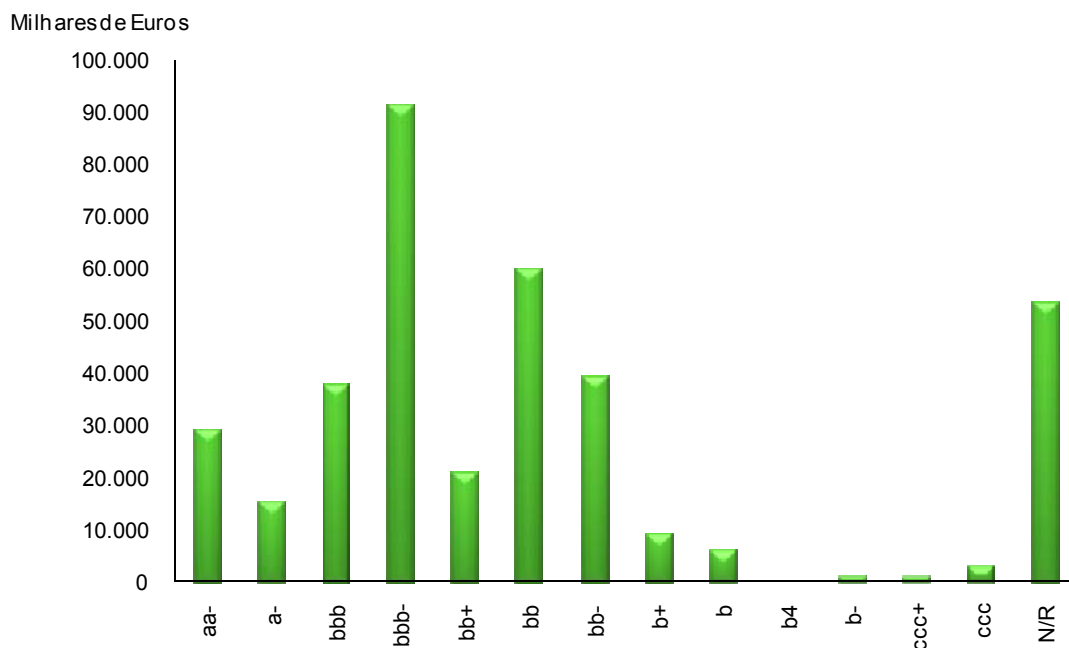
As Linhas de Crédito não Utilizadas atingiram, no final de 2010, cerca de 368 milhões de euros, estando relacionadas, na sua maioria, com montantes ainda não utilizados no âmbito de operações de *Project Finance*, o que justifica quer a concentração sectorial quer o perfil de *rating* apresentados.

Exposição Sectorial de Linhas de Crédito Não Utilizadas



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Perfil de Ratings Internos de Linhas de Crédito não utilizadas

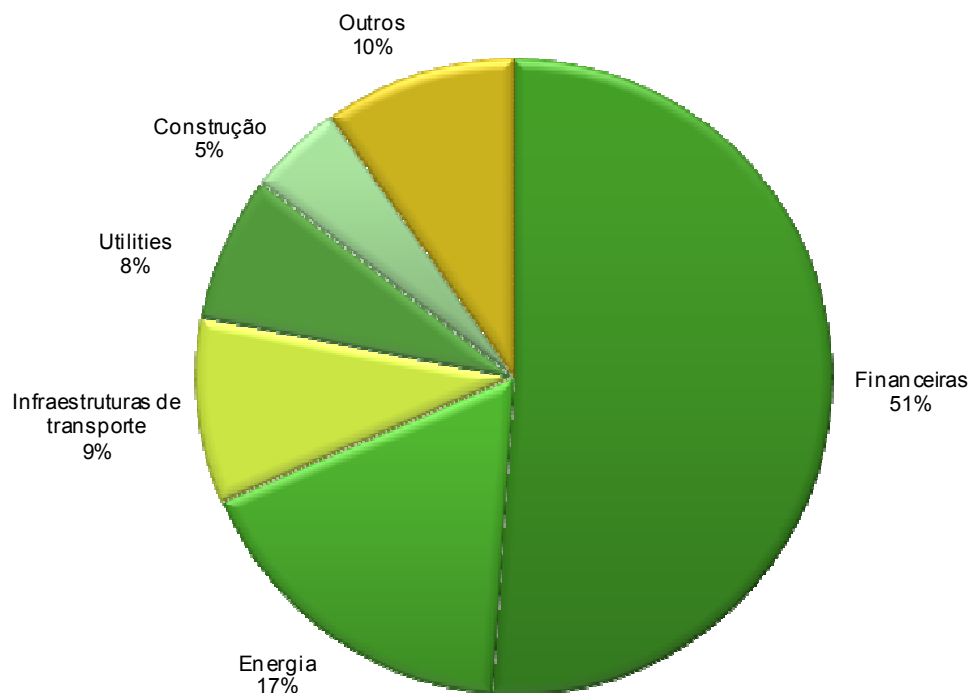


Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

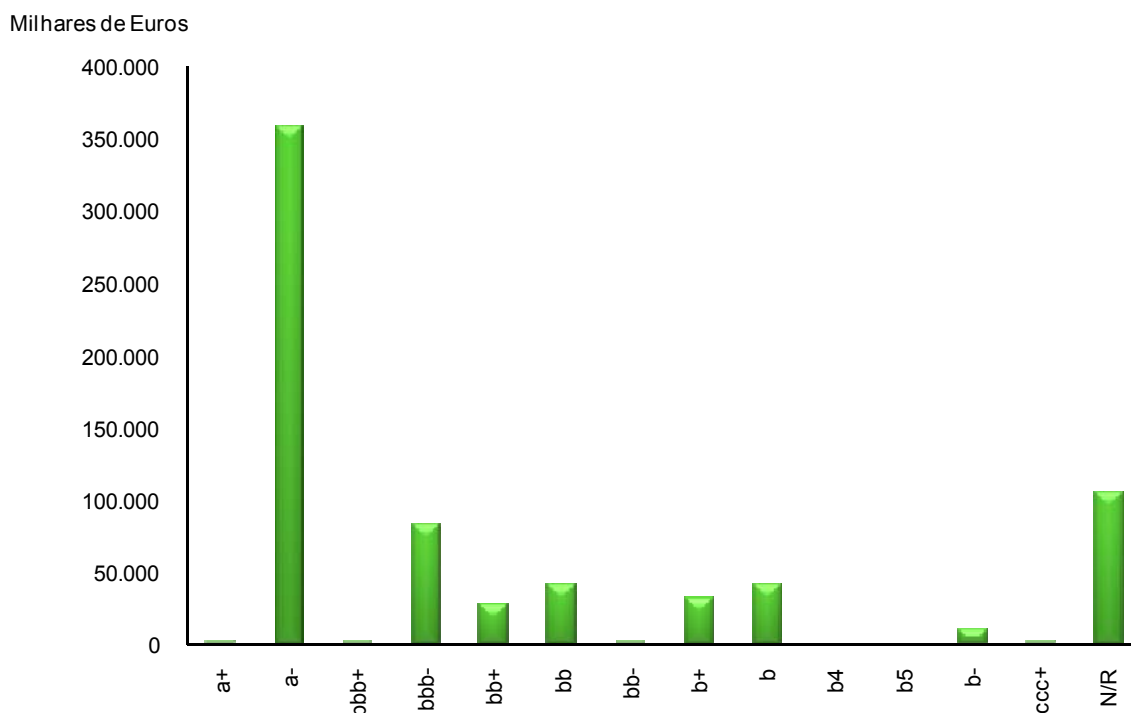
No que se refere a Garantias e Avaes prestados pelo Banco, o seu montante, no final de 2010, era de cerca de 790 milhões de euros.

Em termos de distribuição sectorial, o mais representativo era o sector Financeiro, com 51% do total. Quanto ao perfil de *rating* desta carteira, cerca de 63% situava-se ao nível do *investment grade*.

Exposição sectorial de Garantias e Avaes



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Perfil de Ratings Internos de Garantias e Avals Prestados


Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Qualidade do Crédito

O desenvolvimento sistemático da modelização do risco de crédito, a melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, o direccionamento dos créditos para os segmentos de Clientes e para produtos com menor risco têm permitido um maior controlo do risco da carteira de crédito.

Assim, e apesar do ambiente macroeconómico adverso existente ao longo de 2010, o Banco Espírito Santo de Investimento manteve um crescimento moderado da sua carteira e ao mesmo tempo deu continuidade à política de reforço de Provisões, procedendo ao reforço substancial das mesmas bem como ao abate de alguns créditos. O Banco antecipa já sinais de degradação da sua carteira e está confiante que a política seguida irá permitir continuar no futuro com níveis de cobertura confortáveis.

Essas medidas tiveram um impacto ao nível do rácio de Crédito e Juros Vencidos/ Crédito a Clientes e do rácio de cobertura do Crédito e Juros Vencidos por Provisões.

(milhares de euros)

	Dez-10	Dez-09	Variação (%)
Crédito a Clientes (Bruto)	2 316 919	2 121 217	9%
Crédito e Juros Vencidos	8 583	11 247	-24%
Provisões para Crédito a Clientes	72 077	48 358	49%
Crédito e Juros Vencidos/Crédito a Clientes	0,37%	0,53%	(16 b.p.)
Provisões para Crédito a Clientes/Crédito e Juros Vencidos	839,76%	429,96%	409 b.p.
Rácio de Crédito em Incumprimento (*)	0,38%	0,53%	

(*) calculado de acordo com a Carta-Circular nº99/2003/DSB do Banco de Portugal

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

O custo de provisionamento diminuiu 19 pontos base, uma vez que o crescimento das dotações para Provisões já referido foi inferior ao crescimento médio do portfólio de crédito durante o ano de 2010 e atingiu no final do exercício o valor de 1,36%, tal como se pode observar no quadro a seguir apresentado.

(milhares de euros)

	2008	2009	2010
Portfólio Médio	1 603 118	1 851 868	2 219 701
Dotação para Provisões	10 498	28 762	30 107
Custo de Provisionamento	0,65%	1,55%	1,36%

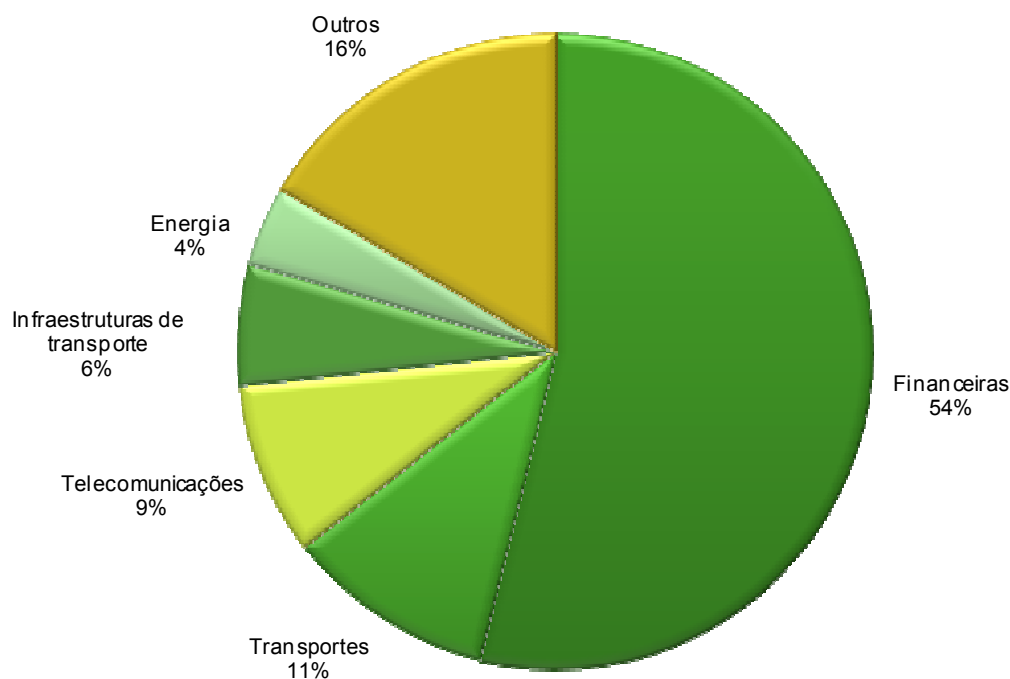
Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Carteira de Derivados sobre Instrumentos de Taxa de Juro, Câmbio e Acções

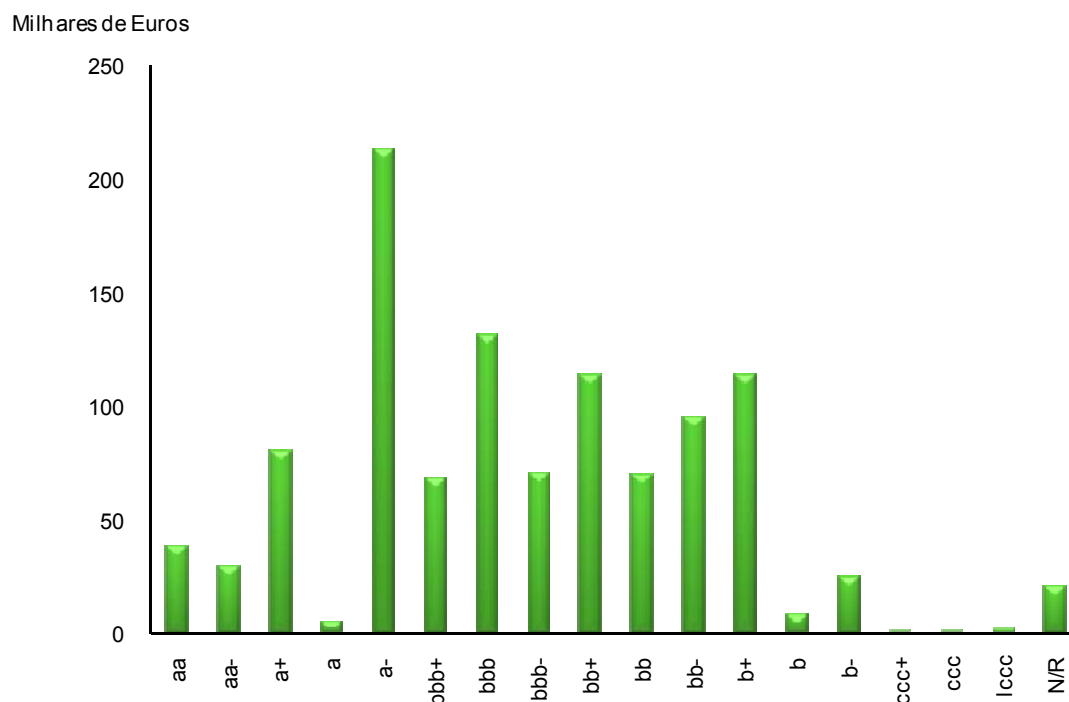
O risco de crédito subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio e acções do Banco em 2010 (quantificado através das regras definidas pelo Aviso 5/2007 do Banco de Portugal e que assenta na soma entre o custo de substituição e o risco de crédito potencial futuro), aumentou cerca de 19% face a 2009, tendo atingido em Dezembro de 2010 o montante de 1.085 milhões de euros.

Em termos do perfil de risco das exposições do Banco nestes instrumentos, cerca de 59% era constituído por contrapartes com *ratings investment grade*, sendo cerca de 54% da exposição global ao sector financeiro, nomeadamente perante instituições financeiras sediadas na Europa, Brasil e Reino Unido.

Distribuição Sectorial da Carteira de Derivados (Tx. Juro, Câmbio e Acções)



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Perfil de Ratings Internos - Carteira de Derivados (Tx. Juro, Câmbio e Acções)


Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Carteira de Derivados de Crédito

Mantendo a tendência do ano anterior, durante o exercício de 2010 o Banco continuou a reduzir substancialmente a sua exposição aos Derivados de Crédito, risco esse que é calculado tendo em conta o valor “nocional” subjacente aos contratos transaccionados e o risco do emitente de referência (*underlying*) no caso de venda de protecção por parte do Banco Espírito Santo de Investimento, e de contraparte, no caso de compra de protecção (instituições financeiras).

Assim, no final de 2010, o risco desta carteira era residual e totalizava cerca de 16,6 milhões de euros, representando um decréscimo relativamente ao ano de 2009 de 60%.

Quanto ao perfil de *rating* e distribuição sectorial desta carteira, era possível observar que cerca de 70% da mesma estava concentrada em *ratings* iguais ou superiores a BBB- (*investment grade*) e maioritariamente exposta a empresas dos sectores Financeiro e Estado/ Administração Central.

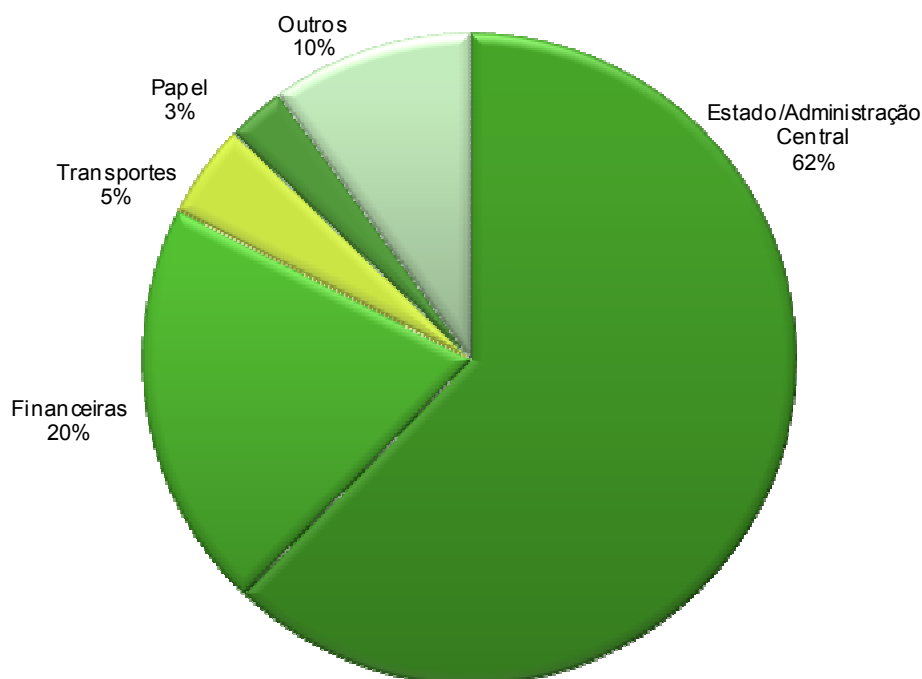
Carteira de Obrigações

A Carteira de Títulos de Rendimento Fixo atingiu no final do ano de 2010 o montante de 2.511 milhões de euros, o que significou um crescimento de cerca de 38,4% face ao ano anterior, sendo de destacar o impacto de 12% provocado pela apreciação do BRL face ao EUR.

Por força da consolidação integral da carteira do BES Investimento do Brasil, constituída essencialmente por Notas do Tesouro Nacional do Brasil e Notas do Banco Central Brasileiro (denominadas e financiadas em moeda local), o perfil de risco da carteira de títulos de rendimento fixo do Banco em 2010, caracterizou-se por uma concentração (78% da carteira) em *ratings* iguais ou superiores a BBB- (*investment grade*).

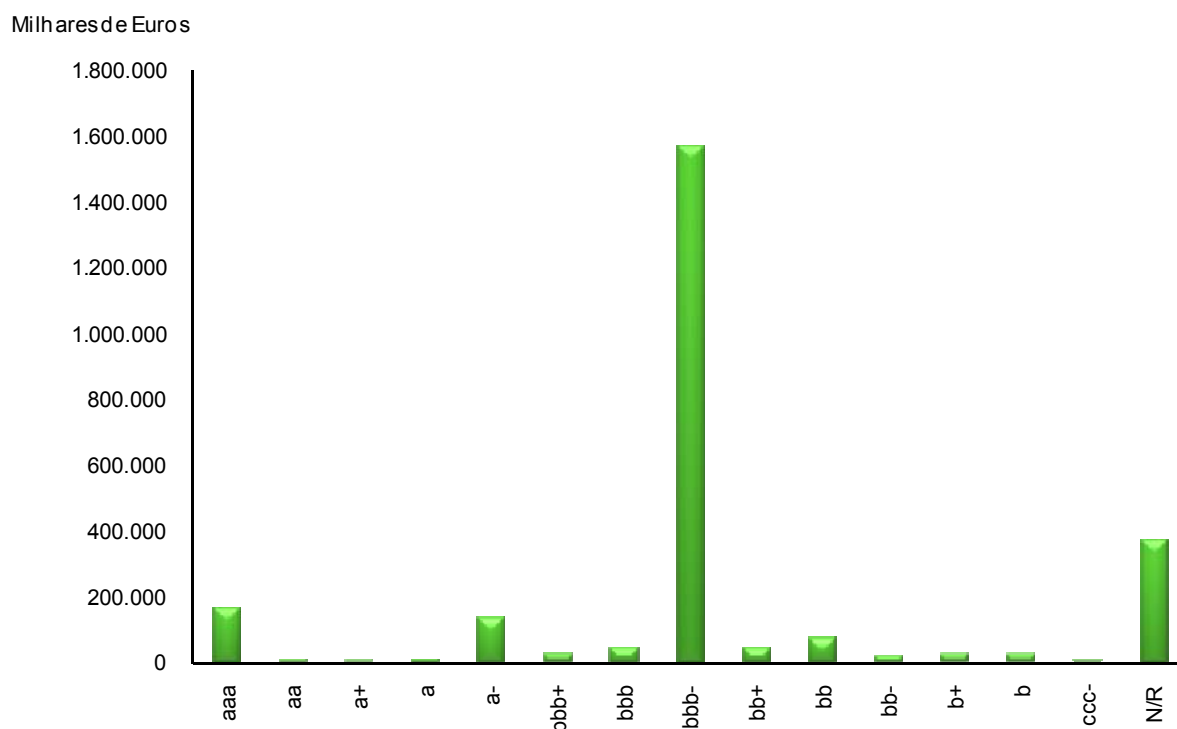
Em termos de distribuição sectorial, verificou-se que cerca de 62% da carteira de Títulos de Rendimento Fixo dizia respeito a títulos emitidos por entidades dos sectores Estado/ Administração Central sediadas no Brasil e em Portugal, o que traduzia a boa qualidade de risco e a sua elevada liquidez.

Distribuição Sectorial de Títulos de Rendimento Fixo



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Perfil de *Ratings* Externos - Títulos de Rendimento Fixo



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Exposição a Mercados Emergentes

No final do exercício de 2010, a exposição líquida a Mercados Emergentes em moeda estrangeira, determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos de cálculo do risco - país, elevava-se a 2.324 milhões de euros representando cerca de 33,3% do activo consolidado (25,4% em 31 de Dezembro de 2009).

(milhares de euros)

Países Emergentes	Dez-10			Dez-09	
	Exposição Bruta	Provisões	Garantias e outras Deduções	Exposição Líquida	Exposição Líquida
America Latina					
México	2 258	76	823	1 358	-11 235
Venezuela	0	0	0	0	-2 687
Brasil	2 333 514	29	13 200	2 320 284	1 502 609
Colômbia	718	0	0	718	0
Africa					
Angola	3 170	1 247	0	1 923	2 572
Exposição Total a Mercados Emergentes	2 339 660	1 352	14 023	2 324 284	1 491 260
Exposição Total / Activos Líquidos Consolidados	33,34%	0,02%	0,20%	33,12%	25,39%
Exposição Financiada em Moeda Local	2 045 664	0	0	2 045 664	1 405 941
Exposição Financiada em Moeda Local / Exposição Total	87,43%	0,00%	0,00%	88,01%	94,28%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando fortes crescimentos do PIB em 2010. O Grupo BES e o Banco Espírito Santo de Investimento estão presentes em muitas destas economias, nomeadamente em Angola e no Brasil. O desenvolvimento da actividade do Banco no Brasil em particular acompanhou o forte crescimento da economia local, tendo-se registado um aumento de 56% da exposição líquida a este país, correspondente a 833 milhões de euros.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, *spreads* de crédito e preços de mercadorias.

Práticas de Gestão

A gestão do Risco de Mercado é integrada na gestão de Balanço do Banco através do Comité ALCO. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do Balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez do Banco, em coordenação com as políticas aprovadas no ALCO do Grupo BES.

As tarefas de identificação, valorização, monitorização e controlo do Risco de Mercado no Banco Espírito Santo de Investimento são desenvolvidas por uma área específica - Controlo de Risco de Mercado - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos funcionais, o Controlo de Risco de Mercado reporta à Comissão Executiva, na figura de um Administrador Executivo.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas unidades de negócio, com competências adequadas, atendendo às especificidades da actividade desenvolvida, e dos riscos incorridos em cada empresa do Grupo Banco Espírito Santo de Investimento.

A esta área cabe a apresentação de propostas de limites precedida da análise dos factores relevantes a cada risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação da actividade em causa sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites propostos pelas áreas de negócio. Além do fundamento técnico dos limites existe uma adequação ao *track record* e experiência da área de negócio e aos objectivos estratégicos, pelo que os limites reflectem a apetência do Banco por cada um dos tipos de risco em que incorre.

As propostas de limites são apresentadas e aprovadas em sede de Conselho de Crédito e Riscos (CCR) de cada unidade de negócio e posteriormente submetidas à aprovação por parte do Conselho de Crédito e Riscos Global sediado em Lisboa. Com periodicidade no mínimo anual procede-se à sua revisão, podendo esta ser igualmente despoletada sempre que as opções estratégicas ou as condições de mercado o justifiquem.

De modo a construir uma imagem que se pretende completa sobre os riscos incorridos e a transmitir a toda a organização sinais claros acerca do perfil de risco desejado, são utilizadas diversas medidas de risco complementadas com limites de posição, de *stop losses* e de concentração.

Entre as medidas de risco utilizadas encontram-se o VaR (*Value at Risk*) e entre as de sensibilidade, o BPV (*Basis Point Value*) e os “Gregos” (Vega e Rho). A calibração do modelo de VaR é feita com uma análise de *back testing*. As diferentes posições de risco de mercado do Banco são ainda enquadradas na simulação de cenários extremos efectuada ao nível do Grupo BES que tem como base as variações a 10 dias mais e menos positivas verificadas nos últimos 20 anos.

Os mercados em que cada unidade de negócio opera encerram especificidades que obrigam à adaptação da forma de implementação das referidas metodologias de medição e controlo do risco.

De forma a melhorar a medição do VaR, têm sido desenvolvidas outras iniciativas como exercícios de *back testing*, que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar a sua capacidade preditiva.

Complementarmente ao VaR, têm também sido utilizados cenários extremos (*stress testing*) para avaliação das consequentes perdas potenciais.

Análise do Risco de Mercado

O Banco Espírito Santo de Investimento apresentava um VaR de 6,6 milhões de euros em Dezembro de 2010, nas suas posições de *trading* em acções e taxa de juro e na posição cambial global (com excepção da posição cambial referente a acções da carteira de activos disponíveis para venda e da carteira de activos ao justo valor). Este valor compara com 9,3 milhões de euros no final do exercício anterior, o que representa uma redução de 29%.

Value at Risk 99% a 10 dias

(milhões de euros)

	31-12-2010				31.12.2009
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro
Risco cambial	3,78	4,14	2,23	2,64	4,85
Risco taxa de juro	5,16	5,32	4,16	5,52	5,96
Ações	3,81	4,38	10,29	3,29	5,37
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Covariância	-6,14	-5,63	-3,73	-5,00	-6,88
Total	6,61	8,20	12,95	6,45	9,30

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento.

Alguns dos instrumentos transaccionados pelo Banco não são avaliados com base em preços de mercado disponíveis em mercados organizados, mas sim com recurso a modelos teóricos de avaliação. Estes modelos são, posteriormente, utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites.

Assim, o Banco tem implementado uma metodologia de *price testing* que tem como objectivos:

- A revisão de modelos e sua adequabilidade aos instrumentos;
- A razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos;
- A razoabilidade dos algoritmos utilizados;
- O confronto dos resultados obtidos com aqueles recebidos de outros intervenientes no mercado.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco em que incorre a instituição de ser incapaz de cumprir os seus compromissos financeiros em qualquer altura, local ou divisa sem incorrer em perdas substanciais. Os bancos estão sujeitos ao Risco de Liquidez por inerência do seu negócio de emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo.

O ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro que se reflectiu na desconfiança dos investidores relativamente à capacidade de algumas economias manterem os elevados níveis de endividamento num ambiente económico que, a partir da crise do crédito “subprime”, passou a ser caracterizado por uma liquidez global mais escassa e por critérios de financiamento muito mais restritivos.

A intervenção do BCE, prolongando o programa de injeção de liquidez no sistema financeiro e intervindo no mercado através da aquisição de títulos de dívida das economias da periferia foi determinante na manutenção da estabilidade na Zona Euro.

A gestão do Risco de Liquidez no Grupo BES é um processo centralizado que cobre todas as suas actividades e todos os seus veículos. O Grupo BES, do qual o Banco Espírito Santo de Investimento é subsidiária a 100%, gere a sua liquidez em estrita aderência à regulamentação da entidade supervisora, cumprindo elevados padrões de uma gestão prudente de liquidez.

A gestão do Risco de Liquidez do Banco Espírito Santo de Investimento, articulada e incorporada na gestão e monitorização do Risco de Liquidez global do Grupo BES, é da responsabilidade da Direcção de Tesouraria, que tem como principais atribuições:

- Delinear anualmente um plano financeiro baseado no orçamento aprovado. Com base nas necessidades de financiamento previstas, é estabelecido um plano anual de emissões e securitizações. Este plano é monitorizado regularmente e é revisto ao longo do ano sempre que necessário;
- Monitorizar e controlar o Risco de Liquidez. Tem como objectivos manter um nível satisfatório de disponibilidades no curto prazo para fazer face às necessidades financeiras, bem como assegurar o refinanciamento atempado da actividade corrente, optimizando o custo e maturidade. São utilizadas várias medidas como *gaps* de liquidez e rácios de liquidez;
- Participar igualmente nos *stress tests* efectuados a nível central onde são consideradas necessidades adicionais de financiamento, com base em cenários extremos mas plausíveis. Desta forma o Grupo BES pretende antecipar possíveis constrangimentos que afectem a liquidez do Grupo.
- Produção da documentação e realização de ALCO's periódicos, apreciados em Comissão Executiva.

Apesar de não estar imune às condições adversas vividas nos mercados, na sequência da crise de liquidez vivida desde 2008, o Grupo BES e o Banco Espírito Santo de Investimento em particular tem conseguido superar dificuldades e constrangimentos mantendo razoáveis níveis de liquidez.

Como fonte adicional de liquidez, o Grupo BES mantém em carteira elevados montantes de títulos elegíveis para redesconto, quer junto do Sistema de Bancos Centrais Europeus quer no mercado de repos.

Desenvolvimentos ocorridos no Grupo BES em 2010

A crise de liquidez verificada durante o ano colocou novos desafios à gestão de instituições financeiras, enfatizando a importância do risco de liquidez e impulsionando um novo quadro regulamentar.

O Grupo BES efectuou durante o mês de Maio um *assessment* em relação às melhores práticas de gestão de liquidez.

Na sequência deste trabalho, foi iniciado em Novembro um projecto de upgrade do modelo de gestão de liquidez do Grupo BES, de forma a manter-se enquadrado nas melhores práticas e responder aos novos desafios que se apresentam.

Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Desta forma, assume-se o Risco Operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

Práticas de Gestão

A área de Risco Operacional tem como principais responsabilidades:

- Aplicar metodologias, de acordo com o definido pelo Departamento de Risco Global do BES (DRG) e coordenar o cálculo das regras de requisitos de capital de acordo com o Método *Standard*;
- Assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação das principais fontes de Risco Operacional, através de exercícios de auto-avaliação, reuniões com os Representantes de Risco Operacional, análises críticas aos eventos reportados e a outras informações disponíveis sobre processos, nomeadamente, auditorias realizadas;
- Monitorizar e analisar o Risco Operacional através dos indicadores chave de risco (MAR) e da informação disponível na base de dados de eventos de risco operacional;
- Identificar e acompanhar a implementação de acções ou medidas de mitigação de Risco Operacional;
- Reportar informação relevante aos vários níveis hierárquicos.

Ao nível do Grupo BES, a gestão do Risco Operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

O modelo de gestão de Risco Operacional encontra-se suportado por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção e está suportado na estreita articulação e na participação activa dos seguintes elementos:

- Representantes de Risco Operacional dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, que têm a responsabilidade de garantir a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional nas suas áreas de competência;
- Departamento de *Compliance*, responsável pela Gestão do Sistema de Controlo Interno, o qual é determinante na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do Risco Operacional;
- Departamento de Auditoria Interna (Grupo BES), pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;
- Gabinete de Coordenação de Segurança (Grupo BES), pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

No caso do Banco Espírito Santo de Investimento, existe um representante de Risco Operacional, responsável não só por articular esta matéria junto do Departamento de Risco Global, mas também por dinamizar a implementação dos procedimentos de gestão do Risco Operacional a nível interno, bem como nas respectivas Sucursais e Filiais. Tais funções estão atribuídas ao Departamento de *Compliance*.

O ano de 2010 reflecte a consolidação do modelo preconizado nos anos anteriores, sendo fundamental salientar as seguintes realizações com impacto positivo na eficácia da gestão do Risco Operacional:

- Conclusão do exercício de auto-avaliação realizado, sendo o suporte para a definição do perfil de risco da instituição;
- Dinamização do tema Risco Operacional em várias subsidiárias e sucursais, destacando-se as acções relativas à identificação e monitorização do risco, nomeadamente através da recolha de eventos, identificação de medidas de mitigação, e implementação de processos de controlo de registo de eventos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
E
NOTAS ÀS CONTAS**



1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Juros e proveitos similares	5	322 188	259 624
Juros e custos similares	5	238 552	201 685
Margem financeira		83 636	57 939
Rendimentos de instrumentos de capital		2 385	3 225
Rendimentos de serviços e comissões	6	158 138	124 139
Encargos com serviços e comissões	6	(18 395)	(10 218)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(8 941)	(6 282)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	23 810	28 763
Resultados de reavaliação cambial	9	25 155	35 196
Resultados na alienação de outros activos		2 592	138
Outros resultados operacionais	10	(11 118)	(5 237)
Proveitos operacionais		257 262	227 663
Custos com pessoal	11	87 997	68 307
Gastos gerais administrativos	13	46 741	34 939
Depreciações e amortizações	24 e 25	3 443	2 594
Provisões líquidas de anulações	32	10 206	8 618
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	30 107	28 020
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17, 18, 19 e 21	139	11 394
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25 e 27	(1 850)	4 892
Custos operacionais		176 783	158 764
Resultados de associadas	26	1 650	971
Resultado antes de impostos		82 129	69 870
Impostos			
Correntes	33	24 138	8 481
Diferidos	33	(6 439)	3 690
		17 699	12 171
Resultado líquido do exercício		64 430	57 699
Atribuível aos accionistas do Banco		60 030	50 384
Atribuível aos interesses que não controlam		4 400	7 315
		64 430	57 699
Resultados por acção básicos (em Euros)	14	1,67	2,02
Resultados por acção diluídos (em Euros)	14	1,67	2,02

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos accionistas do Banco	60 030	50 384
Atribuível aos interesses minoritários	4 400	7 315
	64 430	57 699
Outro rendimento integral do exercício		
Diferenças de câmbio	24 497	22 066
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	725	52 907
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(23 474)	(17 362)
Impostos diferidos	6 232	(2 314)
	(16 517)	33 231
Total do rendimento integral do exercício	72 410	112 996
Atribuível aos accionistas do Banco	63 241	98 761
Atribuível aos interesses que não controlam	9 169	14 235
	72 410	112 996

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	12 078	29 748
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	49 369	31 940
Activos financeiros detidos para negociação	17	2 012 802	1 365 581
Activos financeiros disponíveis para venda	18	695 005	528 678
Aplicações em instituições de crédito	19	372 610	747 085
Crédito a clientes	20	2 244 842	2 072 859
Investimentos detidos até à maturidade	21	717 736	436 445
Derivados para gestão de risco	22	104 039	111 126
Activos não correntes detidos para venda	23	1 283	1 311
Outros activos tangíveis	24	20 292	8 728
Activos intangíveis	25	63 936	16 561
Investimentos em associadas	26	35 335	29 182
Activos por impostos correntes		870	9 745
Activos por impostos diferidos	33	25 728	17 899
Outros activos	27	661 675	470 587
Total de Activo		7 017 600	5 877 475
Passivo			
Recursos de bancos centrais		264 604	-
Passivos financeiros detidos para negociação	17	626 472	456 511
Recursos de outras instituições de crédito	28	2 313 561	1 657 092
Recursos de clientes	29	1 338 765	833 456
Responsabilidades representadas por títulos	30	1 172 281	1 941 066
Passivos financeiros associados a activos transferidos	31	53 815	-
Derivados para gestão de risco	22	81 256	54 879
Provisões	32	23 768	13 219
Passivos por impostos correntes		5 554	4 590
Passivos por impostos diferidos	33	3 697	10 810
Passivos subordinados	34	109 473	104 140
Outros passivos	35	390 707	274 956
Total de Passivo		6 383 953	5 350 719
Capital Próprio			
Capital	36	180 000	180 000
Prémios de emissão	36	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	36	50 000	-
Reservas de justo valor	37	3 819	18 446
Outras reservas e resultados transitados	37	250 275	209 147
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do banco		60 030	50 384
Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		552 920	466 773
Interesses que não controlam	37	80 727	59 983
Total de Capital Próprio		633 647	526 756
Total de Passivo e Capital Próprio		7 017 600	5 877 475

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	70 000	8 796		(14 237)	165 902	47 551	278 012	24 713	302 725
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	32 683	-	-	32 683	548	33 231
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	15 694	-	15 694	6 372	22 066
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	50 384	50 384	7 315	57 699
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	32 683	15 694	50 384	98 761	14 235	112 996
Aumento de Capital	110 000	-	-	-	-	-	110 000	-	110 000
Constituição de reservas	-	-	-	-	29 211	(29 211)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	(1 660)	(18 340)	(20 000)	-	(20 000)
Outras variações em Interesses que não controlam (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	21 035	21 035
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	180 000	8 796	-	18 446	209 147	50 384	466 773	59 983	526 756
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(14 627)	-	-	(14 627)	(1 890)	(16 517)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	17 838	-	17 838	6 659	24 497
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	60 030	60 030	4 400	64 430
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	(14 627)	17 838	60 030	63 241	9 169	72 410
Constituição de reservas	-	-	-	-	29 044	(29 044)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	(5 660)	(21 340)	(27 000)	-	(27 000)
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	50 000	-	(94)	-	49 906	-	49 906
Outras variações em Interesses que não controlam (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	11 575	11 575
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	180 000	8 796	50 000	3 819	250 275	60 030	552 920	80 727	633 647

^(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,75 euros e 0,56 euros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
(milhares de euros)			
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		212 559	262 844
Juros e custos pagos		(164 279)	(176 491)
Serviços e comissões recebidas		158 138	124 139
Serviços e comissões pagas		(18 396)	(10 218)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(134 737)	(103 246)
		53 285	97 028
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em Bancos Centrais		17 676	(17 614)
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		(497 006)	(198 526)
Aplicações em instituições de crédito		374 765	168 267
Recursos de Bancos Centrais		264 604	(100 000)
Recursos de instituições de crédito		655 674	475 803
Crédito a clientes		(128 045)	(380 332)
Recursos de clientes e outros empréstimos		443 119	(276 416)
Derivados para gestão de risco		33 205	(53 128)
Outros activos e passivos operacionais		48 773	25 904
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		1 266 050	(259 014)
Impostos sobre os lucros pagos		(14 299)	(18 320)
		1 251 751	(277 334)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(6 086)	(19 081)
Dividendos recebidos		2 385	3 225
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(218 671)	(193 095)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		108 216	190 811
Investimentos detidos até à maturidade		(244 640)	(145 222)
Compra de imobilizações		(66 285)	(8 857)
Venda de imobilizações		57	243
		(425 024)	(171 976)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		613 951	1 341 986
Reembolso de obrigações de caixa		(1 446 171)	(983 118)
Aumento de capital		-	110 000
Emissão de outros instrumentos de capital		50 000	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(27 000)	(20 000)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(809 220)	448 868
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(72)	2 063
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		17 435	1 621
Caixa e equivalentes no início do exercício		31 950	30 329
Caixa e equivalentes no fim do exercício		49 385	31 950
		17 435	1 621
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	16	10
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	49 369	31 940
Total		49 385	31 950

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

NOTA 1 – Actividade e Estrutura do Grupo

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimentos, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Nova Iorque e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:



	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	Interesse económico Grupo BESI	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A. (BESI)	1983	-	Portugal	Banca		
ESSI Comunicações SGPS, S.A.	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI SGPS, S.A.	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI Investimentos SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Essi Fin, SGPS, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
Espírito Santo Investment Sp. z. o. o.	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100%	Integral
Espírito Santo Investment Holding Ltd	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	50%	Integral
Execution Holding Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	50%	Integral
Execution Noble Holding LLC	2002	2010	EUA	Gestão de participações sociais	50%	Integral
Execution Noble LLC	2002	2010	EUA	Corretagem	50%	Integral
Execution Noble Limited	2000	2010	Reino Unido	Corretagem	50%	Integral
Execution Noble (Hong Kong) Limited	2005	2010	China	Corretagem	50%	Integral
Noble Group Holding Limited	2006	2010	Ilha Man	Sociedade Gestora de Participações Sociais	50%	Integral
Noble Advisory India Private Ltd	2008	2010	India	Prestação de serviços de research	50%	Integral
Noble Group Limited	2000	2010	Escócia	Sociedade Gestora de Participações Sociais	50%	Integral
Noble Financial Holding Limited	1980	2010	Escócia	Sociedade Gestora de Participações Sociais	50%	Integral
Nemo Services Limited	2001	2010	Escócia	Sociedade de Serviços Auxiliares	50%	Integral
Execution Noble & Company Limited	1990	2010	Escócia	Actividades advisory on investments	50%	Integral
Noble Fund Advisers Limited	1997	2010	Escócia	Gestão de fundos	50%	Integral
Noble Venture General Partner Limited	2003	2010	Jersey	General Partner	50%	Integral
Clear Capital Group Limited	2007	2010	Reino Unido	Sociedade Gestora de Participações Sociais	50%	Integral
Clear Info-Analytic Private Ltd	2004	2010	India	Prestação de serviços de research	50%	Integral
Espírito Santo Investimentos, S.A.	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BES Investimento do Brasil, S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
2B Capital S.A.	2005	2005	Brasil	Capital de risco	45%	Eq. Patrimonial
BES Activos Financeiros, Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	40%	Integral (b)
BES Refran Invest Agente Autónomo de Investimento Ltda	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	56%	Integral
BES Refran Consultoria Financeira Ltda	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	56%	Integral
FI Multimercado treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
BES Securities do Brasil, S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
Gespar Participações, LDA	2001	2008	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
BES Absolute Return FIM LP	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	53%	Integral
BES FI Multimercado	2004	2009	Brasil	Fundo de Investimento	44%	Integral (b)
Espírito Santo Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliária	2009	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80%	Integral
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (ES CAPITAL)	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
HLC - Centrais de Cogeração, S.A.	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	25%	Eq. Patrimonial
Coporgest S.A.	2002	2005	Portugal	Imobiliário / Financeiro	25%	Eq. Patrimonial
Neumáticos André Investment SA	1987	2007	Espanha	Venda de Pneus	22%	Eq. Patrimonial
Só Peso Restauração e Hotelaria SA	2000	2007	Portugal	Restauração e Hotelaria	23%	Eq. Patrimonial
Synergy Industry and Technology SA	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	15%	Eq. Patrimonial (a)
Salgar Investments	2007	2007	Espanha	Imobiliário / Financeiro	52%	Eq. Patrimonial (a)
Espírito Santo Investments PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
Polish Hotel Company SP	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Capital SP	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Management Company	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	25%	Eq. Patrimonial
Fin Solutia Consultoria e Gestão de Créditos SA	2007	2007	Portugal	Gestão e Recuperação de Créditos	30%	Eq. Patrimonial
Kuthaya	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	39%	Eq. Patrimonial
LOG ESCIC, SGPS, S.A.	2005	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	18%	Eq. Patrimonial(a)
BRB Internacional, S.A.	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
Prosport - Com. Desportivas, S.A.	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
Apolo Films, SL	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
Cominvest- SGII, S.A.	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral (b)

- a) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.
- b) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.

No decorrer do exercício de 2010 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BESI, das quais se destacam as seguintes:

- Em 21 de Janeiro de 2010, foi alterada a denominação social da Espírito Santo Capital do Brasil, para 2B Capital S.A. No dia 31 de Maio de 2010 foi aprovada a redução de capital para absorver prejuízos acumulados pela sociedade até 30 de Setembro de 2009 passando o capital social de 3.000.000 BRL para 1.150.960 BRL. Na mesma data, a totalidade dos accionistas decide aumentar o capital social para 6.167.102 BRL com a emissão de 38.782.728 acções ordinárias nominativas, passando a ser detida pela Espírito Santo Capital de Risco em 8.945.683 acções que correspondem a 25% do capital social e pelo BES Investimento do Brasil em 8.945.681 acções que também correspondem a 25% do capital social da sociedade;
- Em 21 de Setembro de 2010 foi constituída a sociedade Espírito Santo Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários SA com um total de 3.000.000 acções nominativas, o adquirente da totalidade da sociedade foi o BES Investimento do Brasil S.A. A sociedade só iniciou actividade no dia 04 de Janeiro de 2010.
- No dia 30 de Dezembro de 2010, a ESSI Investimentos S.A. adquiriu 2 634 000 acções da sociedade Salgar Investments, SL pelo montante de 5.268 milhares de euros, passando o Grupo BESI a deter na totalidade 51,68% da sociedade;
- No dia 01 de Fevereiro de 2010, foi constituída a sociedade Espírito Santo Investment Holding Limited com um capital social subscrito de 1 GBP. Em Novembro de 2010 a sociedade aumentou o capital passando a deter um capital social de 50.497.784 GBP. A ESSI Sociedade Gestora de Participações Sociais detém 50,1% do capital da sociedade;
- Em Novembro de 2010 a Espírito Santo Investment Holding Limited adquiriu 100% do capital social do grupo de corretagem inglês Execution Noble, fundado em Setembro de 2003 com sede em Londres no Reino Unido, pelo montante de 50.497.784 GBP, passando a deter 50,1% da sociedade.

A aquisição deste Banco foi contabilizada de acordo com o IFRS 3. Contudo, devido ao facto desta operação ter ocorrido recentemente, o Grupo encontra-se ainda em processo de determinação do justo valor dos activos e passivos identificados tendo por isso a aquisição sido registada numa base provisória, tal como permitido pelo parágrafo 45 do IFRS 3.



Este processo deverá estar concluído até Novembro de 2011. O Balanço desta entidade em 30 de Novembro de 2010 é conforme segue:

	(milhares de euros)
Balanço	
Activo	
Caixa e disponibilidades em bancos	17 468
Activos financeiros disponíveis para venda	1 067
Crédito a clientes	5 496
Activos tangíveis	1 870
Activos intangíveis	8 200
Outros activos	11 140
	45 241
Passivo	
Recursos de clientes e outros empréstimos	5 851
Outros passivos	15 201
	21 052
Capital próprio	
Capital	58 164
Outras reservas e resultados transitados	(33 975)
	24 189
Total de Passivo e Capital Próprio	45 241

O resultado líquido do Execution Noble desde a data de aquisição até 31 de Dezembro de 2010, incluídos no resultado consolidado do Grupo ascende a 10 mil euros. Caso o Execution Noble tivesse sido consolidado desde o dia 1 de Janeiro de 2010 o Grupo estima que o total de proveitos consolidados viria acrescido de 27 693 milhares de euros. O resultado consolidado viria diminuído de 8 651 milhares de euros.

O goodwill reconhecido em resultado desta aquisição ascende a 46 046 milhares de euros tal como segue:

	(milhares de euros)
Investimento efectuado	58 164
Justo valor dos activos e passivos à data de aquisição	24 189
Justo valor dos activos e passivos adquiridos (50,1%)	12 118
Goodwill determinado numa base provisional	46 046

O goodwill resultante desta aquisição é fundamentalmente atribuível à base de clientes existente e ao potencial de crescimento do mercado em que o Execution Noble opera.

O total de custos incorridos com a aquisição do Execution Noble ascendeu a 1 584 milhões de euros. Estes custos encontram-se maioritariamente relacionados com processos legais e de *due diligence*, tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados.

NOTA 2 – Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Contudo e tal como descrito na Nota 42, o Grupo adoptou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010. As políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras e descritas nesta nota foram adaptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2010 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 42.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de Março de 2011.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BESI e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BESI), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respectivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes líquidos adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, os interesses que não controlam correspondem à respectiva proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a correspondente parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transacções com interesses que não controlam

Até 31 de Dezembro de 2009, o *goodwill* resultante da aquisição de interesses que não controlam numa subsidiária representava a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas. Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, sem alteração de controlo, que correspondesse a um aumento nos interesses que não controlam, eram reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BESI.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a Clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua

detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 22 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de

activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras durante os anos de 2010 e 2009.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença

entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua

forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são

constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o Banco decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde do BESI.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos

ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei nº1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008 cobertos pelo fundo de pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BESI assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor

correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESI têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

Desde 1 de Janeiro de 2009 o Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - Reporte por Segmentos

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Project Finance

As suas funções principais consistem (a) na intervenção em operações *non-recourse* e *limited-recourse*, ligadas a projectos de investimento, envolvendo entre outros modelos contratuais, concessões e parcerias público-privadas; e (b) em proporcionar aos clientes do Grupo BES um serviço de alta qualidade e inovação técnica, quer numa perspectiva de *advisory*, quer numa perspectiva de *arranging* e *lending*, proporcionando-lhes acesso às estruturas de financiamento ideais, nas melhores condições de mercado. Compete-lhe a gestão do portfolio de projectos em regime de *Project Finance* em que o Grupo BES participa. Este segmento é, ainda, responsável pelo desenvolvimento da actividade de securitização, tendo por principais funções (a) a participação na originação e estruturação de operações de securitização para o Grupo BES e para clientes; e (b) o desenvolvimento de estruturas de financiamento óptimas com a conjugação de formatos *off-balance*, *asset-based* e *limited recourse*, com recurso preferencial ao mercado de capitais para obtenção de fundos para os clientes do Grupo BES nas melhores condições de mercado.

Acquisition Finance

A função principal deste segmento consiste em apoiar os clientes do Grupo BES em operações de aquisição com recurso a operações estruturadas de endividamento (nomeadamente, *leverage buy-out* e *management buy-out*) e em operações de financiamento de activos em *non-recourse* ou de *releverage*. O Banco procura posicionar-se nestas

operações como *Mandated Lead Arranger* e seu tomador firme, procedendo depois à sua sindicância se e quando a dimensão e características das mesmas o justificam.

Fixed Income

Este segmento está subdividido em duas áreas distintas.

- **Distribuição e *Trading***

Esta Área tem por principais funções (a) efectuar *trading* para Clientes de títulos da dívida pública portuguesa, de títulos da dívida estrangeira, de outros títulos do Euromercado e de produtos de dívida de empresas; e (b) colocar os produtos de dívida estruturados por outros segmentos do Banco, junto de investidores institucionais nacionais e estrangeiros.

- **Gestão de Risco**

À Área de Gestão de Risco compete o estudo, a montagem e a gestão de novos produtos estruturados (derivados) relacionados com as operações referenciadas no ponto supra, bem como de produtos de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro para imunização de Balanços, quer do Banco, quer dos seus Clientes.

Global Markets

A principal função deste segmento consiste nas actividades de (i) gestão das carteiras próprias de acções e obrigações do Banco, (ii) arbitragem de acções e *equity derivatives* e (iii) de gestão do livro de derivados *Over the Counter* (OTC).

Brokerage

A missão deste segmento é desenvolver as actividades de *trading* e vendas nos mercados organizados em que o Banco está presente, designadamente em Portugal, Espanha, Brasil, Polónia e Nova Iorque.

Este segmento integra ainda, se bem que completamente segregada, uma unidade de *equity research* que tem a seu cargo o estudo, acompanhamento e produção de informação sobre as principais empresas do mercado ibérico, com realce para a cobertura das que integram os índices PSI20 e IBEX35.

Centro Corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento Estratégico, Contabilidade, Controlo de Risco, Clientes, entre outras.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (*Serviços Financeiros, Médias Empresas, Mercado Capitais Originação, Gestão de Activos, Tesouraria, Private Equity, Acessoria em Estrutura de Capitais, Private Banking e outros centros de proveitos*)

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do BESI dedicadas ao Segmento

A actividade do BESI abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do BESI. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Activos por benefícios pós-emprego

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os activos por impostos diferidos, sendo afectos ao segmento Centro corporativo. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Polónia e Nova Iorque e as subsidiárias BES Investimento do Brasil, BES Securities do Brasil, BESAF, Espírito Santo Capital Brasil e Espírito Santo Investment (Polónia).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospectiva

O Grupo, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem substancialmente das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação de forma a torná-la consistente com as exigências do IFRS 8.

31.12.2010

(milhares de euros)

	Project Finance	Acquisition Finance	Corporate Finance	Origination	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	16 665	20 206	8	422	3 670	25 098	639	-	16 928	83 636
Serviço a Clientes	51 718	9 687	23 858	11 959	10 423	-1 364	19 488	-	21 348	147 117
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	68 383	29 893	23 866	12 381	14 093	23 734	20 127	-	38 276	230 753
Resultados Op Financeiras e diversos	-280	-1 250	30	-205	21 860	-16 845	-2 335	-	27 185	28 160
Provetos Operacionais Intersegmentos	778	-	2 230	-1 281	568	489	-2 562	-	-222	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	68 881	28 643	26 126	10 895	36 521	7 378	15 230	-	65 240	258 913
Custos Operativos	7 785	1 986	8 058	2 889	5 667	6 657	16 094	77 279	11 766	138 181
Custos com Pessoal	5 019	1 358	5 548	1 909	2 980	3 508	8 520	52 264	6 891	87 997
Outros custos administrativos	2 629	583	2 352	930	2 549	3 018	7 091	22 871	4 718	46 741
Depreciações e Amortizações	137	45	158	50	138	131	483	2 144	157	3 443
RESULTADO BRUTO	61 096	26 657	18 068	8 006	30 854	721	-864	-77 279	53 474	120 732
Imparidade e Provisões	-2 240	-23 360	78	2	-1 879	-3 775	52	-11 798	4 317	-38 603
Imparidade de crédito	-1 070	-23 467	70	-	367	-2	55	-5 976	-84	-30 107
Imparidade de títulos	-	-	-	-	-	95	-	-	-371	-276
Provisões líquidas e outras imparidades	-1 170	107	8	2	-2 246	-3 868	-3	-5 822	4 772	-8 220
Resultado antes de impostos	58 856	3 297	18 146	8 008	28 975	-3 054	-812	-89 077	57 791	82 129
Activo Líquido	1 376 850	853 011	-	33 882	313 771	2 030 925	19 073	741 886	1 648 223	7 017 600
Passivo	-	53 815	-	-	308 021	-	11 081	412 646	5 598 391	6 383 953
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	35 335	35 335

31.12.2009

(milhares de euros)

	Project Finance	Acquisition Finance	Corporate Finance	Origination	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	9 428	14 376	7	2 232	10 090	8 839	35	-	12 932	57 939
Serviço a Clientes	44 234	8 004	15 695	12 843	11 158	-1 546	14 264	-	12 494	117 146
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	53 662	22 380	15 702	15 075	21 248	7 293	14 299	-	25 426	175 085
Resultados Op Financeiras e diversos	-730	-276	-244	34	41 572	10 521	-1 226	-	3 898	53 549
Proveitos Operacionais Intersegmentos	871	150	-23	-3 372	-6 027	9 462	-1 007	-	-54	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	53 803	22 254	15 435	11 737	56 793	27 276	12 066	-	29 270	228 634
Custos Operativos	6 625	1 464	6 671	2 126	3 736	4 668	12 229	59 933	8 388	105 840
Custos com Pessoal	4 899	952	4 297	1 412	2 104	2 482	6 368	40 773	5 020	68 307
Outros custos administrativos	1 621	483	2 221	670	1 525	2 088	5 328	17 770	3 233	34 939
Depreciações e Amortizações	105	29	153	44	107	98	533	1 390	135	2 594
RESULTADO BRUTO	47 178	20 790	8 764	9 611	53 057	22 608	-163	-59 933	20 882	122 794
Imparidade e Provisões	-2 747	-20 798	-991	962	-154	-6 748	-204	-6 169	-16 074	-52 924
Imparidade de crédito	-2 079	-22 498	-203	221	-	-	-132	-4 209	880	-28 020
Imparidade de títulos	-	-	-	-	-	-	-	38	-11 930	-11 892
Provisões líquidas e outras imparidades	-668	1 700	-788	741	-154	-6 748	-72	-1 998	-5 024	-13 012
Resultado antes de impostos	44 431	-8	7 773	10 573	52 903	15 860	-367	-66 102	4 808	69 870
Activo Líquido	1 233 934	775 625	-	35 883	681 888	1 050 835	30 054	837 347	1 231 909	5 877 475
Passivo	-	-	-	-	832 850	-	71 806	4 215 215	230 848	5 350 719
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	29 182	29 182

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

31.12.2010

	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	29 366	4 196	26 468	60 030
Activo líquido	3 697 439	679 979	2 640 182	7 017 600
Investimentos em activos tangíveis	3 681	10 857	2 142	16 680
intangíveis	1 100	48 276	229	49 605

(1) Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco após eliminação de transações intragrupo

(milhares de euros)

31.12.2009

	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	8 147	16 035	26 202	50 384
Activo líquido	3 589 192	663 442	1 624 841	5 877 475
Investimentos em activos tangíveis	2 594	28	346	2 968
intangíveis	757	961	4 171	5 889

(1) Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco após eliminação de transações intragrupo

NOTA 5 - Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2010			31.12.2009		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	99 887	-	99 887	81 324	-	81 324
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	98 018	98 018	-	78 326	78 326
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	14 258	-	14 258	10 676	-	10 676
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	21 266	-	21 266	21 607	-	21 607
Juros de derivados para gestão de risco	-	23 979	23 979	-	36 098	36 098
Juros de investimentos detidos até à maturidade	63 142	-	63 142	29 128	-	29 128
Outros juros e proveitos similares	1 638	-	1 638	2 465	-	2 465
	200 191	121 997	322 188	145 200	114 424	259 624
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	7 024	45 264	52 288	64 594	17 459	82 053
Juros de recursos de clientes	77 740	-	77 740	5 033	-	5 033
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	81 235	-	81 235	79 300	-	79 300
Juros de derivados para gestão de risco	-	21 247	21 247	-	29 603	29 603
Juros de passivos subordinados	5 523	-	5 523	5 404	-	5 404
Outros juros e custos similares	519	-	519	292	-	292
	172 041	66 511	238 552	154 623	47 062	201 685
	28 150	55 486	83 636	(9 423)	67 362	57 939

A rubrica de juros de crédito inclui 1.440 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 2.304 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

A rubrica juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, os juros de derivados de cobertura.

NOTA 6 - Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	105 965	84 093
Por operações realizadas com títulos	46 455	38 249
Por garantias prestadas	5 718	1 797
	158 138	124 139
Encargos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 983	1 987
Por operações realizadas com títulos	16 410	8 229
Por garantias recebidas	1	1
Outros custos com serviços e comissões	1	1
	18 395	10 218
	139 743	113 921

NOTA 7 - Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	55 344	33 679	21 665	60 555	59 591	964
De outros emissores	13 052	6 221	6 831	17 380	2 456	14 924
Acções	68 113	69 032	(919)	140 775	85 836	54 939
Outros títulos de rendimento variável	10	18	(8)	-	-	-
	136 519	108 950	27 569	218 710	147 883	70 827
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 002 061	1 081 076	(79 015)	1 525 532	1 785 820	(260 288)
Contratos sobre taxas de juro	1 105 153	1 079 068	26 085	1 422 731	1 160 212	262 519
Contratos sobre acções/índices	245 885	242 942	2 943	1 196 649	1 185 172	11 477
Contratos sobre créditos	57 705	57 481	224	28 217	14 005	14 212
Outros	1 117	2 647	(1 530)	473	1 361	(888)
	2 411 921	2 463 214	(51 293)	4 173 602	4 146 570	27 032
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de outras instituições de crédito	15	1 612	(1 597)	318	796	(478)
Responsabilidades representadas por títulos	44 014	1 842	42 172	9 302	112 775	(103 473)
Outros passivos subordinados	34 869	60 661	(25 792)	468	658	(190)
	78 898	64 115	14 783	10 088	114 229	(104 141)
	2 627 338	2 636 279	(8 941)	4 402 400	4 408 682	(6 282)

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor desta rubrica inclui um efeito positivo de 6 943 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 2 017 milhares de euros de efeito negativo) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver Nota 22).

NOTA 8 - Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 557	535	2 022	39	267	(228)
De outros emissores	1 367	1 330	37	1 382	854	528
Acções	21 764	-	21 764	28 550	-	28 550
Outros títulos de rendimento variável	-	13	(13)	332	419	(87)
	25 688	1 878	23 810	30 303	1 540	28 763



NOTA 9 - Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	93 856	(68 701)	25 155	81 318	(46 122)	35 196
	93 856	(68 701)	25 155	81 318	(46 122)	35 196

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 – Outros Resultados Operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010	31.12.2009
Outros serviços clientes	7 374	4 281
Outros resultados de exploração	(18 492)	(9 518)
	(11 118)	(5 237)

NOTA 11 - Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	31.12.2010	31.12.2009
Vencimentos e salários	70 551	55 401
Remunerações	70 108	54 831
Prémios de antiguidade (ver Nota 12)	443	570
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	1 942	2 653
Outros encargos sociais obrigatórios	8 328	6 145
Outros custos	7 176	4 108
	87 997	68 307

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BESl são como segue:

			(milhares de euros)
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2010			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 544	3 456	8 001
Prémios de antiguidade	37	-	37
Remunerações variáveis	2 141	1 866	4 007
Total	6 722	5 322	12 044
2009			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 320	11 213	14 533
Prémios de antiguidade	-	30	30
Remunerações variáveis	6 131	7 013	13 144
Total	9 451	18 256	27 707

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Grupo BESl ascendia a 370 mil euros e 411 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo BESl analisa-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Funções directivas	354	287
Funções de chefia	4	3
Funções específicas	268	231
Funções administrativas	55	48
Funções auxiliares	7	8
	688	577

NOTA 12 - Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESl, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a

financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões, benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

No âmbito do novo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários a serem integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

Não obstante, a integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

Desta forma, o Grupo não registou ao nível das demonstrações financeiras qualquer impacto no cálculo actuarial em 31 de Dezembro de 2010 decorrente da integração dos seus trabalhadores no Regime da Segurança Social.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2010	31.12.2009
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	6,00%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 (ajustada)	TV 73/77 (ajustada)
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Activos	238	241
Reformados	21	21
Sobreviventes	7	6
TOTAL	266	268

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<i>(milhares de euros)</i>						
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	8 143	529	8 672	7 291	474	7 765
Activos	22 866	1 486	24 352	21 619	1 405	23 024
	31 009	2 015	33 024	28 910	1 879	30 789
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro			35 164			32 711
Excesso de cobertura/(valores a entregar ao fundo/passivos) reconhecidos			2 140			1 922
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro			7 508			8 552
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro			9 648			10 474

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010			31.12.2009		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	28 910	1 879	30 789	27 722	1 802	29 524
Custo do serviço corrente	1 606	120	1 726	1 757	124	1 881
Custo dos juros	1 559	103	1 662	1 493	99	1 592
Contribuições dos empregados	167	-	167	152	-	152
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(650)	(87)	(737)	(1 631)	(146)	(1 777)
- Alteração dos pressupostos actuariais	-	-	-	(2 080)	(135)	(2 215)
- (Ganhos)/perdas de experiência	(650)	(87)	(737)	449	(11)	438
Pensões pagas pelo fundo	(583)	-	(583)	(583)	-	(583)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	31 009	2 015	33 024	28 910	1 879	30 789

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 310 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 289 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 36 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 35 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	32 711	27 752
Rendimento real do fundo	1 682	3 768
Contribuições do Grupo	1 187	1 622
Contribuições dos empregados	167	152
Pensões pagas pelo fundo	(583)	(583)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	35 164	32 711

Os activos do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	2010	2009
Obrigações	54,60%	55,81%
Ações	37,50%	36,06%
Investimento alternativo	5,90%	6,42%
Liquidez	2,00%	1,71%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	8 552	13 277
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- Alteração de pressupostos actuariais	-	(2 215)
- (Ganhos)/Perdas de experiência	(628)	(1 817)
Amortização do exercício	(345)	(693)
Outros	(71)	-
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	7 508	8 552
Dos quais:		
Dentro do corredor	3 475	3 335
Fora do corredor	4 033	5 217

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Activos / (passivos) em 1 de Janeiro	(1 922)	1 772
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(737)	(1 777)
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	109	(2 255)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	1 726	1 881
- Custo dos juros	1 662	1 592
- Rendimento esperado do fundo	(1 791)	(1 513)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(1 187)	(1 622)
Activos / (passivos) em 31 de Dezembro	(2 140)	(1 922)

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Custo do serviço corrente	1 726	1 881
Custo dos juros	1 662	1 592
Rendimento esperado do fundo	(1 791)	(1 513)
Amortização do exercício	345	693
Custos do exercício	1 942	2 653

A evolução dos activos/ (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo em 1 de Janeiro	10 474	11 505
Custo do exercício	(1 942)	(2 653)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	1 187	1 622
Alterações do perímetro de consolidação e outros	(71)	-
Saldo em 31 de Dezembro	9 648	10 474

Os activos/ (responsabilidades) em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de Outros activos (ver Nota 27)

O evolutivo das responsabilidades e saldo do fundo bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos cinco anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(31 009)	(28 910)	(27 722)	(26 462)	(24 573)
Benefícios de saúde	(2 015)	(1 879)	(1 802)	(1 720)	(1 594)
	(33 024)	(30 789)	(29 524)	(28 182)	(26 167)
Saldo dos fundos	35 164	32 711	27 752	25 834	24 621
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	2 140	1 922	(1 772)	(2 348)	(1 546)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	(650)	449	(168)	(403)	764
Benefícios de saúde	(87)	(11)	-	(63)	8
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	109	(2 255)	7 983	764	(517)

Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 457	964
Custo do exercício	443	570
Prémios pagos	(55)	(77)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 845	1 457

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700 000	1 159 988
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1 806	

^(a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 257 milhares de euros (2009: 597 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 o seu justo valor era nulo (31 de Dezembro de 2009: 55.2 milhares de euros).



NOTA 13 - Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Rendas e alugueres	8 145	6 566
Publicidade e publicações	2 058	1 461
Comunicações e expedição	7 213	4 673
Deslocações e representação	8 053	5 353
Conservação e reparação	1 137	905
Seguros	472	336
Serviços especializados		
Informática	3 512	2 472
Mão de obra eventual	329	450
Trabalho independente	2 510	1 433
Outros serviços especializados	636	893
Outros custos	12 676	10 397
	46 741	34 939

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com informação, consultores e auditores externos e judiciais. A rubrica Outros custos inclui, entre outros, custos com formação, custos com serviços de contencioso e notariado, custos com segurança e vigilância e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até um ano	1 077	830
De um a cinco anos	1 076	1 081
	2 153	1 911

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 e 2009 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC		
Revisão legal das contas anuais (BESI)	78	72
KPMG & Associados, SROC		
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	411	332
Outros serviços de garantia de fiabilidade	61	84
Consultoria fiscal	62	49
	534	465
Valor total dos serviços facturados	612	537

NOTA 14 - Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do banco	60 030	50 384
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	36 000	25 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	1,67	2,02

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

O número médio ponderado de acções em 2009 reflecte o aumento de capital do Banco efectuado durante o mês de Junho.

NOTA 15 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	16	10
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	8 008	9 804
Outros bancos centrais	4 054	19 934
	12 062	29 738
	12 078	29 748

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2010 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1,00% (31 de Dezembro de 2009: 1,28%).



NOTA 16 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	12 758	22 639
	12 758	22 639
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	36 611	9 301
	36 611	9 301
	49 369	31 940

NOTA 17 - Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	925 470	627 708
De outros emissores	280 182	63 840
Acções	69 833	61 862
Outros títulos	538	2 343
	1 276 023	755 753
Derivados	736 779	609 828
	2 012 802	1 365 581
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	9 485	-
	9 485	-
Derivados	616 987	456 511
	626 472	456 511

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	298 894	33 877
De 3 meses a um ano	67 949	6 698
De um a cinco anos	292 159	206 067
Mais de cinco anos	546 650	444 906
Duração indeterminada	70 371	64 205
	1 276 023	755 753

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	925 057	413	925 470	619 699	8 009	627 708
De outros emissores	-	280 182	280 182	-	63 840	63 840
Acções	69 833	-	69 833	61 862	-	61 862
Outros títulos de rendimento variável	538	-	538	-	2 343	2 343
Total valor de balanço	995 428	280 595	1 276 023	681 561	74 192	755 753

Durante o exercício de 2010 constituíram-se provisões para risco país como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Dotações	5	1 094
Reversões	-	(1 132)
Diferenças de câmbio e outras	(5)	38
Saldo a 31 de Dezembro	-	-

A rubrica instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward	1 198 138	-	47 352	276 460	-	1 098
Fx Swaps	243 918	-	211	115 084	-	1 466
Interest Rate Futures	319 608	-	-	52 604	-	-
CIRS	4 211 725	187 003	52 892	44 853	1 051	8 386
Fx Options	1 330 853	16 638	8 481	719 348	12 763	3 567
	7 304 242	203 641	108 936	1 208 349	13 814	14 517
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	-	-	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	25 468 664	465 170	408 443	11 085 814	506 284	340 219
Swaption - Interest Rate Options	394 000	-	-	4 840 410	-	-
Interest Rate Caps & Floors	3 898 337	20 511	20 288	2 907 673	15 374	15 375
Interest Rate Futures	17 207 167	-	-	47 695	-	-
Interest Rate Options	32 310 535	194	28 261	4 426 549	816	358
	79 278 703	485 875	456 992	23 308 141	522 474	355 952
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	609 798	25 625	26 412	416 992	22 851	24 741
Equity / Index Options	310 050	15 852	17 124	1 268 155	47 312	58 278
Equity / Index Futures	50 216	-	-	298 220	-	-
	970 064	41 477	43 536	1 983 367	70 163	83 019
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	284 741	5 786	7 523	236 581	3 377	3 023
	284 741	5 786	7 523	236 581	3 377	3 023
Total	87 837 750	736 779	616 987	26 736 438	609 828	456 511

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	7 584	6 959	23 569	25 674
De 3 meses a um ano	217 663	131 304	38 930	53 598
De um a cinco anos	136 505	166 108	122 712	126 988
Mais de cinco anos	375 027	312 616	424 617	250 251
	736 779	616 987	609 828	456 511

NOTA 18 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 214	-	(34)	-	2 180
De outros emissores	606 118	994	(6 571)	(15 351)	585 190
Ações	22 289	12 147	(926)	(1 740)	31 770
Outros títulos de rendimento variável	77 820	3 611	(68)	(5 498)	75 865
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	708 441	16 752	(7 599)	(22 589)	695 005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	35 833	711	-	-	36 544
De outros emissores	401 000	4 028	(3 289)	(20 259)	381 480
Ações	20 471	29 250	(146)	(1 613)	47 962
Outros títulos de rendimento variável	66 340	735	(55)	(4 328)	62 692
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	523 644	34 724	(3 490)	(26 200)	528 678

(1) custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	26 200	17 912
Dotações	1 917	11 401
Utilizações	(3 776)	(3 971)
Reversões	(1 937)	-
Diferenças de câmbio e outras	185	858
Saldo a 31 de Dezembro	22 589	26 200

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda inclui 22 980 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2009: 22 980 milhares de euros) ver Nota 38.



A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	15 058	2 647
De 3 meses a um ano	147 206	38 819
De um a cinco anos	221 781	201 442
Mais de cinco anos	203 325	175 116
Duração indeterminada	107 635	110 654
	695 005	528 678

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos		-	-	36 544	-	36 544
De outros emissores	56 658	530 711	587 369	37 173	344 307	381 480
Acções	<u>18 762</u>	<u>13 009</u>	<u>31 771</u>	<u>28 205</u>	<u>19 757</u>	<u>47 962</u>
Outros títulos de rendimento variável	<u>-</u>	<u>75 865</u>	<u>75 865</u>	<u>-</u>	<u>62 692</u>	<u>62 692</u>
Total valor de balanço	<u>75 420</u>	<u>619 585</u>	<u>695 005</u>	<u>101 922</u>	<u>426 756</u>	<u>528 678</u>

NOTA 19 - Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	-	57 001
Outras aplicações	<u>1 127</u>	<u>1 095</u>
	1 127	58 096
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	2	216
Depósitos	-	201
Empréstimos	3 788	7 029
Operações com acordo de revenda	343 488	681 829
Outras aplicações	<u>24 416</u>	<u>-</u>
	371 694	689 275
	372 821	747 371
Perdas por imparidade	(211)	(286)
	372 610	747 085

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	367 862	58 514
De 3 meses a um ano	44	688 857
De um a cinco anos	4 915	-
	372 821	747 371

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	286	185
Dotações	8	31
Reversões	(210)	-
Transferências	-	71
Diferenças de câmbio e outras	127	(1)
Saldo a 31 de Dezembro	211	286

NOTA 20 - Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	23 870	19 749
Empréstimos	849 801	819 052
Descobertos	97	28
Outros créditos	75 280	84 689
A particulares		
Habitação	5 725	900
	954 773	924 418
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	1 235 922	1 165 815
Descobertos	280	-
Outros créditos	117 361	19 737
	1 353 563	1 185 552
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	1 235	3 341
Há mais de 90 dias	7 348	7 906
	8 583	11 247
	2 316 919	2 121 217
Perdas por imparidade	(72 077)	(48 358)
	2 244 842	2 072 859



O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	166 660	55 533
De 3 meses a um ano	211 082	157 676
De um a cinco anos	660 836	565 769
Mais de cinco anos	1 269 758	1 330 992
Duração indeterminada	8 583	11 247
	2 316 919	2 121 217

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	48 358	25 726
Dotações	45 270	31 891
Reversões	(15 163)	(3 871)
Utilizações	(6 387)	(6 687)
Diferenças de câmbio e outras	(1)	1 299
Saldo a 31 de Dezembro	72 077	48 358

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Taxa fixa	2 720	30 668
Taxa variável	2 314 198	2 090 549
	2 316 918	2 121 217

NOTA 21 – Investimentos Detidos até à Maturidade

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Emissores públicos	632 907	332 866
De outros emissores	85 185	103 579
Perdas por imparidade	(356)	-
Saldo a 31 de Dezembro	717 736	436 445

A 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	3 102	-
De 3 meses a um ano	6 796	53 284
De um a cinco anos	651 665	321 751
Mais de cinco anos	56 173	61 410
	717 736	436 445

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	632 907	-	632 907	332 866	-	332 866
De outros emissores	-	84 829	84 829	-	103 579	103 579
	632 907	84 829	717 736	332 866	103 579	436 445

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2010 é de 711 370 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 435 184 milhares de euros).

Os investimentos detidos até à maturidade incluem títulos transferidos durante o exercício de 2008 de diversos títulos da carteira de negociação no valor de balanço total de 231 045 milhares de euros, tendo tido um impacto em resultados de 2 136 milhares de euros. Estas transferências foram efectuadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)
	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	-
Dotações	356
Saldo a 31 de Dezembro	356

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Activos e passivos ao justo valor através de resultados		
Impacto em resultados do exercício	(4 838)	(6 493)
Efeito fiscal	524	902
	<u>(4 314)</u>	<u>(5 591)</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009 o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

NOTA 22 – Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	12 493	13 747
Contratos sobre acções/índices	89 748	96 490
Outros contratos	1 798	889
	<u>104 039</u>	<u>111 126</u>
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	8 394	8 128
Contratos sobre acções/índices	61 910	45 791
Outros contratos	10 952	960
	<u>81 256</u>	<u>54 879</u>
	<u>22 783</u>	<u>56 247</u>

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor líquido da rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui (i) 96 924 milhares de euros de activo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2009: 102 925 milhares de euros de passivo líquido) e (ii) 73 514 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 47 966 milhares de euros) de passivo líquido relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	137 687	(727)	(271)	1 104	1 801
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	11 644	100	(164)	(1 230)	(313)
			149 331	(627)	(435)	(126)	1 488

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2009							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	168 291	932	11 120	(531)	(8 354)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	17 460	356	306	(335)	(68)
			185 751	1 288	11 426	(866)	(8 422)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2010								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	366 519	26 300	(23 899)	(4 992)	24 135	216 724	206 873
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	19 780	1 556	1 503	(1 268)	(1 359)	21 065	19 639
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	124 819	(10 446)	(9 632)	7 779	10 536	131 640	137 637
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	156 235	4 745	332	(2 582)	3 119	136 851	134 150
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	122 529	1 230	783	19	39	10 391	10 387
Responsabilidades representadas por títulos	FX Options	9 635	171	(192)	(21)	255	15 475	15 453
Recursos de outras instituições de crédito	Interest Rate Swap + CDS	33 260	(146)	(47)	132	15	27 628	27 760
		832 777	23 410	(31 152)	(933)	36 740	559 774	551 899

(milhares de euros)

31.12.2009

Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	389 497	50 197	92 898	(54 711)	(110 479)	250 471	248 716
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	5 118	53	127	(40)	(92)	5 017	50 570
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	61 404	(184)	6 847	(775)	(5 989)	44 780	46 571
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	126 394	5 449	1 852	(10 411)	(4 601)	131 290	126 367
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	4 615	447	447	(20)	(12)	428	600
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap e FX Options	6 321	198	(323)	(265)	443	2 488	2 356
Responsabilidades representadas por títulos	FX Options	1 195	(4)	(4)	(77)	(77)	1 068	1 000
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap + CDS	63 900	(1 004)	(1 004)	(623)	(623)	30 704	31 950
Recursos de outras instituições de crédito	Interest Rate Swap + CDS	38 304	(193)	524	143	199	33 270	32 804
		696 748	54 959	101 364	(66 779)	(121 231)	499 516	540 934

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo ascende, a 31 de Dezembro de 2010 a 6 943 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2009: 3 028 milhares de euros de proveitos) e 3 716 milhares de euros de proveitos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2009: 2 017 milhares de euros de custos gerados no exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2010

	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	2 245	73 098	60	(1 547)
De 3 meses a um ano	25 801	181 799	398	(993)
De um a cinco anos	55 454	543 941	(1 278)	26 821
Mais de cinco anos	65 831	36 224	192	(871)
	149 331	835 062	(628)	23 410

(milhares de euros)

31.12.2009

	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	6 142	22 565	(14)	3 714
De 3 meses a um ano	4 208	25 218	59	(2 558)
De um a cinco anos	54 347	593 694	2 636	57 700
Mais de cinco anos	121 054	55 271	(1 393)	(3 897)
	185 751	696 748	1 288	54 959

NOTA 23 - Activos não Correntes Detidos para Venda

O valor registado nesta rubrica é referente aos imóveis registados no activo da participada detida pelo BESI Investimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 – Cominvest – SGII, SA.

NOTA 24 - Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Imóveis		
De serviço próprio	646	646
Beneficiações em edifícios arrendados	8 642	4 874
Outros		
	9 288	5 520
Equipamento		
Equipamento informático	8 447	4 927
Instalações interiores	3 585	2 374
Mobiliário e material	3 497	2 463
Equipamento de segurança	381	373
Máquinas e ferramentas	2 352	1 835
Material de transporte	1 146	812
Outros	82	487
	19 490	13 271
Outras imobilizações	-	-
	28 778	18 791
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	122	-
Equipamento informático e outros	6 856	358
	6 978	358
	35 756	19 149
Depreciação acumulada	(15 464)	(10 421)
	20 292	8 728

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3 819	10 467	2	1 292	15 580
Alteração Perímetro Consolidação	-	41	-	-	41
Adições	184	980	-	1 804	2 968
Abates / vendas	-	(241)	(2)	-	(243)
Transferências	1 359	1 379	-	(2 738)	-
Variação cambial	158	645	-	-	803
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	5 520	13 271	-	358	19 149
Alteração Perímetro Consolidação	-	-	-	-	-
Adições	3 582	6 146	-	6 952	16 680
Abates / vendas	(137)	(597)	-	-	(734)
Transferências	94	238	-	(332)	-
Variação cambial	229	432	-	-	661
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	9 288	19 490	-	6 978	35 756
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1 957	6 481	-	-	8 438
Alteração Perímetro Consolidação	-	27	-	-	27
Depreciações do exercício	507	1 293	-	-	1 800
Abates / vendas	-	(241)	-	-	(241)
Variação cambial	71	326	-	-	397
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 535	7 886	-	-	10 421
Depreciações do exercício	875	1 535	-	-	2 410
Abates / vendas	(137)	(597)	-	-	(734)
Variação cambial	62	230	-	-	292
Outros Movimentos	323	2 752	-	-	3 075
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	3 658	11 806	-	-	15 464
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	5 630	7 684	-	6 978	20 292
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	2 985	5 385	-	358	8 728



NOTA 25 - Activos Intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Goodwill	59 184	14 049
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	13 514	10 106
Outras	915	897
	14 429	11 003
Imobilizações em curso	1 975	630
	75 588	25 682
Amortização acumulada	(11 652)	(9 121)
	(11 652)	(9 121)
	63 936	16 561

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	10 036	9 440	607	462	20 545
Adições:					
Adquiridas a terceiros	4 966	252	115	556	5 889
Transferências	-	213	175	(388)	-
Variação cambial	3	201	-	-	204
Imparidade (1)	(956)	-	-	-	(956)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	14 049	10 106	897	630	25 682
Adições:					
Adquiridas a terceiros	46 046	3 611	18	1 398	51 073
Abates / vendas	-	(395)	-	-	(395)
Transferências	-	53	-	(53)	-
Variação cambial	(911)	139	-	-	(772)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	59 184	13 514	915	1 975	75 588
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	-	7 720	475	-	8 195
Amortizações do exercício	-	645	149	-	794
Variação cambial e outros movimentos	-	132	-	-	132
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	-	8 497	624	-	9 121
Amortizações do exercício	-	904	129	-	1 033
Abates / vendas	-	(395)	-	-	(395)
Variação cambial e outros movimentos	-	289	-	-	289
Outros Movimentos	-	1 604	-	-	1 604
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	-	10 899	753	-	11 652
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	59 184	2 615	162	1 975	63 936
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	14 049	1 609	273	630	16 561

(1) Inclui o montante de 956 milhares de euros relativos a imparidade para goodwill apurado em 2009 na Concórdia – Espírito Santo Investment. Esta imparidade foi reconhecida em resultados na rubrica de imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.

A rubrica de *Goodwill* inclui o montante de 9 916 milhares de euros referentes a subsidiária ES Capital adquirida pelo Grupo BESI em 30 de Dezembro de 2005. Este *Goodwill* foi determinado de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 26 - Investimentos em Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
F. IBÉRIA	18 824	22 279	15	14	18 809	22 265	2 626	18	1 948	(1 703)	10 530	10 530
BRB	11 788	11 081	10 240	10 418	1 548	626	4 462	2 870	107	(332)	10 659	10 659
OUTRAS											18 417	12 331
											39 606	33 520

(milhares de euros)

	% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
F. IBÉRIA	39%	39%	7 287	8 799	753	(366)
BRB	25%	25%	243	156	27	(505)
OUTRAS	-	-	27 805	20 227	870	1 842
			35 335	29 182	1 650	971

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	29 182	29 707
Aquisições	6 086	-
Resultados de associadas	1 650	971
Alteração do perímetro de consolidação	(1 583)	(1 496)
Saldo a 31 de Dezembro	35 335	29 182

NOTA 27 - Outros Activos

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	18 123	36 986
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	297 507	258 096
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	3 509	5 465
Sector público administrativo	821	452
Outros devedores diversos	47 026	39 772
	<u>366 986</u>	<u>340 771</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(5 496)	(12 360)
	<u>361 490</u>	<u>328 411</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	276	155
Outros activos	4 887	3 460
	<u>5 163</u>	<u>3 615</u>
Proveitos a receber	1 621	795
Despesas com custo diferido	4 530	2 521
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	8 962	8 457
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	191 081	75 846
Outras operações a regularizar	79 180	40 468
	<u>279 223</u>	<u>124 771</u>
Pensões de reforma	9 648	10 474
	<u>661 675</u>	<u>470 587</u>

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem as operações realizadas com títulos registadas na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	12 360	8 527
Dotações	6 200	6 082
Utilizações	(5 938)	-
Reversões	(8 050)	(2 146)
Transferências	356	(71)
Diferenças de câmbio e outras	568	(32)
Saldo a 31 de Dezembro	5 496	12 360

NOTA 28 - Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
No país		
Mercado monetário interbancário	573 646	577 200
Depósitos	454 514	378 723
Empréstimos medio e longo prazo	31 545	-
Operações com acordo de recompra	30 389	-
Outros recursos	412 788	365 245
	1 502 882	1 321 168
No estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	2	-
Depósitos	29	29
Empréstimos	1 024	1 467
Operações com acordo de recompra	686 995	149 465
Outros recursos	122 629	184 963
	810 679	335 924
	2 313 561	1 657 092

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	1 109 028	1 128 904
De 3 meses a um ano	717 384	149 465
De um a cinco anos	487 149	378 723
	2 313 561	1 657 092



NOTA 29 - Recursos de Clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	14 568	11 433
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	983 309	297 963
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	308 021	491 677
Outros Depósitos	32 696	32 372
Outros	171	11
	340 888	524 060
	1 338 765	833 456

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Exigível à vista	14 739	11 444
Exigível a prazo		
Até 3 meses	383 036	789 640
De 3 meses a um ano	263 549	-
De um a cinco anos	668 428	32 372
Mais de cinco anos	9 013	-
	1 324 026	822 012
	1 338 765	833 456

NOTA 30 - Responsabilidades Representadas por Títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Euro Medium Term Notes	1 083 756	960 639
Obrigações de caixa	9 106	18 638
Outras Obrigações	76 440	-
Certificados de Depósito	2 979	961 789
	1 172 281	1 941 066

Durante o exercício de 2010 o Grupo BESI procedeu à emissão de 613 951 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 1 341 986 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 1 446 171 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 983 118 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	94 181	587 955
De 3 meses a um ano	183 539	1 153 762
De um a cinco anos	809 952	80 890
Mais de cinco anos	84 609	118 459
	1 172 281	1 941 066



As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

							31.12.2010
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	2005	3 134	2011	f)	
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	374	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual	
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3 870	2014	Taxa Fixa Crescente	
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	a) EUR	2006	1 724	2011	Indexada a Nikkei 225	
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a) EUR	2006	2 979	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50	
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a) EUR	2010	3 638	2014	a)	
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a) EUR	2010	12 645	2014	ao)	
ESIP	ESIP JAN01/JAN11 CRDLKD US 11.85	a) USD	2001	1 399	2011	Taxa Fixa 5% + Indexada a Evento de Crédito	
ESIP	ESIP JUL03/JUL11 LINKED CMS	a) EUR	2003	7 772	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS+CLN	
ESIP	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	3 648	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ESIP	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6.5M	EUR	2003	4 709	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ESIP	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	3 980	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ESIP	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	6 288	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ESIP	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	2 937	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS	
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	1 469	2015	Range accrual	
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	220	2015	Range accrual	
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4 882	2013	Taxa Fixa 4.75% + Range accrual	
ESIP	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	a) EUR	2005	8 587	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + g)	
ESIP	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1 194	2015	Taxa Fixa + Snowball h)	
ESIP	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	9 189	2035	Euribor 12 meses + i)	
ESIP	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	4 163	2015	Taxa Fixa + Snowball h)	
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	1 915	2017	Range accrual	
ESIP	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	EUR	2005	12 189	2036	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS	
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	447	2011	f)	
ESIP	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	4 035	2016	Euribor 12M	
ESIP	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a) EUR	2006	8 492	2012	g)	
ESIP	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	6 009	2017	j)	
ESIP	ESIP CIMPOR FIN CRD LKD MAY2011	a) EUR	2007	9 217	2011	g)	
ESIP	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a) EUR	2007	3 177	2012	Indexada a Deutsche Telecom	
ESIP	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a) EUR	2007	439	2012	n)	
ESIP	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a) USD	2007	1 276	2014	p)	
ESIP	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	251	2011	l)	
ESIP	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED	a) EUR	2007	121	2011	m)	
ESIP	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a) EUR	2007	3 901	2012	am)	
ESIP	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a) EUR	2007	355	2012	Commodity Linked	
ESIP	ESIP CMS LINKED JUN2019	a) EUR	2007	23 837	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS	
ESIP	ESIP DEC2011 BBVA POP LINKED	a) EUR	2007	1 063	2011	Indexada a BBVA e Banco Popular	
ESIP	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	a) EUR	2007	3 321	2015	g)	
ESIP	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	a) EUR	2007	-	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis	
ESIP	ESIP JAN2011 CLIQUET MSCI BRAZIL	a) EUR	2008	2 482	2011	Indexado MSCI Brasil	
ESIP	ESIP JAN2011 LUXURY GOODS	a) EUR	2008	3 973	2011	s)	
ESIP	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA IIBSK	a) EUR	2008	3 062	2011	Indexada a MSCI Brasil e India	
ESIP	ESIP JAN2011 BASKET LINKED	a) EUR	2008	5 974	2011	j)	
ESIP	ESIP JAN2012 BASKET LINKED	a) EUR	2008	3 900	2012	x)	
ESIP	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA BASKET	a) EUR	2008	3 238	2011	Indexada a MSCI Brasil e India	
ESIP	ESIP JAN2012 EQUITY BASKET LINKED	a) EUR	2008	947	2012	y)	
ESIP	ESIP MAR2011 EURUSD FX LINKED	a) EUR	2008	1 331	2011	Indexada a Câmbio	
ESIP	ESIP MAR2011 BASKET LINKED	a) EUR	2008	6 119	2011	j)	
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a) EUR	2008	2 047	2016	ZC + g)	
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a) EUR	2008	4 814	2016	Taxa Fixa 6.30% + g)	
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a) EUR	2008	1 225	2016	Euribor 3M + 2.20% + g)	
ESIP	ESIP APR2013 EURTRY LKD	a) EUR	2008	5 559	2013	Indexada a Câmbio	
ESIP	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a) EUR	2008	2 471	2013	Indexada a AEGON	
ESIP	ESIP MAY2011 AGRICULTURE LINKED	a) EUR	2008	282	2011	Indexada a DBLCL-OY Agriculture	
ESIP	ESIP MAY2011 INDEX BASKET LINKED	a) EUR	2008	3 025	2011	t)	
ESIP	ESIP JUN2011 SAN TEF LINKED	a) EUR	2008	1 263	2011	Indexada a Telefonica e BSCH	
ESIP	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a) EUR	2008	4 397	2013	an)	
ESIP	ESIP FTD CRD LINKED JUN2011	a) EUR	2008	9 181	2011	u)	
ESIP	ESIP AUG2011 INDEX BSKT LINK	a) EUR	2008	3 073	2011	j)	
ESIP	ESIP AUG2011 INDEX BSKT LINKED	a) EUR	2008	3 467	2011	Indexada à Inflação Francesa e ao DJ Eurostoxx 50	
ESIP	ESIP AUG2011 EQL BSKT LINK	a) USD	2008	742	2011	Indexada a BBVA, Iberdrola e Telefonica	
ESIP	ESIP SEP2011 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2008	3 627	2011	v)	

31.12.2010

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanco	Maturidade	Taxa de juro
ESIP	ESIP OCT13 EURBRL LINKED BRL	a)	EUR	1 736	2013	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP NOV2011 SX5E LINKED	a)	EUR	1 047	2011	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP JUL2014 EQL LINKED	a)	EUR	1 292	2014	Indexada a DT, TEF e France Telecom
ESIP	ESIP AUG2012 EQL LINKED	a)	EUR	8 499	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED	a)	EUR	3 816	2014	Indexada a BBVA e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 EQL LINKED	a)	EUR	6 330	2012	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP OCT2014 BANKS EQL LINKED	a)	EUR	3 049	2014	Indexada a BBVA e Santander
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED 2	a)	EUR	776	2014	Indexada a BBVA e Santander
ESIP	ESIP DEC12 ENI LINKED	a)	EUR	1 102	2012	Indexada à ENI
ESIP	ESIP NOV2012 EQL LINKED	a)	EUR	1 338	2012	Indexada a Santander e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 BBVA LINKED	a)	EUR	4 650	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP DEC2014 EQL LINKED	a)	EUR	805	2014	Indexada a BNP e Credit Agricole
ESIP	ESIP DEC2013 SPANISH EQL LINKED	a)	EUR	318	2013	Indexada a BBVA e Repsol
ESIP	ESIP DEC2012 ENI LINKED 2	a)	EUR	7 327	2012	Indexada à ENI
ESIP	ESIP JAN2012 EURBRL LINKED	a)	EUR	1 947	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP SX5E LINKED MARCH2011	a)	EUR	872	2011	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP FIXED AMOUNT + AMORT NOV22	a)	EUR	2 765	2022	Fixed Amounts
ESIP	ESIP EDP CLN EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	1 483	2011	EURIBOR3M +2% + g)
ESIP	ESIP EDP 2 CLN EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	1 499	2011	EURIBOR3M +2% + g)
ESIP	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2 091	2016	EURIBOR3M +2% + g)
ESIP	ESIP MAY2014 5%-INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2 651	2014	Taxa Fixa 5% + z)
ESIP	ESIP FIXED COUPON APRIL2011	a)	EUR	108 096	2011	Taxa Fixa 4,384%
ESIP	ESIP MAY2012 SX5E LINKED	a)	EUR	1 443	2012	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP JUN2013 EQL LINKED	a)	EUR	202	2013	aa)
ESIP	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a)	EUR	1 433	2014	Indexada à Inflação
ESIP	ESIP JUL2013 EQL LINKED	a)	EUR	1 492	2013	ab)
ESIP	ESIP JAN2011 SP500 LINKED	a)	EUR	799	2011	Indexada a SP500
ESIP	ESIP JUN2011 CLN LINKED	a)	EUR	2 923	2011	g)
ESIP	ESIP SEP2011 BERKSHIRE HATHAWAY	a)	EUR	2 008	2011	EURIBOR3M + 2% + g)
ESIP	ESIP AUG2012 BESI BRASIL LINKED	a)	EUR	4 642	2012	ak)
ESIP	ESIP FEB2020 EQL LINKED	a)	EUR	148	2020	ad)
ESIP	ESIP SEP2014 OCIDENTE II EQL	a)	EUR	9 058	2014	ae)
ESIP	ESIP CLN 5.45% OCT2014	a)	EUR	7 290	2014	g)
ESIP	ESIP OCT2014 EQL	a)	EUR	1 425	2014	Indexada a Gazprom, Nokia e DU PONT
ESIP	ESIP OCT2012 EQL LINKED	a)	EUR	1 918	2012	Indexada a Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP
ESIP	ESIP DEC2011 FTD LINKED	a)	EUR	4 753	2011	g)
ESIP	ESIP 5.25% RANGE ACCRUAL OCT2016	a)	EUR	4 605	2016	Range accrual
ESIP	ESIP FTD IBERIA 5.95% DEC2014	a)	EUR	12 372	2014	g)
ESIP	ESIP FTD IBERIA II 5.5% DEC2014	a)	EUR	4 029	2014	g)
ESIP	ESIP USD FTD IBERIA 5.5% DEC2014	a)	USD	3 048	2014	g)
ESIP	ESIP CIMPOR CLN EUR3M DEC2014	a)	EUR	4 211	2014	g)
ESIP	ESIP NOV2012 CLN BESI BRASIL	a)	EUR	9 810	2012	g)
ESIP	ESIP DEC2012 USDBRL LINKED	a)	USD	1 958	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP DEC2014 SX5E LINKED	a)	EUR	3 281	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a)	EUR	4 010	2014	af)
ESIP	ESIP DEC2012 EWZ+HSCEI LINKED	a)	EUR	3 269	2012	Indexado a EWZ e HSCEI
ESIP	ESIP BRAZIL EQL JAN2015	a)	EUR	1 532	2015	b)
ESIP	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB2014	a)	EUR	5 119	2014	d)
ESIP	ESIP JAN2011 BASKET BRAZIL LKD	a)	EUR	60	2011	c)
ESIP	ESIP SX5E LINKED FEB2013	a)	EUR	2 458	2013	Indexada a Eurostoxx
ESIP	ESIP FEB2011 SAN BNP BARC LINKED	a)	EUR	315	2011	e)
ESIP	ESIP WORST SOFT CMDT MAR2013	a)	EUR	1 397	2013	k)
ESIP	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR2015	a)	EUR	2 582	2015	indexado a Ishares DJ US Real State Index fund
ESIP	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR2013	a)	EUR	3 220	2013	o)
ESIP	ESIP AUTOCAL METAL CMDT MAR2015	a)	EUR	3 214	2015	q)
ESIP	ESIP USDEUR FX LKD MAY2015	a)	EUR	353	2015	indexado a EUR/USD
ESIP	ESIP EUR3M+25BP MAR11	a)	EUR	53	2011	Euribor3M+25Bps
ESIP	ESIP CRDAGRI CL EUR6M+1.15 JUN15	a)	EUR	2 842	2015	Euribor 6M ACT/360
ESIP	ESIP BASKET LKD MAY2015	a)	EUR	6 791	2015	r)
ESIP	ESIP EDP BCP PT LKD JUN2013	a)	EUR	1 459	2013	w)
ESIP	ESIP FTD CRD LINKED JUN2015	a)	EUR	5 338	2015	x)
ESIP	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN2013	a)	EUR	18 421	2013	ag)
ESIP	ESIP BRAZIL EQL MAY2016	a)	EUR	3 078	2016	ac)
ESIP	ESIP SX5E MAY14 EQL	a)	EUR	1 578	2014	Indexada a Eurostoxx
ESIP	ESIP JUN2013 BASKET LINKED	a)	EUR	3 402	2013	5.70% + af)
ESIP	ESIP BASKET BRAZIL LKD MAY2011	a)	EUR	878	2013	5% + c)
ESIP	ESIP TELECOM LKD JUL2013	a)	EUR	8 676	2013	ah)
ESIP	ESIP BASKET LKD JUL2013	a)	EUR	4 090	2013	ai)
ESIP	ESIP BASKET LKD JUL2014	a)	EUR	2 917	2014	ai)
ESIP	ESIP GOLD LKD FEB2012	a)	EUR	982	2012	Indexada ao Gold



(milhares de euros)

31.12.2010

Entidade	Descrição		Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
ESIP	ESIP EUR12M DIGITAL AUG2011	a)	EUR	2010	1 488	2011	Digital Euribor 12M
ESIP	ESIP JUL2012 5%+BRAZIL INDEX LKD	a)	EUR	2010	2 333	2012	5% + Indexada ao EWZ
ESIP	ESIP SEP2013 CURRENCIES LINKED	a)	EUR	2010	831	2013	ap)
ESIP	ESIP AUG13 RANGE ACCRUAL	a)	EUR	2010	2 410	2013	Range accrual
ESIP	ESIP AUG2013 EURUSD FX LINKED	a)	EUR	2010	1 853	2013	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP SEP15 DIGITAL	a)	USD	2010	1 064	2015	Digital US Libor 3M
ESIP	ESIP SEP11 DIGITAL	a)	EUR	2010	2 229	2011	Digital Euribor 3M
ESIP	ESIP JAN2011 BBVA LKD	a)	EUR	2010	1 059	2011	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP JAN2011 DOW JONES INDUS LKD	a)	EUR	2010	1 006	2013	Indexada a INDU
ESIP	ESIP MAR2012 TELECOM LKD		EUR	2010	1 026	2012	Indexada ao EWZ
ESIP	ESIP SEP2011 TELECOM LKD	a)	EUR	2010	982	2011	aq)
ESIP	ESIP ASIA INDEX LKD SEP2014	a)	EUR	2010	2 085	2014	ar)
ESIP	ESIP SEP2011 BRAZIL BASKET LKD	a)	EUR	2010	1 005	2011	c)
ESIP	ESIP EDP PT CGD CRDLKD DEC2013	a)	EUR	2010	6 042	2013	as)
ESIP	ESIP GOLD LKD OCT2013	a)	EUR	2010	856	2013	Indexada ao Gold
ESIP	ESIP EDP CRDLKD DEC2013	a)	EUR	2010	4 330	2013	Indexada a EDP
ESIP	ESIP OCT2011 BASKET LINKED	a)	USD	2010	1 543	2011	at)
ESIP	ESIP NOV2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	1 764	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP DEC2015 CREDLINKED BSCH	a)	EUR	2011	54	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ESIP	ESIP NOV2013 SANTANDER LKD	a)	EUR	2010	944	2013	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP SAN BBVA LINKED NOV2013	a)	EUR	2010	2 452	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP DEC2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	923	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP MAY12 EURPLN LINKED	a)	EUR	2010	985	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP NOV2013 ASIA PACIF BSKT LKD	a)	EUR	2010	1 915	2013	au)
ESIP	ESIP NOV2013 AMERLATIN BSKT LKD	a)	EUR	2010	1 735	2013	av)
ESIP	ESIP MAY2012 EWZ LINKED	a)	EUR	2010	1 772	2012	Indexada ao EWZ
ESIP	ESIP DEC2011 SANTANDER LINKED	a)	EUR	2010	952	2011	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP JUN2011 BME LINKED	a)	EUR	2010	1 096	2011	Indexada a BME
BRASIL	BES INVEST BRASIL 5.75% MAY2012		USD	2009	104 176	2012	Taxa fixa 5,75%
BRASIL	BES INVEST BRASIL		BRL	2010	489	2013	Taxa Fixa - 11,53%
BRASIL	BES INVEST BRASIL 5.625% MAR2015		USD	2010	363 857	2015	Taxa Fixa - 5.625%
BRASIL	BES INV BRAS 9.84% SEP2011		USD	2010	395	2011	9,84%
BRASIL	BES INVEST BRASIL		BRL	2010	774	2011	Taxa Fixa - 11,53%
BRASIL	49-LCA - Letra		BRL	2010	57 965	2011	Indexada ao CDI
BRASIL	53-LF LETRA FIN		BRL	2010	18 475	2013	Indexada ao CDI
					1 172 281		

- a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido
b) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgia Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco
c) Indexada a Cabaz de Ações Petróleo Brasileiro, Itau Unibanco, Companhia Vale Rio Doce
d) Indexada a Cabz de Ações Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi-Aventis e ABB LTD.
e) Indexada a Cabaz de Ações Banco Santander, BNP Paribas, Barclays Bank PLC
f) Indexado a câmbio e taxa de juro
g) Indexado a risco de crédito
h) Indexado a cupão anterior + spread - Euribor
i) Indexado a reverse floater
j) Indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
k) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Soybean
l) Indexado a cabaz composto pelas ações EDP, Iberdrola, FPL Group, Gamesa, Vestas Wind Systems e Solarworld
m) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, BOVESPA, iShares MSCI Pacific ex-Japan
n) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500 e Topix
o) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Sugar
p) Indexado a cabaz composto pelas ações BBVA e BSCH
q) Indexada a Cabaz de Commodities Copper, Nickel, Zinc e Platinum
r) Indexada a Cabaz de Ações Amazon, Apple, FedEx, UPS Inc
s) Indexado a cabaz de LVMH, Christian Dior, Philips, Pinault Priteps, Nokia, Bulgari, Porsche, Swatch, Burberry, Daimler
t) Indexada a Cabaz de índices DBIX India, Russian Depositary, Hang Seng e MSCI Brasil
u) Indexada a Crédito (First to default) sobre Brisa, Bancaja, Portugal Telecom, Cimpor e Repsol
v) Indexada a IBOXX Eurozone, SP GSCI Excess Return, EUR/USD e DJ Eurostoxx 50
w) Indexada a Cabaz de Ações EDP, BCP e PT
x) Indexada a Crédito (First to default) sobre Santander, PT INT FIN, EDP e Brisa
y) Indexada a Cabaz de Ações BBVA, Repsol e Telefonica
z) Indexada a cabaz de Ações ROCHE HOLDING, SANOFI, NOVARTIS, PFIZER, ASTRAZENCA, TELEFONICA, FRANCE TELECOM e DEUTSCHE TELEKOM
aa) Indexada a cabaz de Ações BBVA, REPSOL e ENEL
ab) Indexada a cabaz de Ações MSCI India, MSCI Brasil e iShares FTSE/Xinua China
ac) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Gerdau, Vale, Itau Unibanco e Banco Bradesco
ad) Indexada a cabaz de Ações France Telecom e Deutsche Telekom
ae) Indexada a cabaz de Índices Eurostoxx, SP500, Nasdaq100 e iShare MSCI Brazil Fund
af) Indexada a Crédito Brisa, EDP, PT e Credit Agricole
ag) Indexada a Crédito PT, EDP e Brisa
ah) Indexada a Cabaz de Ações Telefonica, Deutsche Telekom e Vodafone
ai) Indexada a Cabaz de Ações Louis Vuitton, Nokia, Bayer e EON
aj) Indexada a Cabaz composto pelos Índices Eurostoxx50, SP500, Nasdaq100 e EWZ
ak) 1º ano: Taxa fixa, 2º ano e seguintes: Euribor 6M + 150bps, indexada ao BES Brasil
al) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgia Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco
am) Indexada a Cabaz de Ações Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP
an) Indexada a Cabaz de Ações Petróleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce
ao) Indexada a Cabaz composto pelo Índices TOPIX, HANG SENG, HSCEI, NIFTY, KOSPI2 e MSCI Singapore
ap) Indexada a Cabaz de moedas EUR/AUD, EUR/CAD, EUR/NZD, EUR/INR
aq) Indexada a Cabaz de Ações Telefonica, Deutsche Telekom e Vodafone
ar) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, MSCI Taiwan e SP ASX200
as) Indexada a Crédito EDP, PT e CGD
at) Indexada a Cabaz de Ações Dow Chemical, Monsanto, Whirlpool Corp
au) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, KOSPI200 e SP ASX500
av) Indexada a Cabaz de Índices MSCI Brasil, Chile e Mexico

NOTA 31 – Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos

Esta rubrica no montante de 53 815 milhares de euros refere-se a passivos por activos não desreconhecidos em operações de securitização.

NOTA 32 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)
	Provisões para outros riscos e encargos
Saldo a 1 de Janeiro de 2009	2 838
Dotações	11 881
Utilizações	(1 343)
Reversões	(3 263)
Transferencias	1 964
Diferenças de câmbio e outras	1 142
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	13 219
Dotações	10 589
Reversões	(383)
Diferenças de câmbio e outras	343
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	23 768

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

NOTA 33 – Impostos

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto diferido dos exercícios de 2010 e de 2009 e do imposto corrente do exercício de 2009 foi apurado pelo Grupo BESl com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais).

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado pelo Grupo BESl com base numa taxa nominal de IRC, derrama municipal e derrama estadual de 29%, em consequência da aprovação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2010 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias

com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	28%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	44%

As subsidiárias no estrangeiro, nomeadamente as localizadas no Brasil e na Irlanda, encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor nos respectivos países. No caso da Irlanda, os lucros aí obtidos são sujeitos a uma taxa nominal de 12,5%, sendo que nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 40%.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Instrumentos financeiros derivados	-	3 227	(6 582)	(6 864)	(6 582)	(3 637)
Activos financeiros disponíveis para venda	1 512	449	(3 270)	(8 731)	(1 758)	(8 282)
Crédito a clientes	18 160	10 886	-	-	18 160	10 886
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 113)	(1 113)	(1 113)	(1 113)
Provisões	9 516	5 795	-	-	9 516	5 795
Outros	611	283	(2 160)	(2 160)	(1 549)	(1 877)
Prejuízos fiscais reportáveis	5 357	5 317	-	-	5 357	5 317
Imposto diferido activo/(passivo)	35 156	25 957	(13 125)	(18 868)	22 031	7 089
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(9 428)	(8 058)	9 428	8 058	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	25 728	17 899	(3 697)	(10 810)	22 031	7 089

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	7 089	11 894
Reconhecido em resultados	6 439	(3 690)
Reconhecido em reservas de justo valor e outras reservas	6 232	(2 314)
Variação cambial e outros	2 271	1 199
Saldo a 31 de Dezembro	22 031	7 089

O movimento do imposto diferido de balanço em 2010 e 2009 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010		31.12.2009	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	2 945	-	14 319	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(291)	(5 151)	-	1 509
Crédito a clientes	(7 274)	-	(6 975)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	52	-
Provisões	(3 721)	-	(4 018)	-
Outros	(163)	-	118	-
Prejuízos fiscais reportáveis	2 065	(152)	194	805
	<u>(6 439)</u>	<u>(5 303)</u>	<u>3 690</u>	<u>2 314</u>
Impostos Correntes	24 138	-	8 481	-
Total do imposto reconhecido	17 699	(5 303)	12 171	2 314

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010		31.12.2009	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		82 075		69 870
Taxa de imposto do BESI	29,0		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESI		23 802		18 516
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(2,4)	(1 972)	3,4	2 408
Dividendos excluídos de tributação	(1,0)	(854)	(1,4)	(992)
Mais-valias não tributadas	(0,4)	(362)	(6,4)	(4 446)
Proveitos não tributáveis	(0,3)	(212)	(4,1)	(2 841)
Imposto sobre lucros das sucursais	3,9	3 202	1,4	995
Tributação autónoma	0,7	613	0,6	420
Alterações de estimativas	0,0		(1,3)	(894)
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no exercício	0,2	158	0,8	532
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	(2,8)	(2 312)	(0,9)	(633)
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	0,0		(0,4)	(256)
Benefícios fiscais	0,1	59	(0,8)	(539)
Custos não dedutíveis	0,4	328	1,7	1 173
Outros	(5,8)	(4 751)	(1,8)	(1 272)
	21,6	17 699	17,3	12 171



NOTA 34 - Passivos Subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	109 473	104 140
	109 473	104 140

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

		(milhares de euros)				
		31.12.2010				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 869	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	1,162	2010 a)
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	58 235	1,162	2010 a)
BSI BRASIL	VBES IA001	2007	21 901	24 801	1,300	2014
BSI BRASIL	VBES IA002	2008	9 955	11 273	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA003	2008	1 792	2 029	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA004	2008	199	226	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA005	2008	796	902	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA006	2008	1 195	1 353	1,300	2015
Sub-total			165 838	108 688		
Juro Corrido				785		
			165 838	109 473		

a) data da call

		(milhares de euros)				
		31.12.2009				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 780	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	1,162	2010 a)
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	57 913	1,162	2010 a)
BSI BRASIL	VBES IA001	2007	21 901	21 901	1,300	2014
BSI BRASIL	VBES IA002	2008	9 955	9 955	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA003	2008	1 792	1 792	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA004	2008	199	199	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA005	2008	796	796	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA006	2008	1 195	1 195	1,300	2015
Sub-total			165 838	103 531		
Juro Corrido				609		
			165 838	104 140		

a) data da call

Durante os exercícios de 2010 e 2009 o Grupo BES I não emitiu nem reembolsou passivos subordinados

NOTA 35 - Outros Passivos

A rubrica outros passivos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	12 014	11 467
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	93 025	104 238
Credores por fornecimento de bens	3 062	2 944
Outros credores	21 610	51 552
	117 697	158 734
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	1 845	1 457
Outros custos a pagar	15 967	9 217
	17 812	10 674
Receitas com proveito diferido	1 292	992
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	190 853	71 806
Operações cambiais a liquidar	-	958
Outras operações a regularizar	51 039	20 325
	241 892	93 089
	390 707	274 956

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 36 - Capital, Prémios de Emissão e Outros Instrumentos de Capital

Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu à emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros.

Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Este juro condicionado correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do BESI, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal.



Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BEI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

NOTA 37 - Reservas de Justo Valor, Outras Reservas e Resultados Transitados e Interesses que não Controlam

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Diferenças cambiais	Outras reservas e resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(8 558)	(5 679)	(14 237)	39 033	(4 424)	131 293	165 902
Alterações de justo valor	31 397	(302)	31 095	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	(1 660)	(1 660)
Diferenças cambiais	3 306	(1 718)	1 588	1 452	17 967	(3 725)	15 694
Constituição de reservas	-	-	-	6 109	-	23 102	29 211
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	26 145	(7 699)	18 446	46 594	13 543	149 010	209 147
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(94)	(94)
Alterações de justo valor	(21 258)	5 594	(15 664)	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	(5 660)	(5 660)
Diferenças cambiais	2 365	(1 328)	1 037	2 302	10 417	5 119	17 838
Constituição de reservas	-	-	-	9 400	-	19 644	29 044
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	7 252	(3 433)	3 819	58 296	23 960	168 019	250 275

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda	708 441	523 644
Imparidade acumulada reconhecida	(22 589)	(26 200)
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	685 852	497 444
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	695 005	528 678
Ganhos(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	9 153	31 234
Impostos	(3 035)	(9 410)
Reserva de justo valor total	6 118	21 824
Interesses que não controlam	(2 299)	(3 378)
Reserva de justo valor atribuível aos accionistas do Banco	3 819	18 446

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam, no exercício de 2009 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	18 446	(14 237)
Variação de justo valor	2 001	41 392
Alienações do exercício	(20 894)	(6 689)
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	4 266	(2 020)
Saldo a 31 de Dezembro	3 819	18 446

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES Investimento do Brasil	19 414	355	17 514	2 592
BES Securities	22 681	3 095	19 612	4 020
Bes Absolute Return	10 697	421	15 156	204
Bes Multimercado	11 651	502	3 488	454
Espírito Santo Investment Holding	12 085	11	-	-
Outras	4 199	16	4 213	45
	80 727	4 400	59 983	7 315

O movimento de interesses que não controlam nos anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser assim analisada:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Interesses que não controlam em 1 de Janeiro	59 983	24 713
Alterações de perímetro de consolidação	12 075	14 337
Aumento/Redução de capital de subsidiárias	3 025	7 964
Dividendos distribuídos	(3 773)	(1 266)
Variação da reserva de justo valor	(2 926)	548
Variação cambial e outros	7 943	6 372
Resultado líquido do ano	4 400	7 315
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro	80 727	59 983



NOTA 38 - Passivos Contingentes e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	790 572	411 720
Activos financeiros dados em garantia	333 157	22 980
	<u>1 123 729</u>	<u>434 700</u>
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	371 577	260 437
	<u>371 577</u>	<u>260 437</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 22 980 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 22 980 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 266 625 milhares de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 136 291 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 11 810 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009 - 35 229 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	5 012 634	5 448 475
Credito Securitizado sob gestão	780 100	786 937
Outras responsabilidades por prestação de serviços	5 626 102	3 030 615
	11 418 836	9 266 027

NOTA 39 – Transacções com Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante global dos activos e passivos do Grupo BESl que se referem a operações realizadas com entidades relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco) resume-se como segue:

	31.12.2010							31.12.2009						
	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total					Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total				
Banco Espírito Santo, S.A.	5 690	52 216	57 906	358 032	1 469 288	24 699	60 072	269 624	65 611	335 235	223 857	1 426 660	94 739	190 982
BES Finance	-	7 093	7 093	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESF(P)	-	35 758	35 758	-	-	-	-	-	35 759	35 759	-	-	-	-
ES Financial service	-	429	429	-	-	-	-	-	397	397	-	-	-	-
ESFG	-	152	152	-	-	-	-	-	16	16	-	-	-	-
ES Saúde	-	-	-	-	-	934	-	-	-	-	-	-	1 381	-
ES Tourism	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	175	-
ESCOM	-	-	-	-	-	260	-	-	-	-	-	-	237	-
ESEGUR	-	-	-	-	-	60	7	-	-	-	-	-	1	-
ES PLC	-	-	-	-	-	7 148	555	-	-	-	-	-	3 869	30 272
ES Concessões	-	-	-	-	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-
BES Venetie	-	4 585	4 585	-	30	-	-	-	6 500	6 500	-	30	-	-
BEST, S.A.	-	-	-	-	2 233	1 680	319	-	-	-	-	2 231	6 460	1 459
BES Vida, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo FCR PME	-	-	-	-	80	408	14	-	-	-	-	3 874	-	15
FRIE-IMIT/BES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181	8
Locarent	-	-	-	-	-	-	84	-	-	-	-	-	-	82
Bes Angola	2 111	-	2 111	-	-	87	-	1 879	-	1 879	-	-	79	-
TOTAL	7 801	100 233	108 034	358 032	1 471 631	35 334	61 051	271 503	108 283	379 786	223 857	1 432 795	107 122	222 818

NOTA 40 – Justo Valor

Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2010						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 078	-	-	-	12 078	12 078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 369	-	-	-	46 369	46 369
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 276 023	736 779	-	2 012 802	2 012 802
Activos financeiros disponíveis para venda	-	75 420	590 041	29 544	695 005	695 005
Aplicações em instituições de crédito	372 610	-	-	-	372 610	372 610
Crédito a clientes	2 244 842	-	-	-	2 244 842	2 244 842
Investimentos detidos até à maturidade	717 736	-	-	-	717 736	711 370
Derivados para gestão de risco	-	-	104 039	-	104 039	104 039
Activos financeiros	3 393 635	1 351 443	1 430 859	29 544	6 205 481	6 199 115
Recursos de bancos centrais	264 604	-	-	-	264 604	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	626 472	-	626 472	626 472
Recursos de outras instituições de crédito	2 313 561	-	-	-	2 313 561	2 313 561
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 338 765	-	-	-	1 338 765	1 338 765
Responsabilidades representadas por títulos	550 166	-	622 115	-	1 172 281	1 157 681
Passivos financeiros associados a activos transferido	53 815	-	-	-	53 815	53 815
Derivados para gestão de risco	-	-	81 256	-	81 256	81 256
Passivos subordinados	99 604	-	9 869	-	109 473	85 264
Passivos financeiros	4 620 515	-	1 339 712	-	5 960 227	5 921 418
31 de Dezembro de 2009						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	29 748	-	-	-	29 748	29 748
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31 940	-	-	-	31 940	31 940
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	681 561	684 020	-	1 365 581	1 365 581
Activos financeiros disponíveis para venda	-	101 922	374 959	51 797	528 678	528 678
Aplicações em instituições de crédito	747 085	-	-	-	747 085	747 085
Crédito a clientes	2 072 859	-	-	-	2 072 859	2 072 859
Investimentos detidos até à maturidade	436 445	-	-	-	436 445	461 380
Derivados para gestão de risco	-	-	111 126	-	111 126	111 126
Activos financeiros	3 318 077	783 483	1 170 105	51 797	5 323 462	5 348 397
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	456 511	-	456 511	456 511
Recursos de outras instituições de crédito	1 657 092	-	-	-	1 657 092	1 657 092
Recursos de clientes e outros empréstimos	833 456	-	-	-	833 456	833 456
Responsabilidades representadas por títulos	330 788	-	1 610 278	-	1 941 066	1 940 648
Derivados para gestão de risco	-	-	54 879	-	54 879	54 879
Passivos subordinados	94 242	-	9 898	-	104 140	101 835
Passivos financeiros	2 915 578	-	2 131 566	-	5 047 144	5 044 421

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2010 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2010, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do exercício	51 797	37 224
Aquisições	-	14 784
Saídas	(6 520)	(415)
Variação de valor	(15 733)	204
Saldo no fim do exercício	29 544	51 797

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

							(%)
	31.12.2010			31.12.2009			
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP	
<i>Overnight</i>	0,45	0,30	0,58	0,63	0,31	0,45	
1 mês	0,78	0,26	0,68	0,63	0,27	0,60	
3 meses	1,01	0,30	0,82	0,89	0,39	0,76	
6 meses	1,23	0,46	1,26	1,15	0,55	0,91	
9 meses	1,37	0,62	1,42	1,30	0,75	1,22	
1 ano	1,33	0,46	0,89	1,33	0,40	0,81	
3 anos	1,95	1,30	1,95	1,69	0,86	1,52	
5 anos	2,48	2,20	2,62	1,97	1,52	2,07	
7 anos	2,89	2,84	3,10	2,27	2,11	2,53	
10 anos	3,31	3,40	3,54	2,58	2,56	3,01	
15 anos	3,64	3,86	3,88	2,89	3,00	3,42	
20 anos	3,70	4,00	3,95	2,99	3,19	3,55	
25 anos	3,67	4,08	3,95	2,95	3,27	3,61	
30 anos	3,50	4,12	3,92	2,85	3,32	3,63	



Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)						
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2010						
CDX USD Main	15	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	14	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	14	-	-	177,71	-	182,17
Ano 2009						
CDX USD Main	13	61,06	81,07	84,29	92,00	106,75
iTraxx Eur Main	12	-	45,61	73,52	82,85	92,43
iTraxx Eur Senior Financial	12	-	-	72,97	-	86,24

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2010			31.12.2009		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	42,00	104,76	56,9	54,70	95,83	68,30
3 anos	42,80	67,49	52,00	40,50	57,99	48,40
5 anos	36,20	47,52	39,60	32,00	42,78	36,20
7 anos	31,30	37,90	32,00	26,40	36,00	29,50
10 anos	26,80	31,35	25,50	21,70	30,52	24,00
15 anos	23,19	27,04	20,5	18,29	26,16	19,50

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2010	31.12.2009	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3362	1,4406	13,53	14,38	14,55	14,58	14,60
EUR/GBP	0,8608	0,8881	9,45	10,15	10,78	11,02	11,25
EUR/CHF	1,2504	1,4836	9,75	9,20	8,85	11,70	8,58
EUR/NOK	7,8000	8,3000	7,45	8,00	8,25	8,32	8,40
EUR/PLN	3,9750	4,1045	10,15	11,25	11,75	12,10	12,30
EUR/RUB	40,8200	43,1540	10,00	10,75	10,50	10,75	11,30
USD/BRL ^{a)}	1,6597	1,7432	9,95	12,25	13,45	14,41	15,35
USD/TRY ^{b)}	1,5487	1,4957	11,45	12,40	13,00	13,25	13,61

^{a)}Computed EUR/USD e EUR/BRL

^{b)}Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica		
	31.12.2010	31.12.2009	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita
DJ Euro Stoxx 50	2 793	2 965	- 5,8	18,42	17,32	22,99
PSI 20	7 588	8 464	- 10,3	18,08	14,12	-
IBEX 35	9 859	11 940	- 17,4	26,28	21,10	-
FTSE 100	5 900	5 413	9,0	15,37	13,98	16,55
DAX	6 914	5 957	16,1	15,60	14,18	18,64
S&P 500	1 258	1 115	12,8	10,84	13,46	15,17
BOVESPA	69 305	68 588	1,0	19,07	18,12	24,54

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 41 – Gestão dos Riscos de Actividade

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo BESI.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A direcção de risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *Credit Default Swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de

protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BESl ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	434 041	808 763
Activos financeiros detidos para negociação	1 942 431	1 301 376
Activos financeiros disponíveis para venda	587 370	418 024
Crédito a clientes	2 244 842	2 072 859
Investimentos detidos até à maturidade	717 736	436 445
Derivados para gestão de risco	104 039	111 126
Outros activos	364 168	226 092
Garantias e avals prestados	1 548 404	411 720
Compromissos irrevogáveis	216 102	260 437
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	16 626	41 703
	8 175 759	6 088 545



Concentração de Riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)							
31.12.2010							
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor bruto
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido			Imparidade
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	1 108	-	(1 108)	-	-	-
Indústrias extractivas	38 362	-	(265)	-	815	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	55 862	-	(2 072)	-	172	-	-
Indústrias transformadoras - Curtumes e Calçado	-	-	-	-	-	-	914
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	4 866	-	(243)	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	810	-	5 018
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	178	-	4 523
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	33 321	-	(3 988)	-	542	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	15 487	-	(154)	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	38 122	-	(179)	-	770	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	3 531	-	-
Indústrias transformadoras - Outras Industrias Transformadoras	2 843	-	-	-	-	-	445
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	480 715	-	(3 827)	-	14 831	-	10 778
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	29 949	-	(623)	-	345	-	705
Construção	296 233	-	(4 174)	-	8 624	-	-
Actividades imobiliárias	1 176	-	(13)	-	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	105 528	915	(1 083)	(5)	4 065	-	2 281
Transportes e armazenagem	228 677	-	(3 078)	-	138 332	-	54 284
Alojamento, restauração e similares	54 411	-	(562)	-	1 333	-	-
Actividades de edição	30 981	-	(329)	-	32 284	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de	6 008	-	(60)	-	-	-	-
Actividades de rádio e de televisão	12 520	-	(125)	-	3 168	-	-
Actividades de telecomunicação	25 652	6 238	(234)	(1 560)	5 827	-	-
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	5 907	-	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	555 454	-	89 449
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	207 038	-	(19 593)	-	31 118	-	-
Outras actividades financeiras e de seguros	68 192	-	(959)	-	75 177	-	158 033
Actividades imobiliárias	80 403	-	(19 308)	-	38	-	(19 268)
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	83 896	6	(946)	-	3 233	-	3 172
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	33 090	-	(16)	-	39	-	-
Viagens	26 261	-	(262)	-	-	-	-
Actividades de Aluguer	74 926	-	(1 308)	-	-	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	952 155	-	2 180
Actividades de saúde humana e apoio social	28 164	-	(663)	-	-	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	21 860	-	(1 928)	-	2 107	-	-
Outras actividades de serviços	218 069	315	(3 346)	(62)	171 947	-	385 812
Crédito à Habitação	5 725	-	(4)	-	-	-	(3 321)
TOTAL	2 308 337	8 582	(69 342)	(2 735)	2 012 802	-	717 594
							(22 589)

(milhares de euros)

31.12.2009

	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	1 108	-	(1 108)	-	-	-	-
Indústrias extractivas	28 940	-	-	-	1 510	-	612	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	61 326	-	(1 226)	-	3 018	-	-	-
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	6 633	-	(332)	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	3 469	-	5 024	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	448	-	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	34 364	25	(310)	-	375	-	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	1 770	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	34 694	-	(200)	-	284	-	922	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	24 400	-	-	-	159	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	819	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	372 516	-	(2 128)	-	5 655	-	16 539	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8 878	-	(53)	-	12	-	919	-
Construção	310 300	-	(1 245)	-	11 012	-	-	-
Actividades imobiliárias	72 977	75	(717)	(15 049)	2 200	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	61 901	-	(243)	-	2 024	-	11 540	-
Transportes e armazenagem	111 924	6 386	(688)	(6 386)	124 392	-	-	-
Alojamento, restauração e similares	54 606	-	(321)	-	2 042	-	-	-
Actividades de edição	29 749	-	(296)	-	31	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de	6 006	-	(60)	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	30 227	-	(134)	-	4 126	-	-	-
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	252	-	-	-
Actividades de intermediação monetária	19 201	-	(1 211)	-	418 287	-	74 208	-
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	215 878	403	(1 440)	(5 000)	16 737	-	-	-
Outras actividades financeiras e de seguros	96 523	-	(682)	-	27 576	-	201 378	(24 083)
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	70 454	-	(602)	-	2 488	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	26 732	-	-	-	-	-	-	-
Viagens	30 945	-	-	-	12	-	-	-
Actividades de Aluguer	74 796	1 611	(759)	(16)	648	-	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	648 138	-	36 545	-
Actividades de saúde humana e apoio social	24 320	-	-	-	-	-	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	20 663	-	(202)	-	717	-	-	-
Outras actividades de serviços	278 347	1 639	(7 129)	(816)	89 150	-	207 191	(2 117)
Crédito à Habitação	900	-	(5)	-	-	-	-	-
TOTAL	2 109 970	11 247	(19 983)	(28 375)	1 365 581	-	554 878	(26 200)

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)

	31.12.2010				31.12.2009			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3,78	4,14	2,23	2,64	4,85	4,61	7,76	2,27
Risco taxa de juro	5,16	5,32	4,16	5,52	5,96	5,91	7,10	4,19
Acções	3,81	4,38	10,29	3,29	5,37	3,64	7,19	1,56
Covariância	-6,14	-5,63	-3,73	-5,00	-6,88	-5,30	-8,59	-2,69
Total	6,61	8,21	12,95	6,45	9,30	8,86	13,46	5,33

O Grupo BESI encerrou o ano com um VaR de 6.61 milhões de Euros para as suas posições de negociação, registando um decréscimo de 29% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)							
31.12.2010							
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	422	20	402	-	-	-	-
Crédito a clientes	2 246	20	1 194	959	25	48	-
Títulos	1 413	117	511	77	4	675	29
Fora de balanço		-	13	12	43	40	39
Total		169	2 120	1 048	72	763	68
Recursos de bancos centrais	265	-	265	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	2 313	6	2 252	53	-	2	-
Depósitos	1 030	15	1 005	-	5	5	-
Repo's com clientes	308	-	308	-	-	-	-
Títulos emitidos	1 282	9	662	130	71	342	68
Outros instrumentos equiparáveis a capital	50	-	-	-	-	-	50
Fora de Balanço		-	44	74	8	22	-
Total		30	4 536	257	84	371	118
GAP (Activos - Passivos)		139	(2 416)	791	(12)	392	(50)

(milhões de euros)							
31.12.2009							
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	30	30	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	929	190	739	-	-	-	-
Crédito a clientes	2 110	248	1 055	753	22	13	19
Títulos	930	28	386	98	40	361	17
Fora de balanço		-	19	16	17	60	76
Total		496	2 199	867	79	434	112
Recursos de outras ICs	1 657	-	1 297	249	80	10	21
Recursos de clientes	338	16	317	-	-	5	-
Repo's com clientes	492	-	492	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	2 480	-	1 558	202	145	473	102
Fora de Balanço		-	63	83	12	21	8
Total		16	3 727	534	237	509	131
GAP (Activos - Passivos)		480	(1 528)	333	(158)	(75)	(19)

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

(milhões de euros)

	31.12.2010		31.12.2009	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	(2,8)	2,8	(2,7)	2,7
Média do exercício	(2,2)	2,2	(4,4)	4,4
Máximo para o exercício	0,6	3,5	(2,7)	5,4
Mínimo para o exercício	(3,5)	(0,6)	(5,4)	2,7

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2010			31.12.2009		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	763 057	39 876	5,23%	746 069	49 239	6,60%
Crédito a clientes	2 254 806	99 886	4,43%	1 852 250	81 324	4,39%
Aplicações em títulos	2 177 079	182 426	8,38%	1 421 273	129 061	9,08%
Activos financeiros	5 194 942	322 188	6,20%	4 019 592	259 624	6,46%
Recursos monetários	2 336 274	81 235	3,48%	1 535 003	79 300	5,17%
Recursos de clientes	789 162	77 740	9,85%	839 714	5 033	0,60%
Outros recursos	1 936 332	79 577	4,11%	1 676 321	117 352	7,00%
Passivos financeiros	5 061 768	238 552	4,71%	4 051 038	201 685	4,98%
Resultado Financeiro		83 636	1,49%		57 939	1,48%

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2010			31.12.2009		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	22 948	13 816	36 764	20 766	(9 745)	11 021
GBP	LIBRA ESTERLINA	44 017	2 033	46 050	(1 531)	-	(1 531)
BRL	REAL BRASILEIRO	144 973	-	144 973	158 812	-	158 812
JPY	YEN	(63)	11 308	11 245	(4 778)	(85)	(4 863)
CHF	FRANCO SUICO	2 389	-	2 389	(558)	-	(558)
PLN	ZLOTI POLACO	(5 757)	5	(5 752)	(1 690)	(227)	(1 917)
	OUTRAS	10 048	(5 291)	4 757	150		150
		218 555	21 871	240 426	171 171	(10 057)	161 114

Nota: activo / (passivo)



Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Apresentam-se de seguida os Indicadores de Liquidez ao nível Consolidado.

Indicadores de Liquidez Consolidado

	(milhares euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Mismatch acumulado ¹	-1 416 185	-1 339 576
Buffer de activos líquidos ²	879 080	923 226
Liquidez Global	-537 105	-416 350

(1) O mismatch acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Grupo concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do Grupo BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

Fundos Próprios de Base (Tier I): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

Fundos Próprios Complementares: Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

Deduções: Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o Tier I e determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar 50% do Tier I.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis de TIER I, em 2010 e 2009 apresentam-se no quadro seguinte (valores em milhares de euros):



Principais movimentos ocorridos nos FPB em 2010 e 2009

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo do início do exercício	435 716	255 686
Capital realizado	-	110 000
Outros instrumentos equiparáveis a capital	50 000	-
Reservas e resultados transitados	48 444	39 439
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto p	(187)	4 103
Interesses minoritários	17 166	15 162
Diferença de reavaliação de activos disponíveis para venda	(805)	3 448
Activos intangíveis	(47 381)	3 060
Outros efeitos	307	4 818
Saldo no final do exercício	503 260	435 716

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESl para 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 (valores em milhares de euros):

Sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESl para 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	31.12.2010	31.12.2009
Total Activos Consolidados	7 017 600	5 877 475
Activos Ponderados	5 793 310	4 840 081
% Ponderação	82,55%	82,40%
Requisitos de Fundos Próprios	463 464	387 206
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	333 275	285 145
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	96 062	73 183
Requisitos de Fundos Próprios Risco de Liquidação (Aviso 8/2007)	-	16
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	34 127	28 862
Fundos Próprios Elegíveis	577 949	527 543
Fundos Próprios de Base (CORE TIER I)	454 477	437 239
Fundos Próprios de Base	503 261	435 716
Fundos Próprios Complementares	75 417	92 614
Deduções	(729)	(787)
Excesso	114 485	139 902
Rácio de Solvabilidade	10,0%	10,9%
Rácio TIER I	8,7%	9,0%
Rácio CORE TIER I	7,8%	9,0%

NOTA 42 – Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas e Adoptadas pelo Grupo

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010:

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciaram após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias,

empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses que não controlam (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses que não controlam) ou como a parcela atribuível aos interesses que não controlam do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como requerido pelo anterior IAS 27); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses que não controlam (reconhecimento de interesses que não controlam negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta norma é de aplicação prospectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010 e não teve impacto significativo nas contas do Grupo em 2010.

IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação

Esta alteração clarifica as divulgações requeridas pela norma relativos a activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados para venda ou operações descontinuadas.

A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 tendo por isso a mesma sido de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Grupo em 2010 são como segue:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas ainda não Adoptadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;

- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito referente a passivos financeiros ao justo valor através de resultados (fair value option) serão reconhecidas directamente em capitais próprios. As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em capitais próprios não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 24 (revista) – Divulgações de partes relacionadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Novembro de 2009 o IAS 24 (revisto) - Divulgações de partes relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada (total ou parcial) permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

A norma revista clarifica e simplifica a definição de parte relacionada e remove a obrigatoriedade de entidades relacionadas com o Estado de divulgar detalhadamente todas as transacções com o Estado e outras entidades similares.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 32 (alteração) – Classificação de emissões de direitos

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou em 8 de Outubro de 2008 uma alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – classificação de emissões de direitos. Esta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração estabelece a contabilização da emissão de direitos (direitos, opções ou warrants) que são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. É assim estabelecido que os direitos, opções ou warrants emitidos para a aquisição de um número fixo de instrumentos de capital do emitente por um montante fixo em qualquer moeda devem ser tratados como instrumentos de capital, desde que a entidade ofereça esses direitos, opções ou warrants pró-rata a todos os detentores de instrumentos de capital (da mesma classe) da sociedade que não tenham por base contratos de derivados.

Não se esperam quaisquer impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adopção desta alteração ao IAS 32.

IFRIC 14 (Alterado) – Pagamentos antecipados relativos a requisitos mínimos de financiamento

Esta alteração visa corrigir a consequência não intencional do IFRIC 14 – “IAS 19 - O Limite Sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção”.

Sem esta alteração não era possível a uma entidade o reconhecimento como um activo dos pagamentos voluntários relativos a contribuições mínimas para o fundo. Esta não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, vindo esta alteração corrigir esta situação.

Esta alteração entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração tem aplicação retrospectiva para o primeiro período comparativo apresentado.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital

O International Accounting Standards Board (IASB) publicou em 26 de Novembro de 2009 o IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

De acordo com esta interpretação existe uma diversidade de tratamentos no que respeita à mensuração de instrumentos de capital emitidos numa operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital. Uma operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital, refere-se a uma transacção em que o devedor e o credor renegociam os termos de um passivo financeiro, em que o devedor extingue o passivo total ou parcialmente através da emissão de instrumentos de capital entregues ao credor.

Esta interpretação clarifica (i) quando um instrumento de capital é emitido para extinguir total ou parcialmente um passivo financeiro corresponde à “retribuição paga” de acordo com o parágrafo 41 do IAS 39, (ii) como uma entidade deve mensurar inicialmente o instrumento de capital emitido para extinguir o passivo financeiro e (iii) como uma entidade deve registar as diferenças entre o valor de balanço do passivo financeiro extinto e o valor do instrumento de capital emitido.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.



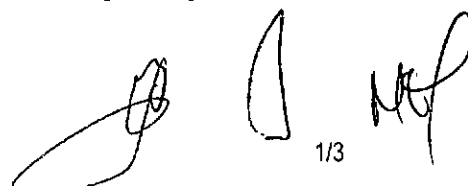
**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2010**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2010 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e



1/3

(vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

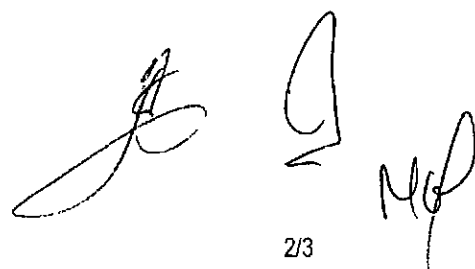
O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Fiscalização Anual elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2010, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2010, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal regista com apreço o esforço de internacionalização operado durante o exercício com um notável reflexo nos resultados apresentados, apesar da crise internacional e da especificidade dos vários mercados onde o Banco desenvolve a sua actividade e que são de elevado potencial de crescimento estrutural.

O Conselho Fiscal reconhece ainda que tais resultados são consequência da criteriosa estratégia definida pelo Conselho de Administração e concretizada com sucesso pela sua Comissão Executiva.



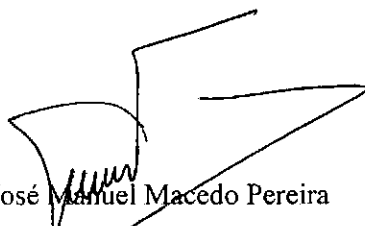
2/3

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que sejam aprovados:

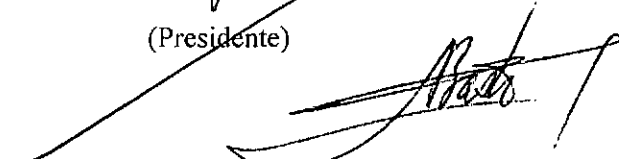
- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2010, no montante de 27.352.082,14 euros.

Lisboa, 29 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

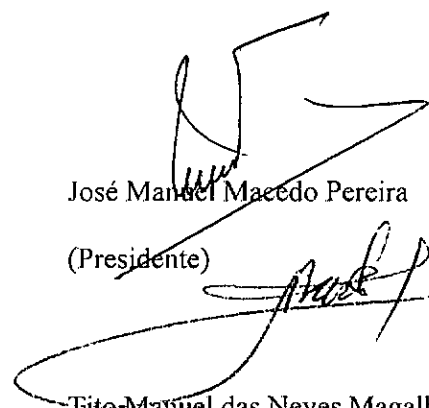
A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2010, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 29 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)

Tito-Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria

(Contas Consolidadas)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, do **“Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”**, as quais compreendem: o Balanço consolidado (que evidencia um total de 7.017.600 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao accionista de 552.920 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível ao accionista de 60.030 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e





- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **“Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Março de 2011

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Relatório Anual Sobre a Fiscalização Efectuada

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(Contas Consolidadas)

Exmo. Senhor Accionista,

1. No cumprimento das disposições legais, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós efectuada ao relatório consolidado de gestão e às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ("Banco")**.
2. A nossa revisão foi efectuada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo procedido para o efeito a uma verificação das operações de consolidação e as suas inerentes regularizações.
3. O nosso trabalho foi suportado pelas opiniões expressas pelos revisores oficiais de contas ou auditores das diferentes empresas que constituem o perímetro da consolidação.
Assim, a nossa opinião, no que se refere aos procedimentos de consolidação e aos montantes dessas empresas englobadas na consolidação está suportada no trabalho desenvolvido com aqueles revisores ou auditores, o qual se consubstanciou na realização de algumas reuniões, no envio de um questionário de auditoria e ainda, nos relatórios e pareceres por eles emitidos.

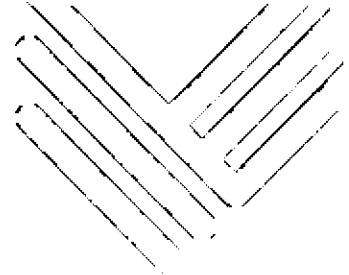
Informamos que as contas das empresas que constituem o perímetro da consolidação ainda não foram aprovadas pelos accionistas nas respectivas Assembleias Gerais Anuais.
4. O Banco, em 31 de Dezembro de 2010, detinha participações financeiras, directa e indirectamente, em:
 - 37 empresas subsidiárias (sociedades em que o Banco exerce o controlo).
 - 16 empresas associadas (sociedades nas quais exerce uma influência significativa);

O Banco, no exercício de 2010, incluiu na consolidação todas estas empresas.





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



5. O Banco seguiu dois métodos de consolidação distintos, a saber:

- a) A consolidação das empresas subsidiárias (as participações de capital nas sociedades em que o Banco exerce controlo) foi efectuada segundo o método de consolidação integral;
- b) A consolidação das empresas associadas (as participações de capital nas sociedades em que o Banco detém o poder de exercer uma influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais) foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial, isto é, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação do Banco nessas empresas.

6. Após uma análise cuidada às operações de consolidação e inerentes regularizações, constatámos que os activos líquidos consolidados ascendem a 7.017.600 milhares de euros, os capitais próprios consolidados atribuíveis ao accionista ascendem a 552.920 milhares de euros e os resultados líquidos consolidados atribuíveis ao accionista foram positivos em 60.030 milhares de euros.

7. As demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente o balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados e as correspondentes notas anexas referentes ao exercício de 2010:

- incluem as contas do BES Investimento, S.A. e ainda, as das cinquenta e três empresas subsidiárias e associadas;
- foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia; e
- representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira do Banco.

Lisboa, 28 de Março de 2011

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^a
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 7 017 600 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 552 920 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 60 030 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

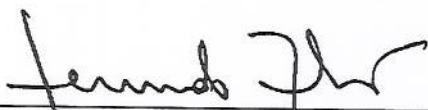
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 28 de Março de 2011



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E
NOTAS ÀS CONTAS**



1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Juros e proveitos similares	4	93 149	106 682
Juros e custos similares	4	79 974	98 425
Margem financeira		13 175	8 257
Rendimentos de instrumentos de capital		25 087	42 435
Rendimentos de serviços e comissões	5	116 347	100 222
Encargos com serviços e comissões	5	(13 158)	(7 608)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	8 103	5 515
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	3 656	860
Resultados de reavaliação cambial	8	3 695	362
Resultados de alienação de outros activos financeiros		(385)	-
Outros resultados de exploração	9	(2 338)	(1 037)
Proveitos operacionais		154 182	149 006
Custos com pessoal	10	55 690	46 953
Gastos gerais administrativos	12	33 824	26 848
Depreciações e amortizações	22 e 23	2 407	2 042
Provisões líquidas de anulações	18 e 30	13 426	7 812
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	19	20 958	20 097
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	16, 17 e 18	(104)	6 310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	(797)	3 366
Custos operacionais		125 404	113 428
Resultado antes de impostos		28 778	35 578
Impostos			
Correntes	31	(4 979)	(150)
Diferidos	31	3 553	2 960
Resultado líquido do exercício		27 352	38 388
Resultados por acção básicos (em euros)	13	0,76	1,54
Resultados por acção diluídos (em euros)	13	0,76	1,54

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração Individual do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Resultado líquido do exercício	27 352	38 388
Outro rendimento integral do exercício		
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	(5 013)	(938)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(3 563)	7 208
Impostos diferidos	584	(842)
Total do rendimento integral do exercício	(7 992)	5 428
	19 360	43 816

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	12 024	29 575
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	20 682	27 722
Activos financeiros detidos para negociação	16	977 148	891 059
Activos financeiros disponíveis para venda	17	253 455	229 759
Aplicações em instituições de crédito	18	487 533	714 101
Crédito a clientes	19	956 352	938 187
Investimentos detidos até à maturidade	20	42 029	39 003
Derivados para gestão de risco	21	2 207	901
Outros activos tangíveis	22	16 055	6 821
Activos intangíveis	23	2 966	1 862
Investimentos em subsidiárias e associadas	24	3 481	3 956
Activos por impostos correntes		3 071	9 691
Activos por impostos diferidos	31	21 911	17 832
Outros activos	25	949 728	639 875
Total de Activo		3 748 642	3 550 344
Passivo			
Recursos de bancos centrais	26	264 604	-
Passivos financeiros detidos para negociação	16	507 364	404 414
Recursos de outras instituições de crédito	27	1 653 266	1 477 926
Recursos de clientes	28	451 377	840 453
Responsabilidades representadas por títulos	29	28 690	195 348
Derivados para gestão de risco	21	260	790
Provisões	30	33 090	20 677
Passivos por impostos correntes		3 995	2 209
Passivos por impostos diferidos	31	3 298	3 355
Passivos subordinados	32	70 241	69 917
Outros passivos	33	392 046	237 110
Total de Passivo		3 408 231	3 252 199
Capital Próprio			
Capital	34	180 000	180 000
Prémios de emissão	34	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital		50 000	-
Reservas de justo valor	35	(5 361)	2 631
Outras reservas e resultados transitados	35	79 624	68 330
Resultado do exercício		27 352	38 388
Total de Capital Próprio		340 411	298 145
Total de Passivo e Capital Próprio		3 748 642	3 550 344

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Emissão de outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	70 000	8 796	-	(2 797)	72 533	15 797	164 329
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	5 428	-	-	5 428
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	38 388	38 388
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	5 428	-	38 388	43 816
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	180 000	8 796	-	2 631	68 330	38 388	298 145
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(7 992)	-	-	(7 992)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	27 352	27 352
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	-	(7 992)	-	27 352	19 360
Constituição de reservas	-	-	-	-	17 048	(17 048)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	(5 660)	(21 340)	(27 000)
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	50 000	-	(94)	-	49 906
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	180 000	8 796	50 000	(5 361)	79 624	27 352	340 411

^(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,75 euros e 0,56 euros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		93 149	112 151
Juros e custos pagos		(75 820)	(91 369)
Serviços e comissões recebidas		116 348	100 222
Serviços e comissões pagas		(13 158)	(7 608)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(89 514)	(73 801)
		31 005	39 595
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		17 546	(17 527)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		24 389	(506 182)
Aplicações em instituições de crédito		226 578	484 659
Recursos de bancos centrais		264 604	(100 000)
Recursos de instituições de crédito		175 340	586 265
Crédito a clientes		(18 165)	(218 966)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(389 076)	(284 820)
Derivados para gestão de risco		(2 539)	5 740
Outros activos e passivos operacionais		(188 316)	60 266
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		141 366	49 030
Impostos sobre os lucros pagos		4 606	(8 640)
		145 972	40 390
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	(475)
Dividendos recebidos		25 087	42 435
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(112 082)	(133 874)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		92 883	78 078
Investimentos detidos até à maturidade		(3 026)	(38 400)
Compra de imobilizações		(12 746)	(3 331)
Venda de imobilizações		57	238
		(9 827)	(55 329)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações		14 937	171 554
Reembolso de obrigações		(181 117)	(241 289)
Aumento capital		-	110 000
Emissão de outros instrumentos de capital		50 000	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(27 000)	(20 000)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(143 180)	20 265
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	(38)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(7 035)	5 288
Caixa e equivalentes no início do exercício		27 731	22 443
Caixa e equivalentes no fim do exercício		20 696	27 731
		(7 035)	5 288
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	14	14	9
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	20 682	27 722
Total		20 696	27 731

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

NOTA 1 - Actividade

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimentos, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Espanha, Varsóvia e Nova Iorque, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

NOTA 2 - Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Contudo e tal como detalhadamente descrito na Nota 40, o Banco adoptou, na preparação das demonstrações financeiras individuais referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010. As políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras e descritas nesta nota foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas pelo Banco em 2010 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 40.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou

complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de Março de 2011.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (discounted cash flows) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- **Critérios de classificação**

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de

caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (accounting mismatch); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 19 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Não foram efectuadas transferências de carteiras no ano de 2010 e 2009.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente do Grupo emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.9. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.11. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com as NCA, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.14. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o Banco decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde do BESl.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Banco, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período

de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2009 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

A cada data do balanço, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei nº1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008 cobertos pelo fundo de pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

Prémios por antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios por antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios por antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de pagamento de remuneração variável

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESI têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (strike price). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.



Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados de cobertura (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.19. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.20. Reporte por segmentos

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais é aplicado às demonstrações financeiras relativas a períodos com início a partir de 1 de Janeiro de 2009. De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.21. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.22. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

NOTA 3 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Para o efeito e consequência da forte volatilidade dos mercados, consideram-se os seguintes triggers da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (mark to market) ou modelos de avaliação (mark to model) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para

activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2010			31.12.2009		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	33 041	-	33 041	31 081	-	31 081
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4 930	4 930	-	4 440	4 440
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	8 544	-	8 544	11 374	-	11 374
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	4 695	-	4 695	5 755	-	5 755
Juros de derivados para gestão de risco	-	39 343	39 343	-	51 192	51 192
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 251	-	1 251	849	-	849
Outros juros e proveitos similares	1 345	-	1 345	1 991	-	1 991
	48 876	44 273	93 149	51 050	55 632	106 682
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	1 640	102	1 742	2 252	8 931	11 183
Juros de recursos de clientes	2 860	-	2 860	5 091	-	5 091
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	34 579	-	34 579	34 984	-	34 984
Juros de derivados para gestão de risco	-	38 940	38 940	-	45 030	45 030
Juros de passivos subordinados	1 333	-	1 333	1 845	-	1 845
Outros juros e custos similares	520	-	520	292	-	292
	40 932	39 042	79 974	44 464	53 961	98 425
	7 944	5 231	13 175	6 586	1 671	8 257

A rubrica de juros de crédito inclui 1.128 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 1 691 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

A rubrica juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.17, os juros de derivados de cobertura.

NOTA 5 – Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	72 544	63 122
Por garantias prestadas	3 433	682
Por operações realizadas por conta de terceiros	40 370	36 418
	116 347	100 222
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 744	1 932
Por operações realizadas por terceiros	11 414	3 431
Outros custos com serviços e comissões	-	2 245
	13 158	7 608
	103 189	92 614

NOTA 6 – Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 843	1 194	1 649	1 601	987	614
De outros emissores	11 860	4 280	7 580	12 642	645	11 997
Acções	56 204	59 560	(3 356)	121 229	71 923	49 306
Outros títulos de rendimento variável	10	18	(8)	82	-	82
	70 917	65 052	5 865	135 554	73 555	61 999
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	39 724	47 202	(7 478)	27 270	26 688	582
Contratos sobre taxas de juro	357 669	350 766	6 903	457 394	455 985	1 409
Contratos sobre acções/índices	274 057	269 414	4 643	864 056	935 348	(71 292)
Contratos sobre créditos	68 594	67 702	892	21 233	14 201	7 032
Outros	409	1 541	(1 132)	1 704	984	720
	740 453	736 625	3 828	1 371 657	1 433 206	(61 549)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	16	313	(297)	318	796	(478)
Responsabilidades representadas por títulos	809	1 838	(1 029)	9 302	3 565	5 737
Outros Passivos Subordinados	-	264	(264)	468	662	(194)
	825	2 415	(1 590)	10 088	5 023	5 065
	812 195	804 092	8 103	1 517 299	1 511 784	5 515

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui um efeito positivo de 158 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 310 milhares de euros de efeito negativo) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver nota 21).

NOTA 7 – Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 557	535	2 022	39	267	(228)
De outros emissores	1 228	343	885	1 095	7	1 088
Instrumentos de capital	749	-	749	-	-	-
	4 534	878	3 656	1 134	274	860



NOTA 8 – Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	23 543	19 848	3 695	11 151	10 789	362
	23 543	19 848	3 695	11 151	10 789	362

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 9 – Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2010	31.12.2009
Outros serviços clientes	660	1 049
Outros resultados de exploração	(2 998)	(2 086)
	(2 338)	(1 037)

NOTA 10 – Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	31.12.2010	31.12.2009
Vencimentos e salários	45 467	38 556
Remunerações	45 040	38 060
Prémios de antiguidade (ver Nota 11)	427	496
Custos com pensões de reforma (ver Nota 11)	1 896	2 620
Outros encargos sociais obrigatórios	5 132	4 115
Outros custos	3 195	1 662
	55 690	46 953

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do BESI são como segue:

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2010			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 213	2 627	6 840
Prémios de antiguidade	37	-	37
Remunerações variáveis	1 936	1 343	3 278
Total	6 186	3 969	10 155
2009			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 026	7 789	10 815
Prémios de antiguidade	-	30	30
Remunerações variáveis	5 588	4 591	10 179
Total	8 614	12 410	21 024

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Banco ascendia a 370 milhares de euros e 411 milhares de euros, respectivamente.

Por categoria profissional, o número de colaboradores do BESI analisa-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Funções directivas	211	187
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	134	133
Funções administrativas	29	27
Funções auxiliares	7	6
	384	356

NOTA 11 – Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a



integrar todas as responsabilidades para com pensões, benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. O fundo tem como sociedade gestora a ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

No âmbito do novo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários a serem integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

Não obstante, a integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

Desta forma, o Banco não registou ao nível das demonstrações financeiras qualquer impacto no cálculo actuarial em 31 de Dezembro de 2010 decorrente da integração dos seus trabalhadores no Regime da Segurança Social.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2010	31.12.2009
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	6,00%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77	TV 73/77 (ajustada)
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Activos	234	236
Reformados	21	21
Sobreviventes	5	4
TOTAL	260	261

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	8 045	523	8 568	7 197	468	7 665
Activos	22 779	1 481	24 260	21 541	1 400	22 941
	30 824	2 004	32 828	28 738	1 868	30 606
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro			34 956			32 520
Excesso de cobertura/(Valores) a entregar ao fundo			2 128			1 914
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro			7 528			8 479
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro			9 656			10 393

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.14 e conforme estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões. Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em outros activos (nota 25).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	28 738	1 868	30 606	27 648	1 797	29 445
Custo do serviço corrente	1 563	112	1 675	1 728	122	1 850
Custo dos juros	1 549	103	1 652	1 489	99	1 588
Contribuições dos participantes	162	-	162	147	-	147
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	-	-	-	-	-	-
- Alteração de pressupostos	-	-	-	(2 071)	(135)	(2 206)
- (Ganhos)/perdas de experiência	(611)	(79)	(690)	374	(15)	359
Pensões pagas pelo fundo	(577)	-	(577)	(577)	-	(577)
Outros	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	30 824	2 004	32 828	28 738	1 868	30 606



Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 308 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 287 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 34 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 35 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	32 520	27 648
Rendimento real do fundo	1 692	3 765
Contribuições do Banco	1 159	1 537
Contribuições dos empregados	162	147
Pensões pagas pelo fundo	(577)	(577)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	34 956	32 520

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	8 479	13 273
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- Alteração de pressupostos actuariais	-	(2 206)
- (Ganhos)/perdas de experiência	(606)	(1 899)
Amortização do exercício	(345)	(689)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	7 528	8 479
Dos quais:		
Dentro do corredor	3 475	3 311
Fora do corredor	4 053	5 168

A evolução das responsabilidades não financiadas pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades não financiadas em 1 de Janeiro	(1 914)	1 797
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(690)	(1 847)
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	84	(2 258)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	1 675	1 850
- Custo dos juros	1 652	1 588
- Rendimento esperado do fundo	(1 776)	(1 507)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	(1 159)	(1 537)
Passivos a entregar em 31 de Dezembro	(2 128)	(1 914)

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Custo do serviço corrente	1 675	1 850
Custo dos juros	1 652	1 588
Rendimento esperado do fundo	(1 776)	(1 507)
Amortização do exercício	345	689
Custos do exercício	1 896	2 620

A evolução dos activos/responsabilidades em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	10 393	11 476
Custo do exercício	(1 896)	(2 620)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	1 159	1 537
Saldo a 31 de Dezembro	9 656	10 393

Os activos do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	2010	2009
Obrigações	61,90%	55,81%
Acções	28,70%	36,06%
Investimento alternativo	4,50%	6,42%
Liquidez	4,90%	1,71%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

O evolutivo das responsabilidades e saldo do fundo bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos cinco anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(30 824)	(28 738)	(27 648)	(26 431)	(24 556)
Benefícios de saúde	(2 004)	(1 868)	(1 797)	(1 719)	(1 593)
	(32 828)	(30 606)	(29 445)	(28 150)	(26 149)
Saldo dos fundos	34 956	32 520	27 648	25 710	24 522
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	2 128	1 914	(1 797)	(2 440)	(1 627)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	(611)	374	(190)	(404)	763
Benefícios de saúde	(79)	(15)	(49)	(63)	8
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fu	84	(2 258)	7 940	770	(514)



Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio de antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 382	962
Custo do exercício (Ver Nota 10)	427	496
Prémios pagos	(52)	(76)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 757	1 382

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (ver Nota 33).

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700 000	1 159 988
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1 806	

^(a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 602 milhares de euros (597 milhares de euros – 2009). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 o seu justo valor era nulo (2009: 55, 2 mil euros).

NOTA 12 – Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Rendas e alugueres	5 362	4 990
Publicidade e publicações	1 784	1 336
Comunicações e expedição	4 941	3 751
Conservação e reparação	974	787
Deslocações e representação	6 946	4 673
Água, energia e combustíveis	520	461
Material de consumo corrente	307	205
Serviços especializados		
Informática	2 780	2 419
Mão-de-Obra eventual	319	434
Trabalho independente	2 461	1 246
Segurança e vigilância	246	382
Informações	285	196
Outros serviços especializados	4 828	4 590
Outros custos	2 071	1 378
	33 824	26 848

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com banco de dados e recrutamento de pessoal.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até um ano	1 008	830
De um a cinco anos	1 012	902
	2 020	1 732

Os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante os exercícios de 2010 e 2009 é de 78 e 72 milhares de euros respectivamente.



NOTA 13 – Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	27 352	38 388
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	36 000	25 000
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	36 000	25 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	0,76	1,54

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco não detinha acções potenciais ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 14 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	14	9
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	8 008	9 804
Outros bancos centrais no estrangeiro	4 002	19 762
	12 010	29 566
	12 024	29 575

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa que totalizavam no final do exercício 9 168 milhares de euros. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2009 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1% (31 de Dezembro de 2009: 1.28%).

NOTA 15 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	12 371	22 181
	12 371	22 181
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	8 311	5 541
	8 311	5 541
	20 682	27 722

NOTA 16 – Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	9 826	10 795
De outros emissores	348 629	380 515
Acções	65 543	52 956
Outros títulos	538	-
	424 536	444 266
Derivados	552 612	446 793
	977 148	891 059
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	9 485	-
Derivados	497 879	404 414
	507 364	404 414



A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Títulos detidos para negociação		
Até 3 meses	342 406	358 374
De 3 meses a um ano	7 264	12 611
De um a cinco anos	8 650	7 384
Mais de cinco anos	135	12 941
Duração indeterminada	66 081	52 956
	424 536	444 266

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9 413	413	9 826	2 786	8 009	10 795
De outros emissores	-	348 629	348 629	-	380 515	380 515
Acções	65 543	-	65 543	52 956	-	52 956
Outros títulos de rendimento variável	538	-	538	-	-	-
Total valor de balanço	75 494	349 042	424 536	55 742	388 524	444 266

Durante o exercício de 2010 e 2009 constituíram-se provisões para risco país como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	-	-
Dotações	5	1 094
Reversões	(6)	(1 132)
Diferenças de câmbio e outras	1	38
Saldo final	-	-

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de câmbio						
FX Swaps e Fxforward	429 015	-	1 040	382 878	1 480	-
CIRS	41 879	17 674	1 081	26 906	1 948	1 855
FX Options	938 405	5 442	6 329	234 387	1 714	1 710
	1 409 299	23 116	8 450	644 171	5 142	3 565
Contratos sobre taxas de juro						
FRAS	-	-	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	12 829 212	383 533	340 181	9 438 222	303 421	249 809
Swaptions	197 000	-	-	197 000	-	-
Interest Rate Caps & Floors	3 698 337	19 819	19 818	2 402 408	13 991	13 991
Interest Rate Options	1 183 438	-	-	-	-	-
	17 907 987	403 352	359 999	12 037 630	317 412	263 800
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	884 890	92 337	93 124	1 025 163	72 296	74 185
Equity / Index Options	331 967	16 616	17 754	1 220 158	47 629	58 726
Equity / Index Futures	47 984	-	-	621 969	-	-
	1 264 841	108 953	110 878	2 867 290	119 925	132 911
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	480 366	17 192	18 552	293 651	4 314	4 138
	480 366	17 192	18 552	293 651	4 314	4 138
Total	21 062 493	552 613	497 879	15 842 742	446 793	404 414

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	9 488	10 130	29 272	27 635
De 3 meses a um ano	37 661	38 353	42 556	53 345
De um a cinco anos	202 468	200 756	141 690	141 625
Mais de cinco anos	302 995	248 640	233 275	181 809
	552 612	497 879	446 793	404 414

NOTA 17 – Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 157		(34)	-	2 123
De outros emissores	243 458	841	(5 756)	(12 609)	225 934
Acções	3 676	93	-	(1 200)	2 569
Outros títulos	25 587	310	(332)	(2 736)	22 829
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	274 878	1 244	(6 122)	(16 545)	253 455
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	35 699	711	-	-	36 410
De outros emissores	176 724	3 382	(666)	(16 385)	163 055
Acções	10 063	307	-	(1 107)	9 263
Outros títulos	23 917	280	(430)	(2 736)	21 031
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	246 403	4 680	(1 096)	(20 228)	229 759

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	20 228	13 784
Dotações	93	6 348
Utilizações	(3 776)	-
Diferenças de câmbio e outras	-	96
Saldo a 31 de Dezembro	16 545	20 228

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 22 980 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2009: 22 980 milhares de euros), (ver Nota 36).

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Activos financeiros disponíveis para venda		
Até 3 meses	11 459	-
De 3 meses a um ano	10 132	4 323
De um a cinco anos	40 253	72 724
Mais de cinco anos	166 214	122 418
Duração indeterminada	25 397	30 294
	253 455	229 759

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2010			31.12.2009		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 123	-	2 123	4 358	32 052	36 410
De outros emissores	53 754	172 180	225 934	29 660	133 395	163 055
Acções	705	1 864	2 569	919	8 344	9 263
Outros títulos de rendimento variável	-	22 829	22 829	-	21 031	21 031
Total valor de balanço	56 582	196 873	253 455	34 937	194 822	229 759

As principais contribuições para a reserva de justo valor e para o montante de imparidade com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisadas como segue:

		(milhares de euros)			
2010		Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
Descrição	Custo (1)	Positiva	Negativa		
OT MAI 10 5.85%	2 157	-	(34)	-	2 123
BANCO COM PORT EUR3M+90 FEB2013	12 742	-	(2 231)	-	10 511
BANCO COM PORT EUR3M+130 MAR2013	4 959	-	(905)	-	4 054
MONTEPIO GERAL EUR3M+25BP MAY12	4 000	-	(155)	-	3 845
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	6 999	-	(16)	-	6 983
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 998	-	(490)	-	1 508
BANCO BPI CAY EUR3M+12.5 JAN2011	4 500	-	(24)	-	4 476
OUTROS	237 382	1 244	(2 267)	(16 545)	219 814
	274 737	1 244	(6 122)	(16 545)	253 314

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

(milhares de euros)					
2009	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
Descrição		Positiva	Negativa		
OT MAI 10 5.85%	2 196	26	-	-	2 222
REP.PORTUGUESA JUN12 5%	2 087	49	-	-	2 136
BANCO COM PORT 5.625% APR2014	4 987	401	-	-	5 388
MONTEPIO GERAL EUR3M+25BP MAY12	4 000	-	(130)	-	3 870
R.BRASIL 10% JAN2013	18 283	250	-	-	18 533
R.BRASIL 6% MAY2015	13 133	386	-	-	13 519
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	6 996	-	(49)	-	6 947
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 998	-	(443)	-	1 555
BANCO BPI CAY EUR3M+12.5 JAN2011	4 500	-	(23)	-	4 477
OUTROS	79 854	3 568	(451)	(20 228)	62 743
	138 034	4 680	(1 096)	(20 228)	121 390

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

NOTA 18 – Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2010	31.12.2009
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	-	57 001
	-	57 001
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	2	216
Empréstimos	3 787	-
Operações de compra com acordo de revenda	313 771	498 299
Outras aplicações	170 184	158 871
	487 744	657 386
	487 744	714 387
Perdas por imparidade	(211)	(286)
	487 533	714 101

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	483 957	216 088
De 3 meses a um ano	-	498 299
De 1 ano a 5 anos	3 787	-
	487 744	714 387

Os movimentos ocorridos no exercício em perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	286	976
Dotações	8	243
Reversões	(210)	(954)
Diferenças de câmbio e outras	127	21
Saldo a 31 de Dezembro	211	286

NOTA 19 – Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	23 870	19 749
Empréstimos	835 968	805 039
Descobertos	97	29
Outros créditos	75 280	84 689
A particulares		
Habitação	771	900
	935 986	910 406
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	280	-
Creditos em conta corrente	-	1 055
Empréstimos	60 486	46 206
	60 766	47 261
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	710	914
Há mais de 90 dias	1 108	7 906
	1 818	8 820
	998 570	966 487
Provisão para imparidade do crédito	(42 218)	(28 300)
	956 352	938 187



Adicionalmente, o Banco tem em 31 de Dezembro de 2010 27.359 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2009 – 19.207 milhares de euros), os quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (Ver Nota 29).

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	67 087	46 687
De 3 meses a um ano	60 742	131 963
De um a cinco anos	231 946	182 930
Mais de cinco anos	636 977	596 087
Duração indeterminada	1 818	8 820
	998 570	966 487

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	28 300	9 451
Dotações	25 773	21 692
Reversões	(4 815)	(1 595)
Diferenças de câmbio e outras	(654)	(2)
Utilizações	(6 386)	(1 246)
Saldo a 31 de Dezembro	42 218	28 300

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Taxa fixa	2 720	31 840
Taxa variável	995 850	934 647
	998 570	966 487

O Crédito a clientes repartido por tipo de garantia é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Créditos garantidos por hipoteca	68 933	22 921
Créditos garantidos por títulos cotados	97 687	99 826
Outras garantias	698 696	679 581
Créditos sem garantia	133 254	164 159
	998 570	966 487

NOTA 20 – Investimentos Detidos até à Maturidade

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	42 029	39 003
	42 029	39 003

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
De 3 meses a um ano	107	-
Mais de cinco anos	41 922	39 003
	42 029	39 003

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2010 é de 39.869 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 38.354 milhares de euros).

O Banco avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2010 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

NOTA 21 – Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Derivados para gestão de risco activos	2 207	901
Derivados para gestão de risco passivos	260	790
	1 947	111

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Derivados para gestão de risco, no valor líquido de 1.947 milhares de euros, inclui (i) 640 milhares de euros de activo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2009: 251 milhares de euros) e 226 milhares de euros de passivo líquido (31 de Dezembro 2009: 140 milhares de euros) e 1 567 milhares de euros de activo líquido (31 de Dezembro de 2009: 650 milhares de euros) e 33 milhares de euros de passivo (31 de Dezembro 2009: 140 milhares de euros) relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar

a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	18 493	315	421	829	(157)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	11 644	98	(164)	(1 230)	(312)
			30 137	413	257	(401)	(469)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2009							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	30 234	(105)	1 149	330	(886)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	17 460	356	306	(335)	(68)
			47 694	251	1 455	(5)	(954)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados operacionais.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2010								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	19 780	1 556	1 503	(1 585)	(1 545)	5 216	4 977
Recursos de outras instituições de crédito	IRS e CDS	19 380	(22)	77	131	15	27 628	27 760
		39 160	1 534	1 580	(1 454)	(1 530)	32 844	32 737

(milhares de euros)

31.12.2009								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	5 118	53	(5 079)	(40)	5 562	5 017	5 070
Recursos de outras instituições de crédito	IRS e CDS	38 304	(193)	524	143	(199)	33 270	32 804
		43 422	(140)	(4 555)	103	5 363	38 287	37 874

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, ascende em 31 de Dezembro de 2010 a 158 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 131 milhares de euros) de proveitos acumulados e 28 milhares de euros de proveitos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2009: 310 milhares de euros de proveitos gerados no exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2010				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses		21 161		(33)
De 3 meses a um ano	8 305	17 999	(53)	
De um a cinco anos	9 850	-	423	1 567
Mais de cinco anos	11 982	-	43	
	30 137	39 160	413	1 534

(milhares de euros)

31.12.2009				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	6 142	-	(14)	-
De 3 meses a um ano	1 500	-	64	-
De um a cinco anos	14 281	43 422	308	(140)
Mais de cinco anos	25 771	-	(107)	-
	47 694	43 422	251	(140)



NOTA 22 – Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Imóveis		
De serviço próprio	643	643
Beneficiações em edifícios arrendados	7 436	4 165
	8 079	4 808
Equipamento		
Equipamento informático	4 400	3 824
Mobiliário e material	2 627	2 427
Máquinas e ferramentas	1 019	1 021
Instalações interiores	2 139	2 167
Material de transporte	51	54
Equipamento de segurança	325	325
Outros	78	65
	10 639	9 883
	18 718	14 691
Imobilizado em curso		
Imóveis	-	-
Equipamento	6 978	357
	6 978	357
	25 696	15 048
Depreciação acumulada	(9 641)	(8 227)
Saldo em 31 de Dezembro	16 055	6 821

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3 264	8 155	1 292	12 711
Adições	185	586	1 804	2 575
Abates / vendas	-	(238)	-	(238)
Transferências	1 359	1 380	(2 739)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	4 808	9 883	357	15 048
Adições	3 177	744	6 954	10 875
Abates / vendas	-	(227)	-	(227)
Transferências	94	239	(333)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	8 079	10 639	6 978	25 696
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1 675	5 470	-	7 145
Depreciações do exercício	369	951	-	1 320
Abates / vendas	-	(238)	-	(238)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 044	6 183	-	8 227
Depreciações do exercício	570	1 051	-	1 621
Abates / vendas	-	(207)	-	(207)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	2 614	7 027	-	9 641
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	5 465	3 612	6 978	16 055
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	2 764	3 700	357	6 821

NOTA 23 – Activos Intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	9 573	9 048
Outras	916	897
	10 489	9 945
Imobilizado em curso	1 976	629
	12 465	10 574
Amortização acumulada	(9 499)	(8 712)
Saldo em 31 de Dezembro	2 966	1 862

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	8 749	607	462	9 818
Adições:				
Adquiridas a terceiros	85	115	556	756
Transferências	214	175	(389)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	9 048	897	629	10 574
Adições:				
Adquiridas a terceiros	419		1 453	1 872
Transferências	106	19	(106)	19
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	9 573	916	1 976	12 465
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	8 088	624	-	8 712
Amortizações do exercício	658	129	-	787
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	8 746	753	-	9 499
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	827	163	1 976	2 966
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	960	273	629	1 862

NOTA 24 – Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)									
31.12.2010					31.12.2009				
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euros)	Custo da participação		Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euros)	Custo da participação
KUTHAYA	-	0,00%	0,00	0,00		2	100,00%	2 500,00	5,00
BRB INTERNACIONAL	133 000	19,00%	5,00	8 103,00		133 000	19,00%	5,00	8 103,00
PRO SPORT	1 900	19,00%	6,02	189,05		1 900	19,00%	6,02	189,05
APOLO FILMS	16 508	19,00%	6,01	581,91		16 508	19,00%	6,01	581,91
COMINVEST	375 000	25,00%	5,00	2 089,02		375 000	25,00%	5,00	2 089,02
COPORGEST	10 000	5,00%	5,00	50,00		10 000	5,00%	5,00	50,00
ESSI COMUNICAÇÕES SGPS,S.A.	10 000	100,00%	5,00	50,00		10 000	100,00%	5,00	50,00
ESSI INVESTIMENTOS, SGPS,S.A.	210 000	100,00%	5,00	1 050,00		210 000	100,00%	5,00	1 050,00
ESPIRITO SANTO INVESTMENT PLC	164 994	100,00%	5,00	824,97		164 994	100,00%	5,00	824,97
				12 938					12 943
Perdas por imparidade				(9 457)					(8 987)
				3 481					3 956

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	8 987	8 987
Dotações	470	-
Saldo a 31 de Dezembro	9 457	8 987

NOTA 25 – Outros Activos

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	297 507	258 096
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	16 286	36 980
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	279 138	211 340
Sector público administrativo	90	26
Outros devedores diversos	20 152	36 821
	613 173	543 263
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(5 401)	(11 966)
	607 772	531 297
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	275	155
Outros activos	4 459	3 241
	4 734	3 396
Despesas com custo diferido	1 903	1 859
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	73 101	1 893
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	201 781	77 025
Outras operações a regularizar	50 781	14 012
	325 663	92 930
Pensões de reforma (ver Nota 11)	9 656	10 393
	949 728	639 875

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar reflecte as operações realizadas com títulos na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	11 966	8 630
Dotações	6 720	5 511
Utilizações	(5 939)	-
Reversões	(7 517)	(2 145)
Diferenças de câmbio e outras	171	(30)
Saldo a 31 de Dezembro	5 401	11 966



NOTA 26 – Recursos de Bancos Centrais

Esta rubrica inclui uma operação de Mercado Monetário interbancário com o Banco de Portugal com o montante de 264 500 milhares de euros e um juro corrido até a data de 104 milhares de euros

NOTA 27 – Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
No país		
Mercado monetário interbancário	573 646	577 200
Depósitos	454 514	378 723
Empréstimos medio e longo prazo	35 287	-
Operações com acordo de recompra	30 389	-
Outros recursos	412 586	365 045
	1 506 422	1 320 968
No estrangeiro		
Depósitos	34	33
Operações de venda com acordo de recompra	310	192
Outros recursos	146 500	156 733
	146 844	156 958
	1 653 266	1 477 926

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	1 131 676	769 712
De 3 meses a um ano	30 699	329 491
De um a cinco anos	490 891	378 723
	1 653 266	1 477 926

NOTA 28 – Recursos de Clientes

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	20 988	17 929
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	89 501	298 464
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	308 021	491 677
Outros Depósitos	32 696	32 372
Outros	171	11
	340 888	524 060
	451 377	840 453

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Exigível à vista	21 159	17 940
Exigível a prazo		
Até 3 meses	359 281	790 141
De 3 meses a um ano	5 202	-
De um a cinco anos	65 735	32 372
	430 218	822 513
	451 377	840 453

NOTA 29 – Responsabilidades Representadas por Títulos

A rubrica responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações de caixa	9 346	19 776
Outras Obrigações	16 286	172 523
Certificados de Depósito	3 058	3 049
	28 690	195 348

Durante o exercício de 2010, o Banco procedeu à emissão de 14 937 milhares de euros de títulos (171 554 milhares de euros durante 2009) e reembolsou 181 117 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 241 289 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Até 3 meses	1 724	26 188
De 3 meses a um ano	3 182	152 285
De um a cinco anos	23 784	13 175
Mais de cinco anos	-	3 700
	28 690	195 348

As características essenciais destes recursos, em 31 de Dezembro de 2010, são como segue:

(milhares de euros)							
31-12-2010							
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor emitido	Valor de Balanço	Maturidade	Taxa de Juro
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	30-11-2005	6 674	3 183	30-11-2011	a)
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	29-03-2006	4 913	568	29-03-2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	31-03-2006	3 458	3 870	01-04-2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	a) EUR	31-01-2006	4 285	1 724	31-01-2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	EUR	25-08-2006	3 013	3 058	26-08-2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a) EUR	27-07-2010	3 500	3 638	05-09-2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a) EUR	27-07-2010	12 500	12 649	05-09-2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
Total				38 343	28 690		

a) Indexado a câmbio e taxa de juro

NOTA 30 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisões para riscos gerais de crédito	Provisões para outros riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	12 113	1 343	13 456
Dotações	7 053	3 170	10 223
Reversões	-	(1 700)	(1 700)
Utilizações	-	(1 343)	(1 343)
Diferenças de câmbio e outras	41	-	41
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	19 207	1 470	20 677
Dotações	14 960	5 695	20 655
Reversões	(7 229)	-	(7 229)
Utilizações	-	(1 470)	(1 470)
Diferenças de câmbio e outras	421	36	457
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	27 359	5 731	33 090

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

NOTA 31 – Impostos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios de 2010 e de 2009 foi apurado pelo BESI com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais).

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado pelo Banco com base numa taxa nominal de IRC, derrama municipal e derrama estadual de 28%, em consequência da aprovação da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação do Banco, relativas aos exercícios de 2010 e anteriores, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 85.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	28%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	44%

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Instrumentos financeiros derivados	-	3 227	-	-	-	3 227
Activos financeiros detidos para venda	528	-	(24)	(81)	504	(81)
Crédito a clientes	18 160	10 886	-	-	18 160	10 886
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 113)	(1 113)	(1 113)	(1 113)
Provisões	1 519	390	-	-	1 519	390
Outros	-	-	(2 161)	(2 161)	(2 161)	(2 161)
Prejuízos fiscais reportáveis	1 704	3 329	-	-	1 704	3 329
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	21 911	17 832	(3 298)	(3 355)	18 613	14 477



O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos são apresentadas como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	14 477	12 422
Reconhecido em resultados	3 553	2 960
Reconhecido em reservas de justo valor	584	(842)
Variação cambial e outros	(1)	(63)
Saldo a 31 de Dezembro	18 613	14 477

O movimento do imposto diferido de balanço em 2010 e 2009 explica-se como segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	3 227	-	3 227	-
Activos financeiros disponíveis para venda		(584)	-	37
Crédito a clientes	(7 275)	-	(6 975)	-
Provisões	(1 130)	-	(34)	-
Outros	-	-	(573)	-
Prejuízos fiscais	1 625	-	1 395	805
	(3 553)	(584)	(2 960)	842
Impostos Correntes	4 979	-	150	-
Total do imposto reconhecido	1 426	(584)	(2 810)	842

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	31.12.2010		31.12.2009	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		28 778		35 578
Taxa de imposto do BESI	28,0		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESI		8 058		9 428
Imposto sobre lucros das sucursais	11,1	3 202	2,8	995
Dividendos excluídos de tributação	(24,4)	(7 024)	(31,6)	(11 244)
Tributação autónoma	1,9	547	1,1	402
Alterações de estimativas	0,0		(5,1)	(1 826)
Proveitos não tributáveis	(1,4)	(415)		
Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízos fiscais do exercício	(8,0)	(2 312)	(1,8)	(633)
Benefícios fiscais	(0,2)	(52)	(0,2)	(55)
Custos não dedutíveis	0,5	152	0,4	141
Outros	(2,5)	(730)	(0,1)	(18)
	5,0	1 426	(7,9)	(2 810)

NOTA 32 – Passivos Subordinados

A rubrica Passivos subordinados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações de caixa	70 241	69 917
	70 241	69 917

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)						
31.12.2009						
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	10 087	5.5000%	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	5.3260%	2010 (a)
Sub-total				70 087		
Juro Corrido				154		
				70 241		

(a) data da call

(milhares de euros)						
31.12.2009						
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 780	5,5000%	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	5,3260%	2010 (a)
Sub-total				69 780		
Juro Corrido				137		
				69 917		

(a) data da call

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não houve reembolsos de passivos subordinados.

NOTA 33 – Outros Passivos

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	5 567	7 206
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	81 200	104 238
Credores por fornecimento de bens	3 055	2 943
Outros credores	9 529	31 884
	99 351	146 271
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	1 757	1 382
Outros custos a pagar	9 006	6 211
	10 763	7 593
Receitas com proveito diferido	939	846
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	190 500	69 052
Operações cambiais a liquidar	70 674	1 455
Outras operações a regularizar	19 819	11 893
	280 993	82 400
	392 046	237 110

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra em bolsa do Banco que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 34 – Capital, Prémios de Emissão e Outros Instrumentos de Capital

Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu a emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2010 os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

Outros instrumentos de capital

O Banco emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros.

Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Este juro condicionado correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do BESI, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal.

Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

NOTA 35 – Reservas de Justo Valor, Outras Reservas e Resultados Transitados

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1 317	(285)	1 032	26 662	34 014	60 676
Alterações de justo valor	(4 003)	174	(3 829)	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	3 237	8 620	11 857
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(2 686)	(111)	(2 797)	29 899	42 634	72 533
Alterações de justo valor	6 270	(842)	5 428	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	(5 783)	(5 783)
Constituição de reservas	-	-	-	1 580	-	1 580
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3 584	(953)	2 631	31 479	36 851	68 330
Alterações de justo valor	(8 576)	584	(7 992)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	3 839	(5 658)	(1 819)
Constituição de reservas	-	-	-	-	13 208	13 208
Outros movimentos	-	-	-	-	(95)	(95)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(4 992)	(369)	(5 361)	35 318	44 306	79 624



A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	276 312	246 403
Imparidade acumulada reconhecida	(16 545)	(20 228)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	259 767	226 175
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	255 144	229 759
Ganhos/(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(4,623)	3,584
Impostos	(369)	(953)
Saldo em 31 de Dezembro	(4 992)	2 631

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, no exercício de 2010 pode ser assim analisada:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo em 1 de Janeiro	2 631	(2 797)
Varição de justo valor	(8 553)	7 093
Alienações do exercício	1 299	(823)
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	(369)	(842)
Saldo em 31 de Dezembro	(4 992)	2 631

NOTA 36 – Passivos Contingentes e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	1 548 404	1 388 617
Activos financeiros dados em garantia	329 422	22 980
	1 877 826	1 411 597
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	216 101	134 731
	216 101	134 731

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 22 980 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 22.980 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 266 625 milhares de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 136 291 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 1 533 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 35 229 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	5 012 634	5 448 475
Credito Securitizado sob gestão	252 624	786 937
Outras responsabilidades por prestação de serviços	5 373 478	2 225 967
	10 638 736	8 461 379

NOTA 37 – Transacções com Partes Relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resumem-se como segue:

	31.12.2010						31.12.2009					
	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias												
ESIP	121 651	478 553	43 476	-	195 076	87 700	156 484	300 269	61 189	-	167 410	88 480
ESSI INV.SGPS	-	-	32	-	-	-	-	-	6	-	-	-
ES CAPITAL	-	-	7 807	135	1 729	180	-	-	587	135	380	2 149
ESSI SGPS	-	-	730	-	716	417	-	-	752	-	10	-
ESSI COMUNICAÇÕES	-	-	84	-	-	-	-	-	102	-	3	-
COMINVEST	-	-	5 459	18	13	-	-	-	5 523	69	40	-
KUTAYA	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
BES INVESTIMENTO BRASIL, SA	-	-	-	3 888	-	-	-	-	-	3 434	-	-
INFRASTRUCTURE	-	-	694	-	1 321	-	-	-	748	-	14	-
ESSI FIN	-	-	3	-	-	-	-	-	2	-	-	-
	121 651	478 553	58 285	4 041	198 855	88 297	156 484	300 269	68 911	3 638	167 857	90 629

NOTA 38 – Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o BESI, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2010						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 024	-	-	-	12 024	12 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 682	-	-	-	20 682	20 682
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	75 494	901 654	-	977 148	977 148
Activos financeiros disponíveis para venda	-	56 582	174 337	22 536	253 455	253 455
Aplicações em instituições de crédito	487 533	-	-	-	487 533	487 533
Crédito a clientes	956 352	-	-	-	956 352	956 352
Investimentos detidos até à maturidade	42 029	-	-	-	42 029	39 869
Derivados para gestão de risco	-	-	2 207	-	2 207	2 207
Activos financeiros	1 518 620	132 076	1 078 198	22 536	2 751 430	2 749 270
Passivos financeiros detidos para negociação	-	9,485	497 879	-	507 364	507 364
Recursos de outras instituições de crédito	1 653 266	-	-	-	1 653 266	1 653 266
Recursos de clientes e outros empréstimos	451 377	-	-	-	451 377	451 377
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	28 690	-	28 690	28 690
Derivados para gestão de risco	-	-	260	-	260	260
Passivos subordinados	60 036	-	10 205	-	70 241	44 040
Passivos financeiros	2 164 679	9 485	537 034	-	2 711 198	2 684 997
31 de Dezembro de 2009						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	29 575	-	-	-	29 575	29 575
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27 722	-	-	-	27 722	27 722
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	55 742	835 539	-	891 281	891 281
Activos financeiros disponíveis para venda	-	34 937	167 578	27 244	229 759	229 759
Aplicações em instituições de crédito	714 101	-	-	-	714 101	714 101
Crédito a clientes	938 187	-	-	-	938 187	938 187
Investimentos detidos até à maturidade	39 003	-	-	-	39 003	38 354
Derivados para gestão de risco	-	-	680	-	680	680
Activos financeiros	1 748 588	90 679	1 003 797	27 244	2 870 308	2 869 659
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	404 414	-	404 414	404 414
Recursos de outras instituições de crédito	1 477 926	-	-	-	1 477 926	1 477 926
Recursos de clientes e outros empréstimos	840 453	-	-	-	840 453	840 453
Responsabilidades representadas por títulos	174 164	-	21 184	-	195 348	193 646
Derivados para gestão de risco	-	-	790	-	790	790
Passivos subordinados	60 019	-	9 898	-	69 917	67 612
Passivos financeiros	2 552 562	-	436 286	-	2 988 848	2 984 841

Os activos e passivos ao justo valor do BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de

caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2010 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2010, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo a 1 de Janeiro	27 244	24 225
Aquisições	2 123	6 832
Variação de valor	(443)	(3 813)
Alienações	(6 388)	
Saldo a 31 de Dezembro	22 536	27 244

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

	31.12.2010			31.12.2009		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,45	0,30	0,58	0,25	0,08	0,37
1 mês	0,78	0,26	0,68	0,40	0,42	0,58
3 meses	1,01	0,30	0,82	0,50	0,47	0,66
6 meses	1,23	0,46	1,26	0,93	0,68	0,93
9 meses	1,37	0,62	1,42	1,09	0,90	1,03
1 ano	1,33	0,46	0,89	1,32	0,65	1,00
3 anos	1,95	1,30	1,95	2,27	2,01	2,66
5 anos	2,48	2,20	2,62	2,81	2,93	3,39
7 anos	2,89	2,84	3,10	3,21	3,47	3,77
10 anos	3,31	3,40	3,54	3,60	3,92	4,09
15 anos	3,64	3,86	3,88	3,97	4,31	4,37
20 anos	3,70	4,00	3,95	4,07	4,43	4,36
25 anos	3,67	4,08	3,95	4,02	4,46	4,29
30 anos	3,50	4,12	3,92	3,95	4,48	4,22



Spreads de Crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)						
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2010						
CDX USD Main	15	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	14	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	14	-	-	177,71	-	182,17
Ano 2009						
CDX USD Main	13	61,06	81,07	84,29	92,00	106,75
iTraxx Eur Main	12	-	45,61	73,52	82,85	92,43
iTraxx Eur Senior Financial	12	-	-	72,97	-	86,24

Volatilidades de Taxas de Juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2010			31.12.2009		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	42,00	104,76	56,9	54,70	95,83	68,30
3 anos	42,80	67,49	52,00	40,50	57,99	48,40
5 anos	36,20	47,52	39,60	32,00	42,78	36,20
7 anos	31,30	37,90	32,00	26,40	36,00	29,50
10 anos	26,80	31,35	25,50	21,70	30,52	24,00
15 anos	23,19	27,04	20,50	18,29	26,16	19,50

Câmbios e Volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2010	31.12.2009	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3362	1,4406	13,53	14,38	14,55	14,58	14,60
EUR/GBP	0,8608	0,8881	9,45	10,15	10,78	11,02	11,25
EUR/CHF	1,2504	1,4836	9,75	9,20	8,85	11,70	8,58
EUR/NOK	7,8000	8,3000	7,45	8,00	8,25	8,32	8,40
EUR/PLN	3,9750	4,1045	10,15	11,25	11,75	12,10	12,30
EUR/RUB	40,8200	43,1540	10,00	10,75	10,50	10,75	11,30
USD/BRL ^{a)}	1,6597	1,7432	9,95	12,25	13,45	14,41	15,35
USD/TRY ^{b)}	1,5487	1,4957	11,45	12,40	13,00	13,25	13,61

^{a)} Computed EUR/USD e EUR/BRL

^{b)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre Cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica		
	31.12.2010	31.12.2009	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita
DJ Euro Stoxx 50	2 793	2 965	- 5,8	18,42	17,32	22,99
PSI 20	7 588	8 464	- 10,3	18,08	14,12	-
IBEX 35	9 859	11 940	- 17,4	26,28	21,10	-
FTSE 100	5 900	5 413	9,0	15,37	13,98	16,55
DAX	6 914	5 957	16,1	15,60	14,18	18,64
S&P 500	1 258	1 115	12,8	10,84	13,46	15,17
BOVESPA	69 305	68 588	1,0	19,07	18,12	24,54

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.



Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Investimentos Detidos até à Maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de outras Instituições de Crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de Clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos Representados por Títulos e Passivos Subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 39 – Gestão dos Riscos de Actividade

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do BESI.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A direcção de risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;

Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;

Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o BESI no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos Credit Default Swaps (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de

protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Banco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do BESI, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BESI ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	520 225	771 389
Activos financeiros detidos para negociação	911 605	838 103
Activos financeiros disponíveis para venda	174 067	199 465
Crédito a clientes	956 352	938 187
Investimentos detidos até à maturidade	42 029	39 003
Derivados para gestão de risco	2 207	901
Outros activos	655 929	395 380
Garantias e avales prestados	1 548 404	1 388 617
Compromissos irrevogáveis	216 101	134 731
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	16 626	41 703
	5 043 545	4 705 776



Concentração de Riscos

A repartição do Crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2010					
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda
	Valor Bruto	Imparidade		Valor Bruto	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo			
Agricultura, Sivilcultura e Pesca	-	1 108	-	(1 108)	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	810	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	178	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	-	-	-	-	110	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	3 531	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	139	-
Produtos Químicos e de Borracha	33 321	-	(3 300)	-	-	-
Electricidade, Gás e Água	140 682	-	-	-	10 210	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despol	-	-	-	-	-	705
Construção e Obras Públicas	62 922	-	-	-	8 624	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	-	-	183	-
Alojamento, restauração e similares	7 633	-	-	-	-	-
Transportes e armazenagem	165 933	-	-	-	14 950	-
Actividades de edição	30 981	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas , de video de produção	6 008	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas , de video de produção	12 520	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicações	12 931	-	-	-	10 119	-
Actividades de intermediação monetária	-	391	-	-	35 451	40 288
Actividades de aluguer	19 173	-	-	-	-	-
Actividades das sociedades gestoras de prticipações	151 360	-	(17 500)	-	7 313	-
Actividades Financeiras	34 440	-	-	-	809 561	60 121
Actividades Imobiliárias	57 197	-	(18 600)	-	-	(16 470)
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	71 742	6	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4 281	-	-	-	26 686	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	9 826	2 123
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	16 415	-	(1 700)	-	1 300	-
Serviços Prestados às Empresas	-	-	-	-	807	-
Outras actividades de serviços	168 443	313	-	(10)	-	-
Crédito à Habitação	770	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	37 350	166 763
TOTAL	996 752	1 818	(41 100)	(1 118)	977 148	270 000
						(16 545)

(milhares de euros)

	31.12.2009						
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda	
	Valor bruto	Imparidade			Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	1 108	-	(1 108)	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	16	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	1 957	-	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	285	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	29 564	8	-	-	355	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	20 004	-	-	-	1	-	-
Indústrias transformadoras -Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	-	-	-	160	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	795	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	135 830	-	-	-	3 524	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	-	919	-
Construção	74 748	-	-	-	9 431	-	-
Actividades imobiliárias	1 969	-	-	-	2 040	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	9 608	-	-	-	1 477	-	-
Transportes e armazenagem	68 583	6 387	-	(6 387)	-	-	-
Alojamento, restauração e similares	7 591	-	-	-	-	-	-
Actividades e edição	29 746	-	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas tv	6 006	-	-	-	-	-	-
Actividades de informação e de comunicação - comunicação	13 068	-	-	-	1 027	-	-
Actividades de intermediação monetária	19 201	-	-	-	733 781	24 340	-
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	127 020	403	(5 000)	-	12 765	-	-
Outras actividades financeiras e de seguros	61 330	-	-	-	71 000	67 278	(16 377)
Actividades imobiliárias	52 443	-	(15 050)	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	58 035	75	-	-	1 740	-	-
Actividades de aluguer	19 682	-	-	-	-	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	31 225	36 410	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	15 148	-	-	-	367	-	-
Outras actividades de serviços	207 191	839	-	(755)	19 335	121 040	(3 851)
Crédito à Habitação	900	-	-	-	-	-	-
TOTAL	957 667	8 820	(20 050)	(8 250)	891 281	249 987	(20 228)

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)

	31.12.2010				31.12.2009			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	0,66	1,74	1,32	1,65	2,20	1,54	3,91	0,27
Risco taxa de juro	3,50	4,17	5,97	2,62	5,62	3,47	6,12	0,81
Acções	3,65	4,12	9,85	1,99	5,62	2,76	3,91	2,03
Covariância	-2,27	-2,85	-2,63	-2,31	-4,52	-2,18	-3,68	-0,75
Total	5,54	7,18	14,51	3,95	8,92	5,59	10,26	2,36

O BESI encerrou o ano com um VaR de 5,54 milhões de Euros para as suas posições de negociação, registando um decréscimo de 38% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International

Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2010						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	509	21	488	-	-	-	-
Crédito a clientes	999	60	484	405	10	40	-
Títulos	294	27	176	40	-	23	28
Fora de balanço	-	-	41	65	51	46	39
Total		120	1 189	510	61	109	67
Recursos de bancos centrais	265	-	265	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	1 653	1	1 570	80	-	2	-
Recursos de clientes	143	23	110	-	5	5	-
Repo's com clientes	308	-	308	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	98	-	62	-	13	21	2
Acções Preferenciais	50	-	-	-	-	-	50
Fora de Balanço	-	-	53	74	33	45	37
Total		24	2 368	154	51	73	89
GAP (Activos - Passivos)		96	(1 179)	356	10	36	(22)

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

(milhões de euros)

	31.12.2009						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	30	30	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	742	29	712	1	-	-	-
Crédito a clientes	964	9	518	408	0	10	19
Títulos	269	28	137	42	-	48	14
Fora de balanço	-	-	61	74	29	67	77
Total		95	1 428	525	29	124	110
Recursos de outras ICs	1 473	0	1 141	249	80	2	-
Recursos de clientes	348	17	326	-	-	5	-
Repo's com clientes	492	-	492	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	265	-	86	54	100	23	2
Fora de Balanço	-	-	73	85	29	47	72
Total		17	2 118	388	209	77	75
GAP (Activos - Passivos)		78	(690)	136	(180)	47	35

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

(milhões de euros)

	31.12.2010		31.12.2009	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	(6,3)	6,3	2,0	(2,0)
Média do exercício	(3,9)	3,9	1,3	(1,3)
Máximo para o exercício	(1,2)	6,3	2,7	0,2
Mínimo para o exercício	(6,3)	1,2	(0,2)	(2,7)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do BESl, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2010			31.12.2009		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	804 019	49 233	6,12%	855 575	64 558	7,55%
Crédito a clientes	957 035	33 040	3,45%	797 639	31 081	3,90%
Aplicações em títulos	731 138	10 876	1,49%	671 212	11 043	1,65%
Activos financeiros	2 492 192	93 149	3,74%	2 324 426	106 682	4,59%
Recursos monetários	2 100 938	34 579	1,65%	1 388 246	34 984	2,52%
Recursos de clientes	473 328	3 075	0,65%	851 995	5 091	0,60%
Outros recursos	157 233	42 320	26,92%	234 617	58 350	24,87%
Passivos financeiros	2 731 499	79 974	2,93%	2 474 858	98 425	3,98%
Resultado Financeiro		13 175	0,81%		8 257	0,61%

Em especial no que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2010			31.12.2009		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(81 377)	82 668	1 291	(86 641)	74 942	(11 699)
GBP	LIBRA ESTERLINA	42 525	2 033	44 558	1 458	(4 509)	(3 051)
BRL	REAL BRASILEIRO	593	-	593	33 512	-	33 512
JPY	YEN	(63)	11 308	11 245	27	(85)	(58)
CHF	FRANCO SUICO	567	-	567	(601)	-	(601)
PLN	ZLOTI POLACO	(6 332)	5	(6 327)	(2 013)	(227)	(2 240)
	OUTRAS	8 653	(5 297)	3 356	(490)	-	(490)
		(35 434)	90 717	55 283	(54 748)	70 121	15 373

Nota: activo / (passivo)



Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Indicadores de liquidez individual

	(milhares euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Mismatch acumulado ¹	-657 887	-439 673
Buffer de activos líquidos ²	225 850	158 376
Liquidez Global	-432 037	-281 297

(1) O mismatch acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no BESI são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do BESI em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do BESI.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Banco concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos

internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Banco apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

Fundos Próprios de Base (Tier I): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

Fundos Próprios Complementares: Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

Deduções: Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o Tier I e determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar 50% do Tier I.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis para efeitos de TIER I, em 2010 e 2009 apresentam-se no quadro seguinte (valores em milhares de euros):

Principais movimentos ocorridos nos FPB em 2010 e 2009	(milhares euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo do Início do exercício	272 332	154 180
Capital realizado	-	110 000
Outros instrumentos equiparáveis a capital	50 000	-
Varição de Reservas e Resultados Transitados	16 949	(1 136)
Varição de Desvios Actuariais a Deduzir a FPB	(187)	4 103
Diferença Reavaliação ADV	98	(164)
Activos intangíveis	(1 104)	5 384
Deduções	35	(35)
Saldo no Fim do exercício	338 123	272 332

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do BESI para 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

Sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESI para 31 de Dezembro de 2010 e 2009	(milhares euros)	
	31.12.2010	31.12.2009
Total Activos	3 748 642	3 550 344
Activos Ponderados	2 702 188	2 486 877
% Ponderação	72,08%	70,08%
Requisitos de Fundos Próprios	216 175	199 040
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	155 800	148 756
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	45 308	38 122
Requisitos de Fundos Próprios Risco de Liquidação (Aviso 8/2007)	-	16
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	15 067	12 146
Fundos Próprios Elegíveis	404 506	349 847
Fundos Próprios de Base (CORE TIER I)	289 072	273 316
Fundos Próprios de Base	338 123	272 332
Fundos Próprios Complementares	66 912	78 090
Deduções	(529)	(575)
Excesso	188 331	150 241
Rácio de Solvabilidade	15,0%	14,1%
Rácio TIER I	12,5%	10,9%
Rácio CORE TIER I	10,7%	11,0%

NOTA 40 – Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas e Adoptadas pelo Banco

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2010, o Banco adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010:

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciaram após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação.

Esta alteração clarifica as divulgações requeridas pela norma relativas a activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados para venda ou operações descontinuadas.

A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 tendo por isso a mesma sido de aplicação obrigatória para o Banco a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Banco em 2010 são como segue:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas Ainda não Adoptadas Pelo Banco

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito referente a passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente em capitais próprios. As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em capitais próprios não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 24 (revista) – Divulgações de partes relacionadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Novembro de 2009 o IAS 24 (revisto) - Divulgações de partes relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada (total ou parcial) permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

A norma revista clarifica e simplifica a definição de parte relacionada e remove a obrigatoriedade de entidades relacionadas com o Estado de divulgar detalhadamente todas as transacções com o Estado e outras entidades similares.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 32 (alteração) – Classificação de emissões de direitos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou em 8 de Outubro de 2008 uma alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – classificação de emissões de direitos. Esta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Fevereiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração estabelece a contabilização da emissão de direitos (direitos, opções ou *warrants*) que são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. É assim estabelecido que os direitos, opções ou *warrants* emitidos para a aquisição de um número fixo de instrumentos de capital do emitente por um montante fixo em qualquer moeda devem ser tratados como instrumentos de capital, desde que a entidade ofereça esses direitos, opções ou *warrants* *pró-rata* a todos os detentores de instrumentos de capital (da mesma classe) da sociedade que não tenham por base contratos de derivados.

Não se esperam quaisquer impactos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adopção desta alteração ao IAS 32.

IFRIC 14 (Alterado) – Pagamentos antecipados relativos a requisitos mínimos de financiamento

Esta alteração visa corrigir a consequência não intencional do IFRIC 14 – “IAS 19 - O Limite Sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interacção”.

Sem esta alteração não era possível a uma entidade o reconhecimento como um activo dos pagamentos voluntários relativos a contribuições mínimas para o fundo. Esta não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, vindo esta alteração corrigir esta situação.

Esta alteração entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração tem aplicação retrospectiva para o primeiro período comparativo apresentado.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou em 26 de Novembro de 2009 o IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de emissão de instrumentos de capital. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

De acordo com esta interpretação existe uma diversidade de tratamentos no que respeita à mensuração de instrumentos de capital emitidos numa operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital. Uma operação de troca de um instrumento de dívida por um instrumento de capital, refere-se a uma transacção em que o devedor e o credor renegociam os termos de um passivo financeiro, em que o devedor extingue o passivo total ou parcialmente através da emissão de instrumentos de capital entregues ao credor.

Esta interpretação clarifica (i) quando um instrumento de capital é emitido para extinguir total ou parcialmente um passivo financeiro corresponde à “retribuição paga” de acordo com o parágrafo 41 do IAS 39, (ii) como uma entidade deve mensurar inicialmente o instrumento de capital emitido para extinguir o passivo financeiro e (iii) como uma entidade deve registar as diferenças entre o valor de balanço do passivo financeiro extinto e o valor do instrumento de capital emitido.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

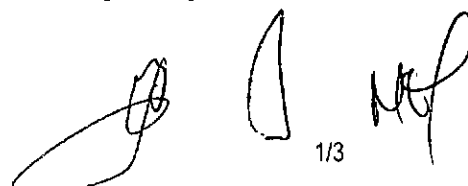
**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2010**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2010 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e



1/3

(vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

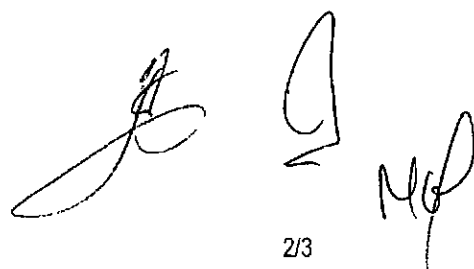
O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Fiscalização Anual elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2010, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2010, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal regista com apreço o esforço de internacionalização operado durante o exercício com um notável reflexo nos resultados apresentados, apesar da crise internacional e da especificidade dos vários mercados onde o Banco desenvolve a sua actividade e que são de elevado potencial de crescimento estrutural.

O Conselho Fiscal reconhece ainda que tais resultados são consequência da criteriosa estratégia definida pelo Conselho de Administração e concretizada com sucesso pela sua Comissão Executiva.



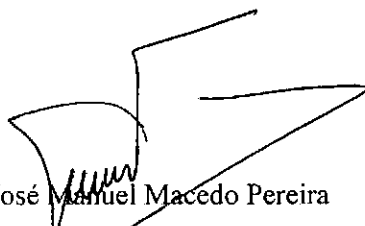
2/3

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que sejam aprovados:

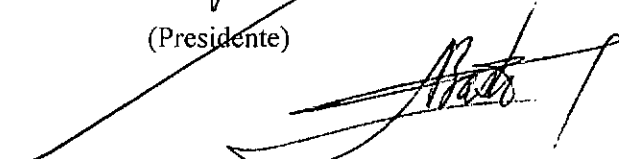
- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2010, no montante de 27.352.082,14 euros.

Lisboa, 29 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

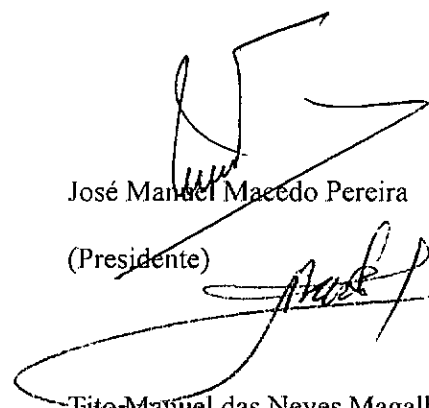
A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2010, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 29 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)

Tito-Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria

(Contas Individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, do **"Banco Espírito Santo de Investimento, S.A."**, as quais compreendem: o Balanço (que evidencia um total de 3.748.642 milhares de euros e um total de capital próprio de 340.411 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 27.352 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e





- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

[Handwritten signature]



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **“Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Março de 2011

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Relatório Anual Sobre a Fiscalização Efectuada

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(Contas Individuais)

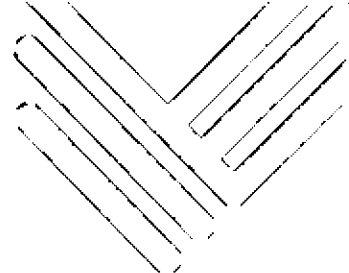
Exmo. Senhor Accionista,

1. No cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decurso do exercício de 2010 sobre o relatório e as demonstrações financeiras relativas aquele exercício, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo Conselho de Administração do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ("Banco")**.
2. No ano anterior efectuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos, igualmente, o respectivo relatório e certificação legal das contas.
3. Acompanhámos a gestão do Banco nas suas deliberações mais relevantes e reunimos com o Conselho de Administração, que nos manteve informados sobre as diferentes políticas financeiras e operacionais seguidas para o desenvolvimento da instituição.
4. As contas e o resultado da gestão foram seguidas e apreciadas no decurso da nossa actividade e, para se obter um conhecimento adequado do trabalho desenvolvido no Banco, importa referir que:
 - 4.1 -A análise às contas foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária para o efeito.
 - 4.2 -Verificámos os livros e os registos contabilísticos, assim como os documentos que lhes servem de suporte e constatámos a aplicação correcta da Lei e dos Estatutos.
 - 4.3 -Efectuámos exames necessários ao controlo dos valores patrimoniais, através de procedimentos de revisão de contas geralmente aceites como adequados.





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



4.4 - Os critérios valorimétricos adoptados nas operações patrimoniais vêm sendo aplicados de um modo consistente e uniforme em exercícios sucessivos e encontram-se devidamente explicitados na nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas estão de acordo com as normas de contabilidade ajustadas (NCA) tal como definidas pelo Banco de Portugal, a que o Banco se encontra sujeito.

5. O relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos, complementa as contas e contém referências aos negócios sociais, esclarecendo adequadamente a gestão do exercício.
6. Em consequência do exame efectuado emitimos, nesta data, a respectiva certificação legal das contas sem qualificações.

Lisboa, 28 de Março de 2011

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 3 748 642 milhares de euros e um total de capital próprio de 340 411 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 27 352 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

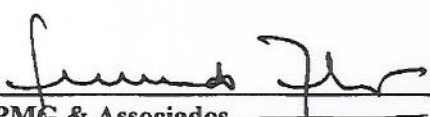
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de Março de 2011



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



ANEXOS

Anexo I – PARTICIPAÇÕES ACCIONISTAS E OBRIGACIONISTAS DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(anexo a que se refere o número 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2009	Movimentos em 2010				Nº títulos à data de 31/12/2010
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Acções BES	1.261.840	01-03-2010	58.727		3,67	1.384.333
			03-03-2010	30.000		3,68	
			26-04-2010	1.000		3,55	
			23-12-2010	50.000		2,97	
			29-12-2010 ⁽¹⁾		17.234	10,00	
	Acções Fiduprivate	20		0	0		20
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	Acções BES	30.634	29-12-2010 ⁽¹⁾		8.845	10,00	21.789
Francisco Ravara Cary	Acções BES	35.914	09-02-2010	2.000		3,92	0
			03-03-2010	3.000		3,67	
			08-03-2010	25.000		4,00	
			08-03-2010	10.000		4,02	
			04-05-2010		19.493	3,50	
			04-05-2010	30.000		3,49	
			04-05-2010		30.000	3,45	
			27-07-2010		15.507	3,60	
			21-09-2010		30.000	3,37	
			29-12-2010 ⁽¹⁾		10.914	10,00	
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	Acções BES	19.922	29-12-2010 ⁽¹⁾		19.922	10,00	0
	Obrigações BES 5,625%	2		0	0		2
	Obrigações BES Finance 3% 2044	0	07-10-2010	401		701,56	401
Miguel António Igrejas Horta e Costa	-	0		0	0		0
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	Acções BES	15.529	29-12-2010 ⁽¹⁾		9.645	10,00	5.884
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	Acções BES	66.466	01-02-2010	4.000		4,26	50.000
			04-05-2010	5.000		3,59	
			29-12-2010 ⁽¹⁾		25.466	10,00	
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Acções BES	42.889	04-03-2010	10.000		3,76	40.251
			29-12-2010 ⁽¹⁾		12.638	10,00	
	Obrigações BES Due 3,875% 2015		12-11-2010	5		1.000,00	
	Obrigações BES Due 5,625% 2014		30-11-2010	5		1.000,00	
António Espírito Santo Silva Salgado	-	0		0	0		0
Bernard Marcel Fernand Basecqz	-	0		0	0		0
Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia ⁽²⁾	Acções BES	495.000	07-02-2010	10.000		3,71	496.000
			12-02-2010	10.000		3,85	
			05-03-2010		5.000	3,95	
			05-03-2010		5.000	3,96	
			05-03-2010		5.000	3,99	
			11-03-2010		5.000	4,10	
			12-03-2010	10.000		4,09	
			25-03-2010	10.000		3,90	
			29-03-2010		980	4,05	
			30-03-2010		4.020	4,09	
			31-03-2010		5.000	3,95	
			31-03-2010		5.000	3,94	
			07-04-2010	5.000		4,01	
			08-04-2010	5.000		3,93	
			16-04-2010		5.000	4,03	
			20-04-2010	5.000		3,93	
			20-04-2010	4.081		3,89	
			21-04-2010	919		3,82	
			27-04-2010	5.000		3,37	
			30-04-2010		5.000	3,55	
			08-07-2010		5.000	3,62	
			28-07-2010		5.000	3,78	
			28-07-2010		5.000	3,78	
			04-10-2010		1.000	3,40	
			04-10-2010		1.000	3,41	
			04-10-2010		1.000	3,43	
			07-10-2010		2.000	3,50	
			12-10-2010	1.000		3,41	

(1) Movimento relacionado com o Sistema de Incentivo Baseado em Acções

(2) Directamente e através de Sociedades onde exerce funções de gestão

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2009	Movimentos em 2010				Nº títulos à data de 31/12/2010
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Christian Georges Jacques Minzolini	Acções BES	10.914	29-12-2010 ⁽¹⁾		10.914	10,00	0
Diogo Luis Ramos de Abreu	Acções BES	38.141	15-12-2010		30.501	3,00	
			29-12-2010 ⁽¹⁾		7.640	10,00	0
	Obrigações BESI Brasil 5,625% 2015	0	19-03-2010	200		730,80	
	Obrigações BES PL 3,875% 2015	0	07-09-2010		200	805,80	0
			23-04-2010	1		927,00	1
Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva	Acções BES	116.100		0	0		116.100
	Obrigações BES Finance Ltd. 2035	125		0	0		125
Félix Aguirre Cabanyes	-	0		0	0		0
João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha	-	0		0	0		0
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Acções BES	359.645	02-04-2010	10.000		3,92	
	Acções Fiduprivate	20	29-12-2010 ⁽¹⁾	0	12.637	10,00	357.008
					0		20
Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz	Acções BES	7.640	29-12-2010 ⁽¹⁾		7.640	10,00	0
Moses Dodo	-	0		0	0		0
Paulo José Lameiras Martins	Acções BES	17.826	29-12-2010 ⁽¹⁾		17.826	10,00	0
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	Acções BES	15.865	29-12-2010 ⁽¹⁾		7.640	10,00	8.225
	Obrigações BES 3,875% 2015	0	09-09-2010	2		939,30	2
	Obrigações BES 5,625% 2014	0	30-11-2010	1		850,00	1
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	Acções BES	4.306	29-12-2010 ⁽¹⁾	0	3.615	10,00	691
	Obrigações BES Finance Ltd 6,25% 2011	53		0	0		53
	Obrigações ES Financière 4,5% 2011	50		0	0		50
	Obrigações Sub. ESI Plc. 1,179% 2015	0	07-05-2010	100		693,00	100
	Obrigações BES 5,625% 2014	0	18-06-2010	50		986,92	50
	Obrigações BES 3,875% 2015	0	21-06-2010	50		920,73	50
Nigel Keith Purse	-	0		0	0		0
Phillipe Gilles Fernand Guiral	-	0		0	0		0
José Manuel Macedo Pereira	-	0		0	0		0
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	-	0		0	0		0
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	0		0	0		0
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados - SROC	-	0		0	0		0
Nuno Espírito Santo Leite de Faria	Acções BES	238		0	0		238

(1) Movimento relacionado com o Sistema de Incentivo Baseado em Acções

Anexo II - PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS

Anexo a que se refere o número 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas	% do Capital
Banco Espírito Santo, S.A.	100%

No ano de 2010 não foram efectuadas quaisquer transacções sobre acções representativas do capital social do Banco.

Anexo III - ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB de 3 de Dezembro e Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de Agosto)

O período de forte turbulência financeira nos mercados mundiais verificou-se sobretudo no ano de 2008, tendo os impactos no Banco Espírito Santo de Investimento sido divulgados no Relatório e Contas relativo a esse exercício.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividade e Resultados”, faz-se uma descrição do modelo de negócio do Banco Espírito Santo de Investimento. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) é também apresentada na Nota Explicativa 4¹.

2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Banco Espírito Santo de Investimento estão divulgados no ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividade e Resultados”.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividade e Resultados”, e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto número 4 do Relatório de Gestão, denominado “Gestão Integrada dos Riscos”, dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Banco Espírito Santo de Investimento. Também na Nota Explicativa 41 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado obter a percepção sobre os riscos incorridos pelo Banco Espírito Santo de Investimento e os mecanismos de gestão para a sua monitorização, gestão e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10 e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Durante os anos de 2009 e 2010 considera-se não terem ocorrido factos de turbulência com impactos materialmente relevantes na actividade e resultados do exercício.

12. Decomposição dos write-downs entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação e dos activos e passivos ao justo valor através de resultados e dos activos financeiros disponíveis para venda encontram-se desagregados

¹ Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

por instrumento financeiro nas Notas Explicativas 7 e 8. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas Explicativas 18 e 40.

13. Turbulência financeira na cotação das acções

Não aplicável no universo do Banco Espírito Santo de Investimento.

14. Risco de perda máxima

No ponto número 4 do Relatório de Gestão, denominado “Gestão Integrada dos Riscos”, e na Nota Explicativa 41 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 40 faz-se a divulgação sobre o impacto nos resultados decorrente da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

17. Mitigantes do risco de crédito

18. Informação sobre as exposições do Grupo

Durante o ano de 2009 não se considera que tenham ocorrido factos de turbulência com impactos materialmente relevantes na actividade e resultados do exercício. No exercício de 2010, a turbulência decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro. A exposição do Banco Espírito Santo de Investimento para com estes países (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) totalizava, em 31 de Dezembro de 2010 9.844.904 de euros (Portugal: 2.179.935 de euros; Grécia: 0 euros; Espanha: 2.800.428 de euros; Irlanda: 4.864.541 de euros).

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Na Nota Explicativa 41 consta informação diversa em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos exercícios de 2009 e 2010. A informação aí divulgada considera-se suficiente, tendo por base o detalhe e quantificação apresentados.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável no universo Banco Espírito Santo de Investimento.

21. Exposição a seguradoras monoline e qualidade dos activos segurados

O Banco Espírito Santo de Investimento não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota Explicativa 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável no universo Banco Espírito Santo de Investimento.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas Explicativas 2 e 40 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO**26. Descrição das políticas e princípios de divulgação**

O Banco Espírito Santo de Investimento, na divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles ditados pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

De entre o conjunto de informação disponibilizada ao seu Accionista, Clientes, Colaboradores, Entidades de Supervisão e ao público em geral, destacamos o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas.

As demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação ao mercado com uma periodicidade semestral, são preparadas tendo por base os IFRS que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

Sempre que necessário o Banco Espírito Santo de Investimento procede pontualmente à emissão de comunicados de factos relevantes.

Anexo IV - ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

(n.º 4 do Artigo 245º A do Código dos Valores Mobiliários)

- **Participações qualificadas no capital social da sociedade**

O capital social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ("Banco") é integralmente detido pelo Banco Espírito Santo, S.A.

- **Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos**

O capital social do Banco é integralmente representado por acções ordinárias.

- **Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial**

Podem participar nas Assembleias-gerais do Banco os Accionistas, ou conjuntos de accionistas, que sejam titulares de um mínimo de cem acções, até aos cinco dias anteriores à data da Assembleia-geral em causa, a cada um dos quais corresponderá um voto.

- **Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

Os membros dos órgãos de administração são eleitos em Assembleia-geral de Accionistas.

Não existem regras específicas para a substituição de Administradores, que se deverá processar nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não se encontram consagradas regras específicas para alterações aos Estatutos do Banco, que deverão ser feitas nos termos gerais previstos no Código das sociedades.

- **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital**

O Conselho de Administração não possui actualmente quaisquer poderes quanto à deliberação de aumentos de capital social, tendo a previsão estatutária relativa a esta matéria cessado a sua vigência em resultado do último aumento de capital deliberado pelo Accionista Único.

- **Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

- **Sistema de Controlo Interno**

O Banco mantém e opera um sistema de controlo interno, cuja gestão está confiada ao Departamento de *Compliance*.

Neste contexto, o Departamento de *Compliance* tem por missão manter, em conjunto com os responsáveis pelos processos relevantes, a documentação relativa ao Sistema de Controlo Interno do Banco, cabendo-lhe garantir uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno de todo o Grupo liderado pelo Banco, contribuindo assim para o reforço da fiabilidade da informação financeira, da salvaguarda dos activos e da adequada prevenção de riscos inerentes.

Compete ainda ao Departamento de *Compliance* preparar e assegurar o reporte interno e externo às diversas entidades regulamentares, nacionais e internacionais, assegurando assim uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno.

- Sistema de controlo dos riscos

No Grupo liderado pelo Banco a função do risco está organizada de forma a abranger os riscos de crédito, de mercados, de liquidez, de taxa de juro, de taxa de câmbio, operacional e de *Compliance*.

A definição do perfil de risco é efectuada ao nível do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. sendo responsabilidade da Comissão Executiva do Banco assegurar o seu cumprimento e controle, garantindo que para tal o Banco detêm as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos traçados.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção de riscos, na actividade do Banco, são o Comité de Risco, o Departamento de Risco Global, a Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito, o Departamento de *Compliance* e o Departamento de Auditoria e Inspeção (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 04 - Gestão Integrada dos Riscos do Relatório Consolidado de Gestão).

A nível operacional as equipas de análise e controle de risco do Banco trabalham de uma forma integrada e em consonância com o Departamento de Risco Global (DRG) do BES que centraliza a função de Risco do Grupo Banco Espírito Santo S.A., quer ao nível da actividade doméstica, quer ao nível da actividade internacional, abrangendo os diversos tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, taxa de juro, de balanço e operacional.

Dentro desse relacionamento a função de Gestão de Risco ao nível da Banca de Investimento assenta nos seguintes princípios básicos:

- Avaliação contínua e permanente do risco;
- Estabelecimento de limites de tolerância tendo em conta a Solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes das áreas de negócio;
- Utilização de diversas metodologias, nomeadamente *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, VaR e análises de sensibilidade e de posições;
- Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus portfólios (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).

O controlo e supervisão de risco é efectuada pela Comissão Executiva do Banco, que delega no Comité de Políticas de Risco e no Conselho de Crédito e Riscos (CCR) e a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento as políticas de gestão de balanço e de liquidez.

Anexo V - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, indicam-se de seguida as remunerações pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., ou sociedades por si dominadas, a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2010:

Conselho de Administração:

Membros Executivos do Conselho de Administração	BESI e Sucursais			Subsidiárias			Total (unid: euros)		
	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	329 977,06	683 983,00	1 013 960,06	0,00	0,00	0,00	329 977,06	683 983,00	1 013 960,06
Francisco Ravara Cary	299 983,13	176 565,00	476 548,13	0,00	109 575,00	109 575,00	299 983,13	286 140,00	586 123,13
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	279 974,58	245 089,00	525 063,58	0,00	0,00	0,00	279 974,58	245 089,00	525 063,58
Miguel António Igrejas Horta e Costa	279 991,04	88 529,00	368 520,04	0,00	0,00	0,00	279 991,04	88 529,00	368 520,04
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	279 909,44	245 795,00	525 704,44	0,00	0,00	0,00	279 909,44	245 795,00	525 704,44
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	0,00	0,00	0,00	331 300,17	409 663,18	740 963,34 a)	331 300,17	409 663,18	740 963,34
Christian Georges Jacques Minzolini	259 967,54	148 001,00	407 968,54	0,00	0,00	0,00	259 967,54	148 001,00	407 968,54
Diogo Luis Ramos de Abreu	260 099,32	87 347,00	347 446,32	0,00	47 092,00	47 092,00	260 099,32	134 439,00	394 538,32
Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz	260 000,18	254 179,00	514 179,18	0,00	0,00	0,00	260 000,18	254 179,00	514 179,18
Paulo José Lameiras Martins	259 990,92	254 447,00	514 437,92	0,00	0,00	0,00	259 990,92	254 447,00	514 437,92
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	296 893,28	115 174,00	412 067,28 b)	0,00	73 050,00	73 050,00	296 893,28	188 224,00	485 117,28
Félix Aguirre Cabanyes	280 780,17	325 517,00	606 297,17	0,00	0,00	0,00	280 780,17	325 517,00	606 297,17
Moses Dodo	565 904,43	0,00	565 904,43 c)	0,00	0,00	0,00	565 904,43	0,00	565 904,43
Nigel Keith Purse	336 383,29	348 906,22	685 289,51 d)	0,00	0,00	0,00	336 383,29	348 906,22	685 289,51
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	259 990,98	142 740,00	402 730,98	0,00	0,00	0,00	259 990,98	142 740,00	402 730,98
Total Agregado	4 249 845,37	3 116 272,22	7 366 117,59	331 300,17	639 380,18	970 680,34	4 581 145,53	3 755 652,40	8 336 797,93

a) pagamento de R\$ 1,727.502 convertido ao câmbio médio de 2010 (€ 2,3314)

b) inclui prémio de antiguidade de 25 anos no valor de € 36.809,74

c) pagamento de USD 750,000 convertido ao câmbio médio de 2010 (€ 1,325716)

d) pagamento de GBP 587.871 convertido ao câmbio médio de 2010 (€ 0,85784)

Os Administradores Não Executivos:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado;
 Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires;
 António Espírito Santo Silva Salgado;
 Bernard Marcel Fernand Basecqz;
 Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia;
 Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva;
 João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha;
 José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva; e
 Philippe Gilles Fernand Guiral,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2010.

Conselho Fiscal:

Membros do Conselho Fiscal	BESI e Sucursais	
	Remuneração Total	(unid: euros)
José Manuel Macedo Pereira	14,100.00	
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	11,100.00	
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	9,000.00	

O membro suplente do Conselho Fiscal, Nuno Espírito Santo Leite de Faria não auferiu quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2010.

Revisor Oficial de Contas:

Revisor Oficial de Contas	BESI e Sucursais	
	Remuneração Total	(unid: euros)
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, SROC	78,000.00	

Anexo VI - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

**DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE
ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

(Assembleia Geral Anual de 31 de Março 2011)

A Lei 28/2009, de 19 de Junho veio impor às entidades de interesse público, nas quais se incluem as instituições de crédito, que submetam, anualmente, à aprovação da assembleia-geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

A assembleia-geral anual de 2010 aprovou a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que lhe foi apresentada pela Comissão de Fixação de Vencimentos do Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

Na avaliação anual efectuada à estrutura de remunerações do Banco Espírito Santo de Investimento, SA, a Comissão de Fixação de Vencimentos concluiu pela actualidade da política de remunerações aprovada no ano de 2010, face às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Face ao exposto, a Comissão de Vencimentos do Banco Espírito Santo de Investimento, SA vem propor à Assembleia Geral que aprove a “Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização” que ora se anexa.

Lisboa, 18 de Março de 2011

A Comissão de Fixação de Vencimentos do Banco Espírito Santo de Investimento, SA

*(assinatura ilegível)**(assinatura ilegível)*

(Dr. José Manuel Galvão Teles)

(Dr. Jorge Abreu)*(assinatura ilegível)*

(Dr. Jacques dos Santos)

Assembleia Geral de 31 de Março de 2011

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

I. PRINCIPAIS ASPECTOS DA REGULAMENTAÇÃO

No final de ano de 2009, início de 2010, foram publicadas novas regras e recomendações em matéria de remunerações de órgãos sociais: foi publicada a Lei 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovado um novo Código de Governo de Sociedades, um novo Regulamento da CMVM 1/2010, foi publicado o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 e ainda divulgada a Carta-Circular nº 2/2010/DSB.

De acordo com a Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, as entidades de interesse público, nas quais se incluem as instituições de crédito, têm de submeter, anualmente, à aprovação da assembleia-geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e de divulgar nos documentos de prestação de contas a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização assim aprovada.

Por sua vez o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, aplicável às instituições de crédito, estabelece que informação deve ser divulgada na declaração sobre a remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, e a Carta-Circular nº 2/2010/DSB estabelece algumas recomendações sobre o conteúdo da política de remunerações a submeter anualmente à Assembleia-geral, numa lógica de *comply or explain*.

A regulamentação propõe ou impõe:

- a) A divulgação individualizada das remunerações dos membros dos órgãos sociais;
- b) A criação de mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos sociais com os interesses de longo prazo da sociedade, baseando-se em avaliação de desempenho e desincentivando a assunção excessiva de riscos;
- c) A criação de limites máximos para a parte fixa e variável da remuneração, que devem ser equilibradas entre si, devendo a componente fixa ser suficientemente elevada a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- d) O diferimento no tempo do pagamento de parte da remuneração variável;
- e) O pagamento de parte substancial da remuneração variável em instrumentos financeiros.

Assembleia Geral de 31 de Março de 2011

II. A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO BESI**1. PROCESSO DE APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO****a) APROVAÇÃO**

A política de remuneração dos órgãos sociais do BESI foi aprovada pela Comissão de Fixação de Vencimentos no dia 5 de Abril de 2010.

b) MANDATO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Nos termos do artigo 18º do contrato de sociedade, compete à Comissão de Fixação de Vencimentos estabelecer a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

A Comissão de Fixação de Vencimentos é actualmente composta por 3 membros, eleitos pela Assembleia-geral de 5 de Abril de 2010 para o mandato em curso de 2009-2012.

c) COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS

Actual composição:

Presidente: Dr. José Manuel Galvão Teles

Dr. Jorge de Abreu

Dr. Jacques dos Santos

d) CONSULTORES EXTERNOS

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização aprovada pela assembleia geral anual realizada a 5 de Abril de 2010, seguiu as orientações estabelecidas pelo BES e enquadradas pelos estudos de consultores externos - Mercer Ltd.

2) REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal auferem uma remuneração mensal fixa paga doze vezes ao ano.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada todos os anos pela Comissão de Fixação de Vencimentos, tendo sido fixada para o ano de 2011, uma remuneração mensal de €1.000,00 para o Presidente do Conselho Fiscal e de €750,00 para os vogais do Conselho Fiscal.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

3) REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3.1) MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem remuneração pelo exercício das suas funções.

Os membros que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades dominadas pelo BESI, ou que exerçam funções específicas nessas sociedades por indicação do Conselho de Administração, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo BESI, de acordo com o relevo das funções desempenhadas, mas respeitando no conjunto das remunerações auferidas, a política de remuneração aqui enunciada.

3.2) MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

a) CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A remuneração fixa é determinada pela categoria de cada um dos membros (presidente, vice-presidente e vogal) e pela antiguidade no cargo.

No caso dos administradores executivos responsáveis pelas sucursais e/ou subsidiárias no exterior, a remuneração fixa atenderá ainda aos valores praticados nos mercados locais para idênticas funções em instituições financeiras semelhantes.

b) COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A remuneração dos administradores executivos comporta uma parte fixa e uma parte variável. A remuneração dos administradores executivos é fixada todos os anos pela Comissão de Fixação de Vencimentos, até ao final de Abril, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

c) LIMITES DA REMUNERAÇÃO

A parte fixa da remuneração dos administradores executivos será fixada pela Comissão de Vencimentos e representará em média pelo menos 40% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável total da remuneração dos administradores executivos para 2011 não poderá aumentar mais do que os resultados líquidos consolidados do BESI, nesse exercício.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

d) EQUILÍBRIO NA REMUNERAÇÃO

A parte fixa da remuneração representará aproximadamente, e pelo menos 40% do total da remuneração, sendo o restante, até ao limite máximo médio de 60%, atribuído como parte variável. O montante efectivo da parte variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

e) CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DA COMPONENTE VARIÁVEL E MOMENTOS DO SEU PAGAMENTO

A componente variável é dividida em duas sub-componentes:

- (i) uma associada ao desempenho de curto prazo (remuneração variável anual), e outra
- (ii) associada ao desempenho de médio prazo.

e) 1. DESEMPENHO DE CURTO PRAZO (A REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL)

A Remuneração Variável Anual («RVA») é referente ao Desempenho de Curto Prazo e terá um peso de até 50% na Remuneração Total Anual.

A RVA será calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função do cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração:

- (i) Resultado Líquido do Exercício;
- (ii) Retorno Total ao Accionista (dividendos pagos acrescido da variação dos Capitais Próprios gerados na actividade do banco), e
- (iii) Return-on-Equity (rácio entre o resultado líquido e capitais próprios).

O Valor da RVA será proporcional ao Grau de Cumprimento do Orçamento destas três métricas.

A RVA é dividida em duas partes iguais:

- (i) entre uma parcela simples («RVASimples»), que é paga em numerário após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, e
- (ii) uma parcela diferida por um período de até 3 anos (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»).

A RVADiferida será também dividida em duas partes iguais:

- (i) uma parte (até 25% da remuneração total anual) a pagar em numerário, capitalizados anualmente segundo a taxa aplicável aos bilhetes do tesouro;
- (ii) e outra (até 25% da remuneração total anual) em espécie, em acções do BES ou instrumentos financeiros do/sobre o BESI, ou em numerário desde que capitalizado anualmente de acordo com o rácio *return on equity* consolidado do banco, que será paga aos membros da Comissão Executiva nos 3 anos subsequentes à sua determinação, em prestações iguais anuais.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

e) 2. DESEMPENHO DE MÉDIO PRAZO (A REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE MÉDIO PRAZO)

A Remuneração Variável de Médio Prazo «RVMP» é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de até 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A RVMP será determinada pela Comissão de Fixação de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de acções («Stock Options») do BES ou de instrumentos financeiros indexados ao desempenho do BESI, que serão passíveis de ser exercidos apenas 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo durante os 3 anos até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BESI e será calculada em função do retorno global proporcionado aos accionistas ao longo de três anos, retorno que resultará dos dividendos pagos acrescido da valorização do valor contabilístico por acção do BESI, corrigido dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou espécie subscritos pelos accionistas.

No caso de opções sobre acções BES, o preço de exercício será superior em 10% à cotação no início do referido período. No caso de instrumentos financeiros indexados ao desempenho do BESI o preço de exercício será superior em 10% ao valor contabilístico por acção no início do referido período, incluindo para esse efeito os dividendos pagos pelo BESI durante esse período.

f) REGULAMENTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E/OU OPÇÕES E/OU OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A regulamentação da atribuição de acções e opções de aquisição de acções e/ou outros instrumentos financeiros aos membros da Comissão Executiva deve ser objecto de um Regulamento próprio, a submeter à aprovação da Assembleia-geral.

g) MECANISMOS DE LIMITAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A Remuneração Variável Anual Diferida («RVAD») encontra-se sujeita a duas limitações gerais:

- (i) por um lado, o seu pagamento é diferido ao longo de um período de 3 anos;
- (ii) por outro, deixará de ser devida, ainda que se encontrem prestações em dívida, em caso de degradação estrutural do desempenho do BESI.

Cabe à Comissão de Fixação de Vencimentos verificar e determinar a existência de uma degradação estrutural que consistirá, nomeadamente, na redução da rentabilidade dos capitais próprios "Return-on-Equity " para níveis inferiores a 5%.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação do BES e/ou do valor contabilístico das acções do BESI.

Esta remuneração não terá valor a não ser que o valor de referência tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.

h) CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação dos administradores executivos assenta assim em três indicadores:

Resultado Líquido do Exercício, indicador que traduz o contributo anual de resultado gerado para os accionistas;

"Return-on-Equity" (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas;

Retorno Total ao Accionista indicador que reflecte a variação da situação líquida do banco acrescida dos dividendos distribuídos e deduzida dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou espécie subscritos pelos accionistas.

i) CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A MANUTENÇÃO PELOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS DAS ACÇÕES/INSTRUMENTOS FINANCEIROS QUE LHES TENHAM SIDO ATRIBUÍDAS

Aos membros da Comissão Executiva são atribuídas *stock options* e ou outros instrumentos financeiros sobre o BES e ou BESI que apenas podem ser exercidas após o decurso de um prazo de 3 anos.

Não existe qualquer regra acerca de retenção ou manutenção das adquiridas pelos membros da Comissão Executiva, que podem ser livremente transaccionadas, depois da sua entrega ou depois do exercício das opções.

j) CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS RELATIVOS ÀS ACÇÕES ATRIBUÍDAS

Não deve ser permitida a realização de quaisquer contratos relativamente às acções atribuídas aos membros da comissão executiva, nomeadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco.

A Comissão de Fixação de Vencimentos solicita ao Conselho de Administração que incorpore esta regra no seu Regulamento Interno.

k) OS PRINCIPAIS PARÂMETROS E FUNDAMENTOS DE QUALQUER SISTEMA DE PRÉMIOS ANUAIS E DE QUAISQUER OUTROS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Assembleia Geral de 31 de Março de 2011

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

I) REMUNERAÇÃO PAGA SOB A FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS E OS MOTIVOS POR QUE TAIS PRÉMIOS E OU PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS FORAM CONCEDIDOS

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

m) INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relativamente à cessação das suas funções.

n) LIMITAÇÕES CONTRATUAIS PREVISTAS PARA A COMPENSAÇÃO A PAGAR POR DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA DO ADMINISTRADOR E SUA RELAÇÃO COM A COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva em caso de destituição sem justa causa.

o) PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA ANTECIPADA, COM INDICAÇÃO SE FORAM SUJEITAS A APRECIACÃO PELA ASSEMBLEIA-GERAL

Os Administradores residentes em Portugal e/ou os administradores abrangidos pelo Acordo Colectivo de Trabalho do sector Bancário (ACT), no caso de doença ou invalidez, ou quando tenham atingido 65 anos de idade, têm direito a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez nos seguintes termos:

i) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade, ou trinta e cinco anos de actividade profissional, ou em caso de invalidez conforme previsto na cláusula 137º do ACT.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

ii) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário profissional do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde, grosso modo, a cem por cento da última remuneração fixa total anual ilíquida auferida pelo administrador em causa.

A última alteração ao acordo celebrado entre o BESI e a ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, na qualidade de sociedade gestora do fundo de pensões aberto “Espírito Santo Fundo de Pensões GES”, sobre o regime de pensões dos colaboradores do BESI (trabalhadores e administradores) abrangidos pelo ACT será objecto de aprovação na Assembleia-geral de 5 de Abril.

p) ESTIMATIVA DO VALOR DOS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS RELEVANTES CONSIDERADOS COMO REMUNERAÇÃO NÃO ABRANGIDOS NAS SITUAÇÕES ANTERIORES

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

q) REGRAS APLICÁVEIS A TODOS OS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

a) PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO POR ACORDO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADORES

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Comissão de Fixação de Vencimentos.

b) MONTANTES PAGOS EM 2010 AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL, INCLUINDO OS MONTANTES PAGOS A QUALQUER TÍTULO POR OUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO

Vide quadro Anexo

Lisboa 18 de Março de 2011.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, indicam-se de seguida as remunerações pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., ou sociedades por si dominadas, a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2010:

Conselho de Administração:

Membros Executivos do Conselho de Administração	BESI e Sucursais			Subsidiárias			Total (unid: euros)		
	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	329 977,06	683 983,00	1 013 960,06	0,00	0,00	0,00	329 977,06	683 983,00	1 013 960,06
Francisco Ravara Cary	299 983,13	176 565,00	476 548,13	0,00	109 575,00	109 575,00	299 983,13	286 140,00	586 123,13
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	279 974,58	245 089,00	525 063,58	0,00	0,00	0,00	279 974,58	245 089,00	525 063,58
Miguel António Igrejas Horta e Costa	279 991,04	88 529,00	368 520,04	0,00	0,00	0,00	279 991,04	88 529,00	368 520,04
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	279 909,44	245 795,00	525 704,44	0,00	0,00	0,00	279 909,44	245 795,00	525 704,44
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	0,00	0,00	0,00	331 300,17	409 663,18	740 963,34 a)	331 300,17	409 663,18	740 963,34
Christian Georges Jacques Minzolini	259 967,54	148 001,00	407 968,54	0,00	0,00	0,00	259 967,54	148 001,00	407 968,54
Diogo Luis Ramos de Abreu	260 099,32	87 347,00	347 446,32	0,00	47 092,00	47 092,00	260 099,32	134 439,00	394 538,32
Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz	260 000,18	254 179,00	514 179,18	0,00	0,00	0,00	260 000,18	254 179,00	514 179,18
Paulo José Lameiras Martins	259 990,92	254 447,00	514 437,92	0,00	0,00	0,00	259 990,92	254 447,00	514 437,92
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	296 893,28	115 174,00	412 067,28 b)	0,00	73 050,00	73 050,00	296 893,28	188 224,00	485 117,28
Félix Aguirre Cabanyes	280 780,17	325 517,00	606 297,17	0,00	0,00	0,00	280 780,17	325 517,00	606 297,17
Moses Dodo	565 904,43	0,00	565 904,43 c)	0,00	0,00	0,00	565 904,43	0,00	565 904,43
Nigel Keith Purse	336 383,29	348 906,22	685 289,51 d)	0,00	0,00	0,00	336 383,29	348 906,22	685 289,51
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	259 990,98	142 740,00	402 730,98	0,00	0,00	0,00	259 990,98	142 740,00	402 730,98
Total Agregado	4 249 845,37	3 116 272,22	7 366 117,59	331 300,17	639 380,18	970 680,34	4 581 145,53	3 755 652,40	8 336 797,93

a) pagamento de R\$ 1,727,502 convertido ao câmbio médio de 2010 (€ 2,3314)

b) inclui prémio de antiguidade de 25 anos no valor de € 36,809,74

c) pagamento de USD 750,000 convertido ao câmbio médio de 2010 (€ 1,325716)

d) pagamento de GBP 587,871 convertido ao câmbio médio de 2010 (€ 0,85784)

Os Administradores Não Executivos:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado;
 Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires;
 António Espírito Santo Silva Salgado;
 Bernard Marcel Fernand Basecqz;
 Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia;
 Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva;
 João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha;
 José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva; e
 Philippe Gilles Fernand Guiral,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2010.



COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

Conselho Fiscal:

Membros do Conselho Fiscal	BESI e Sucursais	
	Remuneração Total	(unid: euros)
José Manuel Macedo Pereira	14,100.00	
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	11,100.00	
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	9,000.00	

O membro suplente do Conselho Fiscal, Nuno Espírito Santo Leite de Faria não auferiu quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2010.

Revisor Oficial de Contas:

Revisor Oficial de Contas	BESI e Sucursais	
	Remuneração Total	(unid: euros)
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, SROC	78,000.00	

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

Declaração de cumprimento

(artigo 4.º, n.º 1 do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010)

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Carta-Circular n.º 2/2010/DSB.

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
RECOMENDAÇÃO	ADOPTADA	NÃO ADOPTADA	FUNDAMENTO DA NÃO ADOPÇÃO
As instituições devem adoptar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz, que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores (cfr. I.4. da Carta-Circular).	X		
A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir (cfr. I.5. da Carta-Circular).	X		
As instituições devem adoptar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objectiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respectivas responsabilidades e competências (cfr. I.6. da Carta-Circular).	X		
No que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável (cfr. II.1. da Carta-Circular).	X		
Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da instituição (cfr. II.3. da Carta-Circular).	X		

Assembleia Geral de 31 de Março de 2011



COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

A comissão de remuneração, deve efectuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respectiva remuneração com base em acções ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da Carta-Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos, de capital e de liquidez da instituição (cfr. III.1. da Carta-Circular).	X		
Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração (cfr. III.2. da Carta-Circular).	X		
No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços (cfr. III.3. da Carta-Circular).		X	A actual comissão de remuneração do Banco Espírito Santo de Investimento não recorreu, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações. A Comissão de remunerações anterior socorreu-se de estudos da Mercer Ltd, contratados pelo Banco Espírito Santo, SA, para definição da Política de Remunerações dos membros do órgão de administração e fiscalização.
A comissão de remuneração deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias-gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos (cfr. III.4. da Carta-Circular).	X		
A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões que realize (cfr. III.5. da Carta-Circular).	X		
A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição (cfr. IV.1. da Carta-Circular).		X	Os critérios de avaliação do desempenho dos administradores executivos assentam nos seguintes indicadores: - Resultado líquido do exercício - indicador que traduz o contributo para os accionistas; - "Return-to-equity" - (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas; - Retorno Total ao accionista – indicador que reflecte a variação da situação líquida do banco acrescida dos dividendos distribuídos e deduzida dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou espécie subscritos pelo accionista. Não existem critérios não financeiros na avaliação do desempenho dos administradores executivos.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo (cfr. IV.2. da Carta-Circular).	X		
Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor (cfr. IV.3. da Carta-Circular).		X	Parte substancial da remuneração é paga em instrumentos financeiros indexados à performance do Banco Espírito Santo de Investimento. Não existe política de retenção, podendo os instrumentos financeiros ser livremente alienados após a sua entrega aos administradores executivos
Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período (cfr. IV.4. da Carta-Circular).	X		
A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração (cfr. IV.5. da Carta-Circular).	X		
Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição (cfr. IV.6. da Carta-Circular).	X		
Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as acções da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções (cfr. IV.7. da Carta-Circular).		X	Parte substancial da remuneração é paga em instrumentos financeiros cuja entrega é diferida ao longo de três anos e cuja valorização depende do desempenho a médio prazo do Banco Espírito Santo de Investimento, SA. Não existe qualquer regra acerca da manutenção das acções adquiridas.
Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos (cfr. IV.8. da Carta-Circular).	X		
Após o exercício referido no número anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de acções, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de acções, sendo que o número de acções a conservar deve ser fixado (cfr. IV.9. da Carta-Circular).		X	As opções atribuídas apenas podem ser exercida após o decurso de um prazo de 3 anos. Após o exercício, não existe qualquer regra acerca da manutenção das acções adquiridas.



COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS DO BANCO ESPIRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA

A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição (cfr. IV.10. da Carta-Circular).	X		
Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração (cfr. IV.11. da Carta-Circular).	X		Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.

Anexo VII - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
DOS SENIOR MANAGING DIRECTORS (SMD's), DOS MANAGING DIRECTORS, EXECUTIVE DIRECTORS,
DIRECTORS, VICE-PRESIDENTS, ASSISTANT VICE-PRESIDENTS E MANAGERS
DO
BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO**

I. COMPOSIÇÃO E CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A remuneração dos quadros directivos comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A **Remuneração Fixa** é determinada pela categoria de cada um dos colaboradores, pela antiguidade no cargo e pelos valores praticados no mercado local para idênticas funções em instituições financeiras semelhantes. A remuneração fixa é composta pelo vencimento e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

A Comissão Executiva do BES Investimento poderá estabelecer um valor mínimo anual para cada categoria.

A **Remuneração Variável** é fixada anualmente pela Comissão Executiva, até ao final de Abril de cada ano, com base na análise do desempenho do exercício anterior, tanto da instituição com um todo, como do desempenho individual do colaborador.

• No caso dos *Senior Managing Directors*, a Remuneração Variável assentará nos seguintes factores:

- (i) Resultado líquido do exercício, que traduz o contributo anual de resultado gerado para os accionistas;
- (ii) *Return-on-Equity*, que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas;
- (iii) Retorno Total ao Accionista, indicador que reflecte a variação da situação líquida do Banco acrescida dos dividendos distribuídos e deduzida dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou espécie subscritos pelos accionistas;
- (iv) Avaliação do SMD, e
- (v) Contributo para o desenvolvimento dos objectivos globais do Banco.

• No caso dos demais Quadros Directivos (*Managing Directors, Executive Directors, Directors, Vice Presidents, Assistant Vice-Presidents e Managers*), a remuneração variável assentará nos seguintes factores:

- (i) Resultado líquido do exercício;
- (ii) Resultados de área e da geografia do colaborador;
- (iii) Avaliação do colaborador.

II. EQUILÍBRIO NA REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL; TIPOS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A parte fixa da remuneração representará em média para o conjunto dos *SMD's* 40% do total da sua remuneração, e para os restantes Quadros Directivos cerca de 50% do total da sua remuneração, sendo o restante atribuído como parte variável.

O montante efectivo da parte variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do desempenho do Banco e da *performance* individual.

A Remuneração Variável será associada ao desempenho de curto prazo - Remuneração Variável Anual - e terá um peso médio de até 50% na Remuneração Total Anual dos *SMD's* e de 50% na Remuneração Total Anual dos demais quadros directivos.

No caso dos *SMD's*, a Remuneração Variável será ainda associada ao desempenho de médio prazo - Remuneração Variável de Médio Prazo - e terá um peso médio de até 10% na Remuneração Total Anual dos *SMD's*.

III. A REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL

A Remuneração Variável Anual (RVA) será estabelecida no início de cada ano pela Comissão Executiva, em função do cumprimento dos principais objectivos quantitativos constantes do Orçamento Anual do ano anterior e da apreciação qualitativa do mérito individual, e do contributo para o desenvolvimento da organização como um todo.

A RVA será composta de uma parcela em numerário a ser paga até ao final de Abril do ano seguinte.

Caso a RVA ultrapasse um determinado valor a ser fixado anualmente na Comissão Executiva, passará a incluir também uma parcela sujeita a diferimento. Nesta situação, a RVA será então repartida em duas parcelas iguais:

- (i) uma parcela simples («RVASimples»), em numerário a ser paga até ao final de Abril do ano seguinte, e
- (ii) uma parcela objecto de diferimento (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»), a ser paga em três anos, no final de Abril de cada ano. A RVADiferida incluirá duas partes iguais: (i) uma parte a pagar em numerário, capitalizada anualmente segundo taxa de mercado a definir, e (ii) outra parte a ser paga em numerário ou em espécie, em instrumentos financeiros, em qualquer destes casos indexados à performance do Banco.

A Comissão Executiva determinará anualmente no momento da atribuição: (i) qual o critério de correcção financeira aplicável à parcela cujo pagamento seja feito em dinheiro e que ficará diferido no tempo e (ii) qual o tipo e formato dos instrumentos financeiros a atribuir.

IV. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE MÉDIO PRAZO

A Remuneração Variável dos *SMD's* incluirá ainda uma componente associada ao desempenho de médio prazo («Remuneração Variável de Médio Prazo») e terá um peso médio conjunto de até 10% na Remuneração Total Anual.

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») será determinada pela Comissão Executiva no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição do direito de aquisição de acções do BESI, ou de opções ou outros instrumentos financeiros que repliquem a sua performance. O direito de aquisição de acções, as opções ou instrumentos financeiros que venham a ser atribuídos apenas poderão ser exercidos decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição.

A regulamentação da atribuição de acções e/ou outros instrumentos financeiros a atribuir aos *SMD's* serão objecto de aprovação pela Comissão Executiva.

Em cada ano, o Departamento de Recursos Humanos emitirá e entregará a cada colaborador um documento com informação detalhada sobre a sua Remuneração Variável Total Anual.

V. MECANISMOS DE LIMITAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A Remuneração Variável Anual Diferida dos *SMD's* não será paga se:

- (i) o indicador *Return-on-Equity*, que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas, for inferior a 5% (exemplificando, a prestação a pagar em 2012 não será devida se o ROE do BESI em 2011 for inferior a 5%).
- (ii) o colaborador deixar o banco, por demissão voluntária ou se for demitido com justa causa.

A Remuneração Variável Anual Diferida dos demais quadros directivos não será paga se o colaborador deixar o banco, por demissão voluntária ou se for demitido com justa causa.

Quanto à Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), estará condicionado à evolução do valor contabilístico das acções do BESI ao longo do período. Esta remuneração apenas será devida se o valor de referência tiver uma evolução positiva acumulada de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.

VI. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES DE CONTROLO

Os colaboradores nestas funções, nomeadamente os colaboradores da área de Compliance e de Risco terão uma remuneração em função da estrita prossecução dos objectivos associados às respectivas funções.

Não obstante, os SMDs e Quadros Directivos destes departamentos estarão abrangidos pelas políticas de diferimento e pagamento de Remuneração Variável acima enunciadas.

VII. ELEMENTOS A DEFINIR PELA COMISSÃO EXECUTIVA ANUALMENTE

A Comissão Executiva do BESI definirá anualmente os seguintes parâmetros referentes à política remuneratória:

- a) O valor a partir do qual os Quadros Directivos ficam abrangidos pela Política de Diferimento no pagamento da RVA;
- b) A extensão, ou não, desse critério de diferimento aos demais colaboradores;
- c) O coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada ao mercado, que deverá ser aplicado sobre os montantes atribuídos num determinado ano;
- d) O coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada à performance do BESI, que deverá ser aplicado sobre os montantes atribuídos num determinado ano.

VI. DISPOSIÇÕES PARA O ANO DE 2010

A Comissão Executiva definiu que a Remuneração Variável Anual dos Quadros Directivos referente ao ano de 2010, só será objecto de diferimento, caso essa remuneração ultrapasse os 75 mil euros. Esse limite no caso da sucursal de Varsóvia é ajustado para 120 mil euros e no caso do BESI Brasil é ajustado para 100 mil euros.

A Comissão Executiva definiu ainda: (i) que o coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada ao mercado é de 5% ao ano (correspondente à taxa *yield* médio da dívida pública a 2 anos, do período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 28 de Fevereiro de 2011); (ii) que o coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada à performance do BESI será calculado anualmente em função da evolução do valor contabilístico por acção do BESI, calculado em euros, e removendo os efeitos de operações de capital ou distribuição de reservas e resultados.

REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES (DIRIGENTES)			
RECOMENDAÇÃO	ADOPTADA	NÃO ADOPTADA	FUNDAMENTO DA NÃO ADOÇÃO
No que se refere à remuneração dos colaboradores, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração (cfr. II.2. da Carta-Circular).	X		
A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores. A política de remuneração deve ainda ser objecto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente actualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respectiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores (cfr. II.4. da Carta-Circular).	X		
Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da instituição (cfr. II.3. da Carta-Circular).	X		
O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação (cfr. II.5. da Carta-Circular).	X		
Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à actividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo (cfr. V.1. da Carta-Circular).	X		
Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor (cfr. V.2. da Carta-Circular).		X	Recomendação parcialmente adoptada. Parte da remuneração variável, quando considerada relevante, deve ser paga em numerário ou em espécie, em instrumentos financeiros, em qualquer dos casos indexados à performance do Banco. Não existe política de retenção, para além do diferimento.



A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho colectivo da unidade e estrutura onde o colaborador se integra e D da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com clientes e investidores, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo (cfr. V.3. da Carta-Circular).	X		
Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo (cfr. V.4. da Carta-Circular).		X	Recomendação parcialmente adoptada. Os critérios para a atribuição da remuneração variável são predeterminados e mensuráveis. Não são referidos a um quadro plurianual por se entender que o baixo peso desta componente no valor global diz respeito ao cumprimento ou não dos objectivos do ano em questão. Para um grupo restrito existe uma componente variável de opções sobre acções a 3 anos.
A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo, e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve de um modo geral ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição (cfr. V.5. da Carta-Circular).		X	Recomendação parcialmente adoptada aos quadros dirigentes mais seniores (SMD's). A Remuneração Variável Anual Diferida dos SMD's não será paga se o indicador Return-on-Equity, que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas, for inferior a 5%. A Remuneração Variável Anual Diferida dos demais quadros directivos não será paga se o colaborador deixar o banco, por demissão voluntária ou se for demitido com justa causa. Quanto à Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), estará condicionado à evolução do valor contabilístico das acções do BESI ao longo do período. Esta remuneração apenas será devida se o valor de referência tiver uma evolução positiva acumulada de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.
Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição (cfr. V.6. da Carta-Circular).		X	Recomendação parcialmente adoptada aos quadros dirigentes mais seniores (SMD's). O peso da parte variável na remuneração dos demais dirigentes é reduzido, só se ultrapassar um determinado montante é que ficará sujeito a diferimento. No entanto, todos os Dirigentes têm um sistema de objectivos que se traduz no incentivo da remuneração variável perfeitamente ajustados à sua actividade específica.
A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador (cfr. V.7. da Carta-Circular)		X	Não aplicável face ao ponto anterior.
Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções de controlo devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções (cfr. V.8. da Carta-Circular).	X		